Maria Auxiliadora Brito Silva

A terra (des)construída na mídia impressa do Pontal do Paranapanema.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Câmpus de Araraquara como requisito para a obtenção do título de Doutor em Letras

Orientador: Prof. Dr. Arnaldo Cortina

Araraquara 2006

Dedico esta tese

Ao meu amor, *Joaquim*, companheiro de todas a horas, o sabor para todo saber na lavoura cotidiana;
Aos filhos amados, *Elisa, Claudia, Marina* e *Saulo,* chuva e sol, arco-íris, o viço dos frutos a justificar a constância do cultivo;
Aos meus *irmãos, cunhados* e *sobrinhos* queridos, sombra, brisa a soprar a aragem nesta semeadura;
especialmente a *Eleusa*, gota de orvalho em palavras providenciais;
Ao meu *pai* e minha *mãe*, terra firme, chão fértil para frutificação dos melhores grãos!

Agradecimentos:

aos *funcionários, professores* e à *coordenação do programa de pós-graduação em Lingüística e Língua Portuguesa da UNESP- Araraquara*, a preparar com atenção e solicitude o terreno para esta semeadura;

ao *Prof. Dr. Arnaldo Cortina*, assistindo ao movimento do sol, das chuvas, dos ventos, para só então sugerir de forma amena e segura a melhor terra a ser cultivada, no oferecimento de ferramentas para a lavra, orientando e incentivando o uso de cada técnica para a melhor colheita;

aos *docentes da UNESP*, especialmente *às Profsª. Dra. Renata Coelho Marquezan e Dra. Ude Baldan*, que, durante o exame de qualificação, percorreram a aridez do terreno no primeiro plantio para aí retirar ervas daninhas, podando o que impedisse o melhor cultivo da terra;

à querida mestra *Maria do Rosário Gregolin*, a indicar veredas nas terras do saber;

à professora *Maria Aparecida Baccega*, pelas aulas de comunicação na ECA-USP, o norte que me conduziu para a leitura das terras do Pontal do Paranapanema;

ao *Nelson do Nascimento Filho*, nas correções de digitação, percorrendo passo a passo, todo o terreno e, com serenidade, possibilitou este cultivo;

à *Vera*, braço amigo de todas as horas, a ofertar o encorajamento sem conta para enfrentar todas as intempéries;

às amigas, *Marina, Marisa, Tânia, Vanete, Veruska*; a todos os colegas da *UNAERP*, especialmente ao *Messias, Sebastião, Sérgio, Álvaro, Rubens*, à *Juliana, Carmem, Naiá*, mãos estendidas, sempre prontas a colaborar neste labor;

a CAPES pelo apoio financeiro.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 07

1. O tema e sua relevância 07

2. O Projeto de pesquisa e o plano de trabalho 10

PARTE I – A LINGUAGEM 18

CAPÍTULO 1 – A COMUNICAÇÃO VERBAL PARA A LINGÜÏSTICA: ENUNCIAÇÃO E SUBJETIVIDADE 23

1.1 O Sujeito no texto jornalístico sobre a terra: um difícil lugar a ser ocupado. 25

1.2 A posição do sujeito para a semiótica. 34

1.3 Um balanço no quadro conceptual da enunciação: a movimentação do sujeito na construção do discurso jornalístico. 49

CAPÍTULO 2 – A COMUNICAÇÃO VERBAL NO JORNALISMO: SUBJETIVIDADE VERSUS OBJETIVIDADE 67

PARTE II – O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO 99

CAPÍTULO 1 – QUESTÃO AGRÁRIA NO GOVERNO FHC 108

CAPÍTULO 2 – O PONTAL DO PARANAPAN EMA 140

PARTE III – A LEITURA DO CORPUS 153

3.1. Um olhar para o objeto de análise: *O Imparcial* e *Oeste Notícias* 158

3.2. Os conflitos pela terra 172

3.2.1. Primeira página 172

3.2.1.1. A imagem negativa dos sem-terra e a insegurança dos proprietários rurais 181

3.2.1.1.1. Em *O Imparcial* 192

3.2.1.1.2. Em *Oeste Notícias* 199

3.2.1.2. O confronto entre o Prefeito e o MST 205

3.2.1.3. O olhar de *O Imparcial* para *Oeste Notícias* no cenário do conflito 208

3.2.2. O Texto de opinião 215

3.2.2.1. Em *Oeste Notícias* 218

3.2.2.2. Em *O Imparcial* **225**

3.2.3. Reportagem **235**

3.2.4. ARTIGO **233**

3.2.4.1. Em *O Imparcial* **233**

3.2.4.2. Em *Oeste Notícias* **240**

3.2.5. Editorial **249**

3.2.6. Charge **252**

3.2.6.1. Em *Oeste Notícias* **253**

3.2.6.2. Em *O Imparcial* **259**

3.3. Políticas Agrárias **262**

3.3.1. O Agronegócio **262**

3.3.1.1. Primeiras Páginas **265**

3.3.1.2. Editorial **268**

3.3.1.3. Artigo **276**

3.3.1.4. O texto de opinião **278**

3.3.1.5. Notícia **280**

3.3.1.6. Entrevista **282**

3.3.2. Questões Ambientais **286**

3.3.2.1. Primeira Página **287**

3.3.2.2. Reportagem **288**

3.3.2.3. Notícia **290**

3.3.2.4. Editorial **292**

CONSIDERAÇÕES FINAIS **294**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **306**

ANEXOS **316**

RESUMO

Nesta tese propõe-se uma leitura dos efeitos de sentido da temática da terra construídos no jornalismo impresso do Pontal do Paranapanema. Por meio da diversidade de gêneros textuais, produzidos em 2002, nos dois jornais de maior circulação na região mais conhecida pelos conflitos agrários, *Oeste Notícias* e *O Imparcial,* constituiu-se o *corpus* para a leitura, à luz da semiótica greimasiana. Para isso elege-se a práxis enunciativa para enquadrar e reger, pela discursivização, as dimensões narrativa, figurativa e passional dos discursos jornalísticos da terra. Pretende-se abordar o papel do sujeito como responsável pelo fazer perceptivo em relação aos enunciados do jornal, examinando a função do enunciador e do leitor na ressemantização e/ou dessemantização do sentido. Analisa-se a "figuratividade" para conduzir a concretização do simulacro do ato de percepção do sentido de terra produzido nos diferentes gêneros textuais do jornal.

Palavras-chave: efeitos de sentido; sujeito; enunciação; enunciador; leitor; texto jornalístico

RÉSUMÉ

Cette thèse propose une lecture des effets de sens de la thématique de la terre qui ont été construits dans la presse du « Pontal do Paranapanema ». Par le moyen de la diversité de genres textuels dont la production date de l'an 2002, dans les deux journaux de la plus grande circulation de la région très connue par les conflits agraires, *Oeste Notícias* et *O Imparcial*, on a constitué le *corpus* pour la lecture, à la lumière de la sémiotique française. Pour cela on élit l'action énonciative pour encadrer et diriger, par la discursive, les dimensions narrative, figurative et passionnelle des discours journalistiques de la terre. On prétend aborder le rôle du sujet comme responsable pour le faire perceptif par rapport les énoncés du journal, en examinant la fonction de celui qui énonce et du lecteur dans la resémantique et/ou desémantique du sens.

On analyse d'une manière figurative pour mener la concrétion du simulacre de l'acte de perception du sens de terre qui a été produit dans les differents genres textuels du journal.

Mots-clés: effets de sens; sujet; énonciation; énonciatiataire; lecteur; texte journalistique

Em vão me tento explicar, os muros são surdos.
Sob a pele das palavras há cifras e códigos.
O sol consola os doentes e não os renova.
As coisas. Que tristes são as coisas, consideradas sem ênfase.
(Carlos Drummond de Andrade)

Transgredir, porém, os meus próprios limites me fascinou de repente. E foi quando pensei em escrever sobre a realidade, já que essa me ultrapassou. Qualquer que seja o que quer dizer "realidade".
(Clarice Lispector *In: A Hora da Estrela)*

INTRODUÇÃO

1. O tema e sua relevância.

A idéia deste trabalho nasceu do desejo de persistir na temática que culminou no texto que apresentamos como dissertação de Mestrado, em 1999. Com base em falas recolhidas e transcritas de um grupo de assentados do Triângulo Mineiro, elaboramos a pesquisa por meio da observação dos discursos orais, tendo como finalidade garimpar sentidos do signo terra, construído no/pelo discurso daqueles que, tendo enfrentado uma luta para a conquista de um espaço geográfico, continuavam, então, uma outra luta travada no cotidiano, compulsoriamente: um embate com a terra, a fim de garantir a (sobre)vivência. Das falas gravadas e posteriormente transcritas, que constituíram o objeto de análise, brotaram sentidos vários. Após o término do trabalho, no entanto, a reflexão era sobre o tema da terra, uma questão que insistia permanecer, como uma paixão que conduzia sempre o nosso olhar na direção do mesmo tema. Sem relutar, eis-nos novamente diante da antiga questão. Não porque permanecemos na ilusão de buscar origens, ou soluções para os questionamentos relativos à terra. O que nos impulsiona é a necessidade de elucidar as práticas discursivas de um ciclo de vida do qual participamos como leitora nos anos 1980, retomando-o nos idos 1990, sob gestos de análise, de uma outra leitura, de interpretação que "exorciza" a memória de tempos sempre presentes.

São incontáveis os estudos sobre questões agrárias nos mais diversos campos das ciências humanas, com publicações que se avolumam, especialmente após a organização dos movimentos que lutam pela posse da terra, conhecidos como os NMSs (Novos Movimentos Sociais), de que o MST é um dos exemplos. Mesmo assim, continuamos a insistir nesta permanência de um olhar fixo na direção das questões relativas à terra. Objeto de disputa, desde o início da colonização do país, a propriedade da terra é assunto de debate desde o "descobrimento" e continua sendo até hoje, especialmente neste governo, que se elegeu com apoio, sobretudo do movimento que reivindica a distribuição de terras, o MST.

Conduzir uma investigação, num campo tão explorado, poderia significar cair no lugar comum, navegar por mares tantas vezes navegados, sem descobertas para atestar.

Teimamos, entretanto, em percorrer este antigo caminho, acreditando na importância de refletir sobre o tema, relevante no momento em que, sobre ele, transbordam discursos em todo o Brasil. Se os textos sobre "invasões" de terra constituíam uma descontinuidade no discurso, uma ruptura na vida da sociedade regida por valores estabilizados da "ordem e do progresso", hoje passam a fazer parte da cotidianidade da mídia. Ao lado de acontecimentos desestabilizadores da ordem urbana, provocados, por exemplo, pelo tráfico de drogas, a atenção do leitor da mídia é golpeada por textos que têm na terra o tema central, num cotidiano que vem normatizando a turbulência em supostas águas tranqüilas do oceano social. Desde a segunda metade da década de 1980, com a abertura política, a sociedade convive com narrativas, cujos atores protagonizam ações tidas como ameaçadoras à ordem social.

Pensando-se a época colonial, o sentido de disputa pelo espaço geográfico pode ser tomado como o que coloca a questão do povoamento e do latifúndio: o povoamento definindo a população e o latifúndio, a posse e o modo de administração da terra. Do ponto de vista do governo, trata-se de uma organização geral do território brasileiro – progresso da nação – possibilidades de transformação social e democratização do país.

Como podemos perceber pela realidade brasileira, com políticas que vêm privilegiando os grandes investimentos no agronegócio, não se pode falar em integração capitalista para o favorecimento de uma grande maioria do povo brasileiro, que há pouco mais de cinqüenta anos vivia na zona rural, sobrevivendo de atividades agrárias. Podemos dizer, então, que a terra é uma questão a ser enfrentada.

Em artigo publicado na Folha de S. Paulo,"Uma reforma estratégica", de 09/8/2003, o coordenador do setor de Mobilização Social do Programa Fome Zero, Frei Beto, afirma que "o país possui 600 milhões de hectares cultiváveis, dos quais 250 milhões são áreas devolutas e 285 milhões, latifúndios; 138 milhões de hectares estão em mãos de apenas 28 mil proprietários; 85 milhões de hectares estão nas mãos de apenas 4.236 proprietários." Um país que tem cerca de um terço de sua população vivendo abaixo da linha da pobreza, da qual mais de 4 milhões de famílias foram expulsas da terra, vai sempre esbarrar em problemas que clamam por soluções que absorvam a mão de obra que veio do campo e querem ter o direito à propriedade como espaço de moradia, de trabalho.

Alternando conflitos de toda natureza, o território brasileiro foi sendo definido arbitrariamente, primeiro com a formação das sesmarias, até que em meados do século XIX a estrutura de propriedade ganhou uma formulação jurídica básica com a chamada independência. Algum tempo mais tarde para evitar a "fuga de braços", ou seja, com a

também denominada abolição da escravatura, surgiu a Lei de Terras, que definiu um princípio: legalmente, o acesso à terra passaria a se dar por doação da Coroa ou por processos de compra e venda. Depois foi o Estatuto da Terra que gerou o texto da Reforma Agrária.

Na dissertação do mestrado, escolhemos para enfoque de análise, uma das regiões de Minas como palco dos conflitos pela terra na década de 1980, época em que se uniram dezenas de famílias da região e das proximidades para disputar, com o gado e com a cana, um pedaço de chão para a sobrevivência:

> Nóis agüentaro a mão e sofremo na bataia, passemo por cima d'ez tudo e graças a Deus tamo no nosso chãozinho sussegado [...] eu tem meu gadim [..] e meu animal, o meu carrim [carroça], as minha galinha pr'eu cume a hora qu'eu quisé [...] crio aqui minha famia [...]" (SILVA, M. A. 1999, p.160).

Nossas pesquisas do Mestrado colocaram-nos diante de varias questões. Uma delas foi em relação ao trabalho da mídia impressa. Se essas análises ficaram restritas às falas dos protagonistas das questões agrárias, isso não quer dizer que não as procuramos em registros impressos. Bem que tentamos buscar jornais da região. No entanto, as falas dos sujeitos em sua luta pela terra não haviam sido registradas. A constatação foi a de que os jornais não dispunham de um lugar para as vozes desses sujeitos. É inegável que registros como esse transcrito acima, retirado do arquivo do Mestrado como amostra dos sujeitos cujos discursos foram objeto de nossas análises, e que representam um linguajar o qual golpearia os ouvidos e os olhos de qualquer leitor de qualquer jornal, obviamente não gozariam de prestígio para ocupar aí um espaço.

Mas, foi pelas reflexões sobre a significação do silêncio em torno da questão da terra, operada pela mídia impressa é que resolvemos insistir nessa questão. Ressoava em nossos ouvidos as vozes que ouvimos pela boca dos protagonistas da luta pela terra, naquela época da pesquisa (há quase dez anos). Reconhecemos que, se não fosse aquele momento de escuta, nunca teríamos um olhar menos míope sobre a questão agrária. Daí a insistência de querer ouvir a voz daqueles para quem a terra é a garantia de sobrevivência. Em todas as nossas leituras dos veículos de comunicação impressa, o nosso ouvido se pôs então na escuta para identificar tais vozes e a seguinte pergunta sempre tem direcionado nossas leituras: Qual o espaço que está sendo reservado aos simples trabalhadores da terra? Não podíamos pensar em abranger toda a diversidade de veículos de comunicação: rádio, tevê, revistas e jornais. Realidades de linguagens tão distintas. Procuramos, pois, fixar o olhar para este último veículo e, desta feita, diferentemente do Mestrado, deixamos o campo da oralidade para ficar

com o da escrita.

Este percurso a ser atingido, foi se delineando aos poucos e se concretizou pelo exercício de leitura de uma parcela da mídia impressa sobre as questões agrárias na sociedade brasileira.

Desde o governo FHC, quando se reinstalaram as esperanças de um governo voltado para projetos sociais, tornou-se bastante fortalecido um dos movimentos mais organizados do país, o MST, que passou a invadir o espaço de toda a mídia nacional. Nos textos sobre a temática das questões fundiárias, que sempre tinham como personagem o MST, era possível vislumbrar uma ampla variedade de efeitos de sentido de verdade, o que sugeria inúmeras questões a serem exploradas como exercício de análise. De fato, no curso da confecção da pesquisa, ficava cada vez mais evidente que a leitura dos textos jornalísticos podia levar à compreensão de uma parcela da imensa diversidade das temáticas sobre questões em torno da significação de terra no universo brasileiro da mídia impressa. Na materialidade lingüística de jornais, buscamos como campo de trabalho, a coleta de sentidos para a terra, terreno onde lavoura esta pesquisa.

A questão passava a ser, então: que textos selecionar para constituir um *corpus* de análise? Em que jornais?

2. O projeto de pesquisa e o plano de trabalho

Definido o jornal impresso como objeto de trabalho, o problema que se apresentava era o da escolha dos textos entre os veículos da mídia impressa. Mas, antes dos textos, era preciso eleger os jornais. Ora, o primeiro passo era delimitar um espaço que pudesse ser abarcado por um olhar. Referimo-nos não apenas à amplitude de um espaço geográfico brasileiro que possibilitasse visualizar a temática da terra, mas que representasse uma fração temporal que permitisse observar as "escolhas" enunciativas, decorrentes das determinações sociais e históricas do discurso desse tema.

A materialidade lingüística, uma via de mão dupla, leva-nos tanto à linguagem quanto à sociedade. Isso posto, convém explicitar que não cabe discutir a relevância da inserção social dos textos, especialmente quando pesquisas muito recentes para análises

interpretativas estão disponíveis a qualquer estudioso da linguagem. Confirmam-se especialmente os avanços da semiótica greimasiana que, com o desenvolvimento de uma teoria da enunciação, põe em relevância a "dupla tarefa de mediação entre as estruturas sêmio-discursivas e as estruturas discursivas" (BARROS, 1988, p.143), possibilitando alcançar os fatores sociais na materialidade linguageira, relacionando o discurso e o contexto social e histórico.

Move-nos, então, a certeza de que o texto jornalístico, por se tratar tanto de produto de um ato enunciativo quanto de objeto de comunicação, por sua constituição sócio-histórica, não podem ser tomados isoladamente de qualquer contexto.

Ao incorporar as pesquisas sobre a enunciação na semiótica, reconhecemos a relevância de ancorar as investigações do tema em questão nos exercícios de análise das projeções da instância enunciativa nos textos jornalísticos. O modelo desse tipo de análise foi-se incorporando a cada leitura, à medida que se apresentava o problema da seleção dos textos para o *corpus*.

Optamos por trabalhar com jornais do estado de São Paulo, como espaço geográfico de onde selecionaríamos as leituras sobre o tema da terra, numa fração temporal compreendida por um ano. A escolha parecia apropriada porque poderíamos coletar os jornais imediatamente a partir do ano a se iniciar, ou seja, 2002. Definido o ano, só faltava mesmo optar pelos jornais. Inicialmente a escolha recaiu sobre os de maior tiragem em todo o estado: *O Estado de S. Paulo* e *Folha S. Paulo*. Além desses dois jornais de maior circulação, incluiríamos outros, de circulação restrita, desde que fossem também do estado de São Paulo. Por se tratar da temática sobre a terra, decidimos, então, escolher jornais diários do Pontal do Paranapanema, região bastante conhecida por problemas fundiários.

A princípio, nosso projeto previa que o *corpus* incluiria *O Estado de S. Paulo* e *Folha S. Paulo* e também os do Pontal do Paranapanema. Dado o volume do material, tornava-se difícil o recorte nessa imensidão de textos para se obter um conjunto que possa ser compreendido pelo olhar do analista.

Assinamos três jornais do Pontal do Paranapanema: *Jornal da Comarca, O Imparcial* e *Oeste Notícias*. O primeiro, de uma pequena cidade, Palmital; enquanto os dois outros, de Presidente Prudente. Optamos por trabalhar com os dois últimos, enquanto que o primeiro, apesar de ser também da região, foi deixado de lado porque não tinha a mesma significância dos outros dois diários de maior tiragem do Pontal do Paranapanema.

Com pesar, desprezamos a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo,* elegendo os

dois jornais regionais de Presidente Prudente. Desse modo, de *O Imparcial* e *Oeste Notícias* selecionaríamos o material para o *corpus*.

Evidentemente que, depois de tantas leituras dos dois grandes jornais da capital, chegamos a uma riqueza de material sobre a temática da terra, que achamos que não deveria ser desprezada. Ao constatar a sua importância para a compreensão de muitos dizeres do*s* dois jornais regionais, decidimos, então, aproveitar esse material que, ao longo das leituras já havia sido catalogado a partir da temática da terra.

Por essa perspectiva, definimos que nossa tarefa dar-se-ia a partir de duas abordagens distintas. Dos dois jornais do Pontal, selecionaríamos os textos para o *corpus* de análise. Da *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* teríamos o conjunto de textos a que recorrer para uma visualização temporal e/ou espacial das questões sobre o tema em questão, enunciado no *corpus*, possibilitando relações interdiscursivas, intertextuais para inserir *O Imparcial* e *Oeste Notícias* num contexto sócio-histórico brasileiro mais abrangente.

Devemos sublinhar que isso se deu por acreditarmos que a problemática dos contextos discursivos pressupostos em todos os textos da mídia do Pontal, a serem analisados, não nascem do nada, mas, ao contrário, representam sempre uma resposta ao universo textual com que dialogam, confirmando ou negando discursos. A certeza é a de que esse diálogo com os dois grandes jornais do estado de São Paulo pode ser valioso para o esclarecimento de muitas leituras. Se por um lado é preciso pressupor a importância do dialogismo para a interpretação, a que se referia Bakhtin décadas atrás, por outro, é preciso também reconhecer a necessidade de buscar, a partir desse conceito, condições que possibilitem o diálogo com os textos. Trocando em miúdos, ratificamos que os discursos veiculados na grande mídia impressa da capital, por meio da *Folha* e do *Estado,* viabilizam a leitura do panorama da vida social e política do Brasil, tornando possível o procedimento da caracterização do espaço e do tempo em que se insere o *corpus* que se constitui nosso objeto de análise.

Em 2003, com todos os jornais coletados, passamos à seleção dos textos. À medida que procedíamos à leitura, pilhas avolumam-se. Dezenas, centenas de textos formaram uma quantidade tão grande, o que exigiu uma organização prévia para possibilitar os cortes ou recortes.

Na seleção da *Folha de S. Paulo* e de *O Estado de S. Paulo,* fizemos uma divisão de temas e subtemas. Por exemplo, a temática de conflitos, compreendia vários subtemas, com especificidades bastante diferentes. Assim podemos contemplar a questão indígena, as reivindicações dos extrativistas do Norte do país e as dos pequenos produtores rurais, os

antigos conflitos ou os mais recentes, etc. No entanto, convém destacar que, em nossas leituras, o MST, apesar de estar compreendido pelo tema dos conflitos, não foi visto como subtema e, sim, como tema, pelo grande volume de textos encontrados.

Questões governamentais, política agrária, meio ambiente, conflito agrário, o MST, etc., eram grandes temáticas que possibilitaram a organização do material, cuja leitura permitia observar questões, tantas delas já bem conhecidas, mas preciosas para abordar o tema da terra.

No primeiro trabalho de organização, já podíamos flagrar a configuração de diferentes organizações ideológicas a que remetiam os textos. As cores, bastante distintas de cada jornal, saltavam aos olhos, até mesmo do leitor menos avisado, cuja perspicácia podia notar matizes, que concretizam a significação de um ponto de vista, de uma argumentação indireta. Encobertos por discursos críticos, da mídia caracterizada como "séria", determinados temas apresentavam-se como verdades absolutas. Podemos exemplificar aqueles construídos para fazer frente à reforma agrária, na defesa dos ideais capitalistas de grandes proprietários rurais, dentre tantos outros.

Em meio aos mais variados gêneros jornalísticos, fomos selecionando os textos. O foco de nossas leituras deslocou-se, assim, tanto para reportagens quanto para o jornalismo opinativo, em que cabem não só os editoriais, mas também uma gama de outros gêneros: artigo, crônica, opinião ilustrada e opinião do leitor, comentário, arte, resenha, coluna, charge, etc.

Os recursos visuais (fotos, esquemas, paginação, etc.) interessaram-nos quando construíam efeitos de sentido, desde que a dimensão icônica pudesse levar à leitura do tema da terra. Mas demos maior relevância ao verbal.

Em relação a *Oeste Notícias* e *O Imparcial*, já separados pela temática da terra, era preciso lançar mão de critérios para a escolha dos textos que constituiriam o *corpus* de análise. Um dos problemas era a delimitação do material. Num universo temático que se emaranhava por grande parte da produção jornalística, a eleição de um texto, implicava a recusa de outro. Isso poderia levar a um dilema.

"Partindo da hipótese de que a enunciação é o conceito-chave para explicação do discurso e de suas relações com as condições sócio-históricas de produção e recepção" (BARROS, 1988, p.142), propomos examinar o tema da terra com base no aparato conceitual e metodológico da semiótica de linha francesa. Equivale, assim, a levantar as condições de cada enunciação, em cada unidade textual selecionada, objeto semiótico a ser trabalhado, de

onde emerge a significação construída em *O Imparcial* e *Oeste Notícias.*

Convém destacar que o estudo de Discini (2003) sobre estilo nos textos jornalísticos possibilitou-nos observar o *ethos* na imprensa séria e na sensacionalista. Com isso verificamos semelhanças e diferenças na totalidade dos discursos produzidos em um e outro jornal analisado. À medida que tratarmos dos temas, observaremos também o *ethos* de cada jornal, a imagem de seus enunciadores, o que indiscutivelmente nos remete a efeitos de sentido de muitos temas. Antecipando as leituras, podemos afirmar que os dois jornais do Pontal constroem a imagem de um enunciador como o proprietário da terra e de seu leitor cujos interesses estão vinculados aos mesmos interesses do enunciador. No entanto, cada jornal constrói os sujeitos envolvidos no processo enunciativo, com tons bastante diferentes.

Objeto da construção jornalística, o discurso da/sobre a *terra* resulta de um certo número de operações implicadas no jogo da escritura dos acontecimentos, que envolve procedimentos que obedecem a sucessivas reescrituras. É um objeto semiótico que, para além dos fatos, tem também a realidade própria do veículo e que deve ser levada em conta em toda leitura. Por exemplo, a mera passagem de um despacho de agência ao artigo, implica a transformação de um fluxo ininterrupto de informações em uma "área espacial" que, segundo Mouillaud (1997, p. 25), é feita "ao custo de uma série de operações que afetam formas e conteúdos. Um conjunto de marcas faz da página do jornal diário não apenas um texto, mas uma 'área espacial'". Isso afirma o estudioso da comunicação para quem "distinções que eram imanentes ao discurso do jornal de opinião, tornaram-se, atualmente, uma ordem externa e sem autor", considerando que "a produção do sentido começa com a diagramação".

As afirmações de Mouilllaud (1997) levam-nos a ver que a complexidade da trama do sentido põe-nos diante da necessidade de tratar, o que poderíamos chamar de *morfologia* dos jornais para descrever a materialidade dos dois veículos em questão: papel, formato, diagramação, etc. Como uma entidade técnica, essa materialidade não pode ser pensada como um mero "dispositivo", estranho ao sentido, mas constitutivo dele, já que todo discurso jornalístico não está solto no espaço, mas envolvido nos dispositivos próprios do veículo. Seria bastante redutor propormos uma leitura dos jornais a partir da dicotomia "dispositivo" e "conteúdo" como se se tratasse de dois planos: um externo (suporte/embalagem: formato, diagramação, etc.) e o interno (idéias/conteúdo). Estamos considerando o dispositivo como uma forma, que é sua especificidade, em particular, um modo de estruturação do espaço e do tempo. Não se trata de um "suporte", mas de uma matriz que impõe formas.

Após inquietante hesitação dentre as diversas possibilidades de estabelecer um recorte para o *corpus,* optamos por trabalhar os grandes temas a partir dos gêneros jornalísticos. Assim, organizados os temas e subtemas, era preciso fazer a seleção dos textos, observando a modalidade do gênero. Curioso dizer que não foi tarefa difícil. Devidamente separados, os recortes passariam a ser feitos, então, a partir da classificação adotada pelos jornais diários da mídia impressa: editorial, charge, artigo, reportagem, etc. Essa divisão já faz parte da construção do jornal que já tem o espaço reservado para todos esses gêneros. Geralmente obedecendo a polêmica divisão entre os conceitos de texto de informação e texto de opinião, as páginas são estruturadas para acolher o objeto textual. Não vamos agora tratar desses conceitos, que serão discutidos ao longo das análises.

Ali, em cada página, disponíveis, costumeiros como em todo jornal diário, tivemos contato com os fatos, que iam excitando nosso olhar. Lá estavam eles, no objeto semiótico, a espalhar significados, construindo a materialidade jornalística, contaminados a cada ato verbal.

Em relação à notícia, lá estavam os fatos sobre a temática da "terra" para serem desvelados pelo leitor assíduo e fiel que os lê sem se preocupar lhes haver atribuído julgamento e, desse modo, entra em relação com a significação do tema. Pelos fatos, aceita discordâncias, concorda com pontos de vista de que pode divergir. Segundo Bertrand (2003, p.405) "na definição estrutura da figuratividade, o termo 'correspondência' traz certas dificuldades". Acaba naturalizando a idéia de que cada jornal estabelece "um vínculo de representação unívoca, mecânica e necessária entre formas fixas, mas deve-se considerar que a correspondência se faz "pelo crivo cultural" que torna possível a "legibilidade figurativa". Aliás, a ninguém surpreende prestar atenção na relação entre coisas, pessoas ou fatos construídos pela linguagem jornalística. Mas sob o figurativo subjaz o contrato fiduciário de confiança e crença entre os parceiros da comunicação de que o olhar que capta a suposta realidade factual não é a de um sujeito, mas de uma organização, capaz de pensar e dispor o ocorrido, viabilizando o que deve ser posto em circulação para ser conhecido. Ali, onde a visibilidade da linguagem põe a ver os fatos, é também o espaço de atuação dos sujeitos na sociedade.

Nesse espaço em que se movimentam os sujeitos no processo para enunciar a temática da terra é que lançamos nosso olhar inquieto para analisar a movimentação de sujeitos dados a conhecer em cada enunciado jornalístico. Um olhar para ver e conhecer. Esse olhar que se apercebe atento, penetrante e atravessador visa a perscrutar, na materialidade das

linguagens, os efeitos de sentido que conduzem a imaterialidade dos significados da relação entre os sujeitos e seu objeto-valor (a terra).

O que pedem os fatos ao olhar do leitor de *Oeste Notícias* e *O Imparcial*? Que desvele os meios invisíveis pelos quais eles são visíveis a seus olhos? Que mostre como eles se entretecem para construir uma suposta "realidade"?

O olhar do analista interroga a materialidade de linguagens que constrói sujeitos envolvidos no processamento do discurso jornalístico – o olhar que põe, dispõe, compondo os acontecimentos. O olhar do sujeito perquiridor, invadido e habitado por simulacros de fatos construídos na enunciação, vê, então, que é preciso distinguir a movimentação de atores no cenário jornalístico. Dessa maneira, chega mais perto das palavras, mas não apenas para contemplá-las (como propunha Drummond), mas para se acercar de seu movimento e examinar, observar e, assim, atento, lançar seu olhar a fim de enxergar o acontecimento do discurso no jornal.

Para essa tarefa, com olhos operários obedientes às reflexões adquiridas quando transitamos por teorias da comunicação, especialmente por aquelas que levam em conta a enunciação e as relações entre os sujeitos produtores do discurso, deixamo-nos guiar por alguns pressupostos da semiótica, desenvolvidos nas últimas décadas. O primeiro deles é que o jornal se configura como um objeto de estudo, como um lugar onde se produzem contínuos processos de significação e de comunicação. Isso nos leva a adotar a crença de que a notícia não se trata de mero relato dos fatos, a trazer o "real" constituído historicamente. Elaborada pela enunciação jornalística, a notícia deve ser vista como um texto que aciona um complexo sistema de valores, materializados discursivamente. Um gênero textual que se constrói a partir de critérios de noticiabilidade, mas que devem considerar o partilhamento e o consenso dos valores de uma dada sociedade. Logo, exige que entre em jogo o caráter da operação dos sujeitos nesse processo linguageiro. Passa-se de um crer ingênuo para uma atitude analítica, possibilitando a compreensão e explicação dos efeitos de sentido de verdades, que são postas em circulação cotidianamente. Criado por meio dos recursos de natureza lingüística, o enunciado jornalístico é um simulacro de verdades construídas.

A diversidade de figuras que se organizam para cobrir o tema da terra proliferam-se como senhas, sim; mas, em decorrência dos diversos comprometimentos ideológicos de um pacto entre um sujeito enunciador e um enunciatário (o leitor), o sentido põe-se em movimentação, de um pólo ao outro. Nessa movimentação, ao leitor é também reservado o direito de poder se desviar do contrato de veridicção a que visa o enunciador, responsável

pelos valores do discurso. Por se tratar do discurso jornalístico, consideram-se os contratos propostos e assumidos pela empresa jornalística. O esperado é que o leitor do jornal, que tem seu lugar instaurado no enunciado, a partir do processo da enunciação daquele que o pressupõe, assuma a sua posição. Espera-se que ele assuma o seu papel para crer no que se põe discursivamente, respondendo ao fazer persuasivo do enunciador. Se não responde a esse fazer, há um desacordo nessas relações, não ocorrendo assim a coincidência entre os sujeitos da enunciação. Em decorrência de qualquer ruptura no contrato da crença esperada, desejada do leitor, podem não se sustentar hipóteses que conduziriam ao afastamento do ponto de vista. Ora, isso comprova a complexidade da relação entre o texto e seu leitor. Eis-nos então diante desse desafio da leitura dos efeitos de sentido da temática da terra.

Para a apreensão da temática da terra, acompanhamos a movimentação da instância enunciativa nos dois jornais do Pontal do Paranapanema. A fim de realizar nossa tarefa, organizamos este trabalho em três partes.

Na **Parte I** trazemos um pouco de nossas leituras sobre a **linguagem**. Não só para observação da movimentação teórica sobre os estudos da língua, mas para discussão do conceito de **língua** como instrumento de comunicação, interação entre interlocutores (**discursos** de seres de linguagem e **textos**) construída no jogo de imagens, simulacros e avaliações entre sujeitos da **comunicação**. Dividimos essa primeira parte em dois capítulos. O **Capítulo I** traz uma abordagem sobre a comunicação verbal nos estudos lingüísticos e a natureza lingüística do sujeito, encaminhando a discussão com vistas à subjetividade do ponto de vista da semiótica.

A discussão sobre a linguagem continua no **Capítulo II,** num tópico específico para a comunicação verbal no jornalismo impresso. Para a leitura dos textos jornalísticos, achamos que ampliaria a nossa compreensão uma abordagem pontual sobre a teia de significações do jornal. Assim, focalizamos aí esse meio de comunicação chamado **Jornal** para tratar do funcionamento do discurso jornalístico, apoiados na leitura de estudiosos dessa área, possibilitando um direcionamento em algumas especificidades desse gênero discursivo. Referimo-nos a gênero de discurso segundo Bakhtin (1997), que considera as modalidades da enunciação articuladas em gêneros discursivos, já que cada esfera da atividade social possui formas textuais cristalizadas. Os efeitos de sentido que circulam nos discursos produzidos na sociedade constroem, com as formas discursivas típicas de cada um desses diversos gêneros, as representações do imaginário de uma certa época.

Na **Parte II,** voltamo-nos para a constituição de um cenário lingüístico que visa à

composição do contexto sócio-histórico, em um panorama nacional, a partir da materialidade jornalística, tendo como fonte a *Folha de S. Paulo* e *O Estado,* para situar nosso objeto, os textos selecionados de *Oeste Notícias* e *O Imparcial*. Essa segunda parte é subdividida em **dois** capítulos. No **primeiro** apresentamos a caracterização da sociedade brasileira, ancorados nos textos da *Folha* e *O Estado,* focalizando o governo FHC em relação a questões agrárias. No **segundo**, nosso foco dirige-se para a região do Pontal do Paranapanema para localizá-lo como espaço eleito para nossas leituras do tema da terra e os efeitos de sentido relativos a ele produzidos no ato enunciativo.

A **terceira** e última parte destina-se às análises.

PARTE I

A LINGUAGEM

Na comunicação humana, a língua
Nas veias do jornal, a terra

> "No princípio era o Verbo, proclama o prólogo do evangelho de João. No fim também o será. Verbo que se faz carne e cerne e, ainda assim, permanece impronunciável. Inominável. A palavra lavra e semeia, mas seus frutos nunca serão inteiramente palatáveis. Polissêmico, verbo é mistério" (FREI BETO).

> "Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um" (GINZBURG).

Sem querer discutir pressupostos teóricos da Comunicação (o que faremos mais adiante), apresentamos a seguir uma breve reflexão da linguagem na prática jornalística,

tendo em vista o nosso objeto de trabalho, o texto do jornal impresso.

Postula-se que a prática jornalística se sustenta por relações contratuais entre o que pode e deve ser dito por um enunciador a um enunciatário. Isso, no entanto, não é argumento para sustentar qualquer afirmação de que a linguagem do jornal constrói cânones da regularidade, instaurando uma possível unicidade na significação de seus discursos. É inegável que, tomando a língua como material significante de qualquer texto, o que se tem é a diversidade, a polissemia, a multiplicidade, bem ao contrário de qualquer noção de unicidade. Disso também o texto jornalístico não teria como fugir, considerando o dual (o produtor e o leitor). Não há, portanto, como escapar de prováveis equívocos, de pontos de deriva.

A sociedade contemporânea, invadida por tecnologias de comunicação cada vez mais sofisticadas, dispõe de recursos que visam ao controle das significações. Poderíamos dizer que se trata de tentativas de controle adotadas por um modo técnico de escrita para dar a conhecer certas ações, que inscrevem os sujeitos na lógica de determinadas técnicas jornalísticas. Estudiosos da comunicação empregam o termo linguagem "tecnificada". Um termo que aparece quando se trata de referir à tentativa de circunscrever um determinado setor do jornalismo a uma linguagem, com a finalidade de restringi-lo. A tradição de estudos da Comunicação e do Jornalismo leva-nos a crer que, quer se trate de estudos centrados no emissor, quer voltados para a recepção, ou tomados ambos os pólos como imbricados, vigora um continuado esforço de instituir uma certa versão da realidade (simulacros do real), sempre numa insistência na "tecnificação" da linguagem. Sustentando essa afirmação, podemos dizer que cada caderno do jornal busca os termos para circunscrever as temáticas focalizadas por ele. Um caderno de Economia de qualquer jornal, por exemplo, sustenta-se cada vez mais por termos ligados à "língua do economês", a folha de Esportes busca as especificidades cada vez mais refinadas de jargões ou de uma linguagem para o domínio do universo esportivo. Para as reportagens policiais são garimpados termos ou expressões do mundo do crime. Sobre os termos desse campo da mídia, podemos afirmar que acabam por contaminar, muitas vezes, muitos outros campos. E, assim, dentro da lógica de cercar o sentido, tendo em vista restringi-lo à realidade que o veículo quer comunicar, na materialidade lingüística tecida pelo jornal, vão-se impondo linguagens, naturalizando sentidos, cristalizando-se estereótipos por toda a sociedade. A conclusão é a de que a lógica baseia-se sempre no controle do sentido que tem no recurso de uma linguagem tecnificada um ótimo dispositivo para dirigir a significação. Um outro dispositivo para circunscrever os sentidos, bastante utilizado pela linguagem

jornalística, é o uso de um determinado campo semântico de um determinado setor do jornal, que passa a ser aplicado a outro. A aplicação de significações próprias de um campo a outro, servem para fixar o leitor no universo dos sentidos pretendidos pelo enunciador.

Desse ponto de vista, os meios de comunicação em geral e, logicamente o jornalismo, vão sendo moldados a formas significantes que o sustentam, modelando conteúdos narrativos de notícias, reportagens ou informações. Torna-se visível na materialidade textual, bastante debatida pelas teorias da comunicação, a concepção de que o significado do discurso – construído no decurso de sua produção e compreensão – é susceptível de incorporar opiniões de ideologias subjacentes. Desde o nível da lexicalização até as estruturas mais complexas de proposições e relações de implicação ou coerência entre proposições e, ainda, tópicos ou significados globais, as representações de pessoas e acontecimentos, em modelos mentais subjacentes, podem transmitir, às estruturas semânticas do discurso, avaliações formuladas com base num grupo. Quando nos referimos à materialidade do discurso jornalístico, quanto ao universo de onde emergem os dados, não pode haver dúvida de que os fatos narrados só podem ser considerados por sua existência semiótica na/pela linguagem. O fato torna-se texto e não referente, passando a ser o que vem junto, o que leva consigo, o que traz de novo na nova realidade: a materialidade lingüística. Um ato que, dirigido para a ação de reproduzir, relatar, carrega junto ações de inscrever, restituir, recolocar, representar. Assim, o referente, no discurso, não está presente, senão como algo representado, transcrito, inscrito, relatado, mencionado, (ex)posto, anunciado, semioticamente dizendo, enunciado. É no enunciado lingüístico que se dá a inscrição do indivíduo na sociedade, possível só pela linguagem, sendo a comunicação o ato responsável por essa promoção. Logo, é no campo da linguagem, enquanto produtora de dizeres que simulam "realidades", que a comunicação vinga, permeando todas as relações sociais, orientando a visão de mundo de cada ser humano, na formação da consciência de cada um. Estamos nos referindo à linguagem, que fundamenta o pensamento conceitual, permitindo a abstração, que leva o homem a desprender-se do concreto para introduzi-lo no domínio da cultura, cujas ações se desenvolvem entre um projeto verbal e a avaliação lingüística desse projeto.

Tratar da comunicação no jornal é tratar da linguagem, que constitui o homem e a sociedade, interpondo-se entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Lefèbvre (1966) fala da linguagem como instauradora de uma mediação entre o nível "sublingüístico" – o existencial –, que compreende a dor, o prazer, a necessidade, o desejo, o envelhecimento, a morte, o

espaço, o tempo, onde se encontram “representações confusas e comumente admitidas”, e o nível “supralingüístico”- o essencial - , onde figuram os conceitos, os sentidos, categorias como juventude, feminilidade, virilidade, historicidade. (LEFÈBVRE, 1966, p.269).

Se adentrarmos o campo da filosofia da linguagem, somos, a cada leitura, seduzidos pela riqueza das discussões. Entretanto, não é esse o trajeto a seguir. Passando, então, a alguns comentários neste esboço de reflexão sobre a linguagem, transcrevemos, a seguir, um extenso trecho, do lingüista dinamarquês Louis Hjelmslev, por considerá-lo significativo, já que nos leva a desmontar a opinião comum de que existe um mundo objetivo com referentes e acontecimentos refletidos pela linguagem, da qual emana o sentido:

> A linguagem – a fala humana – é uma inesgotável riqueza de múltiplos valores. A linguagem é inseparável do homem e segue-o em todos os seus atos. A linguagem é o instrumento graças ao qual o homem modela o seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade e seus atos, o instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado, a base última e mais profunda da sociedade humana. Mas é também o recurso último e indispensável do homem, seu refúgio nas horas solitárias em que o espírito luta com a existência, e quando o conflito se resolve no monólogo do poeta e na meditação do pensador. Antes mesmo do primeiro despertar de nossa consciência, as palavras já ressoaram a nossa volta, prontas para envolver os primeiros germes frágeis de nosso pensamento e a nos acompanhar inseparavelmente através da vida [...] A linguagem não é um simples acompanhante, mas sim um fio profundamente tecido na trama do pensamento; para o indivíduo, ela é um tesouro da memória e a consciência vigilante transmitida de pai para filho. Para o bem e para o mal, a fala é a marca da personalidade, da terra natal, da nação, o título de nobreza da humanidade. O desenvolvimento da linguagem está tão inextricavelmente ligado ao da personalidade de cada indivíduo, da terra natal, da nação, da própria vida, que é possível indagar-se se ela não passa de um simples reflexo ou se ela não é isso tudo: a própria fonte do desenvolvimento dessas coisas. (HJELMSLEV, 1975, p.1-2).

No âmbito da linguagem jornalística, as questões que se colocam quanto aos efeitos de sentido construídos no jornal, é conveniente ratificarmos que não se referem ao mundo dos acontecimentos do mundo fenomênico, mas ao universo das significações linguageiras ‘tecidas’ por esse veículo de comunicação, tendo o sujeito de enunciação no papel fundamental de produzir as experiências semióticas da sociedade, abolindo qualquer pressuposta linearidade (GREIMAS e COURTÉS, s/d, p.147).

Obviamente a linguagem jornalística, atividade de comunicação intersubjetiva, leva-nos para a órbita do **sujeito**, instância única e exclusiva do que é dito ou extraído por pressuposição lógica do enunciado, na amplitude dessa atividade produtora de relações polêmicas, cujo ponto de partida para abordagem é a **enunciação**. A conseqüência disso é

encarar o sujeito no/do discurso jornalístico como uma figura conduzida por procedimentos discursivos à condição de um ator cujo lugar ocupado, no espaço do jornal, deve ser visto como um estado que se manifesta na superfície discursiva. Os atores da enunciação, imagens do enunciador e enunciatário, constituem simulacros do autor e do leitor criados pelo texto jornalístico, que determinam as escolhas de cada ato enunciativo, quer sejam tomados de forma consciente ou inconsciente na produção dos discursos. Na observação das imagens dos sujeitos da enunciação (enunciador e enunciatário) criadas nos discursos sobre a temática da terra no *corpus* em análise, acreditamos apreender os efeitos de sentido desse tema na sociedade brasileira.

CAPÍTULO 1

A COMUNICAÇÃO VERBAL PARA A LINGÜÍSTICA: ENUNCIAÇÃO E SUBJETIVIDADE

Até aqui fomos conduzidos pela reflexão sobre linguagem, sentindo-nos livres para transitar não apenas no campo da Lingüística, mas também no campo da Comunicação. O desafio a que nos lançamos é, a partir da Lingüística, perseguir a linguagem para apreender essa atividade que, ligada à comunicação, sempre teve e, sobretudo hoje, papel primordial na sociedade. Em tempos de um mundo globalizado, cujos valores estão centrados na máxima incontestável do "Quem não se comunica se estrumbica", o mercado direciona os estudos da linguagem para o pragmatismo marcante que articule o funcionamento dessa capacidade humana aos valores mercadológicos. Não vem ao caso, neste momento, fazermos um levantamento histórico de estudos da linguagem na lingüística nem tampouco discorrer sobre o funcionamento de mecanismos discursivos e suas relações na ordem das coisas e do mundo. Vale destacar que, fundadora da sociedade, a comunicação sempre foi considerada importante, mesmo quando concepções anteriores ao século XX, não a consideravam a não ser como causa de desorganização, que levava a problemas lingüísticos; num tempo em que a

língua era vista como representação do pensamento, que existiria independentemente da formalização lingüística. Tomamos, aqui, o termo comunicação em sua acepção mais ampla possível: como atividade produtora de relações sociais.

Uma noção fluida, comunicação remete a questões relacionadas a texto, discurso, história, sociedade, enunciação. Quanto a este último, interessa-nos precisamente por remeter ao sujeito. Convém esclarecer que, convocados nos referenciais da teoria semiótica - sustentação para nossas leituras - serão observados ao longo das análises.

No início de 1900, Sausurre trata *língua* como instrumento de comunicação, rompendo com concepções anteriores. Introduzida no quadro das preocupações com a língua, a comunicação passa a ser examinada pelas teorias saussurianas, à luz da Lingüística.

Nos anos 1950, a partir da Teoria da Informação, surgem modelos para tratar da comunicação, no entanto, essencialmente lineares, como se fosse um sistema de mão única, em que a transmissão da mensagem se desse de emissor a receptor unilateralmente, sem possibilidade de alargamento ou complexidade.

Pensada como um sistema de interação entre emissor e receptor e, não apenas na linearidade, surgem, nas últimas décadas, estudos que apontam para a reciprocidade da comunicação. Desde o aspecto da interação, quando se considera o contexto extra-verbal no enunciado, vêm-se desenvolvendo estudos que levam em conta não apenas os efeitos da comunicação sobre o receptor, mas efeitos que a reação do receptor produz sobre o emissor, estudos da interação entre sujeitos postos em comunicação.

É necessário reunir conceitos, métodos para analisar a linguagem, desenvolvidos não só pela lingüística como por diferentes campos que estudam a linguagem como prática social. Quando se trata de investigar o sentido engendrado no interior das atividades discursivas é preciso focalizar a mensagem global do texto, sem se restringir à dimensão da frase, cujas leis sintáticas reduzem-se a funções meramente localizadas. O trabalho do analista vai além de uma tarefa de reconhecimento de fenômenos gramaticais, que isso não conduz à abordagem da situação comunicativa.

Afinal, a linguagem existe para nós, seres em sociedade. Além do exame da comunicação como interação, em que se localizam enunciadores e enunciatários, emissores e receptores, interessa-nos, sobretudo, a amplitude das situações comunicativa. Na observância dos textos jornalísticos, lançamos o olhar para crenças, desejos, preferências, valores, competência modal de sujeitos que se comunicam, particularidades das situações em que se envolvem e a amplitude de dimensões históricas e culturais.

Para o termo discurso há inúmeras definições formuladas de várias perspectivas teóricas e disciplinares. *Discurso* é comumente usado na lingüística com referência a amostras de linguagem falada ou escrita. Esse sentido enfatiza a interação entre os dois pólos da comunicação que estão aqui contemplados como enunciador e leitor no processo de produção e interpretação do objeto semiótico, jornal.

Em relação a diferentes tipos de linguagem, em diferentes tipos de situação social, há uma certa freqüência do termo: *discurso religioso, discurso do jornal, discurso da publicidade* etc., usado amplamente por Michel Foucault em suas análises sociais e nas teorias, com referência aos diferentes modos de estruturação das áreas de conhecimento e prática social.

A semiótica diferencia discurso e texto. Discurso é visto como uma superfície de níveis de profundidade diferente, articulados segundo um percurso "que vai do mais simples ao mais complexo, do mais abstrato ao mais concreto" (GREIMAS & COURTÉS, s/d, p. 206). Fiorin (1997) afirma que todo discurso é social, "é a materialização de formações ideológicas. Texto é a união do plano de conteúdo (nível discursivo, narrativo e fundamental) com o plano de expressão, objeto de significação e de comunicação,

> [...] definido por uma organização lingüístico-discursiva e pelas determinações sócio-históricas, e construído, portanto, por dois tipos de mecanismos e de procedimentos que muitas vezes se confundem e se misturam [...] pode ser tanto um texto lingüístico, indiferentemente oral ou escrito, quanto um texto visual [...] em que sincretizam diferentes expressões, como nos quadrinhos [...]" (BARROS, 2003, p. 188).

1.1. O Sujeito no texto jornalístico sobre a terra: um difícil lugar a ser ocupado

Produto de relações de contradição, submissão ou usurpação de outros textos, o texto jornalístico só produz sentido ao ser percebido por um interlocutor-sujeito que reinterpreta o discurso do outro a partir de seu próprio discurso (AUTHIER-REVUZ, 1982).

Os fatos, objeto dos textos jornalísticos, não são ilhas de acontecimentos nem podem ser considerados isoladamente. Construção de um ser de linguagem, devem ser vistos como linhas contínuas que alinhavam o mundo, numa costura que leva o homem a se sentir parte do objeto que ele mesmo constrói.

Dito isso, podemos compreender o papel do **sujeito**, fonte produtora do processo de comunicação, da qual se torna responsável como a(u)tor de toda ação comunicativa. O processo de linguagem implica, então, a dimensão da **subjetividade**. Na adesão de um sujeito do dizer, ao enunciar o discurso, desencadeia-se todo o processo linguageiro que conduz o sujeito ou é conduzido por ele, diante das possibilidades de resistência a qualquer mecanismo de controle. Paradoxalmente, se de um lado é o lugar de coerções, de outro, distingue a possibilidade de autonomia, de resistência a mecanismos de coação, mesmo os que se impõem para fins de poder.

Abordar o sujeito no discurso jornalístico nos impele a deixar de lado noções que categorizam emissores e receptores em lugares distintos para dar a eles a condição de enunciadores de atos comunicativos, na compreensão da relação dialógica de emissor/receptor, pela noção de integração. É no movimento entre sujeitos que se estabelece a doação de significados ao objeto construído pela linguagem.

Qualquer abordagem sobre o sujeito no discurso jornalístico passa necessariamente por considerações sobre duas noções: subjetividade e objetividade.

Quando elas se referem ao campo da comunicação jornalística, parecem se contrapor, advindas da crença de que o jornalismo se divide em opinião e informação. Essa é matriz teórica para a classificação gêneros textuais como uma condição de suposta "verdade", evocada como garantia de rigor na informação. Entretanto, o que os estudos mais atuais vêm demonstrando é que informação e opinião não se separam, mas se misturam e interagem, podendo ser observadas, diariamente, em qualquer texto jornalístico. Convém esclarecer que discutiremos essas questões, pontualmente no capítulo 2: *A comunicação verbal no jornalismo impresso: objetividade versus objetividade*.

Sabemos que, no jornalismo, não se podem criar espaços exclusivos ou excludentes para a opinião e a informação. Até porque isso seria uma impossibilidade, tanto na dimensão do conhecimento quanto no plano dos mecanismos da linguagem. Qualquer que seja a obra humana - e aí se incluem, naturalmente, as produções jornalísticas - é a opinião que elabora, conserva ou destrói, que preserva ou transforma. (CHAPARRO, 1998)

O que seria a objetividade? Talvez a capacidade de enxergar o objeto real, que tem existência fora do sujeito? Para a construção do texto jornalístico existiria uma maneira de separar o objeto real do ato de pensar - ato que produz um outro objeto, como a notícia, por exemplo, objeto semiótico?

Certamente por não se poder responder afirmativamente a tais perguntas, isso nos leva a concluir que a notícia não está, portanto, no território da objetividade.

Embora nessa primeira parte surjam conceitos, a sugerir reflexões, convém explicar que tantas vezes eles são trazidos para completar o assunto que está em desenvolvimento. Vão sendo retomados para complementação, ao longo do percurso de todo este texto. Por exemplo, esboça-se neste momento uma perspectiva discursiva a respeito de "notícia". Sem perder de vista a amplitude com que as teorias da comunicação enfrentam o conceito, vamos retomá-lo mais à frente. Mas, antecipando a abordagem, afirmamos que a notícia faz parte, sim, do território da noticiabilidade dos fatos. E, para se tornar materialidade linguageira, deve ser olhada e qualificada em técnicas de apuração e depuração, com a lupa dos valores, das razões e dos critérios daquele que a enuncia. A notícia é, pois, produto de um sujeito. A notícia é produto de um olhar. Portanto, assim reconhecida, na sucessão de fatos, tem-se a imagem da instância que os enuncia. Se é produto resultante de um trabalho da empresa jornalística, a necessidade que se põe a todo leitor, a todo analista é a de um olho mais afinado para captar o olhar de um sujeito circunstanciado dentro de limites em que se lhe impõe sua tarefa.

Todo e qualquer ato comunicativo - literário, jornalístico, ou quaisquer outros – nasce do fazer de um sujeito, sendo por ele produzido. Em se tratando do jornal, os sujeitos dão forma ao mundo dos fatos que vão sendo lidos, quer seja na posição do enunciador ou do leitor.

Ao conceber o sujeito constituído a partir dos lugares de enunciador e leitor, além de sua valorização enquanto agente da ação comunicativa, existe aí a possibilidade de incorporar a ele o objeto ou vice-versa. Ou seja, deixa-se de operar com a noção de uma possível separação sujeito/objeto, para lidar com a indissociabilidade na materialidade discursiva. O sujeito da enunciação (enunciador/leitor) concebe o mundo que o concebe, lê o mundo que vive, fala do mundo que lê. Não há uma possível dissociação nessa relação dialógica, espaço de (inter)subjetividades, de ambigüidades, de (in)certezas.

Exposta pelo enunciador como um processo em que o leitor se insere no jogo de sentidos estabelecidos, a semiótica considera que "o enunciador propõe um contrato, que estipula como o enunciatário deve interpretar a verdade do discurso" (BARROS, 1988, p.94).

Entretanto, quando se trata de uma outra atividade, como a de quem participa do "jogo de sentidos" só pela observação, deve ser considerado um outro processo de leitura. Tem-se aí o fazer do analista cujo olhar está sempre a perscrutar o que está nesse jogo, sua

organização, regras que o mantêm, etc. Entra não com a finalidade de meramente jogar, mas de observar a estruturação dos sentidos. Estamos aí diante do "leitor-intérprete", que segundo Bertrand (2003, p.411) trata-se de um sujeito movido por um "crer crítico", que, também leitor, participa da organização textual e "descobre representações semânticas de um outro grau, mais 'profundas'ou mais abstratas".

Evidentemente, nossas atividades de leituras consistem em olhar o que já foi olhado. Entretanto, conforme o que afirmamos, não quer dizer que consideremos as unidades de leitura segundo a determinação de um universo de sentido estruturado, atendendo à relação fiduciária que sustenta compulsoriamente enunciador e leitor. Tratando-se dos sujeitos envolvidos na enunciação de *O Imparcial* e *Oeste Notícias,* que se ligam pela confiança recíproca, de acordo com a lógica jornalística, podemos afirmar que somos movidos pela "desconfiança", na procura de desnaturalizar todo e qualquer sentido, construídos pelo/no jornal.

Com o olhar direcionado pelos pressupostos teóricos da semiótica, antecipando discussões do próximo capítulo, afirmamos que o reconhecimento "das projeções da instância da enunciação no discurso-enunciado" (BARROS, 1988, p.73) como operação sincrética e conjunta, é uma noção fundamental para nossas leituras. Pela enunciação se produzem os pontos de vista*,* sua relatividade, ocultamento ou dissimulação, os simulacros de presença/ausência, instalando-se as categorias de pessoa, lugar e tempo, conformando construções da realidade agrária, que podem ou não ser reconhecidos pelo leitor.

Considerando as reflexões acima, podemos discutir até que ponto o contrato comunicativo que se estabelece nos enunciados dos dois jornais do Pontal é aceito por seus leitores. Acreditamos que tais questionamentos podem nos levar a reflexões sobre a temática da terra. O enfoque interpretativo orienta nossa leitura e, assim, é possível desvelar códigos da mídia impressa, forçando nosso olhar a deixar a comodidade do estabelecido, para entrar no terreno do deslizamento do sujeito de enunciação. Ratificamos a necessidade de abandonar qualquer ingenuidade do olhar que se poderia deixar levar pelas relações intrincadas de forças dos poderes (políticos, econômicos, etc), os quais - não se pode negar - sustentam a voz jornalística, tecendo a trama discursiva.

O olhar crítico deve ser cônscio de que na esfera jornalística proliferam os imaginários rurais e as ideologias sobre a terra, incrustando-se na morfologia dos jornais, configurada em percepções, pontos de vista pertinentes na escala social, mas que devem ser vistos como "tela do parecer".

Em relação ao imaginário, poderíamos nos referir a diversos conceitos que remetem à memória como, por exemplo, mundo dos sonhos, realidade criada pela imaginação. Interessa-nos o conceito de "memória" para relacioná-la à memória coletiva. De acordo com Pierre Nora, a entendemos como "o que fica do passado no vivido dos grupos ou o que os grupos fazem do passado" (Apud LE GOFF, 1996, p.472). Ou, podemos fazer nossas as palavras de Nascimento (2004, p.192): "Imaginário não é, portanto, imaginação; é contra-imaginação, porque nos remete à coletividade, à cultura. Todo imaginário tem como pano de fundo um acordo social que se homologa em um recorte cultural que representa uma visão de mundo, uma ideologia."

Nesse sentido, sobre a conquista da terra no Pontal, o conceito é frutífero para pensar em efeitos silenciadores, ou seja, refletir sobre o apagamento de determinados acontecimentos históricos. Fatos que são postos em cena por alguns veículos de comunicação, não são convocados em outros. Sabemos que não se trata de desconhecimento do assunto, mas de um silenciamento. Quanto ao não dizer sobre um determinado tema, exemplificamos com a questão da "grilagem de terras", ação naturalizada na região, mas inconveniente para os que defendem a posse da propriedade. Por se tratar de ação ilegal, não deveria construir dizeres, pois poderia incorrer na perda da terra. Dizeres que, poderiam levar a um percurso narrativo contrário ao de antigos ocupantes, que se consideram seus verdadeiros donos, resultando na perda de seu objeto valor (desapropriação). Ora, sobre a grilagem, nada se veiculou no ano de 2002, nem no *Oeste* nem em *O Imparcial,* enquanto fatos, mesmo incoerentes com um determinado espaço jornalístico, sem qualquer relação com o assunto, eram trazidos, para silenciar aquele que não era conveniente. Importante informar que a grilagem de terras é um tema recorrente em muitos veículos da mídia: jornais, revistas, internet e em textos científicos, a partir dos quais obtivemos informações.

O campo da produção jornalística pauta-se pelo reconhecimento de que, para a construção do texto, seu enunciador deve-se colocar no lugar do leitor. Quer dizer assim que há um saber atribuído a este último, mas a ser previamente assumido pelo primeiro. Para isso são criados os manuais de redação. Produto das agências dos grandes jornais diários, estabelecem regras para pautar a conduta dos sujeitos envolvidos no processo da enunciação jornalística. Quando se trata do leitor e da pressuposição de sua existência, coloca-se aí sua condição não-discursiva, de passividade daquele que é "agido".

> A *Folha* deve poupar o trabalho do leitor. Deve relatar todas as hipóteses em torno do fato em vez de esperar que o leitor as imagine. Deve explicar cada

> aspecto da notícia em vez de julgar que o leitor está familiarizado com ele. Deve organizar os temas de modo que o leitor não se surpreenda com assuntos correlatos em lugares distintos do jornal [...]. Cada texto do jornal deve ser redigido a partir do pressuposto de que o leitor não está familiarizado com o assunto. (*Manual da Folha de S. Paulo, 2001*, p.18).

De um lado, paradigmas cristalizados do poder disciplinador da linguagem jornalística, a exigir clareza, completude acerca da pretensa "realidade" dos acontecimentos e a busca do ideal da integração grupal (compreendido pelo poder da sociedade como um todo), procuram fazer do enunciador uma entidade homogênea e transparente segundo regras estabelecidas. De outro, a atividade do sujeito. Nesse embate, permeia a subjetividade, a identidade, tantas vezes negada, construída nos simulacros da materialidade do discurso.

Diante do exposto, podemos afirmar que o desafio é pensar o discurso jornalístico a partir do paradoxo da negação da presença do sujeito e de seu assujeitamento a normas e na obediência a regras, tendo em vista a completude de sentidos que se impõem.

O problema da objetividade no texto jornalístico está relacionado à ilusão do dizer verdadeiro, atividade que não permite ao jornalista se colocar como sujeito mediador. A crítica que se faz de um possível lugar de distanciamento imputado ao enunciador, em nome de um efeito de objetividade no texto jornalístico, tem como conseqüência a superficialidade dos relatos. Ora, tendo que assumir a condição de quem deve narrar a história de um lugar distanciado, aquele que exerce esse fazer, vê-se obrigado a isolar-se dos fatos. Na crença de que assim está também distante da ambigüidade e da indeterminação, acredita "higienizar" o texto dos efeitos de subjetividade, no entanto, as conseqüências dessa conduta é a construção de um texto que se reduz a meras informações.

Trazendo tais questões para os objetos de análise, podemos dizer que ao nos colocarmos no mundo das notícias sobre as questões agrárias, que compreende boa parte do *corpus,* instalamo-nos na contraditória convivência entre a ilusão de objetividade e de subjetividade. Porém, o que não nos pode abandonar é a idéia fixa de não perder de vista o sujeito envolvido em todo o processo.

Não há como negar que as notícias, objetos que discursivizam a vida humana, são redutos da racionalidade e da lógica, que desvelam valores culturais. Isso posto, habita aí um reduto exacerbado do racionalismo. A propósito, a notícia, construção jornalística, é produto do fazer de sujeitos e, por que não, lugar onde habitam desejos e ilusões do ser humano e das sociedades. Ora, não se pode negar que ali, onde se tem a ilusão de poder expressar com rigor a suposta realidade, excluindo-a de fantasias, ilusões ou invenções, é também o lugar onde se situa o mais recôndito do ser social , onde habitam os mitos.

Não está ao alcance de nossas reflexões qualquer discussão sobre o poder dos mitos e sua relevância no desvelamento de tantos efeitos de sentido, especialmente quando se trata da temática da terra. Mas o que não podemos desconhecer é que, muitas vezes são postos em cena. E, quando isso acontece, não é o tecido figurativo, a leitura das figuras tomadas em sua "significância" do tema que constrói o sentido, mas as relações a serem feitas a partir do que permeia a imaginário de uma determinada sociedade. Portanto, o olho tem que estar atento para apreender, selecionar e, sobretudo, fazer relações de tudo o que possa se relacionar à terra. Em se tratando de mitos, pensar, por exemplo, o mito da terra prometida, que converte subversivamente qualquer racionalidade do discurso jornalístico do Pontal (conflito agrário, agronegócio) em seu contrário.

Em consonância com essa especificidade, afirma um dos respeitados teóricos da comunicação, Barbero (Apud SOUSA, 1995, p.35):

> [...] modos de viver, fazer, modos de perceber a realidade os diferentes impugnadores, questionadores - ainda que essa impugnação e esse questionamento [...] não sejam claros, introduzem na esfera das práticas sociais cotidianas não apenas a procura das significações e usos sociais atribuídos às coisas, mas uma postura que busca nos meios de comunicação a expressão de uma instância pública que indaga e reconhece o jornal como espaço de construção de valores."

Buscamos uma voz, mas não queremos dizer que supomos sua preexistência aos atos de fala do sujeito como se tratasse de uma posição designada, determinante do lugar de onde se fala.

Falamos em lingüístico, mas também não quer dizer que as linguagens não-verbais – códigos diferentes da palavra (imagem, cor, forma, movimento, sons, etc.), sejam menos importantes, especialmente com os recursos tipográficos que vêm possibilitando um novo visual à mídia impressa. Indiscutível, no entanto, é reconhecer a supremacia do código lingüístico, dos signos verbais sobre a qual Lefèbvre se pronuncia:

> [...] certos campos parciais não se bastam (a imagem). Outros bastam-se (a música, a pintura, bem diferente da imagem). Uns voltam para a linguagem; a linguagem volta para os outros. Ela explora os campos, perscruta o real e o possível, o próximo e o horizonte. Verifica lacunas, rupturas, vazios, pausas do texto social. A linguagem permite preencher esses vazios, momentaneamente ou duravelmente, por meio de interpretações ou hipóteses. Situa-se no centro, mediação entre os campos, caminho para passar de um para outro. É uma *função relacional.* Desse conjunto resulta a comunicação, sempre recomeçada, jamais detida, jamais completa. (LEFÈBVRE, 1966, p. 290).

Tomamos a questão da presença da subjetividade na linguagem jornalística. Para

desenvolvê-la vamos, grosso modo, apresentar um panorama para situar o sujeito no interior das ciências da linguagem. Não pretendemos polemizar sobre questões teóricas, até mesmo porque não é essa nossa tarefa, que tem como objetivo principal fazer a leitura de textos jornalísticos. Vamos operacionalizar conceitos teóricos, sim, mas sem a obrigatoriedade de nos sentirmos aprisionados a eles.

Em seu fazer discursivo, o enunciador do texto jornalístico é aquele que amplia, reformula, renova, revoluciona a matéria significante de que dispõe. Assim, toda subjetividade se constrói a partir *do*, *com o* e *no* universo da sociedade, no confronto ou na complementação. Ora, nessa dinâmica das relações do "eu" e do "outro" está a reformulação de padrões valorativos, emocionais e cognitivos do sujeito: das estruturas e dos processos, dos condicionamentos e das ações, dos estereótipos e dos paradigmas, da prática enunciativa, enfim.

Considerando o cenário social da atualidade, como refletir sobre o sujeito, tendo em vista as transformações por que passa o trabalho produtivo, quando, cada vez mais, "uma força de trabalho intelectual, imaterial e comunicativa preenche o espaço ocupado pela força de trabalho de operários (...)?" (PAIVA, 2000, p. 48).

Inegável que, em tempos de "globalização", novas configurações de subjetividades surgem, quando corporações industriais e financeiras multinacionais e transnacionais estruturam as sociedades em espaços globais. No campo da comunicação, assegura Martín-Barbero (1997, p. 36) que "emissor e o receptor se situam [...] não tanto com relação a um canal, a um meio, porém com relação a necessidades e problemas".

Ao constatarmos essas realidades, podemos dizer que é necessário, então, eleger um lugar do sujeito da/na comunicação, para buscar um eixo da subjetividade. Para as teorias da comunicação, ela é considerada no pólo da emissão e da recepção (termos caros a essas teorias), constituída a partir da materialidade discursiva. A subjetividade é o resultado da polifonia que enunciador e enunciatário carregam, cujo universo é formado pelo diálogo entre os discursos, em que se insere o cotidiano.

Por mais que se possa compreender que a fala seja um exercício individual, é inegável que ela deva ser determinada por seu uso social. Na interação entre a produção do discurso por um sujeito enunciador e a apreensão por um outro sujeito, as pesquisas mais recentes em lingüística vêm procurando apreender o sentido, na busca desses interlocutores, aproximando-se da realidade do discurso em ato. A propósito, a materialidade do discurso pressupõe a realidade social, ou é esta que pressupõe aquela?

A problemática da subjetividade, não apenas restrita à lingüística, esteve sempre amalgamada às reflexões de todas as ciências humanas. De fato, o sujeito interessa às pesquisas no campo da produção e leitura dos fenômenos culturais e comunicacionais.

Lopes (1997) afirma que a subjetividade não é uma discussão de agora. Ao se referir àquele a quem chama de "principal teórico da literatura do estruturalismo de Praga", Mukarovski, afirma que é discutida desde a primeira metade do século XIX.

Nos estudos do semioticista brasileiro, ao concluir que "o belo não é propriedade do objeto, mas da relação sujeito contemplante *versus* objeto contemplado", de que "o belo é um efeito de leitura intersubjetivo" (p. 301), Lopes leva-nos a observar que, há meio século, o deslocamento do "posto do observador, do sujeito contemplante, do lugar do autor para o lugar do leitor" (p. 302), longe de uma acepção psicologizante de sujeito, que levasse a uma subjetividade solipsista, estava no centro de estudos lingüísticos.

Interessados na focalização do sujeito, a leitura de Lopes (1997) levou-nos ao caráter social da "significabilidade e da comunicabilidade do texto", conduzindo para reflexões sobre o descentramento do sujeito na especificidade do texto jornalístico, "uma nova via de acesso à intersubjetividade social". Do autor e leitor da mensagem artística, fomos levados a pensar o enunciador e o leitor na mensagem utilitária da notícia de jornal:

> [...] nem a arte nem o artista se criam jamais encapsulados na bolha de um espaço ermo e isolado, senão que surgem nos quadros de um ambiente social determinado, do qual provêm e para o qual retornam. Diante disso, o leitor, que é apenas outro nome para o público, a coletividade visada pela obra, encontra-se sempre incluído nela."(p. 302).

Na crítica ao reducionismo do pensamento descartiano da identidade radical do pensamento e da linguagem centrados no sujeito, como sede da subjetividade, Lopes chama a atenção para o sujeito, que não passa de efeito dos pensamentos de um *eu:*

> [...]'eu', o *indivíduo* são outros tantos falsos conceitos, que transformam em substâncias unidades e construtos fictícios, antes da razão que possuem unicamente uma existência lingüística [...] palavras não etiquetam mais do que *simulacros,* personagens interiores que mascaram o fato de que cada um de nós é 'um drama de gente'[...] uma pluralidade de forças em luta, concorrentes e co-concorrentes, que se forjaram um centro arbitrariamente coerente e substancial a partir da sua 'realidade'no espaço da língua [...]. (p. 304).

Conclui o autor que o estético, em Mukarovski, se identifica com um certo efeito de leitura de um sujeito plural, "não mais uma entidade de categoria psicológica, mas uma entidade semiológica, via de acesso à intersubjetividade social, que lê um efeito de sentido

programado no discurso como um efeito de leitura dominante" (p. 302), independentemente de se tratar de uma mensagem artística ou mensagem utilitária. Assim, podemos trazer para essas reflexões o texto jornalístico.

Leva-nos a entender que, com a introdução da subjetividade social do destinatário coletivo, o público visado pela obra – público esse que incluía (por que não?) o próprio autor - o ponto de vista que preside à construção do significante e do significado da obra faz um giro copernicano e vai se situar, primeiro, em algum lugar entre o escritor e o leitor, para fixar-se a seguir no posto desse último, insinuando a construção de uma estética da recepção.

Retomando a epígrafe deste capítulo, o trecho de Ginzburg: "Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um".

Se considerarmos a metáfora "jaula", somos arremessados para uma noção de sujeito e de linguagem como forma de restrição, coação ou coerção, que se dá por modos de controle, seleção, organização e redistribuição do que pode ser sabido e dito. A ênfase recai sobre sistemas de interdição, de razão e "desrazão", de verdade, de disciplina, de redistribuição do saber ou comentário, do autor ou autoridade que tem a permissão para falar.

As afirmações acima nos remetem para Foucault. Importante para estudos do discurso, o legado desse autor tem relevante contribuição para as análises, especialmente para aquelas cujas áreas necessitam de reflexões para questionar a relação entre discurso e poder, conceitos desenvolvidos por ele. Para exemplificar, podemos citar os conceitos de "formação discursiva", "formação ideológica", que auxiliam na busca de efeitos de sentido, especialmente quando se trata da especificidade dos discursos produzidos pelas empresas jornalísticas.

Transcrevemos a seguir uma das afirmações do pensador francês, desencadeadora de reflexões sobre a necessidade de olhar para as propriedades socialmente construtivas do discurso, cujos sujeitos não podem ser considerados entidades de categoria psicológica, mas interpretadores de diversos contextos, que se interpenetram no interior de cada comunicação.

"Sim, existem sujeitos: são grãos dançantes na poeira do visível, lugares móveis num murmúrio anônimo [...] Eles nascem e se esvaem na espessura do que se diz, do que se vê." Essas palavras são de Foucault, mas foram proferidas por Deleuze numa entrevista concedida em 1986 a Claire Parnet.

Chamou-nos a atenção a metáfora "grãos dançantes", por remeter à diversidade e dispersão de sujeitos, "lugares móveis", colocando-nos diante das posições várias assumidas

por quem é o responsável pelo ato linguageiro. A expressão “poeira visível” figurativiza a idéia do termo “discurso”, ressonância de um coro de vozes, tendo em “murmúrio anônimo”, a representação da práxis social.

Para pensar todo o conhecimento materializado jornalisticamente, na sua produção, acumulação e distribuição, implica focalizar a extensa área do conhecimento humano, mas, sobretudo, implica pensar o homem, sujeito em que se articulam estruturas e processos, tornando-se presentes tanto os resultados do percurso histórico quanto os processos de ações, a efetivação de comportamentos.

1.2. A Posição do sujeito para a semiótica.

Há pouco mais de três décadas (no fim dos anos 70), a semiótica de Greimas, que deixava pouco espaço para o sujeito, reconhece textualmente a sua importância nas pesquisas lingüísticas, trazendo para suas reflexões o estatuto da “enunciação”.

Bertrand (2003, p.78) apresenta um histórico da teoria semiótica: “Greimas declarava em 1976 que ‘a reflexão sobre o estatuto da língua esteve, desde o começo, indissoluvelmente ligada à dimensão discursiva de sua manifestação enquanto fala’”. Aponta rumos para os estudos lingüísticos da contemporaneidade, apresentando ao leitor a importância da enunciação, no reconhecimento de “sujeitos” (enunciador/enunciatário), como um “dos pontos de discussão essenciais da semiótica com as outras disciplinas da linguagem e do sentido.” (p. 80).

Enquanto a semiótica do enunciado estuda as formas da estruturação do enunciado, numa herança formalista, na busca das articulações internas ao texto, a semiótica da enunciação centra-se nas operações de discursivização, para uma situação extralingüística. A essa última, Bertrand (2003) caracteriza como “semiótica da leitura”, endereçando uma crítica à primeira:

> O desnudamento das estruturas formais quebra a ligação do discurso com seu sujeito, arranca a obra da realidade histórica de sua produção e de sua recepção, ignora a cronologia, a historicidade, as condições de leitura [...] e sua eficácia comunicativa. (p. 19).

Tendo ignorado as questões relativas ao sujeito enunciador até a década de 70,

num momento de se construir a "objetivação do texto", o conceito de enunciação, se limitava a espelhar a dicotomia saussureana *langue/parole,* explica Bertrand (2003, p. 51). Mas em um dos artigos do próprio Greimas (1975, p. 26), se reconhece a necessidade de "determinar o estatuto e o modo de existência do sujeito da enunciação":

> Ou a enunciação é um ato produtor não lingüístico e, como tal, escapa à competência do semiótico, ou então ela se acha presente, de uma maneira ou de outra, - como um pressuposto implícito no texto, por exemplo – e, neste caso, a enunciação pode ser formulada como um enunciado de um tipo particular, isto é, como enunciado dito enunciação, por comportar outro enunciado como seu actante-objeto, vendo-se, portanto, reintegrada na reflexão semiótica que vai procurar definir o estatuto semântico e gramatical de seu sujeito. (GREIMAS, 1975, p. 26).

Na semiótica greimasiana, a enunciação, pressuposta pela existência do enunciado, é reconhecida, tendo no sujeito "uma pura e simples posição", um sujeito "lógico". Quando as pesquisas sobre os diferentes níveis de estruturação do sentido se estabilizaram, no final dos anos 1970, coube à enunciação a função de organizar a passagem das estruturas elementares e semiovirtuais – consideradas como um estoque de formas disponíveis anteriores a ela (uma gramática) – às estruturas discursivas (temáticas e figurativas) que as atualizam e as especificam no interior do discurso enunciado. No cruzamento entre as coerções sintáticas e semânticas que circunscreve a competência do enunciador e o espaço de relativa liberdade, pressuposta pela efetuação do discurso, eis aí o campo do sujeito da enunciação, cuja prática enunciativa vem das práticas sociais da linguagem. Nesse aspecto, Bertrand (2003) observa que a perspectiva da semiótica atual é a do domínio das codificações do uso, de um lado, e a que remete à singularidade da efetuação do discurso, de outro.

A nós, que nos interessamos por apreender os efeitos de sentido da temática da "terra" no discurso jornalístico, é importante destacar que a apreensão desse gênero prende-se à espessura enunciativa resultante da ação de um sujeito, que insere no mundo sua percepção, suas emoções como sujeito do inteligível e, por que não, do sensível. Na prática da linguagem, o objeto significante é significante para o sujeito que o apreende, o vê, o sente, o compreende, modulado por afetos intersubjetivos na eficácia da comunicação praticada na linguagem, em geral, utilitária (se nos referimos a gêneros como reportagens, notícias, editoriais, etc). Ator tematizado e figurativizado, o sujeito da enunciação do texto jornalístico toma corpo para ocupar um espaço social. O conceito "corpo" entra para a teoria semiótica a partir dos estudos dedicados à paixão, dada a insuficiência das teorias para explicar a riqueza discursiva, regida por sujeitos de estado ("sujeitos inquietos") ou por sujeitos do fazer (que

podem ou não ter uma vontade para realizar a ação). Vamos a Maingueneau (1995, p.145) e encontramos a noção de corpo, quando se refere à "conformidade estreita entre uma maneira de se inscrever carnalmente no mundo". Para essa noção ele busca o conceito de *ethos*. Consultamos também Fiorin (1996, p. 90), que se refere ao termo "corpo", chamando a atenção para a necessidade de se desenvolver uma teoria para observar o modo de dizer, "o tom associado a um certo caráter e a uma certa corporalidade, que se manifestam na enunciação enunciada":

> Os tons podem ser moderados ou agressivos, alegres ou tristes, monótonos ou vibrantes etc. Cada um deles está associado a uma imagem do corpo do enunciador, que não estará representada para o olhar no enunciado enunciado, mas que se percebe no modo de dizer. Esse corpo veste-se de uma dada maneira etc. Temos, assim, o corpo jovem vestido de maneira bem moderna do enunciador da *Folha Ilustrada*; o homem rude e grosseiro, com corpo enorme, da direita mais bruta; o barbudinho do PT; o corpo bem cuidado vestido com elegância clássica da nova direita etc. (FIORIN, 1996, p. 90).

O princípio que anima o procedimento metodológico de análise dos textos jornalísticos é o de que a enunciação, sempre pressuposta, pode enunciar-se no enunciado, tornando-se acessível a partir de marcas aí deixadas. Sujeitos constroem o mundo, o objeto semiótico, que é significante na inter-relação entre sujeitos que transpõem os efeitos de sentido para compreendê-los. Para tanto é necessário lançar mão de recursos para apreender os mecanismos das operações enunciativas. Dentre elas destacam-se a "debreagem" e a "embreagem" como mecanismos estabelecidos por Greimas, citados nos trabalhos dos semioticistas franceses atuais, tanto Fontanille & Zilberberg (1998), como Bertrand (2003) e em incontáveis estudos realizados no Brasil.

O mecanismo da debreagem é "a operação pela qual a instância da enunciação disjunge e projeta para fora de si, no ato de linguagem [...] os elementos que servem de fundação ao enunciado-discurso"(Greimas & Courtés, s/d, p. 95). Essa cisão "fundadora, portanto, da instância do discurso, atualiza, simultaneamente, as categorias enunciativa (dêiticas) e as categorias do discurso (ator, espaço, tempo)" (BERTRAND, 2003). Logo, temos três tipos de debreagem: actorial, espacial e temporal.

A embreagem, que também se decompõe em embreagem actancial, espacial e temporal, é definida por Greimas & Courtés (s/d, p. 140) como "o efeito de retorno à enunciação, que se reproduz pela neutralização da oposição entre certos termos da categoria da pessoa e/ou do espaço e/ou do tempo, bem como pela denegação da instância do

enunciado".

Fontanille & Zilberberg (2001, p.148) destacam que, enquanto a debreagem "instala as condições de enunciação", a embreagem "só pode operar, e, portanto, simular essa enunciação, sob as condições impostas pela debreagem". Logo, do ponto de vista da sintaxe enunciativa, a embreagem, "apoiando-se nas categorias atualizadas pela debreagem, propõe apenas um simulacro da instância de discurso, 'a enunciação enunciada', [...] potencial, na medida em que é convencional e, em maior ou menor grau, invariável".

Imprescindível chamar a atenção para o trabalho minucioso de Fiorin (1999) que nos oferece um suporte para nossas leituras das categorias discursivas do "eu, aqui, agora". Para ilustração, podemos citar as marcas sintáticas como a debreagem resultante do emprego de um "eu" explícito, narrador, delegado pelo sujeito da enunciação; a embreagem do sujeito que, sem dizer "eu", acaba por reforçar o "eu" que fala. São vários mecanismos que, se observados pelo analista, proporcionam um alargamento do olhar, pondo mais luz em determinados efeitos de sentido.

Em se tratando da enunciação do discurso jornalístico, a instância geradora do dizer pode muito bem assumir a responsabilidade pelo que enuncia, sem que se mostre, sem que, para isso, opte pela primeira pessoa, sem dizer "eu". Nesse caso, a enunciação se referencializa nos enunciados, por meio de avaliações e interpretações implícitas de um narrador implícito a essa totalidade, com um enunciador que chama para si a responsabilidade pelo dizer. Fiorin (1996) refere-se às "apreciações moralizantes" que, recorrentes, contribuem para traçar a imagem do ator da enunciação. Assim, as apreciações podem ser entendidas de acordo com todo e qualquer julgamento, de forma positiva ou negativa.

> Mesmo que não haja um *eu* explicitamente instalado por uma debreagem actancial enunciativa, há uma instância do enunciado que é responsável pelo conjunto de avaliações e, portanto, um *eu.* [...] Há, pois, um narrador implícito e um narrador explícito. (FIORIN, 1996, p. 65)

Segundo Bertrand, a enunciação tem uma dimensão sócio-cultural, impessoal:

> A sedimentação das estruturas significantes, que são fruto da história, determina todo ato de linguagem. Há o sentido *dejà-lá,* depositado na memória cultural, arquivado na língua e nas significações lexicais, fixado nos esquemas discursivos, controlado pelas codificações dos gêneros e pelas formas de expressão que o enunciador, durante o exercício individual da *parole,* convoca, reitera, renova e transforma. (BERTRAND, 2003, p. 55)

Além das operações enunciativas de debreagem e embreagem centrada sobre as

operações do sujeito, Fontanille & Zilberberg (2001) fazem referência a outra operação: a convocação. Estabelecida por Greimas, ela recobre o processo de discursivização do conjunto de categorias semionarrativas disponíveis que, segundo os autores "permite às categorias aceder à presença discursiva, sendo, portanto, controlada pelas modalidades existenciais". (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p.148).

Ao se interessar pela competência modal do sujeito, a Semiótica passa a investigar menos a ação dos sujeitos em busca de determinados valores investidos no objeto (a narratividade) e mais a manipulação. Afirma Fiorin (2000, p. 174): "parte-se da constatação de que só pode executar uma ação quem possuir pré-requisitos para isso, ou seja, de que o fazer exige condições prévias. Só pode realizar uma ação o sujeito que quer e/ou deve, sabe e pode fazer. É isso que se chama competência modal do sujeito.". Continua o autor a afirmar que ao reconhecer que a modalização do fazer é a sobredeterminação de um predicado do fazer por outro predicado (querer/dever/saber/poder), "a Semiótica começa a realizar uma tipologia mais fina dos sujeitos. [...] não se procura mais apenas explicar as relações entre sujeito e objeto, mas entre sujeitos, o que leva ao interesse pela competência modal do sujeito que realiza a transformação". Citando Pottier, Fiorin afirma que a Lingüística "tem hoje uma abordagem enunciativa da modalização, conferindo-lhe o papel de exprimir a posição do enunciador em relação àquilo que diz" (p. 178). Por meio de um estudo minucioso das modalidades de base, os modos de existência do sujeito e as relações entre o sujeito do predicado modal e o do predicado modalizado, o autor fornece definições taxonômicas para as diferentes modalidades, afirmando que "uma teoria do discurso precisa de uma teoria forte das modalidades, pois a modalidade é inerente ao ato de dizer e, portanto, um elemento indispensável para a compreensão da discursivização". (p. 191). Não vamos aqui resumir esse estudo, mas quando tratarmos das modalidades, recorreremos a ele.

Afirma Greimas (1983, p. 95) que "manifestações elementares do ser vivo em relação ao seu mundo" são representadas por um espaço tímico, no nível das estruturas abstratas. Esse espaço tímico corresponde ao espaço modal, onde aparece o sujeito modalizado, ou seja, o que se move por desejos ou saberes. Pode se tratar de um aditivo para o sujeito, que o apresenta de maneira própria, modificando sua enunciação. Esse *aditivo* constrói o ator da enunciação, como um "sistema de atrações e repulsões", conforme admite o semioticista: "A relação entre o sujeito e o objeto, que define o sujeito enquanto existente semioticamente, acha-se assim dotada de um 'excedente de sentido', e o ser do sujeito se acha modalizado de uma maneira particular." (p.95)

Eis como Greimas se refere à categoria tímica, considerada, além de primitiva, proprioceptiva, fundamentando o modo de ser do ator da enunciação:

> Trata-se de uma categoria (tímica) primitiva, dita também proprioceptiva, com a ajuda da qual se procura formular, muito sumariamente, a maneira como todo ser vivo, inserido num meio, "sente-se" a si e reage a seu contexto, um ser vivo que é considerado como um "sistema de atrações e repulsões ". (GREIMAS, (1983, p.95)

A proprioceptividade diz respeito aos movimentos de virtualização/realização na construção do sentido. Por ser "a estrutura axiológica elementar abstrata", portanto, "pura virtualidade", como diz Greimas (1983, p.198), interessa-nos que o "excedente de sentido" contribui para incorporar o *ethos* de cada um dos jornais, ou seja, o "projeto editorial" (a que estaremos tratando especificamente nas reflexões sobre a linguagem jornalística) que firma a cumplicidade das informações entre enunciador e leitor.

A semiótica vem apresentando estudos que fazem emergir o sujeito. Não se trata apenas de um "eu" em sua convocação enunciativa em busca do objeto, mas em busca do fluxo de emoções. Isso não se esgota num esquema narrativo canônico. Considera, então, a convocação enunciativa que converte timia em modalização, que converte em sensibilização, retomando assim o sujeito. (GREIMAS, 1993 p.153).

Uma das fases da Semiótica, a paixão, segundo Fiorin (2000, p. 177) é entendida "como efeitos de sentido de qualificações modais que alteram o sujeito de estado, o que significa que é vista como um arranjo das modalidades do ser, sejam elas compatíveis ou incompatíveis". Explica que é a cultura que determina os arranjos modais que têm um efeito de sentido passional. Embora as paixões se caracterizem fundamentalmente pelo arranjo das modalidades, a modalização não é suficiente para produzir efeitos passionais, pois as mesmas organizações modais podem gerar ou não sentidos patêmicos. Explica ainda que "as configurações modais estão sobredeterminadas por uma modulação, que gera efeitos de sentido patêmicos". Continua o autor: "passa-se, no estudo do componente patêmico, da modalização à aspectualização e à intensidade. O conceito de aspectualização, entendida não apenas como processo lingüístico, mas como processo discursivo, não é somente uma sobredeterminação de todas as categorias de enunciação, o tempo, o espaço e a pessoa."(p.190). Afirma também que "o conceito de foria [...] conjugando a intensidade e a extensão, produz, ao projetar-se no espaço e no tempo, efeitos de andamento e de ritmo discursivos". Conclui o autor que "o estudo das paixões passa a convocar, simultaneamente, grandezas, em geral, discretas e categoriais (modalizações) e grandezas contínuas e

articuladas (aspectualização e intensidade).

Procurando fornecer respostas coerentes às questões sobre o engendramento da significação, a semiótica, na última década do século XX, constituiu conceitos e modelos para dar conta dessa tarefa. Dessa forma, passou a ter estatuto de rigor e coerência não só para descrever a lógica narrativa ou as estruturas já discretizadas no discurso, como também descrever as paixões e as emoções.

Com a *Semiótica das paixões* (GREIMAS & FONTANILLE, 1993) surgem questões que conduzem o "sujeito" para o centro das atenções. Podemos considerar, por exemplo, estudos sobre a identidade modal, que tratam especificamente da existência semiótica dos sujeitos, levando a considerações sobre "estados de coisas" e também "estados de alma". De um lado, os estados de coisas tratavam como "ser" um estado juntivo e, do outro, os estados de alma abordavam o "ser" como estado modal. O problema era articulá-los, tratando-os como um objeto "homogêneo" por fazerem parte de uma mesma instância: o sujeito. Estudos consagrados às paixões, colocam-nos diante da necessidade de tratar os fenômenos discursivos a partir das manifestações da atividade perceptivo-enunciativa do sujeito. Segundo os estudiosos da semiótica, não há qualquer possibilidade de se resvalar numa ontologização do sujeito, afirmando que se trata do sujeito semiótico.

Definida no *Dicionário de Semiótica* (GREIMAS & COURTÉS, s/d) como categoria classificatória do semantismo da percepção que o homem possui de seu corpo, a "protensividade" é a atividade do sujeito de se inscrever num espaço e se perceber reagindo a ele, possibilitando as manifestações da atividade perceptivo-enunciativa que transita entre as figuras da superfície discursiva. O sujeito passa a ser reconhecido como instância fundadora dos fenômenos discursivos provenientes de uma tensividade. O sujeito da percepção instaura um ponto de vista, na demarcação de um lugar, a partir do qual focaliza o mundo. Na ótica tensiva o ato perceptivo joga com as forças entre o que é esperado pelo sujeito e o que lhe é oferecido, criando, do ponto de vista das paixões, um desnível modal. Fontanille (1998) leva-nos a observar o caráter fundamental do sujeito no engendramento da significação, tendo, na incompletude do enunciador, um movimento de passagem do enunciado à enunciação, que instaura as figuras do discurso. Se observada na dimensão do "sentir", é descrita como "inquietude", fundando os valores passionais; na dimensão da experiência estésica, instaura a "imperfeição" e a estrutura dos valores estéticos; na dimensão narrativa é vista como "falta"; na dimensão ética, é vista na possibilidade de desenvolver o "excesso ou a insuficiência". Na dimensão do discurso é tomada como "coesão ou dispersão".

Bastante fecundo é reconhecer que o "eu semiótico" habita um "espaço tensivo", de que falam Fontanille & Zilberberg (2001):

> [...] o espaço em cujo âmago a intensidade e a profundidade estão associadas, enquanto o sujeito se esforça [...] por ajustar e regular as tensões, organizando as morfologias que o condicionam. (FONTANILLE & ZILBERBERG, 2001, p.128).

É preciso relacionar, nesse caso, o observador ao "sujeito perceptivo" e o tempo ao "centro dêitico" com que a dominância relativa de um sobre o outro traduza gradientes de intensidade e de extensidade. A partir disso, podemos tratar da semantização das formas e dos regimes temporais em termos de foco e de apreensão.

Sobre tal questão pronunciam-se Fontanille & Zilberberg:

> No espaço tensivo, que é seu [do sujeito de percepção] domínio privilegiado, esses gradientes são postos em perspectiva pelo foco ou pela apreensão de um sujeito perceptivo. Essa orientação dos gradientes em relação a um centro dêitico e em relação a um observador os converte em *profundidades semânticas*. Trata-se, bem entendido, de profundidades que articulam um espaço mental, às vezes mais, às vezes menos abstrato, o espaço epistemológico da categorização, mas isomorfo do espaço da percepção e dele diretamente derivado: a profundidade semântica obedece de fato à mesma definição que a profundidade figurativa; só muda o grau de abstração. (FONTANILLE & ZILBERBERG, 2001, p. 20).

Há uma correlação do conceito de práxis enunciativa ao de norma. Os autores explicam que a norma limita as possibilidades de atualização da língua, lembrando que o conceito refere-se a subcódigos específicos de subgrupos pertencentes a uma comunidade lingüística mais abrangente, pré-determinando a realização de discursos concretos, ou seja, a fala. Para os semioticistas franceses, o poder de mediação e de seleção da norma pode ser comparado ao da práxis. Ambos se assentam em usos que, graças à atualização, aparecem como produtos da combinatória lingüística. No entanto, a título de potencialização, restringem, de fato, a extensão dos possíveis em uma dada cultura. Todavia, por se tratar de um conceito que leva à noção de estaticidade, como o de língua, por pressupor um "depósito" de estruturas fixas, a práxis produz não só tais formas fixas, mas também as formas inventivas. Assim, a concepção de enunciação, em semiótica, associa-se a um conjunto de operações que pressupõe a dinamicidade.

Os trabalhos de Zilberberg contribuíram para que a semiótica tomasse uma configuração mais dinâmica ao abordar as questões do tempo numa ótica tensiva. Instrumental de grande importância no estudo das paixões, a tensividade vem se constituindo

e alargando seu espaço na formulação de um modelo semiótico para abarcar o sujeito no ato de sua enunciação. O simulacro tensivo ajuda-nos a explicitar e entender o processo de categorização das figuras do mundo, um tema complexo por colocar em relação sujeito e objeto.

Para tratar da constituição das figuras do mundo pelo sujeito, Greimas & Courtés (1986), falam de "fazer seletivo de um sujeito" sobre o objeto, constituindo a categoria da "presença". Benveniste focaliza essa categoria em termos de campo posicional (a dêixis enunciativa aponta para a existência do sujeito lingüístico). Zilberberg & Fontanille a abordam pela posição em relação ao sujeito, capaz de sentir e perceber, tendo como centro um "eu", que instaura o campo perceptivo a partir do foco (visée) e da apreensão (saisie), como afirmamos acima. O foco engendra a relação do sujeito com o mundo, resultante do efeito de afetar, que a presença causa ao sujeito; a apreensão resulta da posição e quantidade da presença na extensão do campo perceptivo. (FONTANILLE, 2001 p.37).

A partir das posições dos actantes da percepção (sujeito e a presença do objeto), pode-se descrever o campo de percepção. Instala-se assim um campo posicional em que o sujeito capaz de sentir e perceber é a "fonte" (*source*) e a presença focalizada é o "alvo" (*cible*). As focalizações e apreensões são controladas pelo "actante-controle". Nesses termos, temos então a estrutura mínima do ato perceptivo, que fundamenta a percepção. "Foco" e "apreensão" são atributos do actante fonte, que constituem os atos perceptivos elementares, podendo, no entanto, ser observados também no actante alvo.

No nível discursivo podemos observar a estrutura da percepção, manifestada enquanto campo de presença do sujeito do discurso, que instaura a posição enunciativa e a orientação do discurso. Os limites do campo ou sua profundidade, de acordo com Fontanille (2001), são dados a partir do "estado tensivo" resultante da relação entre a fonte e o alvo.

É sobre esse estado tensivo da percepção, o foco e a apreensão, que o semioticista francês se debruça, mostrando as possibilidades de descrição, enquanto campo posicional. O foco (ato intensivo) de uma presença e sua apreensão (ato extensivo) num determinado campo posicional para apreender as qualidades de um objeto, é a condição de categorização.

De acordo com Bertrand (2003), ainda que já façam parte de estudos recentes, as estratégias de apreensão continuam sendo tratadas genericamente dentro do conceito de "isotopia", ou seja, formas de organização temática do texto que refletem os pontos de vista e apreensões no nível das precondições de sentido. A leitura dos textos de Fontanille que tratam da semiótica tensiva leva-nos a entender que a apreensão do objeto se realiza por meio da

correlação entre intensidade e extensidade do ato perceptivo, colocados pelo sujeito sensível/inteligível, que gera uma profundidade perceptiva, entendida como a articulação do espaço "cognitivo" e "sensível". Compreendemos, então, que intensivamente e extensivamente, pode ser graduada a apreensão do sensível, que regula a presença de figuras. Elas vão se tornar valores, a partir de posições no sistema discursivo. Fica claro que as figuras podem ocupar qualquer posição, cujo(s) valor(es) depende(m) das relações que as figuras mantêm entre si.

Estamos aí diante de dois conceitos bastante profícuos para nossas leituras: "valor" e "valência" (FONTANILLE & ZILBERBERG, 2001). Sobre esse estudo, não nos interessa focalizar particularidades, cujos estudos foram mostrados minuciosamente até mesmo em gráficos. Grosso modo, entendemos que o modelo tensivo nos permite observar a ação do sujeito no ato de sua percepção.

Feitas as reflexões, vamos trazer o processo enunciativo do texto jornalístico para dentro delas, na tentativa de resumir o que apreendemos das leituras sobre o modelo tensivo. Dessa maneira, os dizeres de um enunciador do tema da terra nos objetos semióticos em análise, desvela o sujeito cognitivo e sensível, que constitui a função semiótica de um "eu" na apreensão de um acontecimento, mediação e instância de base da significação desse tema. Por meio do sujeito organizam-se, no interior de um campo tensivo, o espaço e o tempo. A atividade perceptiva constitui o "ponto de vista", na focalização e apreensão, que instauram um campo de onde se têm as posições relativas de fonte e de alvo. Ao instaurar uma focalização, a fonte restringe parte daquilo que visa, deixando escapar alguma característica do alvo, constituindo, assim, no discurso, os actantes da comunicação, do saber sobre o objeto enunciado e, no interior da narrativa, o sujeito do fazer, o objeto e o anti-sujeito. (BERTRAND, 2003). O sujeito da enunciação regula a percepção e a organização do enunciado, instaurando pontos de vista, atribuindo uma perspectiva assumida por ator/atores (sujeito(s) construído(s) na superfície discursiva).

Segundo Bertrand (2003, p. 116), "o desafio do ponto de vista assenta sobre as estratégias de apreensão do objeto que podem, ora visá-lo em sua totalidade, de maneira englobante ou cumulativa, ora visá-lo em suas particularidades [...]". O autor fala em uma tipologia para analisar a questão do observador, apresentando-a para seu leitor: o focalizador, o espectador, o assistente etc. Não nos interessa fazer, aqui, um levantamento dessa tipologia. Interessa-nos, sim, uma das análises (texto literário de Zola) que focaliza a percepção e o sujeito do saber. Interessante refletir sobre o que se afirma aí: "o discurso modela uma certa

ordem cultural da visão [...], desenvolvendo o imperceptível da percepção, ele a transforma em significação" (p. 132).

Essas questões são importantes porque nos colocam diante de algumas discussões que emergem dos textos jornalísticos. Por exemplo, a noção de estabilização de sentidos. Tão polêmica para os estudos da linguagem, não é assim problema para as teorias da comunicação. Nesse campo do saber admite-se que os sentidos estejam estabilizados nos textos, especialmente quando se trata de certos gêneros jornalísticos. Como forma de homologar ordens culturais cristalizadas, a enunciação é vista como naturalizadora de significados solidamente dados pelo jornal e, sobre os quais, não se deve levantar dúvidas.

Ao se referir aos sujeitos do supracitado fragmento de Zola, o semioticista chama a atenção para o que pode estar encoberto na processualidade do percurso perceptivo. Segundo esse ponto de vista, vemos, então a necessidade de remexer em significações para (re)pensar o "já-dado" nos textos jornalísticos.

Ao finalizar as reflexões sobre enunciação, Bertrand (2003) ressalta que a perspectiva do discurso em ato permite examinar a figuratividade não apenas em termos de "representação" e "densidade sêmica", mas vinculada à própria percepção. Essa percepção relaciona-se ao objetivo de um sujeito enunciador/enunciatário que espelha em seu texto uma determinada visão de mundo, que só pode ser deduzida da realização do ato enunciativo.

Segundo o autor

> a narratividade já não se reduz apenas às operações de transformação dos enunciados de ação, mas se desdobra em percursos actanciais implicando a temporalidade e o devir; a dimensão afetiva e passional do discurso não depende mais somente dos conteúdos modais que definem o estado do sujeito, seus estados de alma, mas leva em conta as modulações do campo de presença que esse sujeito "sente" e que o afetam.(p. 108)

Entendemos, então, que a enunciação deve ser interpretada, sobretudo, em termos de estruturas modais, obviamente, a partir dos enunciados em que se manifesta, de acordo com os postulados semióticos. Só os enunciados possibilitam reconhecer "os lugares movediços e instáveis, manifestados ou ocultos que ocupam os sujeitos da comunicação no jogo de suas respectivas estratégias". (p. 102).

A enunciação, considerada como um ato qualquer, leva a semiótica a definir papéis actanciais dos dois sujeitos enunciativos: sujeito da persuasão e sujeito da interpretação. Assim, enunciador e enunciatário reproduzem a relação destinador/destinatário. (BARROS,1988, p.92) que, no esquema narrativo canônico, define a fase persuasivo-

manipulatória anterior à ação propriamente dita. Conseqüentemente, o enunciatário-destinatário, exercendo seu fazer/interpretativo, poderá aceitar ou rejeitar a relação persuasivo-manipulatória, desencadeando ou não outros fazeres e outros discursos.

Para que se efetivem persuasão e manipulação, deve ser firmado um primeiro contrato de natureza fiduciária entre destinador e destinatário a fim de entrarem em acordo quanto à troca ou comunicação de valores. Pressupõe-se sempre que haja um acordo tácito entre os actantes (em relação ao discurso jornalístico, trata-se do Projeto Editorial, que irmana enunciador e enunciatário), embora tal contrato se estabeleça na comunicação entre os actantes, a qual se constrói na espessura textual. Quando há acordo, tratando-se de sujeitos com as mesmas competências, de acordo com Maingueneau (1993, p. 125).

> [...] exercício da polêmica presume a partilha do mesmo campo discursivo e das leis que lhe estão associadas. É preciso desqualificar o adversário, custe o que custar, porque ele é constituído exatamente do mesmo que nós, mas deformado, invertido, conseqüentemente insuportável.

Basta, por exemplo, a recusa de um pressuposto colocado pelo jornalista, isso poderá não levar o enunciatário (o leitor do texto jornalístico) ao consenso, preconizado pelo discurso consensual da empresa jornalística. Ora, são perfeitamente previsíveis as descontinuidades entre sujeitos, numa rejeição dos papéis de destinador e destinatário da comunicação, entre enunciador e leitor. Para que não haja a recusa ao discurso consensual do jornal, existem as estratégias persuasivas e o contrato fiduciário.

Considerado pela semiótica como um actante de comunicação, o sujeito da enunciação é o destinador de objetos cognitivos para persuadir o destinatário (enunciatário) a partilhar de um mesmo saber, por meio da conquista de sua confiança.

Partindo do pressuposto de que o discurso deve produzir o efeito de sentido de verdade, e que esse sentido está ligado ao que se estabelece no contrato entre enunciador e enunciatário, Greimas (1983, p.105) fala em "contrato de veridicção".

> O discurso é esse lugar frágil onde se inscrevem e se lêem a verdade, a falsidade, a mentira e o segredo; esses modos de veridiçcão resultam da dupla contribuição do enunciador e do enunciatário, suas diferentes posições não se fixam senão sob a forma de um equilíbrio mais ou menos estável, proveniente de um acordo implícito entre os dois actantes da estrutura da comunicação. É esse acordo tácito que é designado pelo nome de "*contrato de veridiçcão"*. (p. 105).

Estendendo, por conseguinte, a possibilidade de analisar o sujeito da enunciação em termos semionarrativos, a semiótica, concebe a enunciação como uma ação regida por um contrato que se estabelece entre enunciador e enunciatário: o contrato enunciativo

(BERTRAND, 2003, p. 99). Nesse sentido, consideramos importante trazer algumas informações sobre a concepção de contrato enunciativo, conforme foi tratado pela semiótica francesa, desde a década de oitenta.

Greimas (1983, p.103-133) põe-nos diante da antiga discussão sobre "verdade" e "verossimilhança", que vem desde a Antiguidade Clássica. O autor atribui relevância ao papel do destinatário do ato enunciativo, cuja adesão ao parecer-verdadeiro, ou seja, ao simulacro da verdade construído no discurso, não depende diretamente de seu valor axiológico, mas da representação que dele faz o enunciador. Dá relevância também ao conhecimento dos valores entre enunciador e enunciatário no jogo enunciativo, a que denomina *contrato,* por se assentar na estrutura da troca entre parceiros. Explica que o valor dos valores, que se troca nesse jogo, é o que constitui o saber verdadeiro, o que se deve ser considerado.

A partir do estabelecimento do contrato, depois de bem caracterizadas as noções do fazer persuasivo e fazer interpretativo, pode-se delimitar o lugar da comunicação enunciativa. Ela pressupõe, do lado do destinador, o "fazer persuasivo" e, do lado do destinatário, o "fazer interpretativo". Explicita-se, por conseguinte, o caráter manipulatório da atividade enunciativa. Greimas considera que, na proposição do contrato, os dois discursos cognitivos do enunciador e do enunciatário constituem as "preliminares de troca" (GREIMAS, 1983, p. 111). No entanto, como já vimos, a partilha só se efetivará ao término do contrato, dependendo da adesão fiduciária do enunciatário. Isso nos leva a ver que, embora o contrato de veridicção se assente sobre os resultados do fazer cognitivo, é de natureza fiduciária, ou seja, relaciona-se à modalidade do crer.

As afirmações acima conduzem-nos a observar que o processo de comunicação não se reduz a meras transferências de saber. Em se tratando de sujeitos em situação comunicativa, não podem ser considerados neutros, mas dotados de competência modal variável. Greimas (1983, p. 115) observa que "o fazer-saber que presidia à comunicação intersubjetiva tornava-se um saber persuasivo, tendo, do outro lado da cadeia, um fazer interpretativo correspondente e oposto". Assim, o "fazer-saber", pressuposto em toda comunicação, deve ser entendido como um "fazer-crer". Crença e confiança unem os sujeitos na relação comunicativa.

O autor apontou a presença e até a necessidade da fidúcia no plano do fazer interpretativo. O ato de crer é um pressuposto necessário à persuasão e à manipulação:

> [...] se a comunicação não é uma simples transferência do saber, mas uma empresa de persuasão e de interpretação situada no interior de uma estrutura polêmico-contratual, ela se funda sobre a relação fiduciária dominada pelas

> instâncias mais explícitas do fazer-crer e do crer, onde a confiança nos homens e em seu dizer conta mais, certamente que as frases bem feitas ou a sua verdade concebida como uma referência exterior. (GREIMAS, 1983, p. 119).

A "confiança nos homens" refere-se à verdade que já se possui, fruto de um saber partilhado pela comunidade enunciativa, fruto da práxis enunciativa (GREIMAS & FONTANILLE, 1993). Existe uma relação fiduciária de confiança e de crença entre os parceiros da comunicação, que especifica as condições da correspondência, um crer partilhável e partilhado no interior das comunicações lingüísticas e culturais, que determina a espessura da linguagem (a jornalística, do nosso interesse) e enuncia seu modo de circulação. É esse contrato que tematiza o discurso do jornal e engendra diferentes regimes de persuasão e de adesão: o verossímil e o inverossímil, o representável e o absurdo, o real e o fantástico. Assim se estabelece a enunciação de uma perspectiva dinâmica e dialética que enseja uma práxis, cujo campo coexiste ao campo da cultura, tendo os movimentos observáveis como operações de interpretação. De um lado um sujeito produtor, de outro, um sujeito de interpretação.

Podemos dizer que a notícia, como texto jornalístico, por exemplo, é por excelência, o domínio do discurso em que se expressa o contrato, que oferece a imagem de uma racionalidade que repousa sobre o desenvolvimento de uma enunciação que visa a criar a ilusão de realidade. São dizeres que confirmam, interrogam ou denunciam as convenções que homologam, sem possibilidade de além-sentido. O contrato de veridicção do jornal, no jogo das crenças estabilizadas, supostamente verdadeiras para o enunciatário-leitor, põe, no entanto, sempre em questão as formas pelas quais ele apreende o sentido do texto, para certificar-se da parceria, reassumindo-a.

Vamos mais uma vez a Bertrand (2003) que nos oferece a possibilidade de refletir sobre a construção do sentido, a partir da relação do leitor com o texto. Não se trata de uma leitura plural em que o sujeito joga para multiplicar os pontos de vista possíveis, mas de uma leitura em que ele se vê ao mesmo tempo despossuído e responsável pelo sentido que tem diante de seu olhar. Examinam-se, no capítulo, os tipos de crença para a leitura, na fundamentação do regime de adesão do leitor, distinguindo, na construção de textos literários, quatro posições: "crer assumido", "crer recusado", "crer crítico" e "crer em crise" (BERTRAND, 2003, p. 407).

A nosso ver, pela primeira via (o "crer assumido"), o leitor do discurso jornalístico poder-se ia deixar absorver por uma plena confiança diante de um pretenso efeito de sentido

de verdade ou ilusão referencial, um "real" da linguagem, estruturada para estabelecer a crença, numa fusão com ela.

O segundo tipo de leitor é aquele conduzido pelo "crer recusado". Ao ver-se diante de um conjunto dos elementos situacionais e contextuais, que se estabelecem por meio da *mise-en-scène* narrativa e figurativa, é levado para uma outra ordem de crença, que faz surgir uma nova definição do ato de leitura. A propósito, o leitor pode se afastar do ponto de vista referencial, estabelecido (ou silenciado?) pelo enunciador, descobrindo, assim, nessa escapadela, outra(s) possibilidade(s) de sentido.

Com a terceira posição "a do crer crítico", é possível chegar àquele tipo de leitor que busca associações de figuras e imagens a partir da "tela do parecer", engendrando um universo de significações. É aí que a significação inteligível pode conduzir à significação sensível. Por não se tratar de um simples operador, mas, sim de um sujeito afetado por estados afetivos e intelectuais, o leitor pode se ver arrebatado por seus estados de alma. Delineia-se, então, o espaço passional, responsável por interpretações, que podem transformar um acontecimento narrado. Nesse aspecto, uma determinada notícia, pode engendrar efeitos de sentido bem diversos daqueles a que poderia querer transmitir seu enunciador.

A leitura proposta pelo "crer crítico" põe o leitor num lugar privilegiado, mas a exigir-lhe um deslocamento: da estabilidade da ilusão referencial para a instabilidade da ilusão interpretativa, num deslizar-se pelos efeitos de sentido.

O quarto e último modo de apreensão leva à complexidade da relação entre o texto e seu leitor. Para tanto, transcrevemos as palavras de Bertrand (2003): "o leitor atualiza o texto e seu sentido, de acordo ou não com suas expectativas e previsões advindas de sua competência lingüística e cultural" (p. 408). Conclui o autor que a leitura propõe "a experiência sensível da língua e a experiência cultural do mundo".

Greimas (1983, p. 124) propôs o procedimento da leitura, que consiste no confronto da mensagem recebida com o universo do destinatário, mas ressalta, por diversas vezes, que é "enquanto depositário de formas de organização válidas que o universo cognitivo interessa e engaja a instância epistêmica integrada no processo de comunicação". Cristalizados pelo uso, os saberes vão-se inscrevendo em nossa memória. O processo interpretativo inaugura um viés para a análise da comunicação midiática e para a avaliação das informações que os meios de comunicação põem em circulação. Ao incluir o leitor, podem-se ordenar os interlocutores em estruturas (sintáticas, por exemplo), podendo ser relacionados em função de suas respectivas competências modais. Na desigualdade de

competência podem ser explicados os desvios de entendimento, a necessidade do discurso autoritário, de dominação.

Cabe ao leitor desestabilizar os sentidos "já dados", desconstruindo estereótipos, colocando em xeque o contrato enunciativo, cristalizados em gêneros jornalísticos como discursos que criam a impressão de "objetividade.

Trazendo a reflexão para o texto jornalístico sobre a terra somos levados a constatar a importância da presença e do papel do sujeito no discurso. Trata-se, então, de abordar nas nossas análises os simulacros de sujeitos da enunciação, imagens do enunciador e do enunciatário, criados pelo texto jornalístico em *Oeste Notícias* e em *O Imparcial.* Não se trata de considerar nesta dimensão uma concepção de subjetividade. Não se considera enunciador e enunciatário que exprimem "determinadas" intenções de comunicação, mas, sim, a posição de sujeitos afetados por diversas ordens na complexidade do processo do dizer, que não podem ser considerados fora de suas paixões. Tão participante quanto o enunciador, vamos levar em conta, portanto, a imagem do enunciatário criado no/pelo discurso da mídia impressa no Pontal do Paranapanema, por determinar também as escolhas enunciativas, a partir das quais seremos conduzidos aos sentidos sobre a "terra".

1.3. Um balanço no quadro conceptual da enunciação: a movimentação do sujeito na construção do discurso jornalístico.

Em termos semióticos, no nível semionarrativo, que compreende os enunciados fundamentais, o modelo actancial, os programas narrativos e a teoria modal, projeta-se no texto jornalístico a problemática dos valores e sua axiologização. A terra comparece como objeto-valor. Mas é o sujeito que projeta valores, outorgando sentidos.

Falar de "atores" e de "cenários rurais" não é tratar apenas de uma metáfora produtiva, senão também tratar de uma hipótese de leitura e busca de significação da temática da terra construída na mídia impressa. Quando se trata de uma região sustentada pelos problemas fundiários, continuamente ocupam o cenário jornalístico, atores sociais – sujeitos - envolvidos nas questões fundiárias. Um ator do cenário rural é aquele que pode reunir historicamente na dimensão do ato de enunciar a terra, as dimensões do ser e do fazer (o

cognitivo, o pragmático e o passional). É, pois, o sincretismo do sujeito do ser, do fazer e do sentir que torna possível, na práxis linguageira, a realização da dimensão polêmica e contratual das narrações da terra.

As leituras que nos conduziram pela semiótica, levam-nos a considerar que é pela perfórmance de um "eu", inserido na materialidade jornalística, que se projetam os valores. É pelo trabalho da enunciação de sujeitos da linguagem, tendo como atividade a produção dos textos jornalísticos - objetos semióticos que fazem circular nada mais do que a crença compartilhada dos valores veiculados na sociedade – que a significação é conduzida.

Numa costura com as discussões sobre o campo jornalístico, vamos retomando muito do que foi dito sobre a tarefa de colocar o sujeito no centro das investigações para tratar das questões sobre enunciação na mídia impressa.

A propósito de um tipo específico de construção textual nos jornais diários, a notícia, como prática cotidiana, longe de qualquer idéia de que possam espelhar a realidade, estão sendo vistas como operação de um sujeito. Como quer que seja, o pressuposto é de que, na enunciação jornalística, um sujeito de linguagem dá conta dos acontecimentos de seu tempo e, por esse motivo, daquilo que ainda não acedeu à memória coletiva, e que poderá ir gravar-se nela, em primeira mão, precisamente pelo fato de o jornalista enunciar (RODRIGUES, 1996). Esse trabalho de enunciação não se reduz a uma mera técnica, a simples mobilização de regras e normas fornecidas pelos manuais de redação ou aprendidas no desempenho da atividade profissional. Entendendo que a construção da notícia não pode desconhecer a dimensão subjetiva, consideramos que a atividade de um "eu" na produção da notícia não se reduz à de um robô, como se se prestasse a colocar enunciados para in/en-formar os fenômenos sociais. A seleção dos acontecimentos por um sujeito que enuncia, pressupõe, é óbvio, um julgamento acerca da relevância e do interesse para o público. A formação desse julgamento está relacionada implicitamente a uma visão do mundo interiorizada por um enunciador que a considera, também, universalmente partilhada pelo leitor. Coloca-se aí a problemática do valor e sua axiologização, tendo no sujeito enunciador aquele que projeta valores sobre o objeto, atribuindo-lhe sentidos. É a partir do trabalho de um sujeito, na seleção dos acontecimentos, que o jornalista enuncia, pressupondo um julgamento, na maior parte dos casos, implícitos acerca da relevância e do interesse para o leitor.

Sem querer ainda discutir esse gênero textual (o que faremos no próximo capítulo), nossas leituras partem do pressuposto de que as notícias são relatos de caráter

ambíguo, como toda comunicação humana. Nelas estão presentes mecanismos que visam ao efeito de sentido de verdade, objetivando retratar acontecimentos da "realidade", ao mesmo tempo em que se manifestam valores que ampliam significados para muito além daquilo que é dito explicitamente. No explícito, esconde-se o não-dito. Assim sendo, na análise das notícias é preciso considerar o diálogo de contrários que permite desvelar o sentido oculto do mero fluir das aparências. Estamos considerando que, nos relatos das notícias, estão presentes as contradições entre a intenção explícita de um discurso que se pretende objetivo e a ativação de significados subjetivos, que afloram de sujeitos em sua prática para trazer o objeto semiótico à luz. Na sua materialidade linguageira, a notícia agrega, então, à dimensão cognitiva a porção sensível do enunciador, ser social, que agrega o eufórico e/ou o disfórico. Pode tratar-se de valores do bem ou/e do mal, remetendo ao passado ou ao futuro, na exploração das faculdades cognitivas ou no estímulo a afetos, desejos, fantasias, sensações e utopias.

Vamos ao Dicionário de Semiótica, de onde transcrevemos afirmações que nos possibilitam refletir sobre a construção da pretensa verdade dos fatos pela mídia :

> Não mais se imagina que o enunciador produza discursos verdadeiros, mas discursos que produzem um efeito de sentido "verdade": desse ponto de vista, a produção da verdade corresponde ao exercício de um fazer cognitivo particular, de um fazer parecer verdadeiro que se pode chamar [...] de fazer persuasivo. [...] Seria errado vincular o problema da veridição à estrutura da comunicação intersubjetiva. O enunciador e o enunciatário são para nós actantes sintáxicos que podem ser – e freqüentemente o são – subsumidos sincreticamente por um único ator, o sujeito da enunciação [...] A persuasão e a interpretação, o fazer-crer e o crer-verdadeiro não são senão procedimentos sintáxicos, capazes de dar conta de uma "busca interior da verdade", de uma "reflexão dialética", chamada ou não à manifestação sob a forma de discursos [...] (GREIMAS & COUTÉS, s/d, p.487).

A recusa do postulado de que o texto jornalístico retrataria ou refletiria uma "verdade" sobre os fatos, as ações e as palavras do mundo vivido dos acontecimentos, torna-os disponíveis para toda espécie de novos sentidos e de novos investimentos significantes. Desse modo, cada indivíduo que integra o processo da leitura do jornal, pode constituir-se num sujeito autônomo na estruturação de sentido. Um "eu" transmite um conjunto de saberes, converte em notícia os fatos ocorridos, informa o que é "relevante", entretanto, não tem como controlar a heterogeneidade de sentidos que essas transmissões e esses saberes adquirem. Nesses interstícios de mundo partilhado entre essas diferentes dimensões da enunciação é que vemos a importância de trabalhar essa realidade complexa "de papel" a partir da presença da subjetividade. Nesses espaços estará nosso trabalho a fim de apreender a presença dos efeitos

de sentido de terra.

Diremos, assim, que falar em subjetividade no texto jornalístico é reconhecer a importância do sujeito da enunciação, é buscar a liberdade para fugir da padronização. Ao se admitir uma instância responsável pelo valor do dito, admite-se aí não só a dimensão do cognitivo, mas também a dimensão do passional, trazendo para a cena não apenas personagens revestidos com certos matizes de indicadores sociais, mas atores cujas atividades internas não podem ser desconsideradas.

Formulando adequadamente o problema do relacionamento entre as instâncias do cognitivo e do passional, enxergamos a possibilidade de, no processo da enunciação, sem temor às contaminações subjetivas, buscar uma organização do discurso jornalístico, procurando nos libertar do monitoramento de eventos e/ou valores noticiosos, vistos em categorias cristalizadas para admitir a presença do sujeito.

O sentido, na cadeia interativa do texto jornalístico, sob a unicidade de um enunciador, responsável por um dizer que se pretende verdadeiro, supostamente ancorado na "objetividade" - um de seus elementos-chave -, arremessou-nos para os deslocamentos do processo discursivo. Queremos dizer da importância de reconhecer o deslizamento do posto do observador dos fatos jornalísticos, que vai de seu lugar enquanto enunciador para o lugar do leitor. Não se trata, aqui, frisando o caráter social da "significabilidade" e da comunicabilidade do texto construído no/pelo jornal, de um deslocamento de um pólo para o outro, no eixo da transmissão da mensagem, mas, sim, de um deslizamento de enunciador e enunciatário para um ponto médio. Isso ocasiona o descentramento dos agentes de produção (a agência jornalística) e o reconhecimento de uma instância enunciativa que pode estar no espaço compreendido entre um e outro, onde aí, sim, deve ser observado o espaço em que habita o sujeito do discurso.

Convém chamar a atenção para o fato de não nos sentirmos presos à terminologia quando fizermos referência aos interlocutores no/do discurso jornalístico. O sujeito enunciatário, preferimos nomeá-lo "leitor", o que não implica desprezar outras denominações: interlocutor, enunciatário, etc. Importante é afastar qualquer acepção psicologizante, a que o termo "sujeito" ou qualquer visão de subjetividade possa significar. Segue-se, então, que o texto jornalístico se identifica com um certo efeito de leitura de um sujeito plural (aquele que fala e aquele com quem se fala), que lê um efeito de sentido do universo dos fatos, dos acontecimentos construídos a cada objeto semiótico posto em circulação pela mídia impressa. Esse gênero textual, na sua função prática e cognitiva de comunicar, ou seja, de construir um

procedimento lingüístico que visa a um fazer saber o que acontece na sociedade e fazer crer nisso, abre-se a todas as relações. Mediante essas relações o texto jornalístico se insere numa dada formação social, onde se dão as relações sociológicas, políticas, psicológicas etc., apreensíveis por sujeitos, que desempenham papéis de atores do/no processo discursivo do fazer jornalístico.

Ora, se é reconhecida a atuação de sujeitos, ratificamos que é plausível admitir que os fatos mudam de fisionomia e matizam-se com tintas de suas paixões, que os move por simpatia ou antipatia, temor ou coragem. A notícia não sendo senão um discurso construído por sujeitos linguageiros, não pode estar imune desses contágios patêmicos. E nessa relação com as questões da subjetividade, em consonância com algumas vertentes atuais da semiótica, mesmo que nos sintamos à vontade para não adotar muitas soluções técnicas que vêm sendo propostas, especialmente quanto aos procedimentos que fundam a análise das paixões, reconhecemos a relevância do sujeito da enunciação. Reconhecemos que o horizonte da subjetividade, moldada pelas formas de expressão que a história cultural deposita na linguagem de sujeitos de discurso cujos estados de alma se inscrevem na materialidade jornalística é fundamental no estudo da comunicação.

As questões da "subjetividade", relativas ao jornalista/enunciador e ao leitor, mergulhados no processo social, evidentemente, conduzem para a abordagem de questões de ordem social, ideológica, entramadas todas essas questões no objeto semiótico, produto de um ato da enunciação jornalística.

Falar em ideologia é tratar de sentidos, que supomos conhecer, pelo menos grande parte deles, principalmente quando se trata daqueles aprendidos desde cedo como parte de sistemas de nossa cultura, que internalizamos e vão ficando estocados, constituindo nossa competência, sem sequer darmos conta disso. São eles que, modalizados eufórica ou disforicamente, convertem os significados - de categorias semânticas que são inicialmente - em valores de nosso grupo social, os quais respondem por nossa particular visão de mundo.

Questões da subjetividade filiam-se diretamente às novas pesquisas desenvolvidas pelos estudiosos do discurso. A semiótica, pelos estudos de conceitos advindos da práxis enunciativa traz a subjetividade e com ela traz também a questão ideológica. Ao reconhecerem a importância da realidade do texto, os semioticistas consideram inclusive a idéia de que ele é criação de um sujeito, por sua vez, inserido em um meio social, cultural que ressoa em suas manifestações discursivas. Afirma Bertrand (2003, p. 86): "O discurso social é tecido por configurações já prontas, blocos pré-moldados e prontos para serem utilizados,

produtos do uso que se depositam (...) no sistema da língua.” Sem falar em assujeitamento, Bertrand vai a Greimas e explica ao leitor que, sujeito ao acontecimento, o enunciador traz para a estrutura material discursiva o sujeito, a língua, a ideologia, a história e a memória:

> É, portanto, a utilização da estrutura de significação que define o uso. Quer esta definição seja vista positivamente – como o conjunto das escolhas efetuadas – quer negativamente - a partir das coerções e incompatibilidades semânticas impostas – em qualquer dos casos o uso “designa a *estrutura fechada pela história”*(BERTRAND, 2003, p.86, grifos do autor).

Além das restrições impostas pelo sistema lingüístico que, de acordo com o autor, pode oferecer, em alguns casos, liberdade de escolha, o mesmo não diz em relação à história, vista como categoria coercitiva (“estrutura fechada pela história”). Quanto aos “limites de ordem sociocultural”, o autor conduz à idéia de assujeitamento, a que se refere como “hábito, ritualizações, esquemas”. Como elemento de coerção aparece o “gênero”. Incluído às outras categorias citadas por Bertrand (2003, p.87), a ele se refere: “moldam e modelam, sem que o saibamos, a previsibilidade e as expectativas de sentido”. Concordamos sobre suas considerações quanto ao gênero, pois, como a ponta de um iceberg, é uma categoria cuja importância faz emergir a historicidade, levando a conhecer valores sociais. Relacionamos essas reflexões às de Bakhtin, que também vê o gênero como elemento de coerção, ao qual o sujeito se assujeita.

Para compreendermos as questões relativas ao sentido e a ideologia a que nos remete a enunciação jornalística, estamos convictos de que não devemos nos contentar com as evidências ou as contradições na engrenagem da ideologia reprodutiva dos valores da sociedade. Reconhecemos que o leitor do jornal não acomoda seu olhar em obediência à posição econômico-determinista, amarrado aos valores ditados pelo mercado. Fazer a leitura deste “Todo Poderoso” (mercado), em que se insere a mídia impressa, não seria uma possibilidade confiável para compreender as contradições no discurso do jornal. Ora, como desvelar, então, as diversas contradições sobre as intrincadas questões relativas à terra na sociedade brasileira? Onde se processariam essas contradições?

A preocupação é não ficarmos cegos em relação à história, levando-nos a buscar na fase enunciativa da semiótica, guiados pela materialidade discursiva, a condição para lidar com o sujeito. Ele é um ser histórico, sujeito à transformação pelo acontecimento do discurso, que surge como um lugar de interseção e arbitragem entre tempo e espaço e, portanto, como agente das seleções de valores em todo o acontecimento discursivo, na inerência da dimensão passional, aciona as modulações tensivas (ligadas à percepção) e fóricas (ligadas ao sentimento). Em resumo, um “eu”, que não se resume ao lingüístico, habitando um espaço

tensivo. (FONTANILLE & ZILBERBERG, 1998).

No campo das indagações tensivas dos estudos semióticos, que desde os anos noventa, vêm operando as instabilidades passionais, modalidades e ideologias, vimos o porto para ancoragem de diversas questões (infelizmente não podemos dizer que se trata de um "porto seguro"). Com a metáfora "porto", queremos dizer que, com relação ao horizonte teórico da semiótica, a tentativa de conseguir um lugar para embarcar em busca das investigações dos textos jornalísticos - *corpus* de nossas análises – possibilitou-nos, certamente, uma abordagem do sujeito. E é conveniente esclarecer que estamos restringindo esse porto bem especificamente ao campo da semiótica da enunciação, ancorados pela obra de Bertrand (2003), sem adotarmos as soluções teórico-metodológicas que vêm sendo desenvolvidas recentemente e que já trouxemos para discussão no item *A subjetividade na semiótica.* Sem dispensar as aquisições conceituais trabalhadas por Fontanille e Zilberberg (1998), acreditamos serem importantes em alguns momentos de nossas análises. Outro autor cujos estudos têm sido de grande valor para nossas reflexões é Tatit (2001). A sua prática semiótica, aplicada a canções da música popular brasileira tem-nos ajudado a pensar muitos conceitos.

Na obra de Bertrand (2003), encontramos a referência a dois campos: o da "semiótica do enunciado" e o da "semiótica da enunciação". Quanto à primeira, aí se apresentam os diferentes níveis do objeto semiótico. Esclarecemos que poderá ser útil tratar das formas de estruturação articuladas em níveis, utilizando conceitos relativos ao percurso gerativo, de onde emergem diversas noções - já naturalizadas nas análises – e de cujos estudos, uma imensidão de trabalhos científicos e diversos manuais de semiótica têm se encarregado de fazer descrições. Vamo-nos permitir conjugar o emprego de conceitos já consagrados na teoria semiótica, levando em conta a revisão de sua coerência, atentos à autonomia **relativa** do texto enquanto objeto significante, considerado como um todo de significação, que produz as condições contextuais de sua leitura. Sobre essa revisão da coerência dos postulados da semiótica, pronuncia-se Raúl Dorra, na apresentação da obra *De la imperfeccion* de Greimas, traduzida, em 1990, para o espanhol, conforme se lê nos textos que acompanham a edição brasileira:

> [...] parece evidente que a semiótica deixou de ser, progressivamente, uma disciplina de contornos precisos para ser cada vez mais um espaço móvel, intersticial, uma rede de vasos comunicantes distribuída no amplo campo da cultura, um olhar ordenador ao qual nada é alheio e tudo é estranho, um olhar atraído por essa profundidade na qual [...] 'tudo se torna lei' (GREIMAS, 2002, p. 124).

O segundo campo referido por Bertrand, o da semiótica da enunciação, traz o sujeito e a dimensão intersubjetiva da interlocução no ato da leitura. Nessa perspectiva, o leitor do texto jornalístico não é aqui considerado como "destinatário" da comunicação - apenas o receptor -, mas é, sobretudo, um sujeito que "constrói, interpreta, avalia, aprecia, compartilha ou rejeita as significações." (BERTRAND, 2003, p.24).

Para completar o raciocínio sobre a revisão da coerência dos postulados da semiótica, trazemos um trecho de Paolo Fabri, que, assim como Dorra, também escreve uma introdução para a obra de Greimas:

> entre aquisições e reconsiderações, encontramos explicada uma panóplia de construções [...] Ao conhecimento das estruturas semânticas e narrativas do Enunciado, soma-se a dimensão discursiva por meio das estratégias da Enunciação (*débrayages* e *embrayages)* e das táticas dos pontos de vista. A dupla modulação dos predicados, aspectual e modal, introduz, junto às escansões e ao nível das ações, uma reconsideração do cognitivo, que inclui, constitutivamente, o 'plano' tímico e passional; uma vez posta a dimensão do ser e do fazer, impõe-se aquela – desprezada e irrecusável – do valor. (In: GREIMAS, 2002, p. 96).

Admitimos que o processo de enunciação, no horizonte da semiótica, abrange toda a extensão para olhar a significação, que parece emanar da superfície do texto jornalístico, pressupondo, na realidade, a compreensão de um sistema complexo de funções organizadas lingüisticamente (melhor dizendo, discursivamente) na sustentação de efeito de sentido. Por detrás de grandezas aí expressas, valores de ordem actancial, modal, espacial, temporal etc., que mantêm entre si interações, emanam as significações.

No funcionamento do discurso jornalístico, o óbvio é dizer que nada pode ser estranho ao sentido no campo das significações e que não deve existir brecha para a ambigüidade. Analisar a notícia poderia se reduzir a equacionar o relato dos fatos que trazem o real constituído historicamente. No entanto, muito mais do que o conhecimento de uma realidade factual, proceder à leitura da construção jornalística é desvendar um complexo sistema de imagens (significantes) e valores que a sociedade elabora para fundamentar os sentidos de tudo o que ela mesma quer que aconteça, submetidos à linguagem, a efeitos de sentido. Dessa forma, parece tratar-se de um trabalho de desmistificação.

Encontramos o conceito de "mistificação", em Lopes (1997, p.350), que faz comentários sobre o que Barthes diz a respeito de efeitos de sentido como "mistificação":

> a *significação mistifica* (porque, quiçá, "significar" implica significar isto e não outra coisa [...] sendo a própria significação, em si mesma considerada,

> mera mistificação, então, tudo mistifica [...] mistificam, sobretudo, os discursos que pretendam não mistificar, construídos todos pelo procedimento analógico e manifestados, todos, ainda, pelos enunciados denotativos [...].

Acreditamos que, pela dimensão enunciativa, que enquadra e rege todo o percurso de sentido pela discursivização, seremos levados a desmistificar significados cristalizados na temática da terra. Barthes afirma que, na construção do discurso jornalístico, a clareza pode ser vista como "um atributo puramente retórico, não uma qualidade da linguagem em geral, praticável a qualquer tempo, em qualquer lugar" (BARTHES, Apud LOPES, 1997, p. 351).

Em termos práticos, para dar conta, no interior do processo jornalístico, dos efeitos de sentido de um conjunto de significantes constituídos, isto é, reconhecer o sentido do tema da terra na especificidade do *corpus* analisado, temos de nos haver com a questão do sentido investido e as condições desse investimento. As marcas sociais acabam por funcionar como a senha de um comprometimento ideológico, como se tratasse de um pacto entre jornalista-enunciador e enunciatário-leitor. Na incapacidade de refletir inocentemente "a realidade", o gênero jornalístico "recorta-a, sempre, na consonância dos interesses de uma ideologia que previamente a interpretou em seus próprios termos." (LOPES, 1997, p. 352). Essas palavras de Lopes referem-se, ainda, ao estudo sobre Barthes, que tratava a questão da suposta transparência da linguagem como "demônio da analogia". Ao comentar sobre a obra de arte, o semioticista brasileiro diz que Barthes tentou exorcizar esse demônio, afirmando que "a obra literária constrói a 'realidade' que aparenta, para os desprevenidos, 'refletir'".

Tomamos essas considerações sobre o texto artístico e fazemos valer também para o texto jornalístico cuja leitura não pode se confinar a qualquer gesto de leitura da referencialidade, à ilusão de que fosse possível transitar diretamente por um real fenomênico dos fatos, como se o mundo jornalístico pudesse ser visto pela ótica da suposta objetividade.

No texto jornalístico, que tem entre a matéria significante e as coerções definidoras da natureza do trabalho de investimento, temos de haver-nos com os *agentes* de produção. Não é possível pensar o sujeito como um meio que se constitui de forma transparente. Nem inteiramente livre nem inteiramente coagido em sua enunciação, não se trata de recolher alegremente traços da ordem do ideológico, do poder, do inconsciente para uma leitura dos sentidos que se constroem no jornal. Ora, cada enunciação conduz para um campo de efeitos de sentido, que não se pode efetuar de maneira automática e a que não temos acesso espontaneamente. Entre a produção de um texto jornalístico e o acontecimento factual, existe certamente um sistema de relações, que não podem ser inferidas de maneira linear da produção ao reconhecimento. Toda situação discursiva é uma situação na qual um universo de

operações se mostra.

Fontanille & Zilberberg (2001, p. 174), ao analisarem a forma de convivência entre as grandezas engendradas pelo sistema da linguagem e as fixadas pelo uso, notam que, por elas terem estatuto diferente, para que ocorram em um mesmo discurso, devem se ligar a diferentes modos de existência: "As modalizações existenciais – o virtualizado, o atualizado, o potencializado e o realizado – convertem, de certa forma, a co-presença em espessura discursiva, e projetam distensões modais nessa profundidade". Do ponto de vista da análise discursiva, observam os autores que o virtualizado e o atualizado se superpõem, correspondendo à memória da práxis enunciativa, quer se trate da memória coletiva ou da memória das operações em discurso. Quanto aos modos atualizado e ao realizado, dizem respeito à linguagem em ato.

A projeção das modalizações, partindo do percurso gerativo de sentido, de acordo com os referidos autores, assim se dá:

> 1) As formas semionarrativas (o sistema) constituem a competência enunciativa virtual;
> 2) A primeira operação da práxis é a convocação dessas formas em discurso, isto é, uma primeira ativação-seleção no percurso gerativo, que as atualiza;
> 3) Os produtos dessa convocação são de duas ordens: por um lado ocorrências que se realizam em discurso; por outro, *praxemas* (os tipos , particularmente), os quais são *potencializados* pelo uso;
> 4) Os produtos *potenciais* ou são postos em memória (em disponibilidade em algum modo), ou são *realizados* por uma nova convocação em discurso;
> 5) Estes experimentarão, então, dois devires diferentes: ou são convocados para serem *virtualizados,* isto é, denunciados em prol de uma reabertura da combinatória virtual; ou, ao contrario, são por sua vez *realizados* em ocorrências, desde que o discurso explore as formas canônicas disponíveis. (FONTANILLE & ZILBERBERG, 2001, p. 174).

Para encaminhar a sistematização do trabalho da práxis enunciativa sobre os modos de existência, Fontanille & Zilberberg valem-se de dois regimes - aberto (visada, *visée*) / fechado (apreensão*, saisie*).

	Sistema (em potência)	Processo (em ato)
visada	Virtualizado	Atualizado
apreensão	Potencializado	Realizado

Quando se examinam os discursos concretos, esta distribuição complica-se, pois a práxis não pode ser apreendida em discurso senão por contraste, vale dizer, se são explorados concorrentemente pelo menos dois modos de existência, produzindo-se assim uma sobreposição modal que regula "o conflito das interpretações" (RICOEUR, 1994).

Um ponto de partida para pensar a regulação global, pela práxis, dos modos de existência das grandezas no discurso é a condição intersubjetiva, o que, para Benveniste, é a única a permitir a comunicação lingüística. A freqüência de emprego de uma forma será apenas pura repetição, se não houver a partilha intencional que a intersubjetividade permite. Levando adiante o raciocínio de Benveniste, inclinar-nos-íamos a considerar que é a troca social, a circulação dos objetos semióticos e dos discursos no seio das culturas e das comunidades que retém ou rejeita os usos inovadores ou congelados e "canoniza", por assim dizer, as criações do discurso.

A freqüência do uso, portanto, não pode ser dissociada de uma sanção intersubjetiva; a projeção de um protótipo depende do acordo entre um número suficiente de sujeitos. A aceitação intersubjetiva abre caminho para a recorrência de uma forma; a difusão sociocultural assegura a estabilidade de um protótipo.

Bertrand (1996) mostra como, a partir do abalo provocado pela intervenção do sujeito individual, novas figuras sensíveis que dão conta da perturbação sofrida pelos valores estabelecidos e pela vibração das valências, vão sendo assimiladas pelo sujeito coletivo segundo um gradiente de variação de intensidade. A intervenção estabelece um novo ponto de articulação entre o inteligível e o sensível, que é enunciado no discurso. Desloca-se aí do foco da questão do valor para a questão da valência, entendendo o fiduciário como espaço de acolhida de valência. O primeiro passo nesse deslocamento é a dúvida lançada quanto à fiabilidade do universo figurativo. Do sujeito individual, que desencadeia a intervenção, ao sujeito coletivo, que assimila as novas figuras sensíveis, observa-se a perturbação sofrida pelos valores fixos e a vibração das valências.

Para esclarecer as condições de estabelecimento dos valores convocados em discurso, o autor propõe a noção de "valência figurativa", sugerindo que o figurativo seja visto não a partir dos componentes semânticos já dados no texto, mas como construção discursiva, capaz de provocar a adesão ou não ao visível. Importante é observar que se descrevem as condições de estabelecimento dos valores que fundam esta adesão, ou seja, a descrição das valências. Desse modo, podemos ver que o estudo sobre a figuratividade centra-se na questão da habilitação dos valores. Isso alarga a noção de contrato fiduciário,

assinalando que a habilitação dos valores figurativos não se dá em uma única direção quando se considera a instabilidade e reversibilidade da relação entre o sujeito que percebe e o objeto percebido.

Subjacente à veridicção, a habilitação dos valores institui um espaço fiduciário que assegura as múltiplas possibilidades de apreensão e de interpretação daquilo que as isotopias figurativas sugerem - "efeitos de realidade, mas também de surrealidade ou de irrealidade" (BERTRAND, 1996). Por essa razão, o estudo da figuratividade pressupõe o exame das condições da função figurativa: importa não apenas o significado apresentado pelas figuras, mas o como ele foi construído, *como* se chegou lá.

O semioticista leva-nos a pensar o espaço fiduciário como um espaço semiótico próprio, na dinâmica sujeito-objeto, não mais unidirecional na geração e fixação de valores, mas intercambiável, instável e reversível, que está na base da nova concepção de figuratividade que se tenta construir a partir de *De l'imperfection* (GREIMAS, 2002)

Podemos pensar, então, o espaço fiduciário nos textos jornalísticos como um espaço semiótico

> onde se realiza a articulação entre a cena do ato sensível, essa capa de sentido que recobre as coisas na apercepção, e a colocação em discurso das figuras que nele atestam sua presença, num movimento de constituição recíproca e incerta do sujeito e do objeto da percepção que, no âmago do ato, se solidarizam e se fundem ou ao contrário se desligam e se de-solidarizam (BERTRAND, 1996, p. 47).

Essas reflexões possibilitam examinar as "escolhas" enunciativas do discurso (temas e figuras) a partir do espaço das latências, das virtualidades, que atuam na fixação dos valores resultantes da relação entre os sujeitos que percebem e os objetos percebidos, acenando-lhes com múltiplas direções e percursos que vão da adesão à rejeição nas relações entre o inteligível e o sensível. Trata-se de examinar os procedimentos de figurativização mais próximos do ato sensível, anterior à leitura socializada, que persegue as virtualidades do que está estabelecido no sistema do visível e do legível, instância "onde se esboça, nas bordas do indizível, a forma primeira do sentido". (BERTRAND, 1996).

Se para os estudos semióticos da atualidade não interessa apenas explicar as relações entre sujeito e objeto, mas entre sujeitos, isso nos leva a investigações que incidem, não apenas sobre a ação do homem no mundo, mas especialmente sobre as condições para isso. São investigações que, segundo Fiorin (2000), incidem mais sobre a manipulação. Em outras palavras, dizemos que o sujeito só pode realizar a ação, movido pelo querer e/ou dever,

saber e poder fazer. Nesse interesse da Semiótica pela "competência modal" do sujeito, que pode realizar tais ações, ela passa a oferecer um olhar mais aguçado sobre o que acima nos referimos como "agentes" da produção do discurso jornalístico: sujeitos da/na enunciação no jornal. Podemos observar, por exemplo, que para se realizar uma determinada ação, é preciso que haja a competência modal do sujeito: querer, dever, saber, poder.

A partir dos estudos de Fontanille (1998, 2001) podemos afirmar que se passa a ver a importância de um sujeito que percebe, mas que também sente. Um sujeito que instaura o campo de presença, cuja apreensão caracteriza-se pela posição e quantidade da presença na extensão do campo perceptivo, conforme abordamos no item *O sujeito para a semiótica.*

Podemos notar que, da perspectiva da semiótica francesa, a enunciação deve ser interpretada a partir das estruturas narrativas e modais que possibilitam reconhecer "os lugares movediços e instáveis, manifestados ou ocultos que ocupam os sujeitos da comunicação" (BERTRAND, 2003, p. 96).

Ao estendermos, por conseguinte, a possibilidade de análise do sujeito da enunciação em termos semionarrativos, a semiótica – lembra ainda Bertrand (2003, p. 99) – concebe a enunciação como uma ação regida por um contrato. Sobre os postulados do contrato enunciativo já nos referimos. Vale destacar a importância das considerações sobre o caráter manipulatório da atividade enunciativa, para investigar o fazer persuasivo do enunciador no/do jornal e o fazer interpretativo do enunciatário. Embora o contrato de veridicção no discurso jornalístico se assente sobre os resultados do fazer cognitivo, ele é de natureza fiduciária, isto é, relaciona-se à modalidade do crer.

Existem "sujeitos virtuais, os que querem e/ou devem fazer, sujeitos atualizados, os que sabem e podem fazer; sujeitos realizados, os que fazem."(FIORIN, 2000, p. 174). Ao comentar que, apesar de o estudo das modalizações ainda estar muito ligado à ação, ele permite passar para uma "concepção de narrativa como uma sucessão de estabelecimentos e rupturas de contratos". Sustentando-se em Greimas, afirma Fiorin (2000, p. 177) que "a organização da intersubjetividade é articulada por meio de estruturas polêmicas e contratuais". Essa afirmação leva-nos a reconhecer que examinar a estrutura jornalística é estar diante de aspectos contratuais da constituição do jornal impresso; da estrutura polêmica do contexto sócio-histórico; e, sobretudo, diante de sujeitos nesse/desse processo. No estudo da *manipulação,* vemos também um caminho a seguir e que nos permite alcançar o sujeito e, aí desvelar os efeitos de sentido a que nos propomos.

Já citado, retomamos Fiorin (2000) em suas considerações que dão destaque ao estudo da modalização do sujeito. Isso permite estabelecer tipologias de culturas, dar representações mais adequadas da aplicação dos códigos sociais de caráter normativo. O autor deixa muito claro que, a partir dos efeitos de sentido de qualificações modais que alteram o sujeito de estado, também se pode chegar a significações. Sustentando-se pela teoria greimasiana, coloca-nos diante da *paixão***,** que segundo ele - "é vista como um arranjo das modalidades do ser, sejam elas compatíveis ou incompatíveis" (p. 177), esclarecendo que "os arranjos modais que têm um efeito de sentido passional são determinados pela cultura".

Em termos práticos, reconhecemos que, ao observar as instabilidades passionais de sujeitos e a oscilação entre valores "fóricos", se torna possível lançar um olhar mais atento para a presença sensível do ser envolvido no processo da enunciação jornalística. Na realidade é no processo enunciativo que se iniciam as escolhas dos valores, por aquele que é responsável pelo ato discursivo. Pesquisas recentes das modulações tensivas (ligadas à percepção) e fóricas (ligadas ao sentimento), desenvolvidas pela semiótica tensiva, na qual o enunciador surge como um "lugar de intersecção e arbitragem entre tempo e espaço" (FONTANILLE, ZILBERBERG, 2001, p. 174), possibilitam convocar um universo de valores, que tantas vezes só emergem a partir da observação dos estados passionais na enunciação. Positivos ou negativos, eufóricos ou disfóricos, os elementos significantes transitam por um espaço tensivo cuja modulação vem estabelecida pela expressão fórica de uma instância enunciativa. Para definição de "foria", recorremos a Tatit (2001, p. 19): "uma espécie de proto-sintaxe, decorrente da presença sensível do homem (categorizada como um enunciador universal), que determina, em termos sumários, que algo acontece (em distensão) ou deixa de acontecer".

Indiscutivelmente não há como negar que a cultura organiza os arranjos modais. Assim, não se colocam apenas as relações entre os sujeitos. Pode haver, como afirma Fiorin (2000, p. 174), sujeitos coagidos, que **devem** realizar uma ação; sujeitos que afrontam o sistema, que **devem**, mas **não querem**; sujeitos que querem e/ou devem, mas não podem, e assim por diante.

O aprofundamento das pesquisas relativas à dimensão da subjetividade, levou os semioticistas a concluírem que os sujeitos em situação de comunicação não são neutros, mas dotados de uma competência modal variável. Discursivamente, não existe sujeito auto-suficiente, origem de seu dizer ou inteiramente determinado. Existe um espaço da subjetividade onde jogam os mecanismos discursivos da relação com a alteridade.

Considerando o sujeito como dividido e o discurso como algo que significa pela história, são caras para analisar a materialidade discursiva as marcas que apontam para uma desestruturação do discurso, para a perda de controle do sentido pelo sujeito.

Ao afirmar que as estruturas formais do texto devem estar relacionadas com a enunciação, Bertrand (2003, p. 31) põe-nos diante do papel do sujeito da interlocução no discurso jornalístico, enunciatário-leitor, a quem cabe a competência de rastrear marcas, os alicerces da constituição da subjetividade, da ideologia, da ligação com a história, enfim, como toma forma o contexto social:

> As estruturas [...] deveriam estar relacionadas com o sujeito, mas elas fazem parte agora de uma enunciação enfraquecida, do murmúrio impessoal dos discursos que milhões de falas engendraram, retomadas, repisadas: a fraseologia, as expressões fixas, os estereótipos, esses blocos pré-fabricados e 'pré-moldados'de discursos atestam a impessoalidade da enunciação. E à sedimentação, produto cultural dessa práxis enunciativa, respondem a inovação e ruptura, a abertura da língua, por enunciações singulares e inéditas, criadoras de leitores novos [...].

Conforme abordamos no espaço das discussões teóricas da semiótica, a intensidade e a extensidade constituem o ato perceptivo explicitando, dessa forma, os mecanismos que fundam a unidade do objeto focalizado e que também são responsáveis pela constituição do valor (FONTANILLE & ZILBERBERG, 2001). Como resultante de uma relação perceptiva, assim as categorias do discurso são pensadas, passando do sujeito que sente e percebe, para o sujeito cognitivo.

Tendo em vista essas afirmações, preocupa-nos o perigo de restringir a observação do sujeito, na ótica tensiva, a questões afetivas: incompletude, falta, inquietude, dispersão. Nesse aspecto, vemos nas palavras de Bertrand (acima citadas) uma espécie de tábua de salvação, possibilitando a passagem para uma outra margem dos estudos do discurso e aí entretecer os conceitos, contidos em suas próprias afirmações.

De acordo com o semioticista, o "imenso corpo das enunciações coletivas" (BERTRAND, 2003) precedem a enunciação individual e a tornam possível. Suas afirmações remetem à espessura cultural do sentido sob as quais se abrigam etiquetas como "formações discursivas", "interdiscurso", "memória discursiva".

Para tratar do texto jornalístico, seria lícito falar de coerção social? Se admitimos que ele é regido por uma ordem de coisas como um contrato que alguém assina pelo outro, seria lícito falar em rompimento numa relação de transmissão e recebimento da significação?

Ao afirmamos que é preciso reconhecer a importância do sujeito na enunciação jornalística, reconhecemos aí as instâncias que se instalam na cena enunciada, subjacentes à discursivização de temas e figuras, pelo trabalho de um "eu". Marcado por uma tensividade fórica, trata-se de reconhecer as precondições da significação que Greimas e Fontanille (1993) reconhecem ser conveniente imaginar como um patamar de "pré-sentimento", em que se encontrariam, intimamente ligados um ao outro, o sujeito para o mundo e o mundo para o sujeito (o da tensividade fórica). Como atores da enunciação jornalística, enunciador/jornalista e enunciatário/leitor do jornal são colocados em circulação pela mídia impressa. Por se tratar de seres de linguagem criados em cada texto, não podem ser vistos a não ser como imagens produzidas pelo discurso, que assim vão produzindo os discursos.

Caberia perguntar, então, quanto a tão propalada "objetividade" no texto jornalístico: como tratá-la no processo dinâmico da enunciação da mídia impressa?

Para responder a essa pergunta bem que gostaríamos de acreditar na existência de uma teoria que oferecesse uma taxionomia de valores sociais, que se constituísse num arsenal de onde pudéssemos ir procedendo às leituras das significações do signo "terra".

Na realidade, não basta uma teoria que nos leve, obviamente, pelo dialogismo, a encontrar um estoque semântico e que, no reconhecimento da heterogeneidade constitutiva, possibilitar a identificação e reencontrar ocorrências intradiscursivamente em cada texto jornalístico analisado. Esse trabalho de reconhecimento de um universo, quer seja da cultura de uma sociedade geral ou de um grupo social em particular, exige procedimentos que possibilitem assistir ao processo da construção discursiva, em que se possa relacionar manifestações gerais e particulares, intercambiáveis, instáveis e reversíveis a cada enunciação. Nesse sentido, uma das preocupações deve ser a de observar as relações entre diferentes discursos, reconhecendo que cada discurso enunciado tem sentido quando inserido no quadro mais amplo do dialogismo, que o prende constitutivamente a todos os outros discursos pertencentes à mesma "formação discursiva" (MAINGUENEAU, 1993). Mas, associá-lo ao quadro de dizeres a que se filia, não se desgrudando de dizeres que o precedem, pode não ser o bastante nessa tarefa de perseguir a temática da terra nos jornais.

Ora, a cada nova enunciação, abrem-se novas possibilidades para a construção de efeitos de sentido. Acreditamos que, no percurso do sujeito, pode-se viabilizar um trânsito possível para encontrar trilhas e aí, na explicitação de representações ideológicas - processo dialético que diz respeito ao contrato de veridicção estabelecido nos registros jornalísticos - , apreender os efeitos de sentido em questão. A partir de simulacros que determinam as

"escolhas" dos sujeitos de enunciação, independentemente ou não de sua vontade, a tentativa será sempre a de atingir a temática das questões agrárias no Pontal do Paranapanema.

Destacamos, sim, a importância do sujeito, mas nossas considerações não perdem de vista a certeza de que cada enunciação não nasce do acaso. Isso significa acolher na análise tanto a representação de cada sujeito em seu ato enunciativo como considerar todas as enunciações - cujas construções textuais estejam ou não explicitadas – e, sobre as quais a matéria jornalística opera: retalhos da história de toda uma coletividade ou de indivíduos, considerados em suas particularidades, que se vão cerzindo a cada prática jornalística, a cada novo objeto semiótico construído pela mídia impressa.

Nessa perspectiva, reconhecemos que, a cada investimento de sentido, o texto do jornal sofre as coerções advindas do universo ideológico. Cabe aqui, então, perguntar que lugar ficaria reservado ao leitor, quando lhe chega, diante de seu olhar, um texto jornalístico processado na saturação figurativa de investimentos ideológicos? Poderia buscar um percurso de destruição dos valores aí depositados, já investidos no objeto? Se considerarmos uma notícia como exemplo de objeto semiótico hipertrofiado de sentidos, do já pronto, por suposição, tal objeto permitiria (ao enunciatário/leitor) a negação dos valores aí colocados, visando à afirmação de valores novos? Esse trânsito na polaridade enunciador/enunciatário ajudaria a detectar, detrás das grandezas expressas nos textos jornalísticos, os efeitos de sentido de terra aí manifestados? Isso é o que pretendemos.

Considerando a ideologia não como ocultação, mas função necessária entre linguagem e mundo, como lugar da realização do materialismo histórico e articulada com o sujeito do inconsciente (já que a ideologia trabalha no inconsciente), vamos buscar tais respostas na semiótica, pelo reconhecimento dos mecanismos de debreagem/embreagem, de focalização/ocultação, etc., subjacentes à discursivização de temas e figuras. No estoque de figuras lexemáticas e de seus percursos figurativos está o imaginário cultural de uma região, de uma sociedade, esse universo axiológico (coletivo ou individual) que todo enunciador convoca em seu enunciado. Assim fica evidenciado que o discurso jornalístico sobre a terra deve ser visto como uma organização discursivo-textual de uma manifestação de um conjunto mais vasto, e como um rearranjo de sujeitos (enunciador/enunciatário) que busca nas estruturas sêmio-narrativas e em repertórios disponíveis no mundo da cultura, pressupondo não apenas conhecimentos partilhados, mas também pontos de vista, valores pessoais ou cultural e socialmente comungados ou, ainda, constitutivos de uma memória coletiva.

Considerando-se as questões agrárias a serem lidas no *corpus* desta pesquisa, a partir de conceitos teórico-metodológicos da práxis enunciativa que nos dêem visibilidade para olhar analiticamente a significação da terra construída nos discursos jornalísticos de *O Imparcial* e *Oeste Notícias*, acreditamos ser necessário aproximarmo-nos de um contexto mais amplo, de forma a abarcar os discursos produzidos nesses dois jornais diários do Pontal do Paranapanema, para que tal inserção conduza à compreensão de sentidos.

Tendo em vista alargar nosso olhar no horizonte dessas discussões, passemos para o campo da comunicação. Sempre com a lupa sobre os simulacros do enunciador e do leitor construídos pelo texto jornalístico, continuemos nossas investigações.

CAPÍTULO 2

A COMUNICAÇÃO VERBAL NO JORNALISMO IMPRESSO: SUBJETIVIDADE VERSUS OBJETIVIDADE

> *Falo muito no 'idiota da objetividade'. Ele é justamente quem vive dos fatos, depende dos fatos, morreria afogado sem os fatos.*
> *E, se alguém me diz que os fatos não são bem assim como eu conto, respondo: pior para os fatos (Nelson Rodrigues)*

Na área da comunicação, tratar de subjetividade é reconhecer o lugar do receptor, que sempre esbarra nas indagações sobre a relação de predomínio do emissor. De fato, essa é a idéia que primeiro desponta quando se trata de sujeitos na comunicação jornalística, a sugerir uma relação básica de poder em que geralmente se evidencia a associação entre passividade e receptor.

A questão do sujeito da recepção em comunicação não é nova e vem sendo pesquisada há décadas, especialmente no que se refere às relações entre os veículos de comunicação e o receptor. Não se trata aqui de um exame desses estudos para assinalar a intensidade com que as questões do receptor em comunicação ainda marcam as práticas e pesquisas mais recentes. Ora, o papel da subjetividade como instrumento de conhecimento é cada vez mais colocado como prioridade nos estudos da comunicação. Mesmo que a comunicação se reduzisse a seus veículos, ter-se-ia no caso que "Os meios não são lugar de confrontação de argumentos, mas lugar de simbolização de uma sociedade. Toda coletividade tem necessidade de um lugar para construir sua imagem [...] razão e identidade, objetividade e subjetividade" (SOUSA, 1995).

Ao termo subjetividade, conforme citação do autor supracitado, contrapõe-se a palavra-chave "objetividade", desencadeadora de discussões no contexto jornalístico. Vista como o principal traço do jornalismo desde os anos de 1950, ou pelo menos como meta a ser

alcançada, chega à década de 1990 com seu prestígio fortemente abalado, tanto na academia como na prática jornalística. No entanto é ainda foco de discussão, como a que remete à pergunta: - É possível a objetividade na mídia impressa?

Se o capítulo anterior sustentou-se pelas reflexões sobre a subjetividade, trazemos agora para discussão a noção de "objetividade". Inteiramente revisado e superado, ao contrário de qualquer noção que remeta à "isenção" ou "imparcialidade", o conceito de objetividade continua na pauta, seja qual for a noção que implicite. Uma das razões para isto é provavelmente o fato de a tarefa principal do jornalismo ser a de informar. Parte-se do pressuposto de que o que está nos jornais deve ter alguma coisa a ver com aquilo que de fato aconteceu. Objetividade – entendida como a relação entre realidade social e realidade midiática – é uma condição *sine qua non* para a mediação de informações. Se não é possível estabelecer uma relação entre ambas as realidades, não é possível transmitir informações.

Sabemos que a objetividade jornalística no Brasil foi uma herança do jornalismo norte-americano, fazendo escola ao ensinar que repórter não pensa e não sente, que ele conta o que viu e relata a verdade dos fatos. Obviamente é uma discussão superada, já que, contrariamente, se entende que todo repórter pensa, sente e, assim é que constrói o fato jornalístico. O que relata é uma representação (versão, recorte) da realidade que tem um sem-número de outros fatos encadeados como precedentes e como conseqüentes.

Muitos são os enfoques em torno das questões sobre a objetividade jornalística, vistas, muitas vezes como inócuas e desnecessárias, entendendo muitos que se trata de temática exaurida. No entanto, vamos desenvolvê-la a fim de buscar razões e argumentos na tentativa de ampliar a questão sobre a enunciação jornalística. Partimos do contexto de estudos da comunicação, a fim de uma abordagem para a concepção das dimensões ideológica e subjetiva, constitutivas do discurso jornalístico. Queremos chamar a atenção sobre o conceito de objetividade com vistas ao fato de que estudos e pesquisas em comunicação lançam mão desse conceito para constituir seu arcabouço e trabalhar as relações entre os sujeitos e os veículos de comunicação. Convém destacarmos que a reflexão em torno dessa questão é resultante de diversas leituras da área da comunicação, que insistimos focalizar neste espaço, numa abordagem bastante extensa. A discussão culmina com a retomada dos estudos semióticos, no final deste capítulo, tendo em vista a preocupação de sinalizar percursos no trato da temática sobre a terra no texto jornalístico.

Embora cada vez mais questionado, os próprios estudiosos da comunicação afirmam que o discurso da objetividade continua persistente e vigoroso. Assim se pronuncia

Chaparro (1998):

> Nas escolas, continua a ensinar-se, como ‘verdade’, e a usar-se, como matriz teórica, a divisão dos gêneros jornalísticos em classes de ‘Opinião’ e ‘Informação’. Nas redações, mais acentuadamente nas dos meios impressos, a teoria se reproduz em um jargão cultural que ‘divide’ o espaço ‘em páginas de opinião’ e ‘páginas de informação’. Com o tempo, a crença ganhou viés moralista, gerando um certo ‘marketing de pureza informativa’, em slogans do tipo ‘neste jornal, opinião e informação não se misturam’, significando o seguinte: ‘podem confiar nas nossas notícias, porque elas não estão contaminadas pela opinião’(CHAPARRO,1998, p. 17).

O autor explica que o discurso da objetividade se tratava de uma fraude conceitual que tem raiz de três séculos e se originou das idéias do jornalista Samuel Buckley, que acreditava que as informações não deveriam ser ‘contaminadas’ pela análise ou pela opinião, por pensar que os leitores eram capazes de refletir por eles próprios.

A conclusão a que chega Chaparro (1998) é que Buckley, na realidade, nada mais fez do que incorporar ao jornalismo as artes e técnicas da narração, como esquema eficaz para relatar fatos, ou seja, para noticiar, não separando a opinião da informação. E, conforme afirma o estudioso português “não há como isolar o componente objetividade no processo criativo de noticiar”. (p.17).

Pela teoria semiótica, o fazer midiático de todo jornal é persuadir o sujeito para que ele queira ou deva entrar em conjunção com o objeto valor: informações sobre uma dada realidade. Para isso, entra em ação um destinador que manipula um destinatário para que queira entrar em conjunção com os saberes construídos pelo veículo midiático. O leitor do jornal (o destinatário), discursivizado como leitor fiel, entra em consonância com o destinador.

Nesse sentido, a figura do jornalista, quer se trate da voz da empresa ou do próprio jornalista, deve ser vista como a que constrói o enunciado. Forma-se assim uma parceria, que pressupõe uma indiscutível reciprocidade. Enunciador e enunciatário (jornalista e leitor) constituem atores que partilham um mesmo saber, construído pela empresa jornalística, de acordo com o que se estabelece por meio de normas que regem projetos das ações linguageiras.

Em consonância com essas afirmações, com a finalidade de conduzir a voz de cada jornal, existem os projetos editoriais, que visam a estabelecer parâmetros conforme as práticas codificadas por seus discursos, para levar os sujeitos envolvidos em tal processo a serem obedientes a um percurso interpretativo.

Pois bem, para tratar de subjetividade/objetividade, tema deste capítulo, muitas são as discussões que poderiam emergir. Uma delas sobre a inter-relação entre os discursos da ficção, da história e da imprensa jornalística, ricas para polêmicas, inegavelmente frutíferas. No entanto, não nos interessam para analisar o *corpus*. Propomos trazer à tona a especificidade da noção de **subjetividade** e **objetividade** para dimensionar os diferentes graus desses dois aspectos nos textos jornalísticos em exame. Não importa se tomarmos uma narrativa literária de ficção ou um relato jornalístico, devemos dizer que não está em questão o ficcional ou o "real" histórico.

Em *A cidade e as serras*, José Fernandes, personagem de Eça de Queiroz, visita em Paris Jacinto de Tormes, amigo rico e atualizado com a tecnologia da época. O anfitrião estava ao telefone quando,

> [...] duma redoma de vidro posta numa coluna e contendo um aparelho esperto e diligente, escorria para o tapete, como uma tênia, a longa tira de papel com caracteres impressos que eu, homem das serras, apanhei, maravilhado A linha, traçada em azul, anunciava ao meu amigo Jacinto que a fragata russa Azoff entrara em Marselha com avaria. Já ele abandonava o telefone. Desejei saber, inquieto, se o prejudicava diretamente aquela avaria da Azoff. - Da Azoff?... A avaria? A mim? Não! É uma notícia. (QUEIROZ, 1950, p.26).

Essa passagem do romance de Eça de Queiroz coloca-nos diante da impossibilidade de confundir as duas realidades: o real da língua e o real da história. A linguagem como transparência de uma realidade, leva a ver os fatos da língua como se fossem fatos fenomênicos. Quando estamos diante da linguagem jornalística, considerada por sua característica de desvelar os fatos sem mediação, como capaz de mimetizar o real, instala-se uma certa confusão entre esses dois universos: o lingüístico e o do mundo que nos cerca. Ora, o real constituído por uma materialidade lingüística, nesse caso, a notícia, em sua particularidade enquanto texto jornalístico, instalado num jornal, deve ser entendido unicamente como construção de sentidos.

A notícia é um texto, uma elaboração discursiva, que fala de fatos. De acordo com o senso comum, a notícia objetiva é aquela que está em conformidade com o fato de que trata. No entanto, não se pode perder de vista, conseqüentemente, que, sendo texto/discurso, não é o próprio fato.

Sem dúvida que o alto grau de elaboração dos textos jornalísticos remete seu leitor a uma concepção de verdade indiscutível. Voltamos a insistir, no entanto, considerando qualquer gênero textual, o que nos interessa é tão somente a realidade de palavras. Assim, o

caminho a ser percorrido é o da interpretação. Na medida em que o sentido pressupõe um destino interpretativo, a questão é trazer para o seu centro aquele que pratica essa ação: o sujeito.

É tratar da presença, mas também da ausência: subjetividade e objetividade, presença/ausência do "eu" quanto à materialidade de um gênero com as especificidades do jornalístico, cuja linguagem era considerada informativa, imparcial e até mesmo neutra (pois o pressuposto é que deveria ser), avessa à ambigüidade (característica, por exemplo, da linguagem poética). Atuando segundo estratégias, configura-se o gênero jornalístico como uma cadeia de recursos expressivos, na insistência em se desvincular de uma antiga tradição de que só nos jornais tendenciosos, os desvios de linguagem eram tidos como desvios, contaminações nefastas e ideologicamente localizáveis.

A construção do discurso jornalístico revelou-se como um caminho no sentido de descrever e interpretar determinados aspectos ligados à Comunicação Social, para o devido tratamento à materialidade de seus discursos. Um campo, assim como a lingüística, com especificidades e aspectos que convergem para a manifestação discursiva. Uma tarefa que demandaria um tempo muito além do que dispomos para este empreendimento. É, então, diante de nossas limitações que circunscrevemos nossas atividades a algumas incursões rápidas no campo desses estudos, sempre direcionadas a buscar na instância de enunciação um suporte de leitura para os textos-objeto de nossas análises.

Tão abrangentes quanto complexas são as investigações em um campo que põe em ação a linguagem e seus produtos – os discursos – que refratam o ser e o parecer dos homens e as relações em sociedade. Nas suas múltiplas articulações, pode até parecer paradoxal, mas cada vez mais se desviam de uma simples função dialógica entre falante e ouvinte, mesmo em tempos de "comunicação", quando modernas tecnologias das indústrias culturais, fabricantes de simulacros perfeitos do diálogo emissor/receptor, com discursos monológicos, que criam ilusão perfeita de inter-relação face a face.

De acordo com o senso comum, há uma certa confiança nos veículos de comunicação, especialmente na mídia impressa. Sempre se busca no jornal um saber sobre o mundo. Na banca da esquina, nos consultórios, em qualquer sala de espera, comprado ou vindo às mãos de qualquer cidadão que compulsoriamente o lê no pacote de uma compra, no revestimento de uma parede ou piso, escorrem os textos jornalísticos, a invadir a retina do leitor. Um conhecimento que se propaga em discursos, alimentando uns, constituindo outros, que se proliferam no cotidiano de todas as comunidades. Mesmo na sua efemeridade, lá vão

os jornais para os acervos para guardar saberes sobre o mundo. Dessa maneira, no presente ou no futuro, os discursos jornalísticos vão constituindo uma fonte de informação. Se o discurso do historiador está comprometido com a reflexão científica, o do jornalista tem a preocupação de tornar possível a comunicação, pela linguagem que promove a inscrição do indivíduo na sociedade, permeando todas as relações sociais.

O contato com textos de um dos estudiosos bastante citados atualmente nas análises dos meios de comunicação, Mouillaud (1997) foi desencadeadora para reflexões sobre o texto jornalístico impresso, levando-nos a leituras de outros autores, que conduzem as considerações teóricas neste capítulo. Grande parte das informações provêm de sua obra **O Jornal - da forma ao sentido,** de onde retiramos informações preciosas para nos debruçarmos sobre o discurso da mídia impressa, vislumbrando um horizonte para interpretar e compreender o jornal. Não queremos realizar uma panorâmica de seus trabalhos, muitos deles até mesmo seriam suficientes para levar nossas reflexões a bom termo, considerando que a leitura minuciosa de alguns tópicos possibilita relações com as questões aqui discutidas. No entanto, na medida do possível vamos buscando outros autores. Considerando o conceito de *notícia*, por exemplo, mostrou-se a necessidade de uma focalização histórica do jornalismo impresso. Convém esclarecer que as leituras visam sempre a uma visibilidade mais dilatada do nosso objeto, para um olhar menos obtuso, a fim de enxergar na materialidade do texto jornalístico os efeitos de sentido pretendidos.

Focalizar como tema de trabalho *A linguagem jornalística* implica abranger uma extensa área do conhecimento, penetrando no campo da comunicação, que se constitui a partir da multiplicidade de discursos. Ela constrói-se em variadas tramas, aspecto incondicional de gêneros e linguagens cujo paradigma é atingir o ideal de objetividade. Nesse aspecto, são desconsiderados os textos que não estejam eivados nesse ideal, por fuga ao paradigma da pretensa objetividade, segundo o qual se classificam em "tendenciosos" para os jornalistas e, "maus" para os jornais.

Como quer que seja, efeitos de sentido de subjetividade ou de objetividade, importa-nos pensar na produção, na acumulação e distribuição desses objetos semióticos que têm o homem como sujeito, ser social, que o constrói e a que visa atingir. Pensar, sobretudo, o fundamento maior, que é a linguagem humana, construindo os discursos não como "aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe" (PÊCHEUX, 1997, p. 56). Pensar, especialmente, um discurso que não está solto no espaço; por estar envolvido em dispositivos que não são simples entidades técnicas, estranhas ao

sentido.

Ora, sabemos que o sentido não está deitado no leito da língua. Isso nos obriga a procurá-lo nos dispositivos - lugares onde se inscrevem, necessariamente, no espaço de um determinado jornal, na página, no contexto articulador de relações do sentido. Mouillaud (1997) diz que os dispositivos têm uma forma particular para estruturar o tempo e o espaço, que não deve ser visto como "suporte", mas como uma "matriz" que impõe suas formas aos textos e que inscreve o jornal no dispositivo geral da informação (o sistema de títulos, por exemplo). Assim, o dispositivo é indissociável do sentido.

Repleta de eventos imprevistos e incontroláveis, a vida cotidiana exige que organizemos nossas falas em estruturas lógicas, de modo a equacionarmos nossa experiência nessa estrutura que chamamos "mundo social", envolvendo entendimentos e desentendimentos.

De par com essas inquietações, parecemos estar diante da alegoria da Torre de Babel, que se nos apresenta para decifração, sempre à espreita de tudo o que significa num mundo construído por linguagens que nos fogem ao controle imediato e sensível.

Dentre o universo das linguagens, a jornalística, como uma prática dos meios de comunicação de massa, deve ser entendida como "construção social da realidade". Como construção, situa-se, evidentemente, na esfera de realidade da vida cotidiana, espaço onde ocorrem os processos de institucionalização das práticas e dos papéis sociais. A realidade constitui-se como processo socialmente determinado e intersubjetivamente construído (LUCKMANN; BERGER, 1995). Nesse quadro, a atividade jornalística pode ser entendida como tendo um "papel socialmente legitimado para produzir construções da realidade que são publicamente relevantes" (ALSINA, 1996, p. 18), ou seja, ao jornalista é delegada a competência para recolher os acontecimentos e temas importantes e atribuir-lhes sentido, firmando, com a sociedade, um "acordo de cavalheiros", "contrato fiduciário" social e historicamente definido. Embora esse processo de construção social dependa dos conteúdos e da prática discursiva do jornalismo, deve-se ficar atento para não incorrer no erro de imaginar essa construção sem a participação ativa dos receptores, nas diversas interações em que os indivíduos tomam parte na realidade da vida cotidiana. Colocada em circulação pelas mídias, a notícia é uma realidade social fabricada pela linguagem; não mais que uma das realidades que os indivíduos constroem cotidianamente.

Há algumas décadas, admitia-se que o conhecimento da realidade era apreendido objetivamente, sem interferência da experiência individual do observador, como se o mundo

pudesse ser entendido como uma realidade, ontologicamente dada, isto é, exterior à subjetividade. Esse modelo já foi superado por teorias atuais, em que a objetividade nada mais é do que um produto social intersubjetivo (LUCKMANN; BERGER, 1995).

Desvencilhando-se da feição persuasiva e panfletária, tão útil à defesa e à consolidação dos ideais burgueses, desde o século XIX, os jornais passam a assumir definitivamente o caráter de empreendimento comercial, cujo principal produto é a notícia. A informação de atualidade torna-se mercadoria, de acordo com a mentalidade econômico-mercantil que se sobrepôs à lógica político-ideológica, predominante até então, para apostar na separação radical entre fatos e opiniões, privilegiando aqueles em detrimento destas.

Para legitimarem sua mercadoria como confiável perante os consumidores, as empresas jornalísticas inauguram um novo modelo de notícia pautado numa suposta imparcialidade e num pretenso equilíbrio. A primeira atribuiria ao produto jornalístico a idéia de isenção e de esforço no sentido de não tomar partido; o segundo insinuaria a intenção de promover o pluralismo e a integração de interesses. Impulsionadas pelo Positivismo, que marcou aquele período, e inspiradas no estilo funcional das agências de notícias, bem como no realismo fotográfico, ambas as noções evoluem, nos anos 20 e 30, para o conceito de objetividade. Além do culto aos fatos, o jornalismo deveria assumir a tarefa de reproduzir fielmente a realidade, por meio do testemunho desapaixonado, sem preconceitos e livre de sentimentalismos. Para isso, seria ressaltada a dicotomia maniqueísta entre objetividade e subjetividade, ao mesmo tempo em que concepções como rigor, exatidão e honestidade passariam a ser evocadas e, em tese, incorporadas ao trabalho cotidiano de fabricar notícias.

A adoção do conceito de objetividade evidencia um novo estatuto para o jornalismo, no qual ele reivindica para si a condição de mediador, atuando como intermediário fidedigno entre os fatos reais e o público, e também a função de quarto poder, em que assume a responsabilidade e o dever de agir em defesa da emergente opinião pública. Segundo Baudrillard (s/d), a idéia da objetividade como parâmetro para a prática jornalística ampara-se, em pelo menos três frágeis formulações. A de que os jornalistas e os veículos de comunicação seriam observadores independentes; de que a verdade dependeria da neutralidade do jornalista; e, a última, a de que o meio, quando utilizado corretamente, seria neutro. Apesar disso, o ideal da objetividade não deve ser visto apenas como uma autêntica confissão de fé na realidade objetiva. Precisa ser encarado, antes, como um método que serviu de resposta a uma conjuntura na qual nem mesmo os fatos eram dignos de confiança, sobretudo em função do surgimento das relações públicas e da eficácia da propaganda,

verificada já durante a Primeira Guerra. (BAUDRILLARD, s/d).

O surgimento da imprensa informativa e da ideologia da objetividade inspira o primeiro conjunto de princípios fundamentais voltados para o jornalismo. Ainda no século XIX, a partir de conceitos que sustentam a teoria do espelho, concebe a atividade jornalística como simples reflexo da realidade em que o jornalista não passa de um observador passivo e transmissor fiel dos fatos; e a notícia, pura emersão de acontecimentos do mundo real. Seus preceitos comportam uma analogia com os da chamada teoria hipodérmica, preponderante nos estudos iniciais acerca dos efeitos da mídia e cujas interpretações do fenômeno comunicacional estiveram sedimentadas sobre um relativo simplismo. Fortemente ligada ao behaviorismo, essa visão encarava o comportamento do indivíduo como resposta hipodermicamente provocada por um estímulo, tal qual as notícias refletiriam os fatos reais (MEDINA, 1973).

Ao longo de seu desenvolvimento, o padrão da objetividade, pelo menos em sua versão genuína, vai-se diluindo. Segundo Traquina (1993) alguns fatores acabaram por revelar a debilidade do paradigma. Por um lado, este desvelamento ocorreu no âmbito da própria prática jornalística, com a evolução dos meios de comunicação, em especial os audiovisuais; com o surgimento do jornalismo interpretativo, posto em prática, principalmente, pelas revistas semanais de informação geral; e a crescente conscientização profissional do jornalista. Por outro, o público também ampliou sua capacidade crítica, enquanto os estudos teóricos avançaram na compreensão do intrincado campo jornalístico.

Assim, hoje, reconhecem os estudiosos da comunicação jornalística que prevalece o entendimento de que a objetividade jornalística, tal como foi concebida originalmente, não passa de um mito, embora também haja concordância em adotá-la como um valor-limite, uma meta que jamais será plenamente alcançada, mas nem por isso é inválida. Em contrapartida, a análise teórica progrediu no sentido de mostrar o jornalismo desempenhando um papel que favorece o fortalecimento de ideologias hegemônicas e a manutenção do status *quo,* numa perspectiva inversa à das posições que concebem a prática jornalística como um exercício de contrapoder. Ao mesmo tempo, multiplicaram-se os estudos cujos enfoques destituem o jornalismo do pretendido estatuto de mediação, no qual se configura como mero reprodutor da realidade, para a ele imputar o de construção, em que aparece como agente no processo de criação do real.

A seqüência de pesquisas conhecida como *newsmaking*, já no final do século XX, converge para a conclusão de que as notícias resultam de um conjunto de interações sociais e

de uma série de negociações. Integram essa linha de investigações duas teorias: a organizacional e a construcionista. A primeira enfatiza as pressões e os constrangimentos aos quais estão submetidos os jornalistas no interior das empresas e avalia as conseqüências disso em suas ações e nos produtos apresentados ao público. A outra inclui em suas análises a relevância da cultura profissional – fator, portanto, transorganizacional – e destaca os procedimentos cotidianos e as práticas rotineiras como determinantes da produção jornalística (CÁDIMA,1997).

Em franca oposição à teoria do espelho, essa linha de investigações concebe o jornalista não como mero observador passivo, mas como participante ativo no processo de construção da realidade; e compreende a notícia como um produto resultante da percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima – os acontecimentos. Por este entendimento, tanto é verdade que o acontecimento cria a notícia (porque esta se centra no referente), como é certo que a notícia cria o acontecimento (pois é um produto que não pode desvencilhar-se das condições de sua própria produção).

Os estudos à luz da teoria construcionista apontam em duas direções complementares. Num sentido indicam que a condição de existência dos acontecimentos é a sua construção na mídia. Isto quer dizer que só é reconhecido como existente aquilo que é construído como realidade pelos produtos midiáticos, do mesmo modo que permanece privado de existir tudo o que é mantido como invisível pelos meios de comunicação. Por outro lado, observa-se que a realidade perde, por assim dizer, sua autonomia e passa a se constituir, pelo menos em parte, em função da mídia, como no caso paradigmático do pseudo-evento ou simulacro (CEBRIÁN, 1998). Seguindo este raciocínio, não é difícil perceber como até mesmo a noção de que a realidade serve de referência para a produção jornalística torna-se diluída na imprecisão de limites entre o que é construído e o que existe de fato ou de forma autônoma.

Seja como for, é possível compreender o produto jornalístico como resultante de um processo de construção que decorre de escolhas orientadas pelo pragmatismo do campo profissional e pelas limitações do ambiente empresarial. Como as organizações são guiadas por regras impostas pelo mercado, os esforços despendidos precisam estar voltados fundamentalmente para o alargamento de tiragens e audiências. Desta forma, submete-se o aprimoramento qualitativo do que é oferecido ao público à melhoria de seu desempenho comercial.

Tal objetivo mercantilista, porém, não pode ser naturalizado pelo leitor sem, antes,

ser submetido às regras do estabelecimento de uma relação polêmica, que permeia todas as relações em sociedade. São preceitos substitutivos de antigos atributos do jornalismo, originários de sua concepção como reflexo objetivo do mundo real, por outros mais pertinentes aos apelos da sociedade capitalista, próprios de seu entendimento como construção da realidade. Esta providência incide diretamente sobre o conteúdo da informação posta no mercado, do mesmo modo que condiciona o tratamento a ela dispensado e que não pode ser desconsiderado pelo leitor.

As discussões sobre a questão da objetividade no discurso jornalístico prendem-se sempre à veracidade dos fatos e idéias que a imprensa veicula. Não vamos aqui discutir a não ser a construção linguageira que remete a verdades "de papel", inseridas em formações discursivas, em ideologias por onde transita a concepção de verdadeiro e de verossímil. Essas verdades instauradas na/pela materialidade discursiva exigem um leitor pressuposto. Nenhuma informação é simplesmente decodificada; ela ganha sentido no (con)texto, isto é, no que vem antes e no que vem depois no enunciado; nas circunstâncias da enunciação e naquilo que o receptor guarda na memória - o repertório de suas experiências, valores e conhecimentos .

As estratégias para instaurar o leitor iniciam-se na própria configuração física do jornal. Tomamos como nossas as palavras de Beth Brait em um de seus artigos sobre o texto jornalístico:

> [...] um objeto descartável (isomórfico ao seu conteúdo, diriam alguns) [...], de fácil manuseio, nem colado, nem grampeado, apenas dobrado para ser manuseado à vontade, mas, ao mesmo tempo, organizado em cadernos temáticos que facilitam a localização dos assuntos. A diagramação, o tamanho das letras, a variabilidade de assuntos, e de tratamento a eles conferido, dão ao leitor a liberdade de transitar (livremente) pelas páginas, saltando o que não lhe agrada e detendo-se no que mais lhe atrai a atenção (BRAIT, 1994/1995, p. 19).

Continua a autora, ainda na mesma passagem, a falar sobre o leitor modelo na sua atividade de (des)construção do texto jornalístico: "implica a idéia de rápida assimilação de informações que, por isso mesmo, serão dosadas de forma a serem ou não aprofundadas, de acordo sempre com as previsões de tempo e interesse desse destinatário" (p. 86). Em síntese, os pressupostos colocados para o leitor giram em torno da facilidade e detalhamento de informações, variabilidade e dosagem de assuntos e, conseqüentemente, objetividade, seriedade e respeito à necessidade de conhecimento.

A informação jornalística insere-se, assim, em um quadro complexo, já que parte

do pressuposto de que a informação deve reportar-se à realidade - isto é, aos fatos e idéias situados em seu tempo e espaço. No entanto, não há a menor possibilidade de se codificar/decodificar simplesmente a realidade objetiva quando se trata de uma realidade de palavras, fabricada por enunciadores, cuja leitura envolve percepção, portanto seleção, avaliação, contextualização etc., em que entra a subjetividade do enunciador. Ele é treinado para suprimi-la sempre que possível, mas é fato que um mesmo incidente será descrito com diferentes palavras - ou diferentes ordenações de sentenças - por sujeitos de culturas diferentes, por mais honestos e bem preparados que sejam, já que o percebem de maneira diferente.

Não estamos concluindo que não existe a objetividade jornalística. Seria o mesmo que supor que, não é possível obter medidas exatas por mais aperfeiçoados que sejam os aparelhos para medir, negando modernas tecnologias como a de que nenhum computador pode processar dados, nenhum robô pode executar tarefa humana e assim por diante. Inegável que a objetividade no jornalismo traduz-se numa série de técnicas de apuração, redação e edição na busca de enunciados intimamente adequados à realidade e em sua tradução para diferentes públicos e veículos. Essa realidade imposta por um alto grau de elaboração programática do jornal para parecer linguagem transparente dos fatos, como mimetismo do real, acaba por tornar-se um dos desafios para seus leitores. Não perder de vista o processo significante desencadeador de um saber comunicado deve ser a bússola de seu leitor, que participa do jogo de ser e parecer, cujas regras são impostas pelos efeitos de sentido do acontecimento discursivo. As regras impostas dessa objetividade não podem cegá-lo jamais.

Em se tratando do jornal impresso, é no seu corpo de palavras que o mundo vai sendo edificado. Cada relato coloca o leitor diante dos acontecimentos, nos mais diversos lugares, a que, na maioria das vezes, nunca poderia estar presente. Assim, pelos relatos, o mundo vai sendo editado, sendo trazido até nós. Um mundo redesenhado em trajetos que passam por incontáveis mediações, quer seja até mesmo pela fala do vizinho, pelo rádio, pela tevê. Diz Mouillaud (1997, p.25) que "o jornalista não está conectado com 'fatos', mas com 'falas'(fala da testemunha, do especialista, do representante, do operador...)". Ao que afirma ser o jornal um "jogo de enunciados" (interferimos nessa afirmação, dizendo que "o jornal é um jogo de enunciação"). É só caírem na mídia impressa para que os relatos ganhem um *status* de verdade.

Ao tratarmos da edição, estamos nos referindo à construção de uma realidade de linguagem posta em visibilidade. O pôr em visibilidade constitui um ato de ser ou de fazer de

enunciadores modalizados pelo poder/dever. De acordo com a teoria semiótica estamos nos referindo a predicados que sobredeterminam outros predicados. A modalização tem o papel de exprimir a posição do enunciador em relação àquilo que diz. (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001). Indica um possível, um duplo sentido das condições do enunciador e da autorização. Assim, a informação editada é o que é possível e o que é legítimo mostrar, mas também o que devemos saber, o que está marcado para ser percebido. Impostos à nossa visão como dêiticos sinalizadores: isto é verdade, isso deve ser visto/sabido, sempre num caráter imperativo.

Pelo real da língua reconfiguram-se os acontecimentos a partir de acréscimos ou supressões. Dessa maneira, vão-se editando os relatos. Isto é editar: dar à coisa um significado. Nesse ato, voltamos a afirmar, entra em jogo um determinado ponto de vista para a construção de simulacros de interlocução, considerando que uma das características do discurso midiático, que o distingue de outras modalidades de discurso é sua relação interlocutiva. (MOUILLAUD, 1997).

Essa realidade outra, construída na/pela edição, reconfigura-se no sujeito de emissão ou da recepção com seu universo cultural e dinâmico próprios. Temos acesso ao mundo editado. É dele que extraímos os sentidos. O desafio passa a ser: como trabalhar esse mundo editado, presente no cotidiano, que penetra ardilosamente em todas as decisões da vida social e que, pela persuasão que o caracteriza, assume o lugar de "verdade" a ser aceita custe o que custar? Muito redutor se pensamos no caráter imperativo na/da informação, como se o limite de um *poder ver* fosse um *não poder ver*; de um *dever ver* remetesse apenas a um *não dever ver*.

No capítulo *A Informação ou a parte da sombra*, Maurice Mouillaud faz uma citação do filósofo Didi-Huberman: "Um sistema fechado remete, no espaço, a um espaço que não se vê, e que, por sua vez, pode ser visto, correndo o risco a suscitar um novo conjunto não visto, no infinito [...]" (MOUILLAUD, 1997, p.38). O teórico da comunicação coloca-nos diante de uma reflexão que possibilita sustentar que toda e qualquer visão contém algo mais que ela própria. Afirma Mouillaud que, mesmo o jornal não exibindo as fontes da informação, elas "estão enterradas no texto". Para justificar sua afirmação, faz uma analogia com a pintura: "A 'parte da sombra' não está somente no quadro [...] mas na mão que pinta [...]" para a constatação de que perseguir o sentido no texto jornalístico é inserir-se num mundo de dados verbais que obscurecem a realidade; ou se pensamos no sentido de pôr um foco de luz sobre as coisas, podemos buscar o termo "refração", que nos põe diante dos dizeres de

Bakhtin: “Toda refração ideológica do ser, seja qual for a natureza de seu material significante, é acompanhada de uma refração ideológica verbal" (BAKHTIN, 1997, p. 38).

A leitura, como uma construção a ser feita pelo destinatário, deve prever não apenas o que o jornal espera dele, ou seja, credibilidade, mas a atenção para os efeitos de sentido, para as significações organizadas no plano de expressão.

Para falar sobre o sentido construído pelo jornal, sabemos da necessidade de focalizar a cultura da mídia como um todo, que segundo Baccega:

> [...] se manifesta em um conjunto articulado e diversificado de produtos (pólo do enunciador/emissor) que entram em relação com o conjunto articulado e diversificado de vivências do enunciatário/receptor, cujo universo de valores, posto em movimento, ativa os significados dos produtos. Na verdade, a cultura da mídia não está no enunciador/emissor, não está no enunciatário/receptor: está no território que se cria nesse encontro, gerando significados particulares, que, se contêm intersecção com cada um dos pólos, não se limita a nenhum deles. Caso contrário, a mídia seria apenas *veículo* de significados (BACCEGA, 2001, p. 22).

Em outra passagem do mesmo trecho transcrito acima, a estudiosa da comunicação afirma que a complexidade da mídia:

> [...] reside exatamente no fato de, construindo significados no território que inclui cada um dos pólos – enunciador/emissor – enunciatário/receptor-, ela exige permanentemente a dialética entre o *já visto* e o *por ver,* ou seja, a *novidade* que responde pelas e alimenta as mudanças contínuas de identidade *versus* estabilidade que cada grupo social busca em sua dinâmica (BACCEGA, 2001, p.22).

A autora chama atenção para o fator “novidade”. Trata-se aí da notícia cuja finalidade é a de colocar em circulação aquilo que vai nutrir a curiosidade do leitor. Projetada sempre para o “novo”, a notícia jornalística mantém o interesse para um assunto que, mesmo quando se trata de algo que já faz parte do conhecimento geral, o recurso da novidade da notícia pode ser eficaz na persuasão do leitor, mantendo-o fiel à leitura do veículo de comunicação.

Ainda no mesmo trecho transcrito acima, Baccega assevera também o princípio de que o discurso sofre as coerções do contexto social: “O único limite é o horizonte da formação social na qual estão e que inclui tanto o já manifesto quanto o ainda virtualmente contido como possibilidades a serem realizadas” (BACCEGA, 2001, p. 22).

Numa sociedade constituída por relações de poder, supõe-se que, por trás da busca de uma “verdade” imposta por certos gêneros discursivos, está a questão de um sujeito que, se

escondendo ou se mostrando, constrói simulacros daquilo que exibe, dissimula, apaga em qualquer enunciação e que pode vir à luz a partir de reflexões teóricas desenvolvidas pela linguagem, desfazendo qualquer fechamento de sentido.

Quando voltamos nosso olhar para o contexto em que se inserem as mídias, não podemos deixar de ressaltar as características de um cenário de mudanças cada vez mais frenéticas, com avanços de tecnologias, que levam à "ascensão das mídias, da indústria das propagandas" (JAMESON, 1999, p. 61). Tendo nos meios de comunicação um sustentáculo, corporações internacionais fortalecem-se gradativamente, sendo capazes de levar à ruptura de fronteiras nacionais. Mediadora privilegiada entre nós e o mundo, a mídia cumpre o papel de juntar diferentes realidades numa costura de informações (fragmentos de informações), para tecer a trama do tecido, que é o conhecimento do mundo. Metonimicamente cada uma das partes dá a conhecer todo o tecido, como se cada parte, ou seja, os fatos trazidos na notícia, valessem para o mundo todo.

A partir dessas afirmações, podemos já antecipar o trabalho que o leitor, analista do texto jornalístico, tem diante de si. Consideramos, conseqüentemente, que aquilo que tem diante dos olhos, não passa de retalhos de informações, fragmentos. São uma parte para oferecer o conhecimento de um todo, considerado como a "realidade". É o ponto de partida para a leitura, na busca de uma inter-relação entre todas as esferas da sociedade. Um processo que prevê a condição de reelaborar o que vem como um *dado,* trazendo à superfície o que, às vezes, não está lá. Mal desenhado ou com contornos imprecisos, borrado, mas que deve ser lido.

Pensar a inserção do sujeito na vida social, pressuposto do ato discursivo, é pensar a questão dos "estereótipos". Buscamos, para isso, um trecho que nos leva a refletir sobre a questão:

> O nosso círculo de experiência é limitado. O nosso espaço vivido no mundo é pequeno.[...]
> Se a nossa atividade essencial como sujeitos é a ação e percepção, nós a exercemos dentro de um espaço de vida que nos rodeia como uma bolha de sabão e onde encontramos nosso significado biológico e existencial.
> Conhecemos algumas pessoas, algumas coisas, alguns pedaços de paisagens, de ruas, alguns livros. Presenciamos alguns fatos, mas não presenciamos a maior parte dos fatos sobre os quais conversamos. Confiamos, porém, nas pessoas que viveram e presenciaram esses fatos, e o pensamento e o discurso quotidiano se alimentam dessa confiança social (BOSI, 1977, p. 48).

Sabemos que os fatos que nos chegam, já foram textualizados pelas gerações anteriores, lidos, interpretados, sedimentando valores com os quais convivemos sem nem dar

conta dos sentidos que vêm carregando. Como se fosse um trem, que tendo passado por muitas e muitas estações, os sentidos são os tantos passageiros conduzidos, carregando as diversas significações: ao lado dos novos há os antigos que vêm trazendo antigas significações.

Lippman (1972) adverte que "nem mesmo a testemunha ocular traça um quadro ingênuo da cena. Pois a experiência parece mostrar que ela própria traz à cena alguma coisa que dela retira mais tarde e o mais das vezes, o que supõe ser o relato de um acontecimento é, na realidade, uma transfiguração dele" (p. 149).

A conclusão do autor é que os fatos que vemos dependem não só da posição em que nos encontramos, mas dos hábitos de nossos olhos. Implicita-se aí a questão dos estereótipos, ao se referir ao fato de que vemos a partir da sedimentação de estruturas significantes, condicionadoras de nosso olhar. Nesse sentido, haverá sempre um estado de tensão constante entre o *já visto* depositado na memória cultural e o *por ver*, que traz embutida a idéia das relações entre diferentes momentos: o presente contém o passado e o futuro. Compreende-se, então, que cada uma das enunciações jornalísticas não pode ser vista como independente do imenso corpo das enunciações coletivas que a precederam e a tornam possível.

Como os pintores pintam telas, os músicos compõem músicas, os arquitetos projetam edifícios, o jornal produz discursos – seu principal produto e o resultado final do seu funcionamento. Comparada a algumas dessas atividades, o discurso jornalístico se apresenta como um texto acabado, aparentemente sem vazios; ao contrário de outras atividades da vida cotidiana, que não escondem seus processos de derivas, de hesitações etc. Ora, produzir uma informação supõe a transformação de dados. Um processo que não é propriedade da mídia, tendo em vista que a linguagem supõe sempre a existência de indivíduos socialmente organizados. Na vida cotidiana, por exemplo, se tomarmos uma conversação informal, podemos observar que pode ocorrer que fatos trazidos em profusão acabam levando a um embaralhamento. Dado o descompromisso com uma prévia organização, podem chegar a uma certa confusão. Entretanto, para a transmissão de um determinado saber sobre algo, por exemplo, um fato ocorrido, é necessária a seleção de dados, ligando-os entre si para dar coerência, construindo um sentido de que "algo ocorreu". Assim se dá a percepção cotidiana que enquadra cenas para poder ver. Tanto os cenários da vida privada quanto da vida pública são pré-construídos, ainda que nossa concepção, tantas vezes, seja a de que os jornalistas trabalham com baterias de informações preparadas. Se a informação é esportiva, por exemplo,

é imprescindível buscar as especificidades de cada esporte, organizando as informações para se tornarem verossímeis. Visto que nenhum fato é apreendido, sem estar coerentemente construído, deve-se reconhecer que se trata de uma organização, da tarefa de um sujeito.

Interessante pensarmos sobre a idéia de que um substituto do espaço público, os jornais diários, sejam vistos como um fórum onde se pode ouvir o eco das vozes públicas, orquestrada à sua própria voz. Tal dualidade está na origem das estratégias pelas quais o jornal manipula, seja distanciando-se das vozes de outrem, seja de sua própria voz.

Segundo Mouillaud (1997), é possível entrar no "corpo" do jornal diário, por uma análise de suas funções enunciadoras. Interessa-nos o destaque que põe em relevância o sujeito na encenação jornalística. O autor enumera duas dessas funções:

> [...] a primeira delas é a de 'fazer-saber'. A finalidade dominante do discurso do jornal é a de produzir um efeito real do qual estudam-se, sucessivamente, os procedimentos de autenticação e as estratégias de descrição . O real do jornal diário aparece, em última instância, como um álibi que esconde o pleno desenvolvimento dos saberes disponíveis[...]
> a segunda estratégia está preferencialmente a serviço da verdade e, não, da realidade. O jornalista mantém um pacto implícito com o leitor, cuja finalidade é a de 'fazer-crer' [...] (MOUILLAUD, 1997, p. 27).

Como nos postulados de base da semiótica greimasiana, mesmo sem usar a metalinguagem dessa teoria, podemos observar que o texto jornalístico está sendo reconhecido como um produto resultante da construção de um sujeito de linguagem. Conforme já nos referimos acima, o jornal pertence à rede de informações que começou a tecer-se no século passado, impondo ao mundo não apenas uma interpretação hegemônica dos acontecimentos, mas a própria forma do acontecimento.

Outro fato a ser destacado quanto à invenção da informação (fins do século XIX, início do XX), é a mudança do discurso da imprensa, cuja unidade não provém de sua ordem interna, mas da ordem externa da diagramação, quando a escritura dos fatos levou à fragmentação em seqüências curtas e heterogêneas, tão diferentes da escrita literária e política predominante de uma época com exigência de textos longos a impor páginas cinzentas.

Embora a linguagem verbal escrita apareça como a dominante, a linguagem visual vem conquistando um espaço, ocupando cada vez mais a página, o que obriga o observador a enfrentá-la num sincretismo com o verbal. O tratamento da produção de sentidos passa, dessa maneira, necessariamente, pela junção dessas duas linguagens, que devem ser articuladas na leitura.

Instalados no espaço do jornal, os textos obedecem a particularidades enquanto

gêneros: notícia, reportagem, editorial, entrevista, comentário, nota, resenha etc, que devem ser percebidos como textos complexos. A linguagem visual - fotografia, ilustrações, disposição na página, etc - faz parte de toda a construção e interfere de forma decisiva não só na seleção e organização dos conteúdos, mas, sobremaneira, na articulação de mecanismos que ajudam a desnudar a aura de objetividade, conduzindo a leitura para o mundo da ambigüidade, da abertura, por onde entra o olhar do leitor. Inegável a importância da linguagem visual, contudo estamos aqui privilegiando o verbal.

Mouillaud (1997) afirma que, se nos apoiarmos nas metáforas da era althusseriana, o acontecimento seria a "matéria prima", a substância que alimenta, de fora, o ecossistema da mídia. O dispositivo da informação poderia ser concebido, como ele afirma, sob a forma de capturadores que se apossam dos fatos e os encaminham para um centro. A montante, o acontecimento; a jusante, a informação:

> De um a outro, a caixa-preta da mídia em que se faz um trabalho de seleção e de transformação da matéria do acontecimento. Um compartilhar semântico assaz claro permitiria opor o acontecimento e a informação como o antecedente cronológico, a ocorrência recebida, o material de um lado e, do outro, o produto, a difusão, a formatação. Esta dicotomia, que, à primeira vista, parece clara e distinta, reflete o que se chamaria de ideologia espontânea dos profissionais (MOUILLAUD, 1997, p. 52).

Ao criticar essa concepção, "ultrapassada", segundo ele, como legitimadora da ideologia dominante no séc. XIX, o autor afirma que ainda se constitui em paradigma quando se fala de fidelidade aos fatos: "O realismo é uma ideologia de face dupla que, afirmando a dualidade do acontecimento e da informação, faz da mimese dos mesmos seu ideal (fidelidade aos fatos é ainda hoje o carro-chefe da imprensa anglo-saxônica)" (MOUILLAUD, 1997, p. 53).

Não considerando a dicotomia entre acontecimento e informação, trabalha com o princípio de que o acontecimento é uma unidade cultural e que já está codificado no interior do espaço da informação", o que "não priva de sentido a distinção entre o acontecimento e a informação" (MOUILLAUD, 1997, p. 56). Deixa bastante claro que acontecimento e informação não são instâncias autônomas. Afirma ainda: "O acontecimento sempre possui a forma da informação, ao invés da representação, suposta evidente de um acontecimento que existiria inicialmente para si mesmo e ao qual se aplicaria, num segundo momento, a informação" (p.56).

Sobre a concepção de "notícia" como o gênero jornalístico para informar o acontecimento, o sentido comum partilhado entre os homens é o de construção discursiva que

opera a linguagem. A notícia toma de empréstimo esse sentido comum que permite, a um só tempo, o jornalista/enunciador-repórter se comunicar com o público e ambos se entenderem. Nesse sentido, porque a linguagem é o meio comum pelo qual os termos de uma relação podem ser articulados no processo da interpretação, pode-se falar em objetividade como conformidade. Não se trata de uma conformidade na qual a linguagem vai-se adequar ao fato, mas de uma conformidade em que o fato só "faz sentido" na e pela linguagem. A coisa dita "notícia" não é senão um discurso. Ela é uma construção *a posteriori* onde se põe o acontecimento, criador de objetos-valor outros, em que se utilizam estilhaços, resíduos de eventos. Não é criação a partir do nada; existe já uma parcela de sentido posto, fragmentado, estilhaçado, que o sujeito aproveita para construir o seu objeto – a notícia.

A conformidade entre o texto da notícia e o fato não representa a adequação entre duas entidades distintas (língua e realidade dos fenômenos), mas enquanto relação entre sujeitos. Tem-se aí a interpretação, um movimento que aciona sujeitos, pressupondo uma relação dada na linguagem, entre o modo de dizer algo presente no mundo e que só aparece na condição de um fato jornalístico. Assim, ontologicamente, existe a possibilidade de o discurso falar de fatos, na medida que o discurso é uma articulação lingüística e é somente pela linguagem que os homens se relacionam com o mundo e, conseqüentemente, com os fatos.

No âmbito das teorias da comunicação páginas e mais páginas podem ser lidas sobre as discussões em torno do conceito de notícia. A polêmica traz para a cena termos como fato, acontecimento, sujeito (enunciador e leitor). As teorias da recepção têm estudos extensos dedicados à subjetividade, oferecendo um material bastante rico para discutir uma das mais polêmicas questões: objetividade versus subjetividade.

Os teóricos da comunicação insistem em dizer que, na abordagem do texto jornalístico, não há mais espaço para princípios teóricos voltados para dois universos distintos. Não há por que considerar categorias separadamente. De um lado o estudo dos dispositivos; de outro, o estudo dos sentidos. Um deles logicamente estabilizado, em sua materialidade de papel, seu formato, sua diagramação, como se tratasse de um mero suporte, que poderia ser chamado de "dispositivo", nomeado por Mouilllaud (1997, p. 29) como "uma simples entidade técnica, estranha ao sentido". O outro universo a que o autor se refere por "conteúdo", como se tratasse do sentido, aí entraria a língua, à semelhança de um envelope, de onde se extraem as significações.

Com as considerações do autor concordamos que tal reducionismo, sem dúvida, não tem sustentação, quando não se concebe mais o sentido do texto jornalístico,

dicotomizando essas categorias – "dispositivo" e "sentido".

Por ter o discurso como principal produto, é no processo de sua produção que se pode (des)estabilizar "conteúdos" acondicionados em "embalagens" que simulam não deixar dúvidas quanto ao que carregam. Ora, por se tratar de um acontecimento discursivo, leva-nos à questão do sujeito, instância pressuposta do produtor/receptor que confere à materialidade jornalística a dimensão de palavra em ato, funcionamento: produção e recepção, escrita, leitura e interpretação. O que se registra numa notícia não é um real existente, mas um processo colocado em andamento por um sujeito, um "eu" de cognição e de paixão. Trata-se, com efeito, de considerar a participação de sujeitos numa correlação entre a significação sensível da experiência perceptiva e a significação igualmente sensível da experiência discursiva.

Uma das questões centrais para a (des)construção do sentido no texto jornalístico é a focalização no processo da leitura. Como construção discursiva, o sujeito receptor é nomeado pelo processo de hierarquização e de funcionamento do contrato de leitura. Ao mesmo tempo em que é construído, tipificado pelo discurso, é também convocado a trabalhar no interior em conformidade com as regras de um "contrato" estipulado pelo enunciador para interpretação da verdade do discurso. Sobre as regras e "contrato" já nos referimos no capítulo *O sujeito na semiótica.* Para os estudos da comunicação, as discussões sobre o leitor são do âmbito das teorias da recepção, cujo foco incide sobre leis que estruturam os contratos de leitura. Não vamos aqui discutir sobre essas teorias da recepção.

Enquanto gênero jornalístico, a notícia apresenta-se como o domínio de um discurso cujo contrato estabelecido com seus enunciadores é o de um simulacro de racionalidade que repousa sobre dizeres referenciais. São dizeres que confirmam, interrogam ou denunciam as convenções que representam, sem possibilidade de além-sentido. Sob um real posto para a legibilidade discursiva, subjaz um jogo de crenças estabilizadas e certas, cuja certeza referencial é a de transparência. Firma-se no acontecimento discursivo um contrato de veridicção entre sujeitos tendo em vista as formas para a compreensão do dizer.

Pensando em exemplificar a maneira como o enunciador (in/en)forma um fato, trazemos uma notícia escrita há mais de uma década. Tendo a *terra* como temática, lemos o texto, que suscitou em nós interesse para refletir sobre a atividade do sujeito enunciador do/no jornal. Lido o texto, vamos, então, discursivizar o processo de sua construção, imaginando a realidade em que se inseriu um sujeito cuja tarefa era a de levar para a página o instantâneo de um acontecimento, que fosse fiel àquela realidade, que se tentava apreender, tornando-a

"verdade" a ser lida e, o que mais sério, acreditada. Com alguns fragmentos do texto publicado, vamos colocando nossos dizeres para tentar apreender a tarefa da construção do fato ocorrido naquela *madrugada de 23 de dezembro de 1990*. As partes em itálico são as transcrições da notícia, que se juntam a nossa fala sobre dizeres que se põem diante do olhar do leitor para serem, assim, apreendidos.

Passemos, então, à leitura deste pequeno texto que visa à apreensão do acontecimento discursivo.

> Uma foto de uma multidão: ao fundo uma grande extensão de terra, mulheres carregando filhos pequenos no colo; homens empunhando foices e enxadas parecem correr; adultos, jovens, velhos e crianças caminham todos numa mesma direção. O repórter descreve: *"Era noite ainda, pouca luz da lua, mas o suficiente para enxergar o lugar há tanto esperado* [...] *Houve o confronto, arrebentaram a porteira*."
> Havia explicações de como o repórter havia chegado ao local com o batalhão da polícia. Parecia querer apreender naquela construção de linguagem o momento presenciado (vivido?). Afirma que quando chegou, naquele exato momento em que acontecia a ocupação/invasão, já se dissipava a multidão. *Já não havia mais tumulto.* Tenta entrevistar as pessoas na busca de informações do que ocorrera antes de sua chegada:
> *- O que está acontecendo? Uma ocupação?*
> *- Não*, um dos guardas responde. Dentre tantos dizeres em que se refere ao desrespeito à lei, à bagunça, ele resume com a expressão: *uma invasão*.
> E um outro homem parece afirmar com certeza:
> *- Houve resistência, tem gente machucada.*
> (*O Pontal, 27/12/1990*).

Diante de uma teia de significados, como é assim idealizada a própria comunicação, um enunciador tem a tarefa de estruturar um acontecimento: dar forma a uma situação caótica, no exercício de uma atividade que consiste, basicamente, em construir informação. Um trabalho que consiste em escarafunchar, no código lingüístico, recursos para dar coerência aos elementos da forma narrativa: personagens/sujeitos, espaço e, sobretudo, tempo. Os dados devem estar organizados de maneira a constituir um todo, cujas partes devem estar coordenadas, com a finalidade de transmitir "a realidade". Trazer para o real da/na língua, um real da história: eis a realidade do sujeito - jornalista/leitor.

Um "eu", diante de um momento: no presente, a necessidade de resgatar um acontecimento (passado? presente?). O que o olhar podia apreender? O caos de uma situação, que parecia não se organizar nas cenas ao vivo, diante de olhos ávidos por absorvê-la, no esforço para a compreensão. Uma boa tática seria a reconstrução dos fatos para apreender os acontecimentos: os do momento remetiam aos do passado fresquíssimo ainda, mas que já haviam escorrido com o tempo. Enquanto isso arrebentavam sentidos novos, naquele exato

momento, reclamando por registros. “O acontecimento está em todos os lugares... um tipo de delírio porque, então, tudo se pode tornar acontecimento [...] o acontecimento está onipresente, difuso, sem limites [...], sucedem-se com uma rapidez que apenas permite retomar o fôlego [...]” (RODRIGUES, 1996, p. 27).

A investigação do fato é a interpretação para levar ao conhecimento daquilo que se pretende tornar conhecido. Nesse sentido, passa-se a identificar dados, estabelecer relações entre eles e elaborar uma cadeia de significação, a fim de que as informações colhidas possam se constituir numa unidade para a caracterização do objeto focalizado. O fato é o resultado de uma ação, portanto, algo consumado na ordem da realidade, mesmo que por apenas alguns instantes. E, como tal, se apresenta como condição limitativa das escolhas racionais que sustentam a interpretação. Em se tratando de notícia, esse é um pressuposto fundamental.

O trabalho de investigação consiste, então, em "construir uma história" - a ser relatada sob a forma de notícia, estabelecendo uma determinada relação entre sujeitos, coisas e textos de algum modo vinculados entre si - e comprovar ser a "história" uma experiência do mundo real. Quando uma reportagem tem início, às vezes são poucos os elementos para sustentar a notícia. Por isso, o ponto de partida é a pergunta (ou perguntas) que, de forma elementar, pode(m) ser expressa(s) da seguinte forma: "o que aconteceu?", em relação a algo que não se sabe ao certo do que se trata, daí inclusive a investigação e a elaboração de hipóteses; e "aconteceu mesmo?", dando conta da necessidade de comprovar a realidade da informação obtida.

As perguntas que dão início ao percurso interpretativo se baseiam em algum sintoma ou indício ou até mesmo num dado efetivo que pode revelar um fato de interesse noticioso. A hipótese formulada a partir das perguntas iniciais produz um recorte de tempo e espaço na ordem da realidade, dentro do qual os sintomas, indícios e dados serão apreciados. Na medida em que se confirmem, sintomas e indícios podem ou não se tornar dados (elementos que pertencem ao fato: coisas, pessoas e textos), mantendo ou reformulando a hipótese. A partir do recorte do tempo/espaço e dos dados recolhidos, é possível desenhar cenários. São traços que vão pouco a pouco dando o contorno no desenho do objeto: a notícia. A ação de produzir o fato (escolha de uns e rejeição de outros elementos), obviamente, deixa suas marcas, recuperáveis na cadeia de significação. Estamos aí diante do próprio ato de interpretar. A perfórmance de um sujeito singular, leva em conta, ressaltamos, não o individual, mas o fazer do sujeito plural: a condição de toda prática social.

O fato é uma atividade consumada no eterno movimento de elaboração e re-

elaboração do mundo pela experiência humana da linguagem. Se é indiscutível que a construção dos fatos impõe limites à interpretação, é certo também que a interpretação - capacidade humana de articular sentidos num mundo partilhado intersubjetivamente -, vinculada diretamente ao repertório de experiências e conhecimentos de cada indivíduo, sujeita-se às limitações de um destino interpretativo.

Para Mouillaud (1997, p. 51) o acontecimento e a informação não são "instâncias que, a um dado momento, seriam autônomas". “A informação não é o transporte de um fato, é um ciclo ininterrupto de transformações”. A hipótese sustentada é a de que “acontecimento é a sombra projetada de um conceito construído pelo sistema de informação, o conceito de ‘fato’”. Ainda que, superficialmente, o fato seja representado pelo que, quem, quando, onde, como e por que, Mouillaud assevera que a transformação do fato em informação (notícia, diremos nós), é a transformação de um estado (ser, estar), escandido em cenas, enquanto fragmento de espaço e de tempo que são, antes, espaço e tempo sociais. Isso já define algo: o fato é uma experiência observada e descrita conforme certas regras. Mediante a as exigências da sociedade é que se tornam fatos. Assim, o acontecimento é uma experiência original, primária, convertida em informação pela mídia, que, no dizer desse autor, não é um território, mas um mapa, representação de sujeitos e cena - espaço e tempo presente de algo passado, isto é, atualidade.

Guerra (1998, p. 38) registra que acontecimento vem do latim *contigere*, e significa “achar, encontrar, estar ligado a, suceder, provir, resultar”. Explica que “desde os gregos, apresenta-se como um conceito problemático: quem seleciona o que é importante contar? De que maneira é feita a seleção?”

Na tradição jornalística, notícia é “o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante, em que se considere, deste último, seu aspecto mais importante.” (LAGE, 1979, p. 36).

Para o *Manual de Redação da Folha de S. Paulo* (2001, p. 88) notícia é o “puro registro dos fatos, sem opinião.” Poderíamos elencar uma infinidade de definições para o termo. Mas, as definições trazem sempre implícita a pretensa objetividade do jornalista na observação e posterior relato de determinado evento da vida cotidiana. Nesse aspecto, o jornalista, isento e imparcial, seria um simples “mediador” entre o evento cotidiano e a sociedade. Como o relato produzido estaria imune à subjetividade do jornalista, os consumidores da notícia, dessa forma, teriam acesso “imediato” ao acontecimento. Dessa forma, ao ler um jornal, o leitor estaria experimentando um determinado evento, no qual ele

teria a sensação da co-participação, mesmo que se conceba impossível a existência do objeto sem o sujeito. Trata-se de uma visão romântica, que deveria ser considerada fora de uso. As teorias que enxergam as notícias como um mero relato de fatos observados e registrados pelo jornalista "neutro, desligado dos acontecimentos e cauteloso em não emitir opiniões pessoais" (TRAQUINA, 1993, p. 167) propõem, dessa maneira, a metáfora do jornalismo como "espelho" da realidade. Estaríamos diante da realidade pura, de um real fenomênico.

Em oposição a essa visão, afirma Nelson Traquina

> [...] os jornalistas não são simplesmente observadores passivos, mas participantes activos no processo de construção de realidade. E as notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real; as notícias acontecem na conjunção de acontecimentos e textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento (TRAQUINA, 1993, p. 168).

Dessa forma, na elaboração da notícia estão presentes, além da experiência do enunciador - que observa, seleciona e relata o evento -, os constrangimentos organizacionais sobre os quais trabalha: "As decisões tomadas pelos jornalistas no processo de produção das notícias (*newsmaking*) só podem ser entendidas inserindo o jornalista no seu contexto mais imediato – o da organização para o qual ele ou ela trabalham." (TRAQUINA, 1993, p. 168). Assim, a notícia passa a ser entendida como uma "representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente, que se manifesta na construção de um mundo possível" (ALSINA, 1996, p. 18).

Fenômenos que ocorrem cotidianamente, sobre os quais não temos controle nem podemos determinar seu aparecimento, podem ser nomeados como "fatos". Como dito anteriormente, na impossibilidade de abarcar na totalidade, "niágaras" de fenômenos, ocorrem simultaneamente, o que leva à necessidade de operar com estruturas lógicas para ordenação desses eventos, tornando-os "objetos dotados de significação" (LUCKMANN; BERGER, 1998, p. 39). Dada a multiplicidade de fatos ocorridos simultaneamente, em todo o espaço do globo, é óbvio que não se pode ter acesso a tudo. Ao jornalista cabe, então, o olhar e a decisão do gesto para selecionar os que tenham potencialidade, traduzida no conceito de noticiabilidade, de tornarem-se "acontecimento", para que se materializem no jornal - espaço delimitado temporal e espacialmente. Assim, o acontecimento jornalístico é, então, um "acontecimento de natureza especial, distinguindo-se do número indeterminado dos acontecimentos possíveis em função de uma classificação ou de uma ordem ditada pela lei das probabilidades. É imprevisível, irrompe acidentalmente como reflexo inesperado, como efeito

sem causa, como puro atributo" (RODRIGUES, 1996, p. 27).

É tempo de considerarmos que "a notícia é a narração de um fato ou a re-escritura de outra narração, enquanto o acontecimento é a percepção do fato em si" (ALSINA, 1996, p. 16). Como não é possível a total isenção, o jornalismo, ao divulgar um acontecimento, cria um outro, sendo, portanto, um "ativador de meta-acontecimentos" (RODRIGUES, 1996, p. 28). Assim, o jornalista, na verdade, estaria relatando não o fato cotidiano, imprevisível, mas o "real domesticado", afirma Mouillaud (1997, p. 57), citando Umberto Eco, para quem o acontecimento seria a "procura e o estabelecimento de uma coerência, de uma unidade em uma diversidade, para nós, caótica. Trata-se de constituir um todo cujas partes estejam coordenadas."

No entendimento de Dulcília Buitoni, a notícia é "a realidade que se pretende":

> Para 'representá-la' (re-presentá-la) textos verbais imitam o ritmo de um filme, tentando causar a impressão de que o acontecimento está se desenrolando no momento em que é lido: mágico recurso, como se o leitor tivesse o poder de fazer a cena repetir-se novamente, só para ele. O rádio, a foto, o jornalismo televisivo, os tapes e os filmes jornalísticos dispõem de mais varinhas de condão para 'apresentar' (a-presentar) a realidade. A voz do entrevistado, ao vivo – é algo sendo vivido, ao mesmo tempo, no rádio ou na TV. As imagens das fotos, dos tapes, dos filmes, mostram o referente 'real'. Em todos, a valorização do 'instante em que se vive', do agora – a aparência do acontecer em curso -, numa simultaneidade um tanto atemporal, em detrimento do instante conhecido (BUITONI, 1990, p.175).

De volta à definição de notícia proposta por Alsina e apresentada acima, "representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente, que se manifesta na construção de um mundo possível" (ALSINA, 1996, p. 18), acompanhemos a reflexão da autora.

Ao tratar da "representação social", ela explica que se trata de ver a primazia do social sobre o individual. A notícia, como representação social, implica uma "organização psicológica particular que cumpre uma função específica. Não é, como diriam os sociólogos marxistas, uma superestrutura ideológica, determinada por uma rede de condições objetivas, sociais e econômicas" (Id., p. 18), mas, antes, o instrumento que o indivíduo utiliza para apreender o ambiente ao seu redor.

A expressão, "produzida institucionalmente", continua a autora, remete à tarefa do enunciador "papel socialmente institucionalizado que o legitima a levar a cabo uma determinada atividade". Trata-se da tarefa de manter a sociedade informada sobre os eventos ocorridos nos variados campos sociais que a compõem.

Ao concluir sua definição "construção de um mundo possível", aborda os limites impostos nessa empresa. A realidade apresentada nos noticiários jornalísticos não é a realidade da vida cotidiana. Esse mundo possível nada mais é do que o mundo narrativo – construção de um enunciador, a partir dos outros mundos de referência utilizados por ele: o "mundo real", onde os acontecimentos irrompem e o "mundo de referência" é o local onde se dá o enquadramento dos acontecimentos.

Essa definição traz, como novidade, o entendimento da notícia como uma realidade construída a partir dos eventos cotidianos e na lupa de um sujeito linguageiro, que possui uma experiência de mundo particular, o que torna o "relato objetivo dos fatos" uma visão particularizada, ancorada na experiência individual e nos constrangimentos organizacionais proporcionados pela organização do trabalho jornalístico, de acordo com teóricos da comunicação, tais como Wolf (1992), Traquina (1993) e Tuchman (1993). Esta última, a socióloga Gaye Tuchman, na sua observação direta-e-participante dentro de uma redação de jornal demonstrou que os estudos sobre a ordem produtiva requerem cuidados e procedimentos que impõem mais tensão que coesão, mais complexidade que linearidade, mais negociação que consenso, mais heterogeneidades que homogeneidades, mais interdiscursos que autocentramento ao se referir ao mundo, ao tempo sociológico (TUCHMAN, 1993).

A construção da notícia é um trabalho, cuja organização consiste em recolher, selecionar e apresentar, sendo exeqüível apenas por um sujeito que sente, percebe e age. Pressupõe, assim, uma não-neutralidade e passividade por parte do enunciador, implodindo a metáfora do "espelho". Conseqüentemente, não é uma estrutura de fatos ou situações, mas um processo de constituição de uma realidade de palavras: visível e invisível, resultante de um olhar de idas e vindas, rupturas, desconstruções, reconstruções, envolvimentos pessoais, intelectuais, afetivos, inerentes à situação de *sujeito* no mundo.

Num esforço de produzir um saber, limitado pela particularidade, pelo fragmentário, o enunciador do texto jornalístico se esforça para dar conta da realidade, da parcela de um real que o assujeita no esforço da objetivação, fundamentada na legitimação de sua atividade – produção de conhecimento e de notícia ou reportagem (in-formação). As técnicas de codificação da mensagem jornalística (trata-se de codificação no sentido de língua técnica) a regras de apuração, regras de codificação dos relatos sobre fatos, teorias do *lead*, concepções sobre narrativa (realista ou ficcional), exposição ou dissertação na construção desse gênero textual constituem esforços de esvaziar-se da subjetividade, para dar conta do "real", da objetividade. O sujeito-enunciador parece ser esse narrador dedicado e fiel, em

busca de pôr adiante a verdade, delimitado que está pela hierarquização do ato e da fala do outro, do que é mais ou menos noticiável. Pelas escolhas linguageiras, traz (ou tenta esconder) para a vitrine do papel aquilo que pode/deve ser mostrado ou ocultado, numa ritualização do real. Nesse sentido, estariam sendo, o jornalista e o Jornal, servos do poder, no assujeitamento a uma objetividade como a que leva a admitir que contra fato não há argumento?

As questões sobre objetividade inscrevem-se em qualquer discussão do texto jornalístico, o que nos leva a algumas considerações nesse fim de capítulo, ao mesmo tempo em que vamos tratando também da presença do leitor ou para usar um termo da teoria da comunicação, da "recepção".

No desejo de dizer a suposta "verdade", o construtor dos fatos sabe que seu fazer só se completa pelo/no fazer de um outro sujeito, participante dessa empreitada da construção discursiva. É pela leitura, pela releitura, num processo de (des)construção ou reconstrução pelo leitor que se efetiva o processo de enunciação. Ora, essa é uma conversa que estaremos sempre retomando para reafirmarmos que, compulsoriamente, texto é diálogo. Impondo-se a inevitável dialogia do discurso, a polêmica objetividade, que insiste em enxergar o texto jornalístico como construção do "real", cai por terra. Ela não depende somente da capacidade de representar ou configurar de um "eu" que constrói o dizer, mas também do "outro", o participante da cena enunciativa. Nessa arena, aberta à disputa de olhares os mais diversos, forças antagônicas travam combates violentos pelo sentido, na disputa por um lugar no *podium* da "verdade" social.

O mito da objetividade é fortalecido sempre pelos avanços tecnológicos, cujas inovações do ponto de vista formal se processam, numa prática com recursos cada vez mais sofisticados de modo que o papel do sujeito parece se restringir a um lado oculto nesse fazer jornalístico. Se o discurso do escritor depende do leitor, em se tratando da relação entre jornal, jornalista e leitor, essa relação é de (inter)dependência, tornando-se luta pela sobrevivência. Com um campo específico de produção de conhecimento, o jornalista parece voltado para um leitor específico, este que Barthes (1988) celebra como o co-produtor social do sentido. O modo de produção capitalista define o formato, qualidade e o consumidor para seus produtos. Diz Ciro Marcondes Filho que

> [...] o jornalismo atua junto com forças econômicas e sociais: um conglomerado jornalístico raramente fala sozinho. Ele é ao mesmo tempo a voz de outros conglomerados econômicos ou grupos políticos que querem dar às suas opiniões subjetivas e particulares o foro de objetividade [...] É uma forma de dar eco a posições pessoais, de classe ou de nações através de um complexo industrial-tecnológico, que, além de preservar uma suposta

> impessoalidade, afirma-se, pelo seu poder e soberania, como a 'verdade'" (MARCONDES FILHO, 1986, p.10).

O autor trata da relação entre subjetividade e objetividade, discutindo ainda "ïmprensa livre" e "objetividade" quando fala sobre a representatividade de setores da sociedade, colocada, não por grupos dominados, mas pelos próprios detentores do poder da mídia, na medida em que se vêem ameaçados por outras informações que põem em risco seu monopólio, venham eles da base da sociedade ou de um grupo de adversários" (MARCONDES FILHO, 1986, p. 11).

Comparato, a partir de estudo da visão de representantes (proprietários) de jornais, discute o mito da objetividade e observa a sociologia positivista, que leva a erigir o fato social à condição de coisa, passível de ser captada e analisada a partir de uma relação de exterioridade, consolidando uma noção de objetividade. Privilegia-se a posição do sujeito, considerado um pesquisador-cientista. Essa concepção foi introjetada pelos periódicos. Diz o autor que

> [...] o pesquisador da notícia ou "caçador dos fatos", à semelhança de um cientista, deveria se pautar por critérios que determinassem distanciamento do objeto. A isenção e a imparcialidade representavam padrões de comportamento a serem seguidos no exercício da profissão. Dessa forma, a imagem do jornalista deve ser a de um sujeito "acima de qualquer suspeita" e, a do jornal, a de um "repositório da verdade" (COMPARATO, 1990, p. 10).

As críticas à objetividade costumam ser vistas como se propusessem o outro extremo, a completa - e também impossível - subjetividade total, o que implicaria a supressão do objeto.

Wolf (1992) trata da objetividade no jornalismo, confrontando o construcionismo com o realismo na teoria do conhecimento. Embora ressalte a coerência da crítica à fundamentação positivista do conceito de objetividade, o autor considera que, nesse processo, o construcionismo acredita eliminar o próprio conceito. Assim, o jornalismo, fundado "a partir de um imperativo ético que prescreve a notícia como o discurso da realidade", teria de deixar de existir, pois nada poderia afirmar sobre os fatos que reporta. Além do mais, representaria um "estelionato ético e social", pois responderia com uma fraude à demanda social por informações.

A conclusão decorre provavelmente da incompreensão do sentido da crítica e do próprio discurso através do qual o jornalismo se apresenta. Não se trata de eliminar o real. A necessidade da interpretação (portanto, da subjetividade) na apreensão do fato não constitui

argumento contra a existência da matéria factual. No entanto, o que não existe é a possibilidade de isolar o componente objetividade no processo criativo de noticiar.

O que seria a objetividade? Talvez a capacidade de enxergar o objeto, que tem existência fora da mente. Porém, para a descrição ou o relato jornalístico, não há como separar o objeto real do ato de pensar - ato que produz um outro objeto, no caso a notícia, que não é material. A notícia não está, portanto, no território da objetividade. Faz parte, sim, do território da noticiabilidade dos fatos, que, para a descrição e o relato, devem ser olhados e qualificados, em técnicas de apuração e depuração, com a lupa dos valores, das razões e dos critérios, coisas imateriais: processo da construção de sujeitos.

A subjetividade presente no processo de apreensão dos fatos indica que o jornalismo não é o discurso da realidade (como pretende ser visto), mas um discurso sobre a realidade. Desse modo, haverá vários discursos sobre um determinado fato, e a diversidade de interpretações é que fazem toda a diferença. Além do mais, não se pode negar que a existência do jornalismo como instituição e seu enraizamento nas práticas sociais influenciam decisivamente o próprio aparecimento de eventos. Entretanto, exatamente por se apresentar como aquilo que não é, o jornalismo consegue legitimar-se e assegurar seu lugar de autoridade, como o mediador "neutro" definido pelo conceito de "quarto poder", e garante foros de "verdade" aos fatos que divulga - e que supostamente "falam por si" -, elidindo as mediações discursivas (portanto, ideológicas) que dão a esses fatos o *status* de notícia (CHAPARRO, 1998).

A sustentação do mito da objetividade dos fatos, da crença de que eles "falam", "tema em grande parte obsoleto" (ECO, 2000, p. 59), subjaz ainda à credibilidade e continua alimentando a confiança de que os jornais "mostram" a realidade. Lembramos, agora, de um pensamento de Marilena Chauí, oportuno para o momento, (ainda que não sejam exatamente estas as suas palavras), mas segundo ela, "não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa a qualquer pessoa". Isso nos leva, então, a concluir que os jornais detêm o poder de dizer, por tratar-se de uma instância de poderes. O jornal tem o poder de dizer, de fazer saber, de fazer crer e o poder de fazer querer, que se articulam numa estrutura complexa, vista por muitos autores como construção da realidade.

As reflexões vistas até agora servem-nos para mostrar que o texto jornalístico é relato, exposição, anúncio, enunciado, pronunciamento e denúncia sobre a atividade lingüística do homem em suas relações sociais, políticas e econômicas. Trata-se de uma exteriorização, cujo resultado é tornar visível um saber comunicável, segundo interpelações

ou (pro)vocações políticas e econômicas de um espaço social, que estabelece e mantém uma ordem pública. Tratando-se da sociedade atual, torna-se restrita a valores ditados pelo mercado e aos indivíduos/sujeitos da economia: proprietários e proletários, que não são igualitários ou indistintos, mas, importante salientar que integram um campo de interesse comum.

O enunciador do texto jornalístico é esse sujeito duplamente coagido: tem que driblar o real da língua e o real do discurso. Sob esse aspecto, ele é a aparência do sujeito compromissado com certa escrita que pode fazer-aparecer, como significante que cria a ilusão do real, trazendo para a superfície, fatos ou feitos, relato, exposição, narração, simulacros do mais verdadeiro ou menos verdadeiro - porquanto a interpretação dependerá do jogo simétrico ou assimétrico e complementar da interação entre os sujeitos falantes na realidade do discurso em ato. Dentre os valores dessa materialidade, estão os valores econômicos, que se articulam nas desigualdades do sistema capitalista, tendo no sonho da utopia, o ideal da luta para estatuir a igualdade. Por essa via, a produção jornalística tem como balizas tanto as relações de poder, como o marketing - aqui entendido como busca do mapeamento dos interesses, necessidades e desejos dos potenciais leitores, modo de estabelecer a relação fiduciária ou contratual entre jornal, enunciador-jornalista e leitores (MOTTER, 2001).

Ao afirmar que a semiótica dispõe de elementos para marcar a subjetividade em termos de uma tensividade fórica, o semioticista Ignácio Assis Silva (1995, p. 84), no capítulo que trata sobre a construção do sujeito, lança a pergunta: “E a objetividade?”. Questionando sobre as maneiras de enfocá-la, se “por uma visada discretizante, desenhando-lhe um perfil mórfico? Ou por uma visada tensivizante [...]”, o autor explica que à luz da primeira alternativa, “o objeto surgirá como algo estático, assubjetivo e anobjetivo, avalente”. Conclui, então, que optar por tal concepção de objetividade, dentro da visada discretizante, seria “como que dar um passo atrás na história dos estudos da linguagem [...] voltar à orientação prevalente no estruturalismo dos anos 50 e 60, voltar à taxionomia.”

Dentre as questões de cunho teórico postas por Assis (1995) sobre a subjetividade e objetividade, retomamos o questionamento sobre a tensividade fórica, já que achamos oportuno transcrever uma passagem em que cita Greimas:

> Como o objeto é, de algum modo, o espelho do sujeito, poder-se-ia pensar em projetar esse arcabouço tímico-fórico no Objeto? Falando das precondições da significação, Greimas & Fontanillle (1991, p.25) dizem que é conveniente imaginar um patamar de ‘pré-sentimento’, o da tensividade fórica, em que se encontrariam, intimamente ligados um ao outro, o sujeito para o mundo e o mundo para o sujeito (p. 85).

Com efeito, o mundo que o sujeito determina e dimensiona não se apresenta em sua totalidade. O que tem são apenas duas janelas de um olhar. Ainda que a ânsia pela totalidade esteja sempre a dominá-lo, ele não consegue mais do que captar fragmentos de um todo, que se estende diante do esforço objetivante. O olhar assujeita o indivíduo ao parcial, à particularidade, ao fracionado. Nessa dimensão, o discurso jornalístico não passa da construção de um saber limitado, mesmo no investimento de todo esforço para dar conta de toda a parte que lhe cabe nesse latifúndio da história, parcela real, fundamentada na legitimação da materialidade jornalística. A coerência, assim, para análise desse discurso deve sustentar-se não por "uma taxionomia de valores" como propõe Assis (Id., p. 86), mas por "uma pragmatologia, mais precisamente, por uma ideologia". O semioticista afirma, ainda, que "nenhum objeto surge *ex nihilo* – ele ocupa um lugar no universo discursivo, que atua como um nicho ideológico, um ambiente, um domínio cultural". Para tanto, apóia-se no pensamento do filósofo Henry Lefebvre: "construir um espaço é ocupá-lo".

Ao sujeito-enunciador do discurso jornalístico, no exercício de sua prática profissional, compete a tarefa de se colocar no lugar do leitor, pressupondo a sua ocupação. Reconhece-se o saber do leitor, mas o que se espera é que ele assuma esse saber no campo da produção desse discurso. É conveniente ratificar que tal tarefa aparece de forma bastante evidente nos *manuais de redação,* o que nos leva a afirmar que o leitor é construído pelo sujeito enunciador.

Como qualquer produto informativo, o jornal é um produto semiótico, fruto de um conjunto de escolhas e seleções arbitrárias. O texto informativo, como qualquer enunciado, é um processo específico de individualização da linguagem enquanto código de significação. Quando um jornalista redige o texto para a empresa jornalística, materializa um processo ininterrupto de escolhas, que acabam constituindo uma dentre uma infinidade de possibilidades preteridas. Para a seleção temática, procede também a escolhas estritamente formais no sistema da língua (no léxico, na sintaxe).

Desta forma, concluímos que a mídia não é o espelho do mundo, mas construtora de um mundo possível, espaço semiótico privilegiado onde todo e qualquer tipo de imposição arbitrária de representações permite esconder o princípio da dominação que se encontra em sua origem (da ordem da língua, da sociedade).

Nessa procura de sentidos para a "terra", sobre a idéia de efeitos de sentido no mundo possível da sociedade agrária brasileira, alguns esclarecimentos se fazem necessários. Onde terminaria ou começaria a relação do que é informação com o universo dos

acontecimentos que envolvem o homem e a terra no Pontal do Paranapanema? Qual a dimensão de subjetividade nos dizeres que constroem os enunciados do *corpus* em análise?

Muitos são os estudos que levam a pensar numa comparação de natureza entre o discurso informativo jornalístico e o discurso ficcional, como se este último se distanciasse do caráter de "seriedade". Mas a discussão acabaria por nos levar para questões para contrapor gêneros diferentes: o jornalístico e o literário. Isso não nos colocaria diante de nossos objetivos neste trabalho. Todas as reflexões que sustentamos visam sempre a colocar em relevância o sujeito e as implicações dos dizeres que constroem o tema da terra no Pontal – condições perceptivas, sensíveis e afetivas da significação dessa temática, na emergência do processo significante do texto jornalístico de *Oeste Notícias* e *O Imparcial*.

Como restringir a figuratividade de um discurso da objetividade, que goza de um certo marketing de pureza informativa à representação semântica, sem considerar a dimensão afetiva e passional do sujeito? É bom lembrar que não se trata de considerar apenas estados de alma, tendo ciência do perigo que pode representar a trajetória pelo caminho das questões afetivas. Não se trata, então de restringir o discurso às questões afetivas, mas relacionar, especialmente, a própria percepção de um sujeito inserido no processo da construção de um dizer, marcado historicamente.

O termo subjetividade está sendo empregado neste nosso empenho para a focalização que ofereça um direcionamento ao trabalho de organização discursiva do tema da terra no/do texto jornalístico. A partir da harmonia aparente da objetividade preconizada pela maioria dos gêneros da mídia impressa (notícia, editorial, etc), podemos dizer que a tensão entre o gênero e o fato/acontecimento e, entre este e a cultura é o que desencadeia a leitura da terra, que vem sempre determinada pela expressão fórica (euforia/disforia) da instância enunciativa. A constatação da existência dos sujeitos (enunciador e leitor) movidos/divididos pelo fazer discursivo, conduz a um outro fazer (o do leitor-analista). Engendrados no discurso jornalístico, ambas as direções remetem ao lugar de adesão cujo fazer remete à construção ou à desconstrução da técnica jornalística ou ao resgate do que lhe escapa.

Diante de tantas discussões, em termos mais práticos, convém encaminhar nossas reflexões para o que vai pautar a seleção dos textos do *corpus* de análise, na divisão dos textos: de informação (notícia, reportagem) e de opinião (artigo, editorial, charge, coluna, etc.). Sem querer isolá-los, vamos contemplando os diferentes gêneros. Convém ratificar a crença de que informação e opinião não se separam, mas se misturam e interagem, podendo ser observadas em qualquer espaço jornalístico. A objetividade jornalística é um efeito de

sentido criado no/pelo discurso. De acordo com normas e procedimentos jornalísticos, sofre coerções dessas normas, devendo ser entendida dentro dessas limitações.

Quanto à notícia, por não ser o fato em si, deve ser vista como resultante de um complexo processo de produção, dentro das regras do campo informativo da empresa jornalística. Não podemos negar que reconhecidamente rígidas, são regras que buscam sempre o fechamento e não a abertura dos sentidos, na tentativa de regulá-los.

Como dispositivos de controle, os gêneros jornalísticos entram como guardiões de regras que instalam/criam lugares de leitura no jornal, organizando os discursos nos espaços reservados nas páginas, nos cadernos. Tudo muito determinado. Importante destacar é que não há como partir do pressuposto de que opinião e a informação sejam excludentes. Isso posto e depois de tantas reflexões sobre os conceitos, não podemos pensar em espaços exclusivos para uma ou outra.

PARTE II

O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO

"Todos os dias têm a sua história, um só minuto levaria anos a contar, o mínimo gesto, o descasque miudinho duma palavra, duma sílaba, dum som, para já não falar dos pensamentos, que é coisa do estofo, pensar no que se pensa, ou pensou, ou está pensando, e que pensamento é esse que pensa o outro pensamento, não acabaríamos nunca mais."

José Saramago, *Levantado do Chão,* Lisboa, Caminho, 1999, p. 59.

No reconhecimento de que "a enunciação é o conceito-chave para explicação do discurso e de suas relações com as condições sócio-históricas de produção e de recepção" (BARROS, 1988, p. 142), para a semiótica, uma das condições para apreender a significação dos textos é compreender a instância enunciativa como lugar de destaque nas relações entre o discurso e o contexto.

Sendo assim, em se tratando dos textos jornalísticos, considera-se a relevância da enunciação por suas condições de abrigar os percursos da comunicação e o de produção, relacionando papéis temáticos e papéis narrativos subjacentes (BARROS, 1988), que constituem as estruturas sêmio-narrativas, às estruturas discursivas.

Em relação à importância da instância enunciativa no/do texto jornalístico, objeto de nossas leituras, reconhecemos a necessidade de relacionar o discurso das questões agrárias construídas nos jornais do Pontal ao contexto social e histórico em que se insere. Recorremos ao conceito de contexto para tratar da caracterização das condições sócio-históricas que definem temporal e espacialmente o texto. Para isso, vamos considerar um contexto formado por textos que falam das questões sobre a terra, que possibilite uma articulação com os textos do *corpus* de análise (*O Imparcial* e *Oeste Notícias)*. Por se tratar de mídia impressa, recorremos à mesma realidade do jornalismo impresso para constituir esse contexto.

Pelo reconhecimento da inscrição do texto jornalístico na história, somos levados a reconhecer a necessidade de reunir textos para apreensão dos valores convocados nessa materialidade para a significação da temática da terra, construída nos dois jornais do Pontal.

Partindo do princípio de que todo texto é um recorte, vimos a necessidade de transportar os textos que constituem o *corpus* de análise para uma dimensão mais abrangente da realidade social, que tornasse possível a apreensão de sua leitura num contexto situacional de maior abrangência. Desse modo, a temática da terra, construída na região, poderia ser apreendida a partir de um âmbito estadual, nacional.

De acordo com Bertrand (2003, p. 86), "a enunciação individual não pode ser considerada independentemente do imenso corpo de enunciações coletivas que a precederam e a tornam possível".

Ora, devemos reconhecer que as dimensões da enunciação em *O Imparcial* e *Oeste Notícias* são assumidas na trama do discurso sobre a terra, de âmbito maior do que o regional. Dessa maneira, só a leitura numa dimensão mais abrangente oferece a possibilidade para discernir uma gama de vozes cuja sonoridade ecoa para além do horizonte local, ou seja, para além das relações enunciativas do Pontal.

A partir da reelaboração teórica, apresentada na primeira parte deste trabalho, podemos entender que o discurso jornalístico é, ele próprio, uma das dimensões da realização da história, em estreita ligação com as demais dimensões: políticas, econômicas, etc. É bom deixar claro que, ao falarmos de condições históricas de produção do discurso jornalístico, não as consideramos como coerções que determinam os textos produzidos no jornal, de um exterior, mas como aspectos de uma realidade social que tem na especificidade do discurso jornalístico uma de suas formas de manifestação. Tal conceituação pressupõe que a leitura do discurso da mídia impressa seja o resultado de relações estabelecidas entre a sua materialidade de significações linguageiras, as demais dimensões históricas e, particularmente, aquelas implicadas na esfera da atividade humana relativa ao gênero do discurso interpretado: a diversidade de gêneros produzidos no jornal impresso.

Procuraremos, então, delinear a configuração histórica dos dois jornais regionais, relacionando-os a um plano geral. Não se propõe, com isso, substituir uma análise semiótica por uma análise histórica. Estaremos considerando os revestimentos semânticos que determinam os discursos dos textos que dialogam com o tema da terra.

Como contexto que define temporal e espacialmente os textos do *corpus* de análise *(O Imparcial* e *Oeste Notícias)*, elegemos o contexto formado pelos textos que constituem as edições de 2002 de *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo.* O período era de encerramento de oito anos de mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, num cenário político de transição para um governo de oposição (PSDB para PT). Essa delimitação se justificava por compreender a gestão de um governante, autoridade respeitável na área das ciências sociais, competente pelo *saber* e pelo *poder*, num momento em que o país passou a acreditar que pudessem emergir esperanças hibernadas no campo social. É inegável que o governo de FHC representava o desencadeamento de um processo histórico, quando todo o país nutria fortes sentimentos de renovação especialmente no que se referia a questões sociais. No primeiro mandato, constituir-se-iam os fundamentos dos sonhos dos brasileiros para concretizar todos os elementos formadores de um organismo social completo e distinto, como uma cenografia da esperança. Nesse ambiente de positividade inserem-se as questões agrárias.

Estamos cônscios de que discutir um assunto que envolve a terra não se restringe a um determinado panorama social de um momento específico da história brasileira. Incorpora fatores diversos: tanto étnicos quanto ecológicos. Incorpora, sobretudo, padrões de relações políticas que põem em questionamento a divisão espacial geográfica do ponto de vista ecológico ou econômico como solução para fixação do homem no espaço geográfico, para

habitação e trabalho. Estamos aí, então, diante da distinção entre terra e território, conforme discutimos no texto defendido no Mestrado, quando trouxemos os estudos do geógrafo Milton Santos. Interessante retomarmos a distinção: o território é socialmente construído, sendo a chave para se entender a clivagem entre rural e urbano. O território não cabe dentro da divisão político-administrativa, o que constitui um primeiro passo para se compreender a emergência dos novos movimentos sociais, especialmente o MST.

Neste momento, interessa-nos a significância de um processo histórico que represente a evolução de um dos sistemas que gritam por saídas emergenciais, o sistema agrário da nação, um dos mais intrincados problemas brasileiros: a terra, o homem e o trabalho.

Se falar de produção jornalística é, geralmente, pensar questões relacionadas aos núcleos urbanos para uma população dos centros administrativos do país (referimo-nos aos grandes jornais como *O Estado* e *Folha de S. Paulo)*, interessa-nos, aqui, dirigir o olhar para uma realidade que obriga a encarar a encruzilhada rural de um espaço geográfico brasileiro onde o mito sobre conflitos de terra, o Pontal do Paranapanema, é reiteradamente cenário da imprensa nacional. Acreditamos ser redutor isolar a questão no âmbito regional, sem situá-la no contexto nacional. Há questões residuais, o que nos obriga a, pelo menos, discutir as raízes históricas mais recentes desse foco de conflitos fundiários do estado de São Paulo, que, só no ano de 1999, teve um total de 12 conflitos. Sabemos que a focalização de um fragmento, em qualquer sentido que seja, geográfico, econômico, social ou político, apenas no desenrolar das últimas décadas, é bastante redutor para traçar um cenário das tensões sociais da história agrária do país. No primeiro momento, focalizaremos o panorama nacional para, depois, no segundo capítulo fazermos uma abordagem da região do Paranapanema, espaço onde se constrói o nosso objeto de análise.

O foco em apenas um fragmento de um momento histórico, o mandato presidencial de FHC, é bastante limitador, quando se pensa em todo o horizonte histórico brasileiro de cinco séculos, ainda que se trate da gestão em dose dupla, como foi a de Fernando Henrique. Indiscutível que uma visão mais abrangente e, não apenas restrita a oito anos de um mesmo governo, sustentaria de forma mais segura a compreensão da temática proposta. A consciência da importância de incluir também outros momentos históricos, o que seria impraticável neste brevíssimo texto, levou-nos a buscar não mais que umas pinceladas, a partir do olhar sobre o percurso histórico, para aí destacar algumas cores que não podem faltar no quadro da realidade agrária brasileira. Ao se pensar nos primeiros anos da formação do

país, compreendidos pelo período colonial, por exemplo, há leituras que não se podem omitir. Uma delas é a *Formação do Brasil Contemporâneo,* de Caio Prado Junior, que possibilita um balanço dos três séculos de evolução colonial. Isso já justificaria um levantamento de elementos para interpretar o contexto agrário atual brasileiro. Não é nosso escopo uma abrangência de tal dimensão, porém trata-se de uma abordagem sobre questões que afetam a história agrária do país como um todo. As informações contidas em um dos referenciais da história brasileira, da significância de Caio Prado Junior, não poderiam, então, deixar de ser contempladas.

Acreditando ser apropriado, faremos um *flash-back,* como um parêntese no contexto dos anos 90. Nesse olhar para o passado, justificando a compreensão do presente, passamos à transcrição de alguns trechos, por acreditarmos serem significativos no desenvolvimento das nossas análises.

Ao tratar da estrutura agrária do Brasil colônia e ao tipo de colono que para estas terras veio e aqui permanece, assim pronuncia-se Prado (2000):

> Não é o trabalhador, o simples povoador; mas o explorador, o empresário de um grande negócio. Vem para cá dirigir: e se é para o campo que se encaminha, só uma empresa de grande vulto a grande exploração rural em espécie e em que figure como senhor, o que pode interessar.[...]A grande exploração agrária é conseqüência natural e necessária para ocupação e aproveitamento deste território. [...] são grandes áreas de terras que se concedeu no Brasil aos colonos [...] desprezíveis, as "sesmarias", designações que teriam as concessões, se alargam por espaços muito grandes, léguas e léguas de terra. [...] a política [do Reino] se orienta desde o começo, nítida e deliberadamente no sentido de constituir na colônia um regime agrário de grandes propriedades [...]não ocorrerá a nenhum dos donatários [...] a idéia de tentar sequer uma organização camponesa de pequenos proprietários" (PRADO, 2000, p. 118).

Acreditamos, também, ser oportuno recorrer a um outro autor do porte de Caio Prado. A leitura de Holanda (1969) põe-no diante das relações do homem com o espaço físico, o que constitui uma chave para nossas análises. Ao falar das técnicas empregadas pelos brasileiros no trato da terra em *Raízes do Brasil,* apesar de algumas críticas quanto à visão do autor, podemos refletir, por exemplo, porque "somos uns desterrados em nossa terra" (HOLANDA, 1969) e nos comportamos como conquistadores de passagem, em busca de riqueza fácil. Ao longo do estudo desse autor, não escapa ao leitor arguto a observação de traços da herança cultural do ocupante português, que vão surgindo ao longo das páginas: o desleixo, o desamor à terra, a concepção espaçosa do mundo. Desenha-se de forma bastante

visível o modo como se pratica o cultivo da terra desde o descobrimento: bastante característico, em meio à abundância de solo cultivável que convidava ao esbanjamento.

A leitura dos textos, tanto de Prado (1969) quanto de Holanda (1969), leva-nos para um dos temas que permeiam as discussões mais recentes sobre a terra: o tema da depredação, a ser tratado ao longo das análises, especialmente quanto às referências a questões ecológicas. Interessa-nos tal incursão aos autores acima referidos para lidar com dados incrustados na essência de nossa formação, não apenas em termos de economia, mas, sobretudo, em termos de relação homem-ambiente. Com efeito

> [...] na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café para o comercio europeu, Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem aquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras (PRADO, 2000, p. 333).

Podemos arrematar as considerações:

> Teremos também os nossos eldorados. O das minas, certamente, mas ainda o do açúcar, o do tabaco, de tantos outros gêneros agrícolas, que se tiram da terra fértil, enquanto fértil, como ouro se extrai, até esgotar-se, do cascalho, sem retribuição de benefícios. A procissão dos milagres há de continuar assim através de todo o período colonial, e não a interromperá a independência, sequer a República (BUARQUE, 1969, p. 334).

O processo de ocupação do Brasil fez prevalecer a devastação e quase cinco séculos de relação predatória com recursos naturais, que consolidaram um padrão acentuado e intensificado pela modernização capitalista e as técnicas industriais do século XX.

As informações de Caio Prado em *Formação do Brasil Contemporâneo* conduzem-nos para afirmar que a estrutura fundiária brasileira, sob o signo da grande propriedade rural, levou ao nascimento do latifúndio. Algumas décadas após o descobrimento e depois de uma primeira fase caracterizada pelo escambo com os índios, foi instituído o sistema de capitanias hereditárias, entregues a donatários designados pelo rei de Portugal. O Brasil foi dividido em 12 capitanias, imensas áreas de terras, concedidas a senhores vinculados à Coroa.

Por contingências do mercado mundial e da relação colonial prevaleceu o cultivo de um só produto - a monocultura da cana-de-açúcar - que se desenvolveu com base na exploração da mão-de-obra escrava trazida da África. Este foi o quadro que dominou a

economia brasileira durante três séculos: a grande propriedade na mão dos amigos do rei, o regime escravocrata e a monocultura voltada à exportação.

A independência do Brasil, em 1822, trouxe um breve período em que, por falta de legislação sobre a posse da terra, homens livres ocuparam modestas áreas de terras devolutas. O número de posseiros, porém, foi pequeno e não chegou a mudar o perfil da estrutura agrária do país, que continuava baseada no latifúndio monocultor - nessa época, o do café - ainda explorado com mão-de-obra escrava e também voltado para o mercado mundial.

Em 1850, com a chamada Lei de Terras, as elites escravocratas fecharam a fronteira agrícola, estabelecendo que a posse de terras públicas somente seria permitida mediante pagamento de alta soma em dinheiro. A nova legislação impediu o acesso à terra dos brancos e mulatos pobres, dos negros e dos imigrantes europeus, que começavam a desembarcar no Brasil, com o fim do tráfico de escravos. As oligarquias brasileiras precisavam de mão-de-obra barata, para substituir o braço escravo, nas plantações de café do sudeste.

Oportuno dizer que um dos grandes nomes dos estudos das questões agrárias no Brasil, José de Souza Martins (1996), que representou uma das referências para a pesquisa no mestrado e que nos conduz nestas nossas leituras, leva-nos mais uma vez a reflexões. O referido autor afirma que melhor sorte tiveram os europeus que haviam chegado no sul do Brasil, algumas décadas antes da chamada Lei de Terras. À época, a necessidade do regime imperial brasileiro era a de povoar o território da fronteira sul do país, caracterizado por grandes vazios populacionais, constantemente ameaçado por invasões dos países vizinhos e que se havia declarado independente do Brasil, durante uma revolução que durou dez anos (1835/45) e na qual os separatistas foram derrotados.

No sul, os imigrantes europeus receberam lotes médios de terra e a maioria progrediu. Essa é uma das características de povoamento que explica o fato de o estado do Rio Grande do Sul ser mais equilibrado do que os demais, no que se refere à estrutura fundiária e à utilização da terra, praticamente sem latifúndios improdutivos e quase sem problemas de definição de títulos de propriedade.

A vinda dos imigrantes europeus para o Brasil, de acordo com Martins (1996), não resolveu, apenas, as dificuldades de ocupação do território ao sul e de carência de mão-de-obra barata dos grandes proprietários do sudeste. Foi, também, parte da solução que a Europa encontrou para seu problema de excedentes. A modernização dos meios de produção, no século XIX, transformou grandes contingentes de trabalhadores europeus em excedentes do

mercado de trabalho, que havia deixado de ser artesanal e empregador de mão-de-obra intensiva, para se mecanizar. Aos que foram postos para fora do mercado de trabalho urbano da Europa, juntaram-se os pobres e os *sem-terra* do meio rural nas regiões mais atrasadas do continente.

Excluídos do processo de desenvolvimento econômico e expulsos pela modernidade, esses trabalhadores europeus não tiveram alternativa senão abandonar seus países, em busca de uma vida melhor no novo mundo das Américas - Brasil, Estados Unidos e Argentina, principalmente -, na Austrália e em alguns países da África. Erradicou-se a pobreza, portanto, na Europa do século XIX, em parte, pela exportação dos pobres.

Parece até mesmo uma ironia da história, mas muitos dos dirigentes e integrantes dos movimentos organizados de trabalhadores *sem-terra* do Brasil, hoje, são descendentes daqueles agricultores pobres da Europa que emigraram para cá, em meados do século XIX e início do século XX. Os olhos azuis, a pele clara, os sobrenomes de origem italiana, alemã, polonesa, espanhola não deixam dúvidas. São, de fato, os netos e bisnetos daqueles que a Europa excluiu, no século passado, e que lutam contra uma nova exclusão, neste final de século XX, no Brasil.

De acordo a Revista da USP **Estudos Avançados**, no artigo *Dossiê Questão Agrária* (a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresenta os dados sobre a realidade populacional do país. Segundo a pesquisa, a população brasileira, em 1995, era de 152 milhões de pessoas - a quinta maior do mundo, atrás apenas da China, Índia, Rússia e Estados Unidos. Desse contingente, 120 milhões constituem a população urbana e 32 milhões vivem no meio rural, provando que o Brasil passou por um dos mais velozes processos de urbanização da história moderna. Em 1950, a zona rural abrigava quase 70% dos habitantes do país e, hoje, tem pouco mais de 20%. Esse êxodo rural acelerado, que perdurou até o início dos anos 90, foi quase estancado, a partir de 1995. As maiores metrópoles brasileiras praticamente pararam de crescer, a população rural mantém-se estável, desde 1992, com um pequeno crescimento, apenas, na faixa de pessoas com 10 anos e mais. Um quinto da população vive em cidades com menos de 20 mil habitantes. Em compensação, as cidades médias do interior do Brasil estão batendo recordes de crescimento populacional, o que aponta para uma tendência de desconcentração e de maior equilíbrio, na distribuição espacial dos habitantes.

Com o propósito de constituir uma dimensão social e histórica para inscrever a temática da terra construída em *Oeste Notícias* e *O Imparcial,* passemos à focalização dos textos selecionados para nossas leituras, extraídos de *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S.Paulo*.

CAPÍTULO 1

QUESTÃO AGRÁRIA NO GOVERNO FHC

A escolha da *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* para constituir um contexto formado pelos textos que abordam questões relativas à terra significa o trabalho com a própria materialidade jornalística. Acreditamos que, por meio do conjunto dos textos desses dois grandes jornais, é possível compreender a instância enunciativa como lugar de destaque nas relações entre o discurso e o contexto em que se inserem as questões sobre o tema da terra no jornalismo do Pontal do Paranapanema.

Fomos a diversas fontes: livros; revistas; artigos científicos; textos governamentais, disponíveis na Internet, específicos para informações sobre a questão agrária. Em todos os textos, reconhecemos o perigo de uma leitura falseada para os dizeres comunicados. Os discursos pedagógicos e políticos, na argumentação bem construída para revestir pontos de vista capazes de persuadir qualquer leitor, não fogem ao fazer persuasivo do enunciador, por isso mesmo, não podiam servir de critério para observar a veracidade dos dizeres construídos nos jornais do Pontal. O discurso que emanava dos textos pesquisados, centrado ora em dados negativos, ora em positivos, mostrou-se como um certo "caos" das falas sobre as questões a que visávamos. Construídos ora como dizeres verdadeiros para informações indiscutíveis, com fortes apelos para efeitos de sentido de objetividade, isso já se constituía em motivo de sobra para afastá-los como fonte de pesquisa. Foi, então, em decorrência disso, que passamos a ver nos textos jornalísticos uma possibilidade para a contextualização pretendida. A crença era a de que os fatos linguageiros, de cores e matizes variados, fossem uma opção adequada para inserir os textos de *O Imparcial* e *Oeste Notícias,* com a vantagem de localizá-los num quadro social geral, ou seja, em formações ideológicas contrárias ou contraditórias, permitindo a visualização das questões contempladas.

Na multiplicidade da linguagem jornalística, sujeitos às coerções de cada gênero da *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, juntando/separando trigo e joio, passamos à seleção do material para o tecido deste texto cuja finalidade é a de chegar a um conjunto de outros textos para inserir o *corpus,* a ser analisado no próximo capítulo. Convém deixar claro que esse conjunto resulta da leitura de um sujeito que, sem a pretensão de levar a uma

exaustividade horizontal, tem a consciência de impossibilidade de esgotar todas as informações em extensão, não tendo nenhuma ilusão de que este trabalho dê conta de todos os discursos produzidos sobre a temática agrária em 2002 pelos dois grandes jornais de São Paulo. Convém também deixar claro que o olhar sobre os objetos semióticos analisados deve ser reconhecido como construção de um "eu", sujeito de cognição, que não tem como se livrar das dimensões sensíveis e afetivas, em maior ou menor grau. Dessa maneira, a leitura, produção do ponto de vista de um observador, que não pode se tornar puro sujeito de observação, puro espectador absoluto que suponha ou que, no idealismo de todo analista, possa formar uma ordem de fatos datados e localizados por uma multiplicidade plana. Como sujeitos de cognição e de sensibilidade, membros de uma sociedade de leitores, estamos sempre a exercitar nossa competência para a atividade de leituras, para a interpretação de discursos que integram nossa vida social, cuja competência faz parte da bagagem de conhecimento e que nos define como atores sociais, protagonistas do inteligível. Chamamos a atenção para o fato de que não há nenhuma ingenuidade em admitir a fidedignidade dos dois veículos de comunicação em relação aos acontecimentos factuais.

É assim que, mesmo não tendo a intenção de nos enlaçarmos a determinados valores cristalizados culturalmente, vimo-nos fixando o olhar para enxergar efeitos de sentido, que podem ser questionados por outros observadores, os quais, não tendo a mesma visão, podem denunciar uma visibilidade ideologicamente marcada.

Como arqueólogos, tentamos escavar no monte de jornais empilhados durante um ano inteiro, manuseando cada texto à caça de temas e figuras resultantes das "escolhas" enunciativas dos discursos produzidos pelos dois jornais diários de São Paulo para garimpar, em cada página, a temática da terra, na obtenção do material para a construção do contexto sócio-histórico, de tal sorte que permitisse abrigar um panorama das questões agrárias na sociedade brasileira, no último ano do governo FHC. Sem querer confirmar ou negar a problemática da veracidade de dizeres no interior dos discursos enunciados por esses dois veículos, deixamo-nos conduzir sempre pelo texto que oferecesse a possibilidade de vislumbrar as questões pretendidas.

Decorrente de uma estrutura fundiária na qual coexistem os mais diversos problemas com a terra: latifúndios, minifúndios, empresas rurais, grandes extensões de terras devolutas, grileiros, arrendatários, bóias-frias, sem-terra, assentados, o governo de Fernando Henrique Cardoso, tendo acertado bem ou mal suas contas com a sociedade rural brasileira, trouxe para o centro da mídia o intrincado tema das questões agrárias, no último ano de seu

mandato. Somando a problemas estruturais, as expectativas e ilusões alimentadas por promessas políticas levaram a questão a ser considerada uma das mais espinhosas enfrentadas pelo governo. Depois de incluir a reforma agrária como uma das prioridades, FHC, que teve seu primeiro governo marcado por dois massacres em conflitos no campo (Corumbiara (RO), em 1995, e Eldorado do Carajás (PA), em 1996); no seu último ano de mandato, sofreu particularmente as conseqüências do conflito agrário, quando teve sua propriedade rural invadida.

Carajás incentivou o recrudescimento das ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, surgido no Sul nos anos 80 e que mantinha uma atuação relativamente discreta. Sob holofotes, o MST descobriu a ocupação de terra como arma de pressão política, com um aumento cada vez mais crescente. De acordo com um caderno especial *"Anos FHC"* (*Folha de S. Paulo*,19/12/2002), "de 146, em 1995, o número de áreas invadidas saltou para 599 em 1998". Para uma avaliação do governo, que encerrava sua segunda gestão, foram publicados diversos artigos sobre diferentes assuntos: consumo, renda, saúde, trabalho, cuja finalidade era fazer uma avaliação da era FHC. Interessou-nos, especialmente, o artigo assinado pelos jornalistas José Maschio e Eduardo Scolese, por nos colocar diante de um panorama geral sobre as questões agrárias. Aparece em destaque a atuação do MST que, segundo os articulistas, diversificou suas ações, organizando marchas, saques, invasões, que culminaram numa reação do então ministro da Justiça, Renan Calheiros, ao determinar que, toda ação do MST encontraria uma reação judicial.

De um lado, a reação das autoridades. Mesmo reconhecendo a importância do MST enquanto movimento social condenavam a sua atuação, por temer uma escalada na prática da violência à propriedade e ao patrimônio público. De outro, um dos principais ideólogos do MST, João Pedro Stedile, justificava a radicalização naquele momento para que obtivesse uma reação do governo para o cumprimento daquilo que dizia não estar sendo cumprido. Diversas foram as dificuldades enfrentadas durante o processo de reforma agrária nos anos FHC: disputas jurídicas, mortes, prisões e uma constante tensão entre fazendeiros e sem-terra.

Disseminou-se um temor de que o MST estaria se associando a movimentos guerrilheiros como as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e agentes cubanos. Em alguns textos falava-se que essas notícias não passavam de estratégias governamentais (a que o MST denominava de "criminalização"), para impedir o movimento dos sem-terra de continuar com suas ações, fossem na zona rural ou nas zonas urbanas – com

invasão de prédios públicos e saques de alimentos, especialmente no Nordeste. No entanto, a luta pela terra ganhou espaço em toda a mídia. No material recolhido durante todo o ano de 2002, era rara a edição que não trazia uma notícia sobre a questão agrária, especificamente sobre a ação dos sem-terra. Em um texto publicado nos dois referidos jornais, achamos uma explicação para a "judicialização dos movimentos sociais", ou seja, o Poder Executivo agindo em consonância com o Poder Judiciário no combate às ações do MST. Aparece nesses textos a defesa do então secretário de Reforma Agrária do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Edson Luis Vismona sobre a necessidade de o Estado agir com rigor no combate às ações do MST por ultrapassar a luta pela terra: "O MST faz política ideológica e suas formas de se manifestar ultrapassaram também os limites da lei" (Folha S. Paulo, 19/12/02).

Por ter apresentado a seus eleitores, na campanha presidencial de 1994, a promessa de resolver o problema da injusta concentração de terra, mediante farta distribuição de lotes, aumentaram, assim, as expectativas da sociedade e dos movimentos sociais em relação à reforma agrária. Se uma das características da sociedade brasileira é procurar os governantes que vendam ilusões, este foi o princípio que orientou o programa de governo em dois mandatos. Para aqueles que sonhavam com seu pedaço de terra, a ilusão passou a mobilizar a todos. A candidatura do sociólogo representava a expressão daquela valorização da democracia que estava no núcleo das decisões de constituir uma sociedade pavimentada em interesses e perspectivas indicadoras de *avanço e progresso.* E a promessa de resolver o problema da injusta concentração de terra, no Brasil, mediante farta distribuição de lotes, passou a ter grande apelo eleitoral, constituindo-se numa certeza para a população dos sem terra: que seria exeqüível, em quatro anos.

Para o que não foi sendo executado, brotavam discursos como justificativa diante de medidas que não se realizavam. Assim, uma dessas justificativas era de que, em tempos de globalização de mercados, de sofisticação tecnológica e de alta competitividade, limitar-se a distribuir terras entre os pobres do meio rural, teria efeito contrário ao pretendido. Ao invés de levar justiça social, garantiria a reprodução da pobreza no campo. Fazemos estas afirmações, já antecipando as leituras das quais vamos, aos poucos, puxando fios visivelmente distintos de duas "verdades", que se contrapõem: a terra ligada à produtividade e a terra ligada à questão fundiária.

De um lado, efeitos de sentido de modernidade de um sistema agrícola brasileiro do desenvolvimento, que atinge um grau de produtividade espantoso, em vista da aplicação cada vez maior de tecnologia, como adubos, técnicas de pesquisas com transgênicos,

máquinas, sistemas de irrigação, levando a safras que alcançam índices cada vez maiores e suplantando, ano a ano, recordes anunciados pela mídia. O agronegócio para exportações é a realidade econômica a que os jornais dedicam páginas inteiras, como orgulho nacional mostrado em editoriais, reportagens extensas ilustradas, com infográficos, etc: "Expansão no campo. Lucro com exportação em 2001 capitalizou empresas, que planejam gastar mais com expansão" (*Folha,*01/9/02*)* "Os agronegócios salvam a indústria" *(Estado,* 07/7/02*)*. "Brasil, líder agrícola. Estabelecidos ficamos pelas exportações, agora é sustentá-las com competência" *(Estado,* 01/5/02*)*.

Do outro lado, a temática da questão fundiária. Somada ao trabalho escravo, em seu bojo, trazia a fome, que se agravava nas zonas rurais, levando ao aumento da violência pela disputa da terra.

Pela própria natureza capitalista de nossa economia, a propriedade da terra no Brasil, sempre apresentou uma tendência concentradora, mas que vem exacerbando com o grande capital financeiro, levando a terra a se tornar uma especulação imobiliária. Acumuladas em enormes glebas, a terra fica cada vez mais distante da finalidade de produção, para tornar-se um bem especulativo do mercado econômico. Os mecanismos estatais de correção de desvios (Estatuto da Terra, atuação do Incra ou do Ministério da Agricultura ou Reforma Agrária) comparecem, mas a sociedade reclama pela eficácia necessária desses dispositivos sociais que não solucionam os problema advindos de irregularidades na aplicação das leis. Conforme não se executam as medidas governamentais, assiste-se ao aumento de uma enorme massa daqueles que reivindicavam um pedaço de terra para o trabalho.

Tivemos acesso a um *site* da Secretaria de Comunicação do governo FHC, de onde emergia um discurso cujo simulacro montado para fazer parecer verdadeiro, trazia a explicação sobre a questão fundiária como uma representação bastante "correta":

> Trata-se, na verdade, de reformar a reforma agrária: substituir a velha visão restrita, fundada apenas no distributivismo, por um conjunto articulado de políticas públicas, sintonizadas com as exigências dos novos tempos. A busca determinada de novas soluções para um velho problema poderá, efetivamente, modificar a estrutura agrária brasileira e contribuir para a redução das desigualdades, no meio rural.
> Esse foi o caminho escolhido pelo atual governo. Disponível em: <http.ministeriododesenvolvimentoagrario.gov.br>. Acesso em 25 set 2003.

O texto segue, elencando os feitos do governo FHC em relação à distribuição de terras, vangloriando-se do número de assentados e concedendo os louros de uma vitória atribuída ao presidente. São citações bastante longas, mas que transcrevemos porque os

dados, sobretudo, os numéricos são indispensáveis para precisar as informações sobre o assunto.

> [...] 280 mil famílias, em quatro anos de governo, é modesta e audaciosa, ao mesmo tempo. É modesta, diante da magnitude do problema fundiário brasileiro, mas é audaciosa, se comparada ao que foi feito ao longo da história do país.
> Hoje, além de figurar com destaque na agenda social do Brasil, a reforma agrária começa a superar velhos preconceitos e derrubar resistências. Pela primeira vez, há um consenso, na opinião pública brasileira, de que é preciso fazê-la. Tradicional bandeira das esquerdas, a luta por justiça social no campo, desde que travada dentro da lei, conta hoje com o apoio dos demais setores da sociedade.
> Essa talvez seja a maior vitória já obtida pela causa da reforma agrária no Brasil, capaz de tornar irreversível o processo de desconcentração fundiária. A adesão da sociedade, buscada pelo governo e impulsionada com vigor pelos movimentos sociais organizados em defesa do direito à terra, tornou possível ao atual governo não só cumprir, mas superar, ligeiramente, as metas [...]
> Para um país do tamanho do Brasil, os 3.502.252 hectares desapropriados ou adquiridos pelo governo, em dois anos, e distribuídos entre 104.956 famílias podem parecer pouco. No entanto, trata-se de uma extensão de terra superior à da Bélgica, por exemplo, e que passou a abrigar cerca de 350 mil pessoas.
> Comparado ao que foi feito ao longo da história do país o resultado também é expressivo: em apenas dois anos, o governo Fernando Henrique já assentou um total de famílias equivalente a quase metade de tudo o que havia sido executado antes - 104.956 contra 218.033 famílias (excluindo-se os projetos de colonização). Isso representa assentar por mês sete vezes mais famílias do que a média dos governos anteriores. Disponível em: <http.ministeriododesenvolvimentoagrario.gov.br> Acesso em: 30 set. 2003.

O panorama da sociedade rural brasileira não dava lugar a visões negativistas, já que as previsões numéricas eram promissoras. Apresentavam-se nos meios de comunicação dados para informar que havia um grande número de terras que se prestavam à desapropriação, que daria para assentar mais de 180 mil famílias.

Se podemos nos referir a um clima de otimismo, de esperança que nutria o discurso político, essa onda de positividade contaminou aqueles que desejavam aproveitar esse momento histórico, passando, assim a cobranças efetivas. Referimos aqui ao MST, que teve uma atuação constante para atingir seus objetivos: assentar as famílias. Contrapondo-se à atuação desse movimento, aparece a onda de discursos em prol dos grandes proprietários de terras do país, a exigir por novos padrões de escala de produção e tecnologia, de acordo com as exigências do mercado. Desse dualismo emergiam, então, discursos de dois segmentos distintos na sociedade agrária brasileira: os possuidores da propriedade rural, e os que não a têm e lutam pela terra.

A leitura dos dois jornais regionais (*O Imparcial* e *Oeste Notícias)* e *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* foi um processo bastante longo. Desde a assinatura, fomos elencando as diversas temáticas ligadas à terra, num percurso de leitura por todo o material coletado. Depois de agrupado em categorias temáticas, foi possível visualizar um panorama geral da sociedade brasileira, que se constituía num substancioso manancial de referências para a focalização do cenário específico das questões agrárias do Pontal do Paranapanema, que consistiria no *corpus*.

No primeiro momento nos debruçamos exaustivamente garimpando a temática, abordada sob os mais diferentes ângulos: questões ambientais, as disputas pela terra (litígios diversos, tendo o MST como personagem de destaque), questões político-governamentais, jurídicas e econômicas, o espaço geográfico para o turismo, pesquisas científicas, (novas tecnologias para o agronegócio, os transgênicos, que causaram acalorados debates entre defensores e detratores desse tipo de cultivo), etc. Com olhos fixos na *terra,* as leituras foram-se desencadeando no volume quase incontável de um ano de *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo.*

Ao explicitarmos as vinculações entre os conteúdos das mensagens divulgadas pelos dois grandes jornais e os acontecimentos ocorridos ao nível do processo social brasileiro*,* já podíamos perceber que se tornaria mais clara a leitura dos textos de *O Imparcial* e *Oeste Notícias*, com os quais já mantínhamos um contato preliminar de análise, e cujas temáticas podiam ser incluídas, indubitavelmente, no repertório da política nacional como um todo. Acreditávamos, então, que esse panorama histórico nacional, visto, sobretudo, por seu conteúdo de informações, constituir-se-ia no complexo sistema de valores para fundamentar os sentidos de tudo o que se produziu nesse mesmo período, no jornalismo impresso do Pontal do Paranapanema.

A leitura e seleção dos temas relacionados à terra, conforme já dissemos e voltamos a afirmar: a questão agrária foi uma das mais espinhosas da era FHC, com um número crescente daqueles que reivindicavam terra, transformando-se num verdadeiro "barril de pólvora" pronto para explodir e que encontrava no MST o veículo para exprimir sua insatisfação. A ênfase maior dada pelos jornais na publicação de temas ligados a conflitos indica a ocorrência, durante o ano em análise, das ocupações de terra como arma de pressão política com o crescimento e radicalização do MST, que não poupou nem mesmo as terras do próprio Presidente (conforme referimos acima, teve uma de suas propriedades rurais invadidas). Mas, a temática da terra não se resumiu à ordem de conflitos. Como uma

categoria, poderíamos pensar que seriam colocados na ordem da negatividade. Entretanto, nasciam também, nessa mesma categoria dos conflitos, discursos da ordem da positividade e da neutralidade. Trocando em miúdos, deparamos com as idéias a favor dos conflitos em prol da terra, ou aqueles que, mesmo sem uma direção, criavam as condições para refletir sobre o assunto. Sem dúvida alguma, o volume quanto à negatividade, se fosse medida estatisticamente, representaria 90% de todo o material recolhido. Seja pela defesa da propriedade da terra (os fazendeiros), seja pela sua reivindicação dos que a desejam (os sem-terra, grileiros, posseiros, índios), a luta pelo espaço rural constituiu-se num manancial de referências para os produtores de textos jornalísticos.

Numa entrevista publicada pela *Série Textos* para Discussão, volume 3, do jornalista Jair Borin, que participou de um encontro de pesquisadores e jornalistas sobre questões agrárias, *Brasil Rural – Na Virada do Milênio,* encontramos uma explicação, para a questão dos conflitos, a mídia e o governo FHC:

> [...] se, no primeiro mandato a imprensa foi simpática com a questão rural, quando surge, tanto na novela quanto no próprio noticiário, uma visão menos hostil e criminalizadora das atividades do MST" [...] o quadro se reverte no segundo mandato [...] Acredito que essa hostilidade partiu da própria política do governo em relação à mídia, da mesma forma como Sarney transformou as atividades relacionadas ao Plano Nacional de Reforma Agrária em atividades hostis ao capital [...] Em alguns discursos usou-se, inclusive a palavra caridade para justificar o programa em curso [...] prefere hostilizar o MST, marginalizando-o, e tratando o movimento como criminoso e infrator. A mídia faz coro com isso. Fernando Henrique tem uma inserção muito forte na imprensa. Ele é um presidente que acabou fascinando repórteres e editores de jornais. É culto, fala bem três ou quatro línguas [...] (BRASIL RURAL, 2001, p. 28).

Não tivemos a preocupação com dados estatísticos, mesmo porque não trabalhamos com análise quantitativa de dados. Mas o acompanhamento e a averiguação do assunto permitem-nos voltar a dizer que os textos que abordavam a questão da luta pela terra, do ponto de vista da negatividade, representaram quase a totalidade de tudo o que se produziu sobre o assunto. Rara a semana que não se publicava uma matéria sobre conflito agrário, focalizando sempre seus aspectos disfóricos. Não nos referimos a apenas ações do MST, mas a litígios diversos, compreendendo questões não resolvidas quanto à posse da terra, em cujo cenário se confrontam antigos personagens: posseiros, sem-terra (organizados ou não pelo MST), índios, grileiros. Nesse cenário, a região de destaque foi a do Pontal do Paranapanema, uma das mais conhecidas quando o assunto é conflito agrário. Foi no início de 2002 que a região tornou-se protagonista de um dos acontecimentos de repercussão nacional em toda a

mídia quando o prefeito de Presidente Prudente tentou impedir a manifestação do MST, indo de encontro, pessoalmente, à marcha dos sem-terra ("No Pontal do Paranapanema prefeito, usando máquinas, tentou bloquear a entrada dos sem-terra na cidade") (editorial de *O Estado de S.Paulo* de 19/4/02). Logo depois desse incidente, a prisão do líder do MST, José Rainha, trouxe novamente para a região o foco da mídia, especialmente da imprensa escrita.

A *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* não só deram relevância aos fatos, como também se ocuparam com regularidade dos acontecimentos da região, o que levou à produção de textos durante todo o ano de 2002. Duas edições do primeiro caderno de domingo, uma em abril e outra em outubro, reservaram uma página inteira para o Pontal do Paranapanema com fotos coloridas de fazendeiros e sem-terra ilustrando a reportagem: "Estado do Pontal, o sonho estratégico do MS". Apresenta-se aí todo um histórico sobre as questões agrárias daquela região de litígios, que, segundo o articulista, José Maria Tomazela, não se resolvem, mesmo com todo empenho de diferentes gestões governamentais, quando implicita seu parecer "desesperançoso":

> "Na década de 1940, Getúlio Vargas tentou desenvolver um projeto de reforma agrária no Pontal de Paranapanema [...]. [...] o governador Franco Montoro foi convencido de que as terras do Pontal poderiam servir para um grande projeto social: a reforma agrária" (Folha, 14/4/02).

Na edição do domingo, 20 de outubro, a *Folha,* numa reportagem ilustrada com fotos do presidente da UDR e do diretor estadual do MST do Pontal, traz uma reportagem de página inteira "Entenda O Conflito No Pontal Do Paranapanema".

O tema dos conflitos agrários no Pontal esteve presente com a mesma regularidade, durante todo o ano de 2002, também em *O Estado de S. Paulo.* O acontecimento que envolveu o prefeito e o MST, passando pelas ações do MST, que culminaram na prisão do líder do movimento, José Rainha, forneceram fios suficientes para tecer uma infinidade de textos sobre o problema da terra no Brasil: editoriais, cartas dos leitores, artigos, reportagens e até crônicas. Até a renomada escritora, Raquel de Queiroz, teve nos dias 08 e 17 de junho e 17 de agosto, no *Caderno 2* de *O Estado,* três de suas crônicas publicadas. São crônicas-comentário sobre o tema das questões agrárias. Uma delas, partindo do eixo desencadeador, o evento Rio+10, para discussões ecológicas: "Cúpula da Terra" instaura um narrador que sai em defesa dos proprietários rurais, num incentivo ao agronegócio. Convém destacarmos que, naquele momento, as ações do MST e, sobretudo, a prisão de José Rainha geravam discursos sobre o problema da terra em todo o país.

Em *O Estado de S.Paulo*, de 04 de abril, dividindo o mesmo espaço da página, aparecem os dois protagonistas dos conflitos no Pontal: fazendeiros e sem-terra. Como título da página "Questão Agrária". À direita, o título: "Fazendeiros fazem pacto contra invasão"; e, à esquerda, em negrito, ocupando todo o espaço superior da página "Sem-terra bloqueiam rodovia em São Paul" *(O Estado de S.Paulo,* 04/4/02).

Como personagem de destaque nos dois jornais, José Rainha teve sua aparição em fotos, manchetes nas diversas páginas tanto da *Folha* quanto de *O Estado,* sendo notícia de primeira página em várias edições. Personagem tão "importante", ele disputava espaço com Bin Laden. As notícias se estenderam ao longo dos doze meses de 2002. Em janeiro, quando foi "baleado no Pontal do Paranapanema" (*Folha, 20/01/02),* dá início a sua aparição como protagonista. Assim, ele é caçado por porte ilegal de arma de fogo: "Polícia busca Rainha e líderes do MST no Pontal*" (O Estado de S.Paulo,* 25/3/02*).* É preso: "Foragido desde maio, José Rainha é preso no Pontal" *(Folha,* 06/9/02*).* Enfrenta a polícia: "Rainha enfrenta polícia ao ser preso no Pontal"*(O Estado de S.Paulo,* 06/9/02*).* E, em novembro, continua sendo destaque: "Julgamento De Rainha Pode Rachar O MST". (Esse título aparece em caixa alta, tendo como chamada o seguinte texto: "Direção do movimento em SP punirá líder do Pontal; caso expõe disputa entre 'nordestinos'e 'sulistas'" (*O Estado de S.Paulo,* 09/11/02).

Constatamos que os fatos envolvendo o líder dos sem-terra, José Rainha, renderam notícias quase incontáveis e que foram contaminando toda a mídia impressa. Um dos editoriais de *O Estado,* de 19 de abril, a partir do destaque ao personagem do Pontal do Paranapanema, revela o temor do fortalecimento dos que reivindicam a terra, onde se explicita a expressão "Estado do Pontal": [...] militantes do Movimento dos Sem-Terra [...] pretendem fundar um "Estado do Pontal", numa vasta extensão de terras invadidas [...]"*(O Estado de S.Paulo19/4/02).*

Em dezembro, o Pontal do Paranapanema é matéria para um outro editorial do *Estado (02/12/04),* tendo como título "Buscando um novo Pontal". Uma semana depois, dia 10, a *Folha* publica a reportagem "Invasões ameaçam MG com 'novo Pontal'". Com um antetítulo em negrito e caixa alta: **Campo Minado**, e a frase "Em uma semana, duas áreas foram invadidas pelo MST no norte mineiro; locais são alvo de disputa judicial"*,* num texto que ocupa toda a página, com fotos e um mapa da região mineira.

Ora, o que se destaca nessas matérias acima, é o poder do Pontal, como sinônimo de conflito pela terra. Assim o leitor é inserido numa região brasileira, sendo conduzido para

uma historicidade específica, elaborada por um enunciador que constrói um universo axiológico de uma "verdade" só de valores negativos.

Em reportagem que divide o espaço na página com uma notícia sobre o julgamento de policiais envolvidos no massacre de Eldorado de Carajás e a morte de João Amazonas (onde há destaque para o epíteto: "um comunista histórico"), salta aos olhos do leitor o título em negrito: **Polícia investiga formação de guerrilha no MST**. O texto coloca o Pontal do Paranapanema em evidência:

> A polícia e o ministério Público de Teodoro Sampaio, no Pontal do Paranapanema, apuram a participação de um integrante do Movimento dos Sem-Terra (MST), Carlos Rogério dos Reis, de 22 anos, no treinamento de guerrilhas. Condenado a dois anos de prisão por roubo e foragido da polícia, foi preso [...] disse que pretendia viajar para o Rio Grande do Sul. Na sua bagagem, a polícia encontrou farto material manuscrito sobre táticas e estratégias de guerra, além de livros e publicações sobre guerrilhas. [...] Reis afirma que está ajudando na coordenação da brigada de formação do Pontal do Paranapanema (*O Estado de S.Paulo 28/5/02)*.

Até agora falamos do Pontal, como se fosse único nas questões dos conflitos. No entanto, quando se fala em conflitos pela terra, não só esse espaço brasileiro, mas todas as regiões do país, de norte a sul, estiveram presentes como matéria jornalística. Entravam para o palco do jornalismo impresso, como teatro do conflito a partir de cenas de uma programação de encenações (com a permissão do jogo com as palavras): (en)(cena)ações constantes do MST.

Atuantes, os manifestantes desse movimento, sem tréguas, entravam sempre em cena, afirmando pressionar o governo a assumir o que havia sido prometido: o assentamento das famílias cadastradas em programas para a posse da terra.

Nem mesmo uma das propriedades rurais do presidente FHC, uma fazenda em Minas Gerais foi poupada, quando integrantes do MST invadiram a área, ocupando a parte interna da casa até que fossem atendidas as reivindicações do movimento. Dessa maneira, o MST conseguiu atrair para si os holofotes de todo o país numa ação que dividiu a polícia militar de MG e as Forças Armadas, mobilizadas na defesa da propriedade do presidente, dado o descaso do então governador mineiro, Itamar Franco, que não tomou as medidas necessárias para impedir tal ação.

Ao lado das invasões, que se estenderam para as cidades, com ocupação de prédios públicos, o governo chamava atenção para as irregularidades com medidas intimidatórias: "ações penais e judiciais, prisão de líderes, suspensão de créditos de financiamento".

Uma queda de braço com o MST, por se tratar, segundo autoridades do governo de um movimento da baderna, confusão e agitação, favoreceu o destaque para os conflitos no Pontal.

Se verificarmos por ordem cronológica, de janeiro a dezembro, essa região não sai do foco de toda a mídia, desde quando o líder José Rainha é baleado: "José Rainha é baleado no Pontal do Paranapanema" *(Folha, 20/01/02)*. Seguem-se acontecimentos de repercussão nacional, como o da invasão da propriedade do presidente: "MST invade fazenda de filhos de FHC" *(Folha, 24/3)* - manchete tanto na *Folha* quanto em *O Estado*. O MST passou a ser o inimigo número 1 do país, desencadeador de inúmeros textos sobre questões agrárias, tendo sempre a figura de seu líder, José Rainha e, conseqüentemente, o Pontal sob os holofotes da mídia impressa nacional.

Em abril: "MST invade 3 fazendas em Goiás e São Paulo (Folha 14/4/02). Sem-terra fazem bloqueios e agridem motorista em AL". *(Estado23/4/02)*. Em maio: "Incra acusa MST de depredar prédio em PE" *(Folha 09/5/02)*. No MS, uma invasão "para levar o progresso" (*Estado23/5/02)*.

Não vamos continuar citando textos, mês a mês pois o que visamos é comprovar o destaque para os litígios. Alguns culminaram na morte de pessoas ligadas à luta pela terra. Assim, a *Folha* traz, no dia 12 de setembro, na seção **Campo Minado,** a reportagem "Testemunha de morte no Pará é assassinada". Segue, logo abaixo, a notícia de assassinato do coordenador do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira, tendo como título em negrito: **Terras**. Ainda sobre a violência ocasionada pelo confronto entre as pessoas, na luta pela terra, a *Folha* traz a reportagem sobre conflitos no nordeste quando, na Paraíba, "Grupo armado ataca acampamento na PB e deixa 2 feridos" *(Folha 26/9/02)*.

Dentro dessa temática de conflitos, inúmeros textos voltaram a ser produzidos sobre Eldorado Carajás. Marcado para abril de 2002 o "julgamento dos 149 policiais militares acusados de matar 19 trabalhadores sem-terra, em confronto acontecido em abril de 1996". *(Folha 19/4/02)*. A sociedade manifestava opiniões diversas sobre o julgamento. O fato criara polêmica sobre questões agrárias até fora do país, com textos de diversas organizações internacionais de defesa dos direitos humanos. *O Estado (25/5/02)* põe em circulação um editorial, dividindo a culpa pelo massacre ao MST. O título do texto "Ausência no banco dos réus". Num *box*, à direita do editorial a afirmação: "As lideranças do MST também deveriam estar sendo julgadas".

Os dois massacres seguidos: o de Corumbiara (RO) em 1995 e o de Carajás em 1996 foram acontecimentos que sensibilizaram a sociedade. Houve manifestações até no campo artístico, resultando no sincretismo dos textos denominados "Terra: fotografia, música e poema", de Sebastião Salgado, Chico Buarque e Saramago, respectivamente. De volta à cena, em 2002, Carajás rendia dezenas de textos na mídia impressa.

Considerando ainda os conflitos de terras, em vários textos apareceu a denúncia sobre disputas pelo controle de áreas de garimpo na região norte do país, compreendendo tanto grupos de garimpeiros rivais como índios. Quando se trata de conflito nessa região, a situação é de extrema tensão. Recentemente um desses conflitos, para o qual a mídia impressa chamava a atenção, culminou na morte de 20 garimpeiros. Além de outros artigos em que alertava para conseqüências da ocupação de terras indígenas por garimpeiros e o envolvimento dos índios com a atividade irregular de extração de minérios, trazemos o artigo de Washington Novaes ("A saga perto do fim"). Ao exaltar os valores indígenas, o jornalista de *O Estado* denuncia o desrespeito aos povos da floresta, focalizando um acontecimento que ocorria no Norte do país: "Os cintas-largas de Roraima estão sendo assassinados e torturados por invasores de sua área em busca de diamantes." (*O Estado,* 19/4/02*)*. Mal poderia prever o articulista que, dois anos depois, aconteceria a vingança dos cintas-largas, cuja reação foi a de assassinar um grande número de garimpeiros. Em 2004 a sociedade brasileira pode ler manchetes sobre tais acontecimentos nos principais jornais sobre assassinato de índios da tribo cintas-largas, assassinados por garimpeiros.

Transcrevemos, a seguir, trecho de um texto de um leitor da *Folha,* no Painel do Leitor de 8/6/02, como vaticinasse a tragédia:

> As mãos manchadas de sangue indígena serão, talvez, a última marca dos oito anos de governo do sociólogo Fernando Henrique Cardoso. [...] sancionou um acordo vil com as grandes mineradoras [...]
> Ressuscita assim o mais torpe colonialismo das elites brasileiras, assanhadas diante das riquezas naturais dos territórios dos povos indígenas.
> A quem interessa a extração mineral [...] Quais campanhas eleitorais serão irrigadas pelo sangue que escorre dos diamantes contrabandeados das terras dos cintas-largas?" *(Folha,* 8/6/02).

Em terras exploradas ilegalmente para a extração de minérios, os garimpeiros lutam para retirar pedras preciosas, ouro, etc, em "terra de ninguém", em que a luta se dava, geralmente, entre os brancos. Atualmente as notícias, além da tragédia acima referida, são de que os índios também passaram a participar desses negócios. Entram, então, na disputa pela terra grupos de garimpeiros rivais e também índios.

Buscamos uma outra reportagem sobre o assunto, de 18/11 da *Folha:* **Líder de garimpeiros é morto com 5 tiros**, de cujo texto emergem as informações de que a situação era tensa: "Cerca de 4000 garimpeiros acampados ameaçam invadir o garimpo [...] uma área pertencente a CVRD (Companhia Vale do Rio Doce)".

Tratando ainda de conflito no Pará, diferentes personagens aparecem na mídia como protagonistas da luta pela terra ("Pistoleiros no Pará invadem assentamento e expulsam 40 sem-terra"). Lê-se na reportagem que "A área das fazendas pertence ao Incra e é destinada à formação de assentamentos [...] grupo de pistoleiros está ligado ao roubo de madeiras [...] madeireiros teriam comprado os lotes ocupados pelos sem-terra de um funcionário do Incra" *(Folha, 19/6/02)*.

Textos sobre a terra tratam, vez ou outra, sobre os primeiros que aqui habitaram, os índios. Sempre construindo a importância da preservação de seus espaços geográficos, os discursos trazem informações sobre esses personagens, figurativizando-os como se tratasse de "estranhos" brasileiros, sempre a denunciar a expropriação de suas terras. Essa realidade pode ser vista no artigo do *Estado,* de duas páginas ilustradas: **Os últimos povos desconhecidos da Amazônia brasileira.** Como destaque, o abandono das terras por seus moradores e causas desse fato, aparece em *box,* os dizeres em caixa alta. No primeiro: TUDO DEIXADO NO LUGAR EXATO, e no segundo: NOS ANOS 80, TÉCNICOS DA PETROBRÁS INVADIRAM AS TERRAS INDÍGENAS.

Deparamo-nos, com a temática indígena em um texto escrito pelo antropólogo Roberto da Matta para *O Estado* de 23/5/02 com alguns dados do censo 2000 para afirmar que houve um "aumento de 138% da população indígena". Tal informação nos põe, indiscutivelmente, diante de questões agrárias. Somos levados a refletir sobre o índio e o espaço geográfico. Terão todos a garantia da terra para sobrevivência? Com essa inquietação, somos arremessados para uma outra página, de outro jornal. Era o título em negrito, a ocupar toda a página da *Folha 11/6/02:* **População indígena quintuplica em SP**. Logo abaixo, à direita, uma foto de uma jovem, que segura uma criança, ao lado de outras duas, numa área com sacos amontoados. A frase explica a foto pelos dizeres: "Índios da Reserva de Dourados, a 210 km de Campo Grande, em lixão onde procuram alimentos". O texto para a foto é uma notícia, cujo título "Miséria leva caiovás a vasculhar lixão" põe o leitor diante da denúncia sobre a expropriação de terras de índios: "A pressão social resultante do crescimento populacional indígena é bastante evidente na Reserva de Dourados [...] Confinados numa área de apenas 3.500 hectares, vivem ali cerca de 9.500 índios, a maioria da etnia caiová"

Ainda na página a notícia sobre a denúncia da expropriação: **Fazendeiro é acusado de homicídio**, onde se lê:

> "O fazendeiro, dono de uma propriedade de 1.500 hectares com trechos localizados em terras indígenas, foi preso [...] e será indiciado por homicídio culposo [...] evidências contra o fazendeiro, como a confissão de dois matadores do cacique. O crime foi resultado da disputa de terra na reserva indígena de xucuru *(Folha 11/6/02)*.

Uma das notícias publicadas na *Folha de 29/8/02* levou-nos a inferir o quão intrincada é a busca de solução para os problemas rurais brasileiros, podendo levar até mesmo a discordâncias no âmbito governamental, que poderiam gerar contendas nas esferas do poder público. Estamos nos referindo à medida tomada pelo governo do Rio Grande do Sul, o que envolveu o governo estadual e federal. Ao legislar sobre a concessão de terras naquele Estado, o governador teve que voltar atrás sobre um decreto para desapropriação de terras para reforma agrária. O texto da *Folha* traz a explicação para o veto: "A decisão do Tribunal de Justiça foi motivada por mandado de segurança impetrado pela FARSUL (Federação da Agricultura do RS), que representa proprietários e mantém atrito com o governo de Olívio Dutra" (*Folha, 29/8/02).*

Muita polêmica resultou de uma medida adotada pelo governo federal. Ao mobilizar o STF (Supremo Tribunal Federal) para o aval de uma medida provisória na aplicação de punições contra invasões de fazendas por trabalhadores rurais sem-terra, gerou, principalmente descontentamento de setores ligados aos movimentos de reivindicação da terra, em vários Estados, por considerarem a medida como forma de atrasar a distribuição de terras. Houve apelos para impedir a liberação dessa liminar: "PT e Contag não conseguem sustar vigência da medida". O título acima vem com o subscrito em negrito na notícia **STF mantém liminar que visa impedir invasões de terra** *(Folha, 05/4/02)*.

Se afirmarmos que as questões agrárias sempre se constituíram como um problema na sociedade brasileira, na época da transição política, elas passaram a ser vistas como um nó górdio. Assunto que trouxe muita pendenga para a pauta dos presidenciáveis. Ao mesmo tempo em que era fator eufórico para aqueles que defendiam uma distribuição de terras, constituía-se como disfórico para aqueles a quem o assunto não interessaria.

Ao garimparmos esse assunto nos dois jornais escolhidos, deparamo-nos não apenas com as falas dos candidatos, mas, sobretudo com o destaque para diferentes falas, nascidas da temática sobre a terra. Os problemas agrários nacionais passaram a gerar textos em todos os espaços das páginas, construídos por profissionais da comunicação e por

cidadãos de um modo geral, que se pronunciavam para a abordagem sobre o assunto. Em alguns, explicita-se a posição da própria empresa jornalística, como em editoriais, onde se assume publicamente o ponto de vista diante do tema. Nesse sentido, transcrevemos o primeiro parágrafo do editorial do *Estado* que tem como título "O MST ataca novamente"*:*

> Se os militantes do Movimento dos Sem-Terra já não tivessem ultrapassado todos os limites da legalidade, e se colocassem contra a ordem institucional – a ponto de pretenderem fundar um "Estado do Pontal", numa vasta extensão de terras invadidas -, talvez as anunciadas providências do governo, no momento em que essa entidade realiza novas invasões de norte a sul do País – sob a denominação "Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária"- servissem para sustar sua escalada subversiva e vandálica. *(O Estado de S.Paulo*, 01/4/2002*).*

Somando-se à posição, assumida acima*,* contrária a ações do MST, aparece um mês depois, no primeiro caderno da mesma empresa jornalística, uma reportagem, que ocupa toda a página A9 de 23 de maio. Abaixo do título Questão Agrária, em caixa alta, vem o título em negrito: **No MS, uma invasão 'para levar o progresso'**. Para o leitor desatento, poderia tratar-se de uma visão positiva sobre o movimento. Mas as aspas conduzem a ironia, num texto que produz um efeito de sentido de verdade em que a luta dos sem-terra é vista negativamente. São associados ao PT, partido político que ganhava projeção no cenário da transição da política nacional. Assim, num *box*, bem no meio e à direita do texto lêem-se os dizeres em caixa alta e aspas, com destaque para a primeira letra, em negrito: **T**ALVEZ O GOVERNO DO PT, SAIBA RESOLVER *(O Estado de S.Paulo,* 23/5/2002).

Já é do senso comum que a tarefa da mídia brasileira está sempre empenhada em construir negativamente as ações do movimento dos sem-terra. Tendo em vista essa tarefa, vamos colocar em destaque alguns textos que a evidenciam. Apoiando-nos, ainda, nos editoriais, chama-nos a atenção o destaque de *O Estado* no editorial de 14/11: "O aviso do MST". Em negrito, num *box (*"**O que o MST está fazendo é reafirmar, para o PT, sua disposição agressiva**").

A essa construção do simulacro de verdade concernente a valores negativos, vão-se somando textos de diferentes gêneros para a construção dessa visão. Dentre tantos, podemos citar uma reportagem que associa personagens do MST a grupos terroristas. Assim, no primeiro caderno de *O Estado* ganha destaque a notícia, ilustrada com foto, seguida do subscrito: "Lill e outros ativistas são levados em um camburão para local da detenção. Transcrevemos apenas os primeiros dizeres:

> Militante do MST deve ser expulso hoje
> O líder gaúcho do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) Mário Lill deixa o QG de Arafat em Ramallah e é preso por Israel (*O Estado de S. Paulo, 23/4/2002).*

No início de abril, a *Folha* publicara o artigo do editor Nelson de Sá: *Terra de ninguém* em que se refere ao fato de o líder palestino, Yasser Arafat estender a bandeira do MST. O texto fala sobre o espaço ocupado pelo movimento: "[...] quem ganhou os telejornais do mundo foi o MST – o movimento que um ministro de FHC chamava, poucos dias antes, de "terrorista". (*Folha 01/4/2002).*

Na coluna reservada ao leitor, transbordam textos para o ataque direto ao MST, na condenação a quaisquer idéias favoráveis à reforma agrária.

A insegurança quanto às questões fundiárias, gerada pela vitória do novo governo, tido como "cria do MST" (*Estado,12/12/02),* trouxe de volta o bicho-papão da reforma agrária.

Dois outros movimentos de luta pela terra, além do famigerado MST apareceram tanto na *Folha* quanto em *O Estado.* A reportagem que tem como título, "Grupo dissidente disputa Pontal com MST", traz a notícia: "O Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MAST) fez um arrastão e invadiu nove fazendas no Pontal do Paranapanema" (*O Estado S. Paulo, 02/6/2002).*

Anterior à reportagem acima, deparamo-nos com o texto cujo título, "Dirigente do MLST propõe autodefesa armada", leva-nos a tomar conhecimento de uma outra organização de sem-terra. Podemos ver, bem ao centro da página, a foto de um indivíduo, segurando uma bandeira com a sigla MLST, onde se estampam figuras: adultos e crianças de mãos erguidas, com foices e enxadas. Abaixo da figura da bandeira, os dizeres: "Movimento de Libertação dos Sem Terra", em letras maiúsculas. A legenda, abaixo, explica a foto: "Preso político do regime militar, o engenheiro Bruno Maranhão diz que continua 'revolucionário'" (O *Estado de S. Paulo, 19/5/2002).*

A mesma mídia que trouxe para a cena os movimentos de luta pela terra, traz também cenas dos bastidores, no sentido de colocar mais luzes ainda no palco para a encenação do teatro da "terra". Um fato jornalístico que ganhou o interesse da nação foi uma pesquisa apresentada por um dos renomados jornalistas da *Folha*, Josias de Freitas, para denunciar um rol de práticas ilegais do MST, que, segundo o jornalista iam da "truculência à chantagem", no que era chamado de "pedágio". Nessa matéria jornalística do **Caderno Brasil (***Folha, 15/19/02)*condena-se a cobrança de 2% que os assentados deveriam pagar ao MST.

Querendo diminuir a intensidade do foco sobre tais denúncias, outros textos eram produzidos, como um da jornalista Marilene Felinto, em que afirmava ver na pesquisa uma forma de colocar o MST como vilão na sociedade.

Considerado pelo então ministro-chefe da segurança da presidência da república, general Alberto Cardoso, o MST já errara na sua "primeira encruzilhada" ao escolher ser um movimento social agressivo". Ao que ele emenda: "Em vez de invadir, o MST deveria apontar para o Incra vistoriar". Sugere o ministro em sua declaração à *Folha* que o MST deveria ter optado no passado em "ser uma ONG" (*Folha, 07/10/02).* Essa leitura leva ao leitor a dificuldade (impossibilidade) de diálogo entre as duas partes: governo e movimento, o que não significava intimidação para o MST, que pressionava cada vez mais o governo para liberação de verbas para crédito agrícola, efetivação dos assentamentos, etc.

Nesse cenário, o ministro Raul Jungman vai ao Vaticano para "relatar ao papa as ações do governo brasileiro na questão da terra". Esse fragmento de notícia que destacamos, aparece como legenda de uma foto do ministro, segurando a mão do papa, enquadrada por um título em caixa alta: "Rainha é indiciado quatro vezes" (*Folha, 09/05/02).*

O leitor deste texto deve estar a pensar que só de conflitos viveu a imprensa jornalística em 2002. Ora, em parte tem razão. Já que nossa intenção não se reduz a generalizar, ou nivelar os textos sobre a realidade agrária brasileira pelos efeitos de sentido da negatividade, com olhos de lince, conseguimos pinçar algumas outras idéias. Não se pode negar mesmo que um dos ingredientes mais nutritivos para o espetáculo midiático foram as situações de conflito, de negatividade, que pareciam alimentar, com bastante vigor, a grande massa textual. Detivemo-nos, então, na tarefa de encontrar protagonistas outros. Quase levados pela exaustão diante da observância das encenações que investiam os personagens da realidade agrária brasileira de uma roupagem que concretizava sempre tudo o que significasse tudo o que havia de ruim na sociedade brasileira, procuramos conduzir nosso olhar para desvendar outras veredas, no sertão agrário.

Como nos referimos acima, a transição de governo colocou questionamentos sobre metas políticas que passavam, dentre muitas, especialmente, por aquelas que tratavam dos problemas da terra. Ao lado da preocupação das elites com uma eventual política econômica para defesa de seus interesses, na preservação da propriedade, de acordo com um ponto de vista contrário a qualquer esboço de reforma agrária, lêem-se também (por que não?) os textos em prol de mudanças na política agrária.

Ano que teve como tema da Campanha da Fraternidade, "Terra sem males", conduziu a reflexões e compromisso de serviço apresentado pela Igreja Católica para "reparar as enormes injustiças e assegurar, no contexto nacional, a propriedade e a demarcação das terras, a identidade de culturas e a plena cidadania no país".

Essa passagem acima foi retirada do artigo "Quaresma e ação solidária", publicado na *Folha* de 16/02/02 e assinado pelo articulista, D. Luciano Mendes de Almeida. Trouxe para o jornal a valorização da temática, voltada para os problemas da terra.

Dois mil e dois foi também o ano do evento "Cúpula sobre a Terra", que reuniu países de todo o mundo para discutir as questões relacionadas ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Liderada pelo então presidente FHC, o Brasil participou das discussões em Johannesburgo, na África do Sul. O acontecimento levou à produção de uma infinidade de textos sobre a temática da terra. Desde o meio ambiente do planeta, passando por problemas agrários pontuais de regiões brasileiras, o enfoque era a terra.

Independentemente do caderno, em editorias diversas, ocorreu uma série de artigos sobre a concentração de terras nas mãos de poucas pessoas e do capital externo. Tal concentração não era mostrada apenas no que se refere à retenção da terra para fins de reserva de valor e de negócios agrícolas (que poderia ser considerada lesiva para a sociedade), mas a um outro propósito: o controle dos recursos naturais estratégicos. Comparece nessa temática a região Amazônica, representando uma expressa denúncia à geração de latifúndios pelo governo FHC. Esse percurso temático recobre o tema sobre a necessidade de haver um controle no sentido de impedir a aquisição de terras daquela região por estrangeiros. Interessante é que os textos sempre explicitavam a ausência de qualquer intenção xenófoba, impondo a relevância de se considerarem as riquezas nacionais "o verde é nosso" (*O Estado 23/5/02),* o que deveria funcionar para a fixação de brasileiros em áreas fronteiriças, impedindo a pirataria de nossos recursos da biodiversidade.

Ao lado de artigos na defesa do fortalecimento de áreas protegidas para o desenvolvimento sustentável, de reservas ecológicas, da preservação de áreas indígenas, conviviam textos em defesa da agricultura, do cultivo das terras para a pecuária. Avançavam nas páginas, não só de Economia, mas em tantos outros cadernos, a importância do crescimento do PIB, decorrente do Agronegócio.

Essa categoria do Agronegócio invadiu o espaço jornalístico, em discursos que apresentavam a terra como saída para a Economia nacional. Defendia-se com a trama textual, não só os grandes investimentos, como também aqueles voltados para as pequenas produções

agrícolas. Convém ressaltar, no entanto, que os textos nessa categoria da defesa dos pequenos negócios com a terra, representam uma quantidade muito pequena. Em meio a uma imensidão de matéria jornalística sobre o assunto, o destaque era para os enaltecedores do Agronegócio, constantemente destacado em manchete, como gerador de divisas para o país.

Observa-se a importância do tema sobre "terras para o cultivo", sobre o qual muita matéria se produziu. Passamos, agora, a citar algumas delas, aleatoriamente, sem a preocupação com a cronologia temporal de suas publicações. Tendo em vista a seleção, se achamos que apenas o título é suficiente para informar sobre a importância da questão proposta, restringimo-nos a ele. Se não, buscamos sustentação em fragmentos do texto, ou alongamo-nos em explicações. Vamos "à dita cuja" tarefa.

> **Empregos: do palanque para o Brasil rural**
> ELEITOS PODEM INVESTIR RECURSOS EM CULTURAS QUE DEVORAM OU CRIAM POSTOS DE TRABALHO (*Estado S. Paulo, 26/8/2002)*.

O título e subtítulo acima são de um artigo do professor-titular da FEA-USP, José Eli da Veiga, em que defende a diversificação de culturas, para o emprego de atividades das famílias no campo. Afirma o autor que "a diversificação que está no âmago da agricultura familiar é intensiva em trabalho", quando lança a pergunta aos candidatos à presidência: "Qual será o destino prioritário dos recursos federais alocados ao Brasil rural?" (*Estado S. Paulo, 26/8/2002).*

A *Folha* e *O Estado* promoveram debates, de que participaram todos os candidatos à presidência, para responder a perguntas formuladas pelo jornal e também pelos leitores. No intuito de deixar clara a posição de cada candidato, não faltaram perguntas relacionadas à realidade agrária brasileira, para se ver discutida principalmente a posição dos candidatos sobre o MST, ou quaisquer outros movimentos de reivindicação da terra, satisfazendo a curiosidade de ouvir um posicionamento sobre o bicho-papão: a reforma agrária. Importante frisar que, a partir do parecer dos interrogados, passavam a circular os mais diversos gêneros jornalísticos sobre os temas.

Vamos sustentar essas afirmações, mas antes passemos à transcrição da pergunta feita a Lula, Ciro, Serra e Garotinho no caderno especial ELEIÇÕES (*Folha 18/8/02)*. "É necessário fazer a reforma agrária no Brasil?". Exceto a resposta de Lula, não vamos transcrever a resposta de todos eles. No entanto, convém dizer que se posicionaram

favoravelmente quanto à reforma agrária, apresentando metas para o desenvolvimento rural, sem contrariar as partes envolvidas, aqueles cujo interesse fosse a terra.

Lula assim se pronunciou:

> A reforma agrária é para nós uma questão de justiça social. Nosso governo será capaz de realizá-la sem ser necessário que ocorram invasões de propriedades nem qualquer tipo de violência no campo [...] um Plano Nacional de Reforma Agrária em que os trabalhadores sem-terra, organizações sindicais, proprietários rurais e outros setores interessados poderão participar [...].

A temática sobre a terra apareceu ainda em duas outras perguntas feitas aos candidatos à presidência. Se a pergunta não trazia explícito o tema, mas as respostas deveriam contemplá-lo, já que envolviam questões sobre a agroindústria, o que levava a um discurso da utilização do solo: "Como manter uma política séria em relação ao meio ambiente?" "Como é possível escapar da proposta da Alca?" Nesta última discutiu-se o problema dos subsídios agrícolas. Mas, chamaram-nos atenção, sobretudo, as respostas, que giraram em torno da defesa e do uso de recursos naturais das regiões brasileiras e da utilização do solo, sem trazer para a cena o elemento humano, que poderia ser considerado personagem no espaço físico da terra.

O *Estado* publicou, na edição de 27/8, o debate organizado pela *"*Confederação da Agricultura e da Pecuária do Brasil" (CNA). A página trazia, abaixo da foto dos candidatos, uma síntese das idéias sobre questões agrícolas. A focalização no aspecto econômico e social podia ser vista de forma bem explícita pelos próprios títulos e pelas afirmações: Crédito e dívidas; subsídios mundiais; tributação. Quanto à ultima, "reforma agrária", a defesa de idéias sustentou-se, sobretudo, por argumentos de ordem social. Assim, a terra, para Garotinho, por exemplo, passava a ser vista como solução para o "entorno" populacional das metrópoles: "Disse que o direito de propriedade será respeitado, mas defendeu uma reforma agrária junto com uma reforma urbana para desinchar os bolsões de miséria nas grandes cidades". Ao que Lula também se pronunciou e que foi transmitido pelo jornal: "Garantiu que respeitará a Constituição e fará uma reforma agrária 'tranqüila e pacífica'nos 90 milhões de hectares de terras disponíveis no País".

Apesar de afirmarmos o óbvio, vale a pena ressaltar que as reflexões sobre as metas políticas passaram, necessariamente, por questões agrárias. E essas questões, como afirmamos, suscitavam o interesse da sociedade para discussões. Temas polêmicos, como os

que compreendem a terra, levaram a uma enxurrada de textos. Sobre o MST transbordava matéria jornalística:

> **MST avisa que trégua a Lula não está garantida (***Folha*, 10/9/2002).
> **MST pode oferecer trégua a governo Lula (***Folha*, 05/11/2002).
> **MST já se divide entre trégua e invasões (***Folha*, 28/10/2002).
> **Sem mudanças, Lula pode virar De La Rúa, diz Stedile** (*Estado*, 24/10/02)
> **Assentamento de 100 mil famílias, a exigência do MST** (*Estado*, 31/10/02)
> **Cúpula do MST prepara lista de reivindicações** (*Estado*, 1/11/02)

Os outros setores envolvidos com a terra, e não só o MST, também se pronunciavam. Notícia publicada em *O Estado de 1*2/12/02: "CNA cobra ação de Lula para acalmar produtores"

> A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) alertou ontem que prevalece um clima de pessimismo e intranqüilidade entre os produtores rurais [...] "Se o presidente Lula atender ao Movimento dos Sem-Terra (MST) [...] estará detonando o processo de insegurança no campo", afirmou o produtor de gado leiteiro [...] "Não sabemos até que ponto o novo governo resistirá aos pleitos de seus antigos aliados" (O Estado de S.Paulo - 12/12/2002).

Na FolhaCiência, articulistas abordavam soluções para a utilização da terra: "Investir na agricultura deve ser a chave para diminuir a fome" (*Folha*, 23/12/2002). Inúmeras as matérias que sustentavam a defesa do agronegócio como soluções para os problemas agrários do Brasil.

Na edição do *Estado* de *26/8/2002* o artigo "Brasil, líder agrícola", tendo como *box,* no meio do texto*:* "Estabelecidos ficamos pelas exportações, agora é sustentá-las com competência", sustenta a idéia de investir na terra, visando à exportação.

Na *Folha de 29/5/02:* "Agro e infra, bases do crescimento". Ainda sobre a temática, o editorial **AGRODINAMISMO**, em que o jornal, ao exaltar os resultados da balança comercial agropecuária, levanta também uma das questões polêmicas sobre esse fortalecimento: "o apoio ao setor reflete o poder político da bancada ruralista no Congresso. (*Folha, 08/4/02).*

Nem o Pontal do Paranapanema, personagem dos conflitos agrários, escapou ao discurso otimista do *agrobusines.* Se a região sempre comparece nos textos sobre a negatividade, a reportagem de 12/5/02 do *Estado,* coloca-a como "o melhor lugar do mundo". São essas palavras de um mega produtor, Bernardo Scholten, que utiliza tecnologias

avançadas para o cultivo da terra nessa região. Afirma o repórter que "As terras cultivadas por Scholten contribuíram para elevar em 1,8% o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro em 2001, em comparação com o ano anterior" (*Estado*, 12/11/02).

Também dentro de uma visão otimista em relação à terra, textos apresentam alternativas para acabar com a fome, a partir do cultivo até mesmo do árido sertão nordestino: "Caminhos da luta contra a pobreza rural" (*Folha, 4/11/02).*

Na categoria da positividade para as políticas agrárias, com a justificativa do agronegócio, passou a circular um enorme volume de textos: artigos, reportagens, cartas de leitores, editoriais sobre o cultivo da soja. No artigo **"**Áreas de plantio de soja no norte do Brasil crescem 20% em 2003" (*Folha*, 6/8/02) apresentam-se soluções agrárias para o ano seguinte, já definindo saídas para a utilização da terra em diversos estados do país.

"Nos rastros da soja" (*Estado*, 1/11/02) o articulista apresenta esse tipo de cultura como única saída para as terras brasileiras:

> [...] já comprovada a adaptabilidade da soja brasileira a qualquer endereço do nosso vasto território verde que te quero verde junta as conquistas da engenharia genética do grão com as apetências dos produtores de qualquer região. [...] gente que não vacila em trocar lavouras ou rebanhos tradicionais pela cadeia de valor do agronegócio da soja.

Poderíamos elencar dezenas de matérias jornalísticas que fazem a apologia do cultivo da soja, o que levaria o leitor a um certo estranhamento. Tratando-se de dois jornais do maior estado produtor de cana, o estado de São Paulo, seria difícil justificar a defesa de uma outra alternativa para o cultivo de suas terras. Sem dúvida que se defende a monocultura da cana, em publicações com ilustrações em cores, ocupando a página toda. Deparamo-nos com textos publicitários da Associação dos Produtores de Açúcar e Álcool, construindo, então, a eficácia do cultivo da cana para a sociedade brasileira. (*Folha*, 4/7/02). Interessante dizer que o discurso para a defesa do cultivo da cana foi visto também em adesivos para automóveis: "E se não fosse a cana?"

O tema da grandiosidade "recobre" as figuras que constituem o discurso do agronegócio, servindo de suporte para a mídia, que colocou em evidência o assunto, como se o Brasil rural se resumisse aos grandes investimentos. Grosso modo, poderíamos nos referir a uma visão maniqueísta que divide o Brasil rural em dois: o daqueles que lutam pela manutenção de suas terras e daqueles que lutam para adquirir o seu pedaço de chão. É aos personagens possuidores da propriedade rural que se dá o destaque para as questões agrárias ligadas aos grandes negócios, na defesa de medidas para que o país alcance recordes na

balança comercial agrícola do mundo e na manutenção das grandes extensões de terra para os grandes empreendimentos agrários: "Brasil, líder agrícola". Este é título de um artigo do então secretário de Produção e Comercialização do Ministério da Agricultura e Pecuária e do Abastecimento e ex presidente da Sociedade Rural Brasileira, no primeiro caderno de *O Estado,* domingo, 19/5/02), onde se lê em *box*: "Estabelecidos ficamos pelas exportações, agora é sustentá-las com competência". É praticamente insignificante o número de textos sobre a pequena propriedade de terra. Não seria assunto de interesse nacional? Não geraria temas para a mídia?

Ao garimparmos o assunto, deparamo-nos com o que poderíamos caracterizar como assunto hilariante. Na coluna da esquerda, dois textos. O de cima cujo título "Nossa Caixa lança crédito rural" informa sobre recursos que o banco disponibiliza para "custeio agrícola de produtores familiares. Faz referência aí a um texto publicitário que estava sendo veiculado na tevê sobre o serviço da Caixa, justificando: "[...] a campanha apela para a linguagem simples, a do caipira e seus 'pé de arface'". Continua a justificativa: "A intenção é atrair o agricultor de pequeno porte do Estado." (*O Estado*, 26/10/02).

Logo abaixo, a outra publicação "Meus pezinho de arface"**.** O articulista, que assina como José Carlos Cafundó, joga pedras na campanha publicitária da Nossa Caixa. No *box,* bem no meio do texto, a afirmação "Importância do alface na agricultura é a mesma da erva cidreira na medicina". O sujeito da enunciação ao colocar em cena José Carlos Cafundó, pela figurativização do deboche no nome próprio "Cafundó", assume aí o ponto de vista de desconstrução da imagem do agricultor, para reforçar o estereótipo do atraso. O leitor é colocado, então, diante das idéias de que só têm importância as atividades agrícolas dos grandes produtores. Assim, não mereceria destaque "o alface". Como ele afirma "O alface, entre as hortaliças, não ocupa mais do que míseros 8 mil hectares. Na primeira previsão de safra, feita em fevereiro, a produção estimada era de 6 milhões de engradados de nove dúzias de pés [...] as hortaliças têm peso inferior a 1% [...]".

O autor busca uma série de dados para pôr em destaque a terra para os grandes negócios:

> Vale ressaltar que o Brasil é reconhecidamente um grande e rico país agropecuário, com 40 milhões de hectares plantados principalmente com soja [...] Outros 200 milhões de hectares estão ocupados com pastagens [...], além de grandes áreas com pomares de laranjas e florestas de exploração comercial, especialmente de eucalipto e pinus. (*O Estado*, 26/10/02).

Não podemos tomar um mero artigo para generalização da idéia de que os grandes negócios agrários é que são relevantes para a sociedade brasileira. Mas a veiculação do ponto de vista do articulista coincide com a grande maioria de tantos outros e serve, até mesmo para o leitor entender a freqüência de textos que conduzem o discurso ufanista de um Brasil agrário. Interessante, ainda em relação à matéria sobre "o alface", quando critica os publicitários, estabelece um diálogo com eles, sugerindo que busquem suas referências para contextualizar o assunto a partir da agricultura dos grandes negócios: "É obvio que os publicitários produziram a peça com a melhor das boas intenções. Deixam claro, porém, que há muito tempo não passam, por exemplo, por Ribeirão Preto e cercanias."

A observação da temática agrária, de conteúdos eufóricos, conduziu-nos a diversas matérias, que iam além de uma visão ufanista só de brasileiros. Em relação a isso, podemos nos referir, para exemplificação, a duas páginas inteiras do Caderno Economia do *Estado de S. Paulo* do domingo, 23/6/02, cujos títulos, "Americanos compram terras no cerrado baiano" e "Oeste da Bahia vive boom de novos negócios" trazem para o cenário agrário brasileiro outros personagens, entusiastas dos EUA. Encantados, eles comparecem dessa vez não como admiradores de nossas belezas turísticas. Acostumados a ver sempre os estrangeiros como aqueles que se encantam com as belezas naturais do Brasil, o texto trata de uma outra valorização: a de nossas terras agricultu̇ráveis, mesmo que em região de glebas sem grande valor e, por isso, de preços baixos. Isso parece estimulante para um país que tem, no cenário da mídia impressa, conflitos que põem qualquer leitor descorçoado para acreditar no futuro agrícola do país e investir na terra.

Um dos textos sobre a temática acima referida tem como chamada a afirmação: "Página da Internet já resultou na visita de 120 estrangeiros a terras brasileiras." Diante de fotos, mapas, gráficos e textos explicativos com comentários sobre os investidores americanos, apresenta-se um novo retrato da terra no Brasil, num lugar do sertão nordestino: a região baiana.

Quando o assunto é "sertão nordestino", não há como fugir de temas da negatividade, disseminando o discurso dos problemas conseqüentes das terras secas, que comparecem insistentemente nas páginas da mídia impressa. Reportagens sobre os acontecimentos do cenário geográfico da aridez, textos opinativos sobre os problemas da terra seca, que não condizem com a visão bucólica do espaço ideal ou mesmo paradisíaco de reportagens e textos publicitários, que visam à venda de pacotes turísticos para terras litorâneas nordestinas. Um ingrediente que serviu de alimento para nossa literatura, a terra

seca é temática que gera hoje, em toda a mídia, uma diversidade de matéria jornalística. Vamos destacar uma reportagem de três páginas, com textos de diversos jornalistas para contemplar o tema da seca, no caderno de domingo: "Seca acentua o trabalho infantil e os saques no NE. A seca que atinge o Nordeste começa a expor os mais graves efeitos produzidos pela distorção social no país" (*Folha,* 1/9/02). "Situação de emergência já atinge 639 municípios do país**"** (*Folha,* 10/11/02*).*

Como se vem afirmando, em oposição à riqueza e à beleza do Nordeste, comparece em textos diversos o tema da miséria e do sofrimento dos habitantes do árido sertão brasileiro, focalizando uma outra temática constante: a do trabalho escravo. Foram várias as matérias jornalísticas que deram "corpo" a esse tema, construindo uma relação de interlocução com o leitor que ia além dos valores do mundo inteligível, com a voz de um enunciador a apelar para as emoções, trazendo para o cenário do discurso o tema da vida sofrida, com atores adultos e, o que mais grave, crianças que trabalham na terra, em regime de escravidão. Tais discursos assumiam um ponto de vista a partir de estratégias de persuasão argumentativas, criando efeitos de realidade, como se estivesse a exigir do leitor, a partir da leitura, uma tomada de posição diante de tal realidade nacional. Para nossa surpresa, o tema escravagista não se restringia aos estados do sertão árido. Até São Paulo e o Rio Grande do Sul apareceram em algumas dessas denúncias.

Uma reportagem da *Folha,* do dia 6 de outubro ("10 mil trabalhadores vivem em condição de escravidão"), traz um mapa indicativo dos focos de trabalho escravo, em que explicita tratar-se de atividades do cultivo da terra: colheita de maçã, extração de madeiras, agricultura, etc., com dados estatísticos, fornecidos pela Comissão Pastoral da Terra.

Um dos maiores estudiosos sobre as questões agrárias no Brasil, José de Souza Martins, tem um de seus artigos publicados sobre o trabalho escravo, na *Folha* de 02/12/02*:* "A escravidão que persiste". O texto, de meia página, ladeando uma imagem em cores de um trabalhador rural, com duas enxadas nos ombros nus, traz uma informação sobre as regiões em que ocorrem o trabalho escravo, destacadas logo abaixo da imagem: "É na Amazônia legal que ocorrem 75% dos casos –de escravidão -, em particular em Mato Grosso, Pará e Rondônia".

Em agosto e setembro encontramos outros textos sobre esse mesmo assunto. Ambos são reportagens com a denúncia de escravidão em fazendas no Norte do país. O primeiro: "Fiscais libertam 136 trabalhadores (Folha, 28/8/02); e o segundo: Mais de 57 trabalhadores são libertados no PA" *(Folha*, 22/10/02).

Além das matérias jornalísticas com denúncias sobre trabalho escravo, destacamos também aquelas em que se denunciam as más condições do trabalho com a terra, procurando trazer aos olhos do leitor a realidade agrária brasileira, especialmente no que se refere ao tratamento dos elementos humanos. Nesse sentido, a reportagem de 22/9/02, da *Folha:* *"*Exploração envenena colheita da laranja". Denunciam-se, aí, as más condições do trabalho com a terra ("Agrotóxico é o problema, diz federação"; "'A gente vive como macaco', diz colhedor"); a exploração da mão-de-obra ("a jornada de trabalho chega a 12 horas") *(Folha,* 22/9/02). Nessa mesma reportagem, com o mapa do Estado de São Paulo, bem acima da página, vêm para o olhar do leitor, à esquerda e à direita, regiões prósperas, aí destacadas na denúncia. Difícil acreditar, mas trata-se de trabalho escravo, conforme as palavras do próprio texto: "Nova Odessa: 50 trabalhadores rurais trazidos da Paraíba foram libertados da condição de escravidão em que viviam [...]". Os dizeres em negrito e caixa alta destacam-se na página: "*MAPA DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO EM SP",* Araraquara, Matão, Piracicaba e Limeira".

Sobre a "utilização de mão-de-obra forçada", um eufemismo para o trabalho escravo, empregado em notícia da *Folha* de 23/9, podemos ter conhecimento de uma medida tomada pelo governo federal ("Projeto prevê penas para utilização de mão-de-obra forçada"). São palavras do texto: *"*O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem que vai apoiar as propostas elaboradas pelo grupo de combate ao trabalho escravo, entre elas, a expropriação de terras onde foram encontrados trabalhadores nessa situação."

A notícia traz um pequeno trecho com os dizeres do sociólogo José de Souza Martins, que passamos a destacar: "a escravidão praticada hoje é mais cruel, perversa e violenta do que era a escravidão oficial negra, que terminou em 1988." (*Folha* de 23/9/02).

Um dos temas que se relacionam com a terra é a polêmica sobre os transgênicos, de cuja trama puxaram-se fios de cores bem diversas. Queremos nos referir a pareceres distintos: a favor e contra os transgênicos. Tratar das conseqüências sobre o assunto, é tratar, necessariamente da questão social ligada à terra: a prioridade a políticas agrárias para a exportação, monocultura, emprego/desemprego, etc. Tratar das causas é focalizar o desenvolvimento científico nas pesquisas agrárias, é priorizar o crescimento econômico, como apresentado em reportagem da *Folha* de 10/7/02 que traz informações sobre pesquisas feitas pela Embrapa, visando a "produzir 'sustentabilidade' na agropecuária brasileira ao aproveitar os da flora e fauna nativas em culturas transgênicas adaptadas ao Brasil". E assim,

o tema, que permite pontos de vista contrários, foram encontrados em muitas matérias jornalísticas. Favorável ou desfavoravelmente, eis aí alguns textos sobre essa temática.

Na *Folha de* 25/11/02 o destaque é para a manchete "PT e MST condenam lobby dos EUA por transgênicos". O ativista francês que participou de uma manifestação por entrar numa área de plantação de soja transgênica da Monsanto, no Rio Grande do Sul, em janeiro de 2001, comparece nesse artigo da *Folha* com discussão sobre transgênicos. Tendo como ilustração a cena do acontecimento do ano anterior, associada à outra que traz um manifestante do MST, carregando a bandeira do movimento. Abaixo das fotos o subscrito: "O ativista francês Bové ao invadir área da Monsanto em janeiro do ano passado".

A preocupação do governo de construir a imagem como o que mais distribuíra terras, de repente se viu com essa imagem arranhada, diante de notícias que denunciavam irregularidades nos relatórios oficiais sobre os números dos assentados.

Sem querer discutir a veracidade das notícias sobre tais números, passou a ganhar destaque na mídia a figura do "assentado", do "sem-terra", que tornou-se o centro da encenação linguageira. Nas reportagens, passou a ser visto como personagem-vítima de dados numéricos emitidos pelo governo na realização do que chamava de "reforma agrária". Sobre esse problema, uma diversidade de textos se construiu, instaurando uma verdadeira polêmica, de onde os diferentes órgãos governamentais responsáveis pelo assunto se pronunciavam, com a manifestação de todas os seguimentos da sociedade, que emitiam pareceres, que se constituíam um farto material jornalístico. Poderíamos aqui elencar dezenas de textos sobre essa tematica, dos mais variados gêneros: editoriais, carta do leitor, reportagem, passando por artigos, crônicas, etc.

Só para exemplo, citamos dois editoriais:

"INFLAÇÃO AGRÁRIA: inflar os números não levará o governo a bater nenhum recorde e só servirá para lançar suspeitas sobre o processo de reforma agrária". *(Folha,23/4/02)*.

"OS SEM-CRITÉRIOS" *(Folha,03/5/02)* em que se faz uma crítica às ações do governo: "canetada do ministério [...] que não se coaduna com um governo sério e que proclama estar realizando a maior reforma agrária da história do país".

Como vítima, o assentado, trazido para o cenário nacional, em algumas reportagens, passou a ter direito a fazer uso da palavra, para mostrar o seu dilema no trabalho com a terra. A *Folha,* num domingo, 28/4/02 traz uma matéria de página inteira: "Assentado da era FHC faz bico para sobreviver**"** em que se mostra a realidade de trabalhadores rurais

obrigados a abandonar o cultivo da terra para ir buscar trabalho na cidade ("Não há financiamentos e investimentos para garantir a qualidade da terra"). Os dizeres são argumentos usados pelos sem-terra e sustentados pelo Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo)". Outros diziam: "vontade de trabalhar não falta, mas só que no período da seca e sem liberação de financiamentos pelo governo, cultivar a lavoura pode significar ainda mais perdas". *(Folha,28/4/02).* Como quer que seja, o jornal dá espaço para ecoar a voz do assentado.

Duas semanas depois da reportagem acima, a *Folha* traz na primeira página de um domingo, *12/5/02* a chamada para a matéria publicada no primeiro caderno, com várias fotos em cores, mapas e a bandeira do MST ("Assentados perdem suas terras na Justiça**")**. Trata-se de mais uma reportagem onde os personagens são vítimas da política agrária. Transcrevemos a seguir, apenas os títulos da matéria, de página inteira:

Ex-donos recuperam terras de assentados.

Incra não tem culpa, diz Azevedo.

Assentamento de SP revela embate jurídico.

Denuncia-se a falta de investimento escolar nas áreas rurais onde, segundo texto da *Folha de 23/4/02,* crianças não podem freqüentar aulas por falta de transporte: "Estudo aponta 2,3 mi sem transporte na área rural".

Enquanto a *Folha* publicava essas matérias para dar espaço às vítimas da maquiagem dos números inflacionados pelo relatório do Incra, o *Estado(26/5/02),* que ficara calado, contrapõe-se às reportagens numa publicação de página inteira, com uma variedade de fotos de homens bem vestidos, segurando a bandeira do MST, seguida de outras fotos onde se vêem homens trabalhando em atividades diversas: na cozinha, na construção civil ("MST ergue sua maior escola em São Paulo"). A edição é de um domingo e traz a chamada para a matéria na primeira página, com dizeres em aspas "Ela (a escola) visa a formar lideranças".

Ora, no diálogo entre os textos de um e do outro jornal, o leitor, contrapondo as duas realidades de personagens do mesmo Estado, pode questionar: Afinal, seriam eles tão vítimas assim? Abre-se, a partir daí, a instauração de uma polêmica sobre a medida governamental da concessão de terras aos sem-terra. De um lado, denúncias sobre a situação dos assentamentos, visando à efetivação de políticas agrárias mais eficazes para atendimento às famílias. De outro, a ineficácia dessas medidas justificaria a defesa de políticas contrárias à concessão de terras, advogando incentivos aos agronegócios para as exportações ("A atual

reforma agrária que se vem realizando, em grande parte, apenas com simples entregas de 'pedaços de terra', fraciona e perturba áreas produtivas sem tomar dimensões econômicas"). Este trecho é parte do artigo "Os presidenciáveis e a reforma agrária", publicado na *Folha* de 26/8/02.

Apesar de termos abordado sobre o tema do agronegócio, referimos novamente a ele para contrapor ao tema da polêmica diante das revelações sobre a divulgação de número dos assentamentos pelo governo federal. Dentro de uma visão economicista da reforma agrária, a partir da qual o agronegócio é citado como AGRODINAMISMO (Editorial, *Folha,* 08/4/02), a distribuição de terras em assentamentos é vista como um retrocesso para o desenvolvimento de um Brasil rural, conforme podemos ler no fragmento a seguir, da carta de um leitor da *Folha* de 23/4/02 :

> Nas condições atuais da economia brasileira, torna-se urgente o aproveitamento das terras agricultáveis [...]. A atual e discutida reforma agrária não cria condições para a melhoria da vida no meio rural que permitam progresso técnico. Desperdiça terras férteis e produtivas, em quase todos os 'assentamentos' [...] e perturba as atividades da agropecuária produtiva.

Tendo como alvo ainda denunciar a ineficácia das políticas de assentamentos, circularam reportagens para tratar de irregularidades como a distribuição de lotes a "agricultores de fachada", e a utilização de terras para o plantio de maconha ("Falsos sem-terra recebem lotes no Pará", *Folha,* 13/5/02).

O *Caderno Ribeirão* trouxe para uma página inteira o título "Sem estrutura, assentamento vive abandono". Na ilustração, uma foto de um casebre perdido numa área de terra batida remetia apenas à imagem de manchas verdes esparsas, num céu a perder de vista. Abaixo da foto a legenda "vista de um lote do assentamento de Bebedouro".

Como atividade que não deu certo, os assentamentos aparecem como uma "realidade" a ser evitada. Os efeitos de sentido são os do fracasso de uma política agrária na contramão dos novos valores de mercado. Ou se entra na globalização dos processos avançados da tecnologia agrícola, ou se vai ficar para trás. A imagem mostrada pela *Folha* (21/6/02*)* não combinaria com o mito da modernidade imposto à região de Ribeirão Preto, que chama para si o título de "capital do agronegócio" pela famosa Agrishow (feira anual do agronegócio). A realidade da foto não se ajusta aos valores colocados goela abaixo por um modelo econômico e agrícola do programa do governo FHC "Avança Brasil", que tinha em

vista a assistência a pequenas empresas e, sobretudo, à agricultura familiar, trazendo a reforma agrária para a agenda, apesar das críticas da base aliada das elites agrárias.

Em reportagem da *Folha,* 27/01/02, podemos ler o depoimento da americana, naturalizada francesa, Susan George Sontag, doutora pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris, que saiu na defesa dos pequenos proprietários rurais: "A Via Campesina, da qual a confederação Camponesa de Bové faz parte, quer que os grandes exportadores, o que talvez inclua o Brasil, não destruam a pequena propriedade agrícola".

O assunto faz uma abordagem em que a terra é vista como espaço não apenas para a especulação financeira, mas para a fixação do homem no campo.

Os projetos de uma política agrária do próprio governo levaram a despertar processos sociais ligados à busca da terra como espaço para a fixação do homem nas zonas rurais. Consideradas como contradições sociais, as invasões foram perdendo o efeito de infração, de manifestações pulverizadas, constituindo-se num processo que se naturalizava, com base nos projetos de mudança propalados pelo governo democrático de FHC. Isso conduzia a mudanças, desarticuladoras de ordens do discurso existente – o de que a propriedade privada é intocável. Será que poderíamos afirmar que se articulava uma nova ordem de discursos para afetar a ordem de discurso sobre a terra, que faz brotar novos discursos que invadem a comunidade jornalística sobre o assunto? Essa pergunta pode nos direcionar nas leituras do *corpus,* tendo em vista os eventos textuais de *Oeste Notícias* e *O Imparcial.*

Os discursos dos que reivindicam a terra aparecem na materialidade jornalística da *Folha* e do *Estado* como um direito de acesso ao espaço para o trabalho, estaria também presente nos jornais do Pontal do Paranapanema? Os elementos heterogêneos (uma aparente democratização, envolvendo a redução de marcadores explícitos da desigualdade de poder entre os proprietários de terra e os destituídos dela), construindo-se na contraditoriedade, possibilitaram vislumbrar a intrincada malha da sociedade rural do país. Construir-se-ia assim também essa temática nos textos de *Oeste Notícias* e *O Imparcial*?

Um dos temas de destaque sobre a qüinquagésima quarta reunião anual da SBPC trouxe como questão o fato de se subestimar a população brasileira rural, apontando falhas em critérios para avaliar a população que habita o campo. O artigo apresenta uma crítica a dados estatísticos que consideram como população urbana o que deve ser visto como rural. O texto da *Folha Ciência (10/7/02)* traz a reportagem com o parecer do pesquisador da USP, José Eli

da Veiga, que aponta "absurdo teórico e prático considerar que 82% da população brasileira esteja nas cidades". Ele afirma que "um terço do Brasil é tipicamente rural".

Os dois jornais admitem que, desde 1850 com a Lei de Terras não se havia feito um recadastramento rural em toda a nação, visando à regulamentação do registro de terras que, afirmam ser "desorganizado" (*Folha 31/10/02)* e "permite irregularidades" (*Estado 01/12/ 02).*

Dentro do contexto de transição de governo, em reportagem da *Folha (08/9/02),* "CNA dá 'sinal verde' para reforma agrária de Lula", podemos visualizar os dizeres do presidente da Confederação Nacional da Agricultura: "O que a agricultura familiar precisa é de uma solução social [...] ela não é competitiva para abastecer a população [...]". Saindo na defesa dos grandes, afirma a autoridade: "Vinte por cento dos agricultores profissionais do País são responsáveis por 80% da produção total do Brasil. Essa agricultura acabará com a fome".

A declaração acima aponta para a política assumida pelo governo Lula, cujo projeto de combate à fome vai ao encontro de caminhos apontados por aqueles que têm na terra o instrumento para uma política econômica para o agronegócio e não para apontar rumos para solucionar problemas que envolvem o elemento humano: a terra para a fixação do ser, de onde se tira o alimento, a água, o teto.

A terra serviu também como investimento temático de uma novela da Globo, *Terra Nostra* cujo tema culminou em material para a construção de textos na mídia impressa. Referimo-nos agora a um deles, publicado no *Estado(12/8/02),* assinado por José Eli da Veiga, então secretário do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. O secretário sai em defesa dos proprietários rurais, indignado por terem sido estereotipados na novela como a elite cafeicultora obcecada pela idéia de que "terra nunca é demais". Ele justifica que no tempo da quebra da Bolsa, em 1929, os grandes cafeicultores foram obrigados a vender suas terras, ou parte delas, bem ao contrário do que se mostrou na novela, com a personagem Francisca, que comprou propriedades dos italianos. Forçados a vender à grande cafeicultora, dois amigos italianos continuaram na empreitada de procurar por novas terras "de mata virgem", lá pelos lados da Alta Sorocabana. E conversaram bastante sobre a possibilidade de criar bois em vez de formar novos cafezais.

Aproveitamos o fio da novela para encerrar essa meada que desfiamos até agora. À maneira de Ariadne, não interromperíamos essa atividade da malha jornalística, a nos oferecer fios indefinidamente, não tivéssemos sido enredados pelo fio condutor desse último

parágrafo, a expressão: “da Alta Sorocabana”. Os dizeres nos levam, assim, a tecer uma outra meada, desfiando os fios que devem construir a malha do contexto social e histórico do Pontal do Paranapanema, Presidente Prudente, capital da Alta Sorocabana, espaço de onde emerge nosso objeto de trabalho.

CAPÍTULO 2

O PONTAL DO PARANAPANEMA

Preliminarmente importa reconhecer que o texto, enquanto prática social, trabalha dados da realidade sócio-histórica, construindo-se a partir da mobilização de discursos alheios que formam a complexidade dos sistemas linguageiros, por meio dos quais a sociedade se difunde em cada um de seus integrantes.

Nunca é demais frisar que, em se tratando dos discursos da mídia impressa, compreendemos que toda enunciação construída pelo jornal, "não pode ser vista independente do imenso corpo das enunciações coletivas que a precederam e que a tornam possível." (BERTRAND, 2003, p. 87). Posto em circulação, um discurso designa outro ou se autoriza a partir de outro, numa inter-relação que, para fazer sentido, necessita de uma homologação da produção discursiva nos dizeres produzidos por uma dada sociedade, permitindo a todo enunciador fazer uso dos interpretantes ideológicos que aí se veiculam.

Colocar-se à frente de uma organização de discursos jornalísticos produzidos em *Oeste Notícias* e *O Imparcial*, para uma análise, leva-nos, necessariamente, a rastrear os interpretantes ideológicos construídos a partir da topologia de um lugar que responde a uma organização espacial, que merece um olhar direcionado para eles. A região do Pontal reiteradamente aparece em notícias da mídia como um caso emblemático de ocupação ilegal de terras, o que nos leva a reconhecer que se trata de uma prática social recoberta de uma ideologia particular do espaço rural brasileiro, cujas especificidades estão impregnadas de um discurso político sobre a terra. Com a leitura dos escritos de estudiosos sobre a região, em publicações diversas que compreendem desde textos literários, científicos, jornalísticos, constatamos que esse discurso político remonta desde o povoamento da região, no início do século XIX. A região sempre foi palco para os problemas fundiários, por se tratar de terras griladas.

Em 1984, a pedido do então governador Franco Montoro, que pretendia iniciar a reforma agrária no Pontal do Paranapanema, Antonio Callado (2001) produziu um ensaio

jornalístico “Entre Deus e a Vasilha” para abordagem sobre grilagem das terras naquela região. Bastante polêmico, o assunto teria repercussão em todo o país, por se tratar de terras de um dos Estados mais ricos da federação. De fato, as reportagens foram publicadas, entretanto não tiveram nenhuma repercussão nacional. Sem nenhum destaque na mídia impressa, foram tratadas como realidade de uma região de algum outro país, e como se não dissessem respeito a terras griladas do Estado de São Paulo.

A grilagem de terras é assunto que, ainda continua a ser silenciado pela mídia. Um tema sobre o qual poucos discursos são produzidos, mesmo diante de denúncias veiculadas por estudiosos das questões agrárias, que tentam veicular dizeres sobre uma suposta “verdade”, apontando para atos de ocupação de terras, praticados desde a formação das primeiras comarcas do Pontal do Paranapanema.

Ao inserirmo-nos num contexto para a leitura dos discursos que constituem o *corpus* desta análise, tornam-se bastante visíveis muitos efeitos de sentido que, se não estivermos cônscios da existência das questões, poderiam não vir à superfície discursiva. Sem dúvida que, para o reconhecimento do lugar de onde emergem as manifestações dos atos jornalísticos construídos em *O Imparcial* e *Oeste Notícias,* é preciso levantar muitas questões que ficariam nebulosas, se inseridas apenas na história particular da região. O Pontal é um espaço cuja representação sócio-histórica envolve um campo de expectativas com base nas isotopias de leitura da luta pela terra que remete a intrincados problemas, especialmente político-econômicos.

As questões agrárias conduzem o que há de mais polêmico na sociedade brasileira, em âmbito nacional. Objeto de um grande número de textos jornalísticos por todo o país, sempre sob o enfoque da luta pela terra, a questão da terra no Brasil é tão complexa como óbvia para que se busquem soluções governamentais. É consensual que há muita terra e poucos proprietários. Isso também é dito quando se trata da região do Pontal do Paranapanema. Como a forma de produção valorizada cada vez mais é a agroindústria, a mídia coloca-se na defesa dos discursos que sustentam essa temática, fazendo ecoar o discurso do agronegócio, organizado em grandes corporações, as quais passam a comandar os sistemas de produção da terra. Sem nenhuma representação, sem voz nem vez, aos poucos, vão desaparecendo o pequeno roçado, o velho sistema extensivo, as relações de parceria, levando a engrossar a massa de trabalhadores forçados a abandonar a zona rural. Assim, a terra, um valioso elemento de troca, perde um pouco seu sentido de uso. A concentração do espaço rural, a miséria extrema, a riqueza de alguns, em demasia, são características

marcantes da realidade brasileira atual. Esse processo de concentração é um fato preocupante num país de dimensões continentais e grandes contingentes populacionais pobres, como o nosso. Dentro desse quadro, não é de se admirar toda a luta que vem se travando em prol de uma política agrícola que resida na distribuição menos desumana da terra e que impeça a expulsão do homem do campo. Os assentamentos promovidos pelo governo FHC não foram suficientes para atender à enorme demanda de trabalhadores que almejam um pedaço de chão para produzir. Organizando-se em grupos, como o MST, na disputa pela terra, forçam o governo a atuar no sentido de promover a tão desejada reforma agrária. Se a propriedade da terra sempre foi assunto de debate, como o foi desde o descobrimento, continua sendo ainda, trazendo para a pauta das discussões a questão do povoamento e do latifúndio: o povoamento definindo a população e o latifúndio definindo a posse e o modo de administrar a terra.

Como tentamos abordar no capítulo anterior, em âmbito nacional, do ponto de vista do governo, tratar das questões da terra é dimensionar possibilidades de transformação social e democratização do país. Não se pode negar, entretanto, que a terra acabou se transformando nessa questão que continua resistente. Mesmo em meio à comprovação de dados estatísticos reveladores da realidade agrária que grita por soluções emergenciais, a única saída para conquistar um pedaço de chão tem sido por meio de ações dramáticas de ocupação ilegal, geradoras de confrontos.

Quando se fala em conflito agrário, o assunto remete, necessariamente para a região da Alta Sorocabana, que tem Presidente Prudente como centro de destaque, uma espécie de capital regional dos problemas fundiários.

Buscamos em trabalhos científicos dados sobre a história da região, que aparece designada como “Alta Sorocabana”, “Vale do Paranapanema”, “Pontal do Paranapanema” ou “Sertão do Paranapanema”:

> Vale do Paranapanema ou Sertão do Paranapanema, nomes com que se designava, no século XIX, a parte meridional do Estado de São Paulo [...] até o Rio Paraná [...] toda a bacia do Rio Paranapanema.
>
> Na área compreendida entre Assis e Presidente Epitácio, chamada popularmente de Alta Sorocabana, designação depois adotada oficialmente, Presidente Prudente foi um núcleo urbano dos mais antigos. (ABREU, 1972, p.16).

No capítulo anterior, acercamo-nos de todo o cenário nacional para se juntar, agora, a este, que passa a servir ao propósito de contextualizar o leitor, no entendimento da especificidade do percurso traçado para iluminar nossas leituras dos textos jornalísticos de

Oeste Notícias e *O Imparcial,* durante o ano de 2002, objeto de nossos trabalhos. O enfoque interpretativo orienta-se para o problema da leitura do tema da terra no espaço dos dois jornais citados, longe de qualquer determinação de uma tipologia de modos de leitura que possa revelar um processo ingênuo, regulamentado por códigos pré-estabelecidos pelas instâncias enunciativas das empresas jornalísticas. É inegável que, em se tratando da questão sobre a terra, na materialidade do texto produzido no jornal, proliferam os imaginários rurais. Vamos nos referir a ideologias, a sentidos incrustados na construção jornalística e que configuram percepções, pontos de vista pertinentes ao objeto-valor (terra) à sociedade brasileira.

No Estado de São Paulo, a região do Pontal do Paranapanema, foco histórico de lutas pela posse da terra, transformou-se no palco principal de movimentos sociais que reivindicam a reforma agrária. Como num jogo de cabo-de-guerra, os desfavorecidos, alguns deles famintos, lutam em constante desvantagem contra poderes locais, ao mesmo tempo em que sonham com uma política nacional de agricultura familiar.

Na busca de compreensão desse espaço geográfico conhecido nacionalmente pelos conflitos de terra, debruçamo-nos sobre textos que tratassem, não só da constituição geográfica e histórica, mas da especificidade das emblemáticas questões sobre a ocupação daquele território. Nesta situação de escuta, ecoaram discursos que abordaram a questão de pontos de vista divergentes. Socialmente construídos a partir de códigos e discursos que formam o complexo de sistemas modelizantes, os discursos construídos no jornal homologam valores da cultura agrária, nos dizeres sobre a terra.

Independentemente de qualquer análise discursiva (o que faremos na parte reservada a isso), há os discursos que são produzidos para o consumo dos proprietários de terra e de seus defensores dos mesmos interesses, numa contraposição àqueles que defendem a causa dos que não possuem a terra. Assim, são diversos e bastante distintos os cenários para a mesma questão. Os mesmos fatos levam à construção de núcleos de informações divergentes, que afetam o panorama sócio-histórico da região.

Diante do desenvolvimento do discurso dos que defendem, ou, poderíamos dizer, daqueles que são sensíveis aos que não têm terra e lutam por ela, não há dúvida quanto a identidade do enunciador. É um sujeito que desenvolve na materialidade textual o desenrolar de vários acontecimentos na linearidade da história, com indicações precisas para constituir o lugar de seu simpatizante: aquele que almeja a terra, desprovido de qualquer proteção da sociedade. Tivemos acesso a um desses discursos. Parecendo reproduzir dizeres de um

assistente social, vislumbra-se o panorama sobre as questões da terra no Pontal do Paranapanema. É assim que, no canto esquerdo da página virtual, vê-se o emblema do MST, indicando o lugar social, institucionalizado, de onde emergem as falas.

Obedecendo a uma cronologia dos fatos relacionados aos conflitos na região, o texto inicia essa contextualização pelos anos 60, passando pelas décadas de 70, 80 e, para tratar da década de 90, caracteriza particularmente ano a ano**.** Depois de afirmar que as lutas pela terra no Pontal são históricas, traz toda a narração de um dos embates entre posseiros e grileiros de uma das reservas, hoje submersa, inundada com a formação do reservatório da usina da hidrelétrica de Porto Primavera, a CESP. Mortos muitos posseiros e o grileiro da Reserva Florestal Lagoa São Paulo (município de Presidente Epitácio), as 450 famílias que enfrentaram os conflitos foram obrigadas a abandonar as terras tomadas pelas águas. Realocados em outro município, logo no início da década de sessenta, aconteceu um violento confronto entre parceiros, arrendatários e o latifundiário grileiro das terras ocupadas. O conflito só teve fim com a desapropriação da área, em 1964, pelo então presidente João Goulart.

A década de 80 traz para o cenário da região "trabalhadores desempregados das obras das hidrelétricas" que, segundo o cadastramento feito pela Divisão Regional de Promoção Social, "37.5% eram bóias-frias demitidos da Destilaria de Álcool Alcídia e 16% eram posseiros ilhéus e ribeirinhos atingidos pelas barragens".

Em 1983, aconteceu uma grande ocupação (aproximadamente 350 famílias) nas fazendas Tucano e Rosanela, de "propriedade" da construtora Camargo Corrêa e da empresa Vicar S/A Comercial e Agropastoril. Embora o juiz de Teodoro Sampaio tenha julgado a documentação apresentada pela Imobiliária e Colonizadora Camargo Corrêa insuficiente como prova de propriedade da fazenda Tucano, a instância jurídica de São Paulo atendeu ao pedido de ação de despejo dos latifundiários. As 350 famílias foram, então, acampar nas margens da rodovia SP 613. O acampamento foi aumentando devido aos boatos de que o governo estadual iria doar terras.

Com relação ao Estado, diz o texto "em alguns momentos, muito lentamente, tentava resolver a situação dos acampados, procurando não prejudicar os interesses dos fazendeiros".

Em março de 1984, o então governador, Franco Montoro, assinou os primeiros decretos de desapropriação de uma área de 15.110 hectares para assentar as cerca de 466 famílias acampadas na SP 613. Esses decretos acirraram os ânimos dos grileiros do Pontal

que declaram guerra ao governo estadual e ameaçaram ocupar a reserva florestal do Morro do Diabo. Essas ocupações e as desapropriações, juntamente com outras lutas que se desenvolviam em todo o país, causaram a reação dos latifundiários que criaram a UDR - União Democrática Ruralista para a defesa de seus interesses.

Até o início de 1990 dezenas de famílias foram assentadas em áreas desapropriadas pelo governo federal, visando ao interesse social. Transcrevemos as afirmações:

> A situação fundiária do Pontal do Paranapanema é extremamente complexa e se encontra em processo de desentranhamento. Em diversos procedimentos excessivamente morosos, que vêm se desenvolvendo há mais de cinqüenta anos, o Estado tem procurado realizar Ações Discriminatórias nos 34 perímetros, que compõem a região, possuindo uma extensão de 1.182.491, 97 ha.
> Este detalhamento mostrou que o Pontal do Paranapanema possui 444.130,12 ha de terras devolutas e 519.315,00 ha que estão com processos de ações discriminatórias a iniciar ou em andamento. A maior parte destas terras estão sob o domínio de grandes grileiros-latifundiários. Disponível em <http://www.mst.org.br/mstsp/hist.html>. Acesso em: 07/9/2003

Para falar sobre os anos 90, o texto segue narrativizando cada um dos conflitos na região, questionando sobre o papel do governo nas relações com os ocupantes ou pretendentes de ocupação da terra:

> [...] se atentarmos para o processo histórico de grilagens das terras do Pontal, o pagamento das benfeitorias [...] o grileiro que devia restituir a terra, indenizando pelo seu uso, por desmatar e vender a madeira, quando for o caso, por ter especulado com a terra pública durante dezenas de anos, cobrando renda, acabou por lograr o Estado e, novamente, recebeu pela rapinagem que cometeu. Evidentemente, a correlação de forças políticas, naquele momento, viabilizou esse tipo de "maracutaia".
> Disponível em <http://www.mst.org.br/mstsp/hist.html>. Acesso em: 07/9/2003

Mostrando revolta contra o pagamento feito pelo Estado para as terras, “reconhecidamente devolutas e exploradas até a exaustão”, o texto refere-se à negociação entre Estado e grileiros como “negócio de compadres”, afirmando que as operações comerciais de compras das terras não poderiam ser feitas. Argumenta também que, além do pagamento pelas áreas, ainda ficava para o governo o ressarcimento de danos para recuperação das terras e dos mananciais.

A culpa pelo atraso no processo para solução dos problemas agrários na região é jogada nas costas do Estado. Segundo o texto, nas negociações de compra de suas próprias

terras para implantar um assentamento, o Estado estava assim reforçando o poder político dos grileiros e caracterizando o retrocesso da reforma agrária no Pontal do Paranapanema.

Nos anos 90, os conflitos do Pontal do Paranapanema passaram a ser destaque em toda a mídia. Acompanhados pelas principais emissoras de televisão e pelos principais jornais do Brasil e algumas agências internacionais, essa luta pela terra dava audiência. Enquanto a região passou a ser notícia, passaram também a se intensificar as ocupações. O destaque dos meios de comunicação passa, assim, a contribuir para divulgação do conflito fundiário, obrigando o Estado a dar atenção especial para os problemas agrários da região. Isso levava a uma transformação de uma realidade dominada pelos grileiros por mais de um século.

Na pesquisa para obtenção das informações sobre o Pontal, encontramos disponível na Internet um texto produzido pela Embrapa, de onde obtivemos uma fonte bastante rica de informações. Escrito para passar informações precisas, o texto recorre, especialmente a dados numéricos, num apagamento do enunciador para que assim, nenhum traço explícito possa levantar dúvidas sobre a neutralidade de seu endereçamento. Na busca de efeitos de sentido de objetividade, é como se os acontecimentos se constituíssem por si próprios, sem que se possa suspeitar que os fatos estejam sendo endereçados a algum grupo social em particular.

> Segundo dados do ITESP, existem atualmente, no Pontal do Paranapanema, 59 assentamentos definitivos, 6 provisórios e 6 áreas reivindicadas para fim de assentamento de trabalhadores rurais sem-terra com ações em andamento. O que equivale dizer que mais de 4.000 famílias estão sendo beneficiadas diretamente com a aquisição de um lote rural.
> Disponível em <http://www.itesp.sp.gov. br>. Acesso em: 15/8/2003

Aparece de forma clara a realidade da grilagem de terras na região, segundo o texto, "onde a propriedade legal da terra não se consolidou", apesar de estar sendo explorada desde 1920. Faz a denúncia da má ocupação do solo, colocando como responsáveis pelos intensos processos erosivos, fazendeiros que exploram imensas áreas de pastagem para a pecuária bovina.

A identificação de uma área de quase um milhão de hectares como propriedade do governo estadual, na qualidade de terra devoluta, fez dirigir para o Pontal do Paranapanema os diversos movimentos sociais na luta pela posse da terra, desde arrendatários e posseiros, até atingidos por barragens.

Se tantos são os textos que acusam o MST como o entrave no desenvolvimento da região, um dos textos oficiais de um órgão do governo (EMBRAPA) o vê como solução para o problema agrário:

> A entrada e desenvolvimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST na região, a partir de meados da década de 1980, constituiu um passo importante na sua história, fazendo com que atualmente o Pontal seja a mais importante região de implementação de assentamentos rurais no Estado de São Paulo e uma das mais importantes no Brasil.
> Disponível em <http://www.embrapa.org.br>. Acesso em: 15/8/2003

Em *site* do governo federal, encontramos um texto com comentário sobre os conflitos de terra no Brasil. Explicações para as causas da grilagem procuram esclarecer os motivos de ações para reivindicação da posse de terra:

> [...] A grande maioria dos conflitos de terra que ocorrem no país tem sua origem na falta de titulação e demarcação de áreas já ocupadas. A categoria mais vulnerável à violência é a dos pequenos *posseiros*. Há no Brasil mais de um milhão de *posseiros*, em sua imensa maioria pequenos agricultores, que não são proprietários, mas vivem e produzem em grandes fazendas particulares pouco utilizadas por seus donos ou em terras públicas devolutas. Vítimas constantes dos *grileiros*, os pequenos *posseiros* [...]
> Disponível em <http://www/planalto.gov.br>. Acesso em: 15/8/2003

Ao enumerar uma série de fatos que acaba por instaurar a tese de uma possível defesa dos que lutam para ter seu pedaço de chão, tornam-se visíveis aí as razões que levam a região do Paranapanema a ser conhecida pela situação de tensão quanto as questões agrárias:

> No Pontal do Paranapanema, a origem dos conflitos está na falta de titularidade da terra. Desde que a região passou a ser colonizada por grandes fazendeiros, no começo do século, não houve, até hoje, solução satisfatória para a questão legal da propriedade. Os documentos das fazendas localizadas

> nessa área não são reconhecidos pelo governo estadual, que considera as terras como devolutas, portanto, públicas.
> Por pressões políticas, dificuldades orçamentárias e morosidade no andamento dos processos na Justiça, fracassaram todas as tentativas de resolver o problema, feitas por sucessivos governos estaduais. Disponível em <http://www.embrapa.org.br>. Acesso em: 15/8/2003

Nessa busca insistente de dados para a configuração da realidade sócio-histórica da região, acessamos um outro *site.* Chamou-nos a atenção a multiplicidade de vozes inserida na fala de um sujeito de enunciação que, numa debreagem enunciva – de pessoa, de tempo e de espaço – relata uma seqüência de acontecimentos, tendo como agente mobilizador o MST. Podemos depreender, já logo de início, trata-se de um personagem definido como o pomo da discórdia. A narração em terceira pessoa ancora o dizer numa situação histórica "real" como se tratasse de fatos acontecidos, criando assim o efeito de sentido de verdade.

> Muito se tem discutido a respeito das terras do Pontal do Paranapanema, notadamente os conflitos agrários gerados pelos membros do chamado MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que tentam criar dúvidas quanto à legitimidade dos títulos de propriedade existentes naquele pedaço do Estado de São Paulo, forçando, com isso, o governo a promover a expulsão dos proprietários da região de suas legítimas propriedades, para dar lugar aos trabalhadores sem terra. E aqui cabe a indagação: Seriam esses proprietários realmente grileiros para merecer esse tratamento? Para responder é necessária uma breve investigação histórica a respeito dos primórdios da colonização daquela região. Disponível em:<http://www.udr.org.br/artigo>. Acesso em 15/8/2003.

Ao falar sobre o que é institucionalizado, o enunciador põe-se como figura mediadora entre o leitor e a questão proposta. Logo no início sua identidade aí construída discursivamente remete ao espaço social no interior do poder social e econômico - um defensor dos proprietários de terra.

Se nos fragmentos acima, retirados dos *sites* da EMBRAPA e do MST, em ambos, era visível o lugar de onde falava o enunciador, isso não podemos afirmar em relação a esse discurso. Os dados do narrado são informações cuja preocupação é a de instaurar uma verdade. Assim, o uso da terceira pessoa, de um enunciador que, por não se mostrar, cria um efeito de sentido da objetividade, de um simulacro da verdade. Suspenso o efeito de subjetividade, distancia-se na construção das estratégias das verdades enunciadas, na pressuposição de que seu leitor já tenha conhecimento do assunto. Estabelece o diálogo com ele, como se tivesse a certeza de que fará a mesma avaliação sobre o assunto. Desse modo, então, o enunciador pressupõe que o leitor saiba sobre os conflitos, numa cumplicidade para

condená-los. Apoiando-se em dados históricos, dispõe e organiza as informações, aplicando aí se seu ponto de vista, justificando a sua tese ("Essa ocupação das terras incultas era na época tolerada"):

> A penetração nos sertões do Pontal do Paranapanema deu-se em meados do século 17, pelo vale do rio Santo Anastácio [...] em 1769. No entanto a colonização ocorreu anos depois, quando, por volta de 1847, um grupo de mineiros liderados por José Teodoro de Souza iniciou a ocupação permanente da região.
>
> Essa ocupação das terras incultas era na época tolerada e passou a ser legalizada a partir da edição da Lei de Terras nº 601, de 1850, promulgada tendo em mira o respeito e a garantia da ocupação primária da terra.
>
> Assim nasceram os títulos de propriedade na região. Todos os títulos foram registrados nos cartórios de Registro de Imóveis, bem como passaram, desde então, a sofrer desmembramentos, dando origem a diversas novas propriedades, inclusive mediante contratos de assentamento de imigrantes firmados pelo Governo Provisório da República. Sobreveio em 1891 a Constituição da República, que passou para os Estados da Federação as terras que ainda se encontravam devolutas. No Estado de São Paulo, a partir de 1895, foram baixadas diversas disposições, todas respeitando a posse da terra desocupada [...]
>
> [...] o seu primitivo registro [de quase todo o Pontal] foi realizado no ano de 1890 e, no ano de 1900, passou a integrar o Registro Público das Terras Públicas e Particulares como imóvel de caráter particular. Disponível em <http://www.udr.org.br/artigo>. Acesso em 15/8/2003.

Depois de uma extensa narração dos fatos históricos, pode-se ouvir uma voz que tenta seduzir o leitor para aceitar os dizeres sobre as questões agrárias do Pontal, num repúdio a qualquer dizer contrário ao que se enunciou, independentemente de ter sido produzida nos meios do poder público. Ao qualificar a ação do governo do Estado como "discriminatória", o enunciador já elimina essa voz, mesmo advinda das altas esferas governamentais.

A voz categórica, que emerge do texto, destaca-se pelo negrito ("As terras que formam boa parte do Pontal do Paranapanema não são fruto de uma grilagem qualquer") e parece gritar para ser ouvida. A estratégia de persuasão argumentativa vai construindo relatos históricos a sustentar o ponto de vista de um sujeito que se põe na defesa dos proprietários rurais, renegando qualquer tomada de posição contrária à sua.

> No ano de 1910 o governo do Estado iniciou a ação discriminatória envolvendo todo o território da Alta Sorocabana, inclusive o que ficou conhecido como Pontal do Paranapanema, sendo que os títulos lá exibidos, incluindo o chamado Pirapó-Santo Anastácio, foram considerados legítimos. A fazenda Pirapó-Santo Anastácio foi objeto de divisão judicial em 1908, com a habilitação de mais de 3.000 condôminos, sendo que a Fazenda do Estado de São Paulo, a despeito de citada, não se interessou naquela época em ingressar no processo.

> No transcorrer do último século, diversas comarcas foram instaladas naquele território, tendo o Estado participado ativamente da criação e implantação de serviços públicos, notadamente os cartórios de Registros de Imóveis, que deveriam oferecer garantia e segurança de legitimidade às transações lá registradas.
>
> Em 1945, o governo do Estado legitimou, através de lei, independente de processo, todos os títulos de propriedade existentes no Estado que estivessem registrados havia mais de 20 anos, ou seja, desde 1925. Esse é o caso de todos os adquirentes de parcelas do imóvel Pirapó-Santo Anastácio. Disponível em: <http://www.udr.org.br/artigo>. Acesso em: 15/8/2003.

A continuidade do ponto de vista que se foi inserindo, ganha forças na conclusão, quando, enfim, designa a expressão de juízo sobre o assunto:

> Resulta, pois, que as terras que formam boa parte do Pontal do Paranapanema não são fruto de uma grilagem qualquer, que deve agora ser coibida pelo Estado, como podem acreditar os menos informados; mesmo porque, se irregularidade nenhuma ocorreu, o Estado de São Paulo contribuiu e muito com a situação hoje consolidada naquela região, e a sua ação política, no sentido de tentar arrecadar terras com base numa suposta fraude verificada há muito mais de cem anos, só está atingindo a terceiros de boa-fé que acreditaram nos registros públicos instalados e mantidos pelo próprio Estado.
>
> Conclui-se, pois, que os proprietários não tiveram participação em nenhuma prática irregular naquele antigo registro imobiliário de 1890, sendo na realidade vítimas dos registros públicos criados e mantidos pelo governo do Estado.
>
> Disponível em:<http://www.udr.org.br/artigo>. Acesso em: 15/8/2003.

Acreditando ser pertinente para nossas reflexões uma consulta em fontes de um estudioso sobre o assunto, passamos agora a abordar alguns aspectos contemplados por um historiador cuja obra *Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente* (ABREU, 1972) traz informações históricas sobre o Pontal do Paranapanema.

Acompanhamos alguns passos do autor e podemos obter informações para a contextualização por que nos interessamos. Ele inicia seu texto, reclamando da falta de documentação para seu trabalho: "pobreza das fontes locais que só aparecem organizadas depois de 1923, deixando um lapso de tempo na escuridão". (ABREU, 1972, p. 11). Citando 1917 como data oficial da fundação de Presidente Prudente, refere-se à "época conturbada dos coronéis" que levavam ao sumiço dos documentos que não lhes convinham.

A obra do historiador trata também da imprensa local cujo destaque é para o jornal *O Imparcial,* objeto de nossas análises. Diz que o primeiro periódico da região surge em 1926, explicando que, embora não fosse um órgão político, "tinha o bafejo político local" (p. 193). Depois de enumerar diversos jornais da região, faz um resumo de todo o histórico da

imprensa local do início do século passado, afirmando que a sobrevivência dos periódicos dependia das facções políticas "que viam nas despesas com um jornal gastos naturais para combater o adversário":

> *O Imparcial* apareceu em fevereiro de 1939, numa época que não havia liberdade de imprensa e nem política para que se filiasse a uma posição [...] Verifica-se que a qualidade gráfica não era ruim [...] Os jornais (referindo-se a outros) cobriam as festas religiosas e sociais, informavam sobre acontecimentos sociais [...]. Enfim, havia boa vontade no sentido de dotar a cidade e a região de bons veículos de informações para que cada um melhor difundisse sua posição política. (ABREU, 1972, p.194).

Sobre a realidade política daquela sociedade, o historiador comenta que "mesmo no Estado Novo, Presidente Prudente conservava a aparência de um típico povoado de 'boca de sertão'" (p. 296), cuja estrutura coronelesca encarava a administração pública como jogo de forças pessoais. Conta que, representantes do poder político, dois coronéis, apesar de serem de partidos diferentes, apresentavam-se unidos quando se tratava de defender os interesses da região diante do governo estadual; mas, na verdade, "a união dos dois era falsa pois continuavam como rivais a disputar terras na região" (p. 234). As leituras do quadro político traçado por Abreu serviram-nos para entender que, na estrutura social da região, o poder dava as mãos para a defesa de interesses pessoais, numa estrutura partidária com vistas a permitir apenas o domínio de uma oligarquia, que dificultava qualquer renovação.

Em um dos capítulos do livro o autor traz a questão da subserviência do homem do campo: "o homem da roça, freqüentemente iletrado que comprara terra de Marcondes e Goulart [as duas autoridades políticas da região], que recebera deles favores e auxílios para se instalar, assistidos pelos dois coronéis, não deixava de votar com eles" (p. 243).

Saltam aos olhos do leitor as denúncias contra o domínio de poderosos e a impossibilidade de quebrar essa corrente de favores no tempo dos coronéis. Ao se referir ao Estado Novo, é bastante forte a afirmação do historiador no sentido de conduzir nosso olhar para enxergarmos aí uma explicação para essa nebulosa que hoje se constitui como problemas fundiários no Pontal do Paranapanema: "Em Presidente Prudente, a revolução não trouxe alteração na estrutura econômica e social. Continuou a dominar o latifúndio e as relações sociais compadrescas que eram características dele, permitindo que o regime do coronelato continuasse agora sob outra roupagem" (p. 246).

Dando seqüência à explicação para os problemas agrários da região ocorridos depois do Estado Novo, Abreu (1972) afirma:

> Em síntese, depois de 1930, continuaram as formas coronelísticas no relacionamento de povo e governo [...] Assim foi, em parte, porque o movimento revolucionário não foi capaz de modificar as condições econômicas basicamente assentadas na exploração latifundiária que davam expressividade social e política aos grandes proprietários [...] Estando no poder, atuavam com autoritarismo e ambição pessoal (p. 292).

Selecionar sentidos no interior de um campo vasto é a primeira tarefa quando buscamos penetrar no domínio da história. Entre o que se constrói como acontecimento presente e o passado de uma determinada sociedade, somos levados de uma pretensa realidade para a fantasia. Muitas são as abordagens a que podemos recorrer para a caracterização do ponto de vista sócio-histórico, a fim de acrescentar novos dados sobre as questões relacionadas à temática da terra. Diversas crônicas abordavam sobre o assunto. Só mesmo como ilustração, pensamos ser enriquecedora para essa contextualização, a leitura de uma delas. (ANEXO, p. 364).

É preciso, no entanto, estabelecer um limite em meio à riqueza do arquivo textual sobre o assunto. Indiscutivelmente, justifica-se toda abordagem que permita inscrever o discurso na teia das relações sociais, especialmente quando se trata de discursos que estruturam questões tão polêmicas como estas. Foi com esta intenção que concebemos os dois capítulos da Parte II. Reconhecemos a importância de uma base para a explicação dos vínculos que prendem o discurso jornalístico construído no Pontal do Paranapanema sobre as questões agrárias a suas condições sócio-históricas de produção e de recepção.

Estabelecer interações contextuais levou-nos à busca que resultou no universo de textos que compõe a segunda parte de nosso trabalho. E, assim, "pelo recurso aos textos que formam o contexto do discurso em questão" (BARROS, 1988, p. 142), um universo maior, no interior do qual se inserem os textos, possibilita maior visibilidade para a leitura da temática da terra. Considerado o contexto como uma totalidade de significação, no interior da qual cada texto cobra sentido, ainda de acordo com Barros (1998), essa trajetória se justifica, na medida em que acreditamos na "existência pressuposta de um espaço fiduciário subjacente à leitura, que comanda a correta ou possível interpretação dos enunciados". (BERTRAND, 2003, p. 191).

Ratificamos que nos reportamos ao contexto, por se tratar de uma dimensão ideológica na construção do sujeito e, por conseqüência, na construção do movimento interpretativo dos discursos jornalísticos em questão.

Concebido o microuniverso, feitas as relações com as unidades textuais dentre o estoque de temas para a contextualização do discurso da terra no Pontal, passemos, então, à leitura do *corpus*.

PARTE III

A LEITURA DO *CORPUS*

Toda ação principia mesmo é por uma palavra pensada.
Palavra pegante, dada ou guardada, que vai rompendo rumo.

Guimarães Rosa

Pelo rastro, no chão, a gente sabe de muita coisa que com a boiada vai acontecendo.

Guimarães Rosa

Mesmo sabendo da importância da temática da *terra* para o Pontal do Paranapanema, grande foi a nossa surpresa ao constatarmos que (sem querer exagerar!) é ela que sustenta a construção textual de *O Imparcial* e *Oeste Notícias.* A reiteração discursiva dessa temática e a redundância de traços figurativos que a recobrem, possibilitaram-nos organizar "inventários", que fomos agrupando em vários temas, todos relacionados à mesma isotopia de terra. A sobreposição de figuras e temas, que se contradizem ou matizam uns aos outros, irremediavelmente, levaram-nos às seguintes questões: Produção agrícola, atividades rurais e lazer rural, os conflitos fundiários, a política agrária, as eleições e a questão agrária, o MST, o líder José Rainha, a participação da Igreja, etc. Alguns de figuração esparsa, mas a maioria deles de forte iconização, com que a temática da terra vai sendo revestida exaustivamente, visando mesmo a produzir ilusão referencial, ou pondo em jogo o estatuto veridictório dos fatos, quanto a certezas e incertezas, por meio da construção discursiva.

O enunciador de *O Imparcial* e de *Oeste Notícias,* a partir da utilização de figuras que pressupõem um leitor que as reconhece como "imagens do mundo", leva à crença de que constrói-se a suposta "verdade". Em se tratando do reforço das isotopias temáticas, mesmo não tendo o intuito de fazer uma análise quantitativa, conseguimos contar, grosso modo, cem vezes em que o MST ocupa a primeira página dos dois jornais, reunidas as edições do ano de 2002. Criam-se sempre efeitos de sentido que reforçam a relevância do tema do conflito fundiário, destacando-se em relação a quaisquer outros que venham a circular na sociedade. Na figurativização de um mesmo fato, a verdade, construída jornalisticamente, decorre das ilusões enunciativas, revestidas sempre de novas roupagens. É como se o fato surgisse pela primeira vez, reiterado numa nova notícia ou reportagem. Para sustentar esse dizer, podemos nos referir à prisão de José Rainha que comparecia diariamente à primeira página, conforme analisaremos mais adiante, quando tratamos da leitura das primeiras páginas.

Assim sendo, observa-se um destinador que modaliza o leitor a um dever-crer e encontra na reiteração temática o desencadeador do seu discurso persuasivo. Mesmo não se tratando de um acontecimento novo, a mesma notícia é colocada em circulação várias vezes, não levando em conta o que deveria ser pré-requisito para justificar o destaque em primeira página, ou a sua enunciação como "notícia": a novidade.

Desse modo, o jornal, insiste na construção do mesmo fato, que deve "parecer-ser" verdade. Conforme notamos, a insistência da (des)construção da imagem dos sem-terra poderia parecer desmotivante para o leitor, que sempre tem diariamente a mesma questão trazida em dezenas de charges sobre Rainha, não fosse a pressuposição de que a validade é a

do contrato com o pressuposto leitor-fiel. E o que podemos depreender dessa insistência é que se trata de um apelo para uma conjunção com um destinatário, a quem a repetição do tema parece agradar. Curiosamente, esse apelo só pode ser entendido quando percebemos que um medo da possível perda do objeto-valor terra permeia grande parte dos textos, conforme se vê ao longo de nossas leituras.

O enunciador em *Oeste Notícias* e em *O Imparcial* apresenta-se, então, como destinador, não apenas do processo de comunicação do objeto cognitivo – nesse caso, levar a um saber, a reconstrução dos fatos visando a satanizar o MST – mas também, por se tratar de contrato fiduciário da comunicação que aí se verifica, dele depende toda a confiança depositada pelo leitor no *poder* do jornal. Alimenta-se, assim, a crença de que alguém age por ele*,* ou seja, alguém enfrenta as ações do anti-sujeito (o MST).

Em suma, na manifestação de confiança mútua em relação aos valores ideológicos contrários ao Movimento dos Trabalhadores Sem-terra, renovam-se os votos de confiança das afinidades entre enunciador e leitor de *Oeste Notícias* e *O Imparcial,* num quadro de relação actancial típica entre os dois sujeitos envolvidos no processo da comunicação. Assim, um acredita contar com o outro para cumprir seus objetivos: destruir a imagem do MST.

Selecionados os textos da temática da terra, obtivemos um volume de centenas de páginas das edições de 2002 de *Oeste Notícias* e *O Imparcial*. Necessário, então, fazer recortes para tornar possível o alcance de um olhar para examinar o tema. Desde as primeiras leituras, formaram-se conjuntos de textos que, a partir de subtemas, fomos organizando de acordo com as temáticas a serem investigadas. Na variedade das questões agrárias, a inter-relação entre elas, dificultava a tarefa. Desde a primeira página, a temática da "terra" entramava-se por todo o material, espalhando sentidos pelos diversos gêneros: editoriais, charges, artigos de opinião, reportagens, etc. Para ser examinada, decidimos, então, especificá-la em dois temas: o conflito pela terra e as políticas agrárias.

Quanto ao primeiro, é formado por um elenco de textos sobre a disputa pela terra, tendo como destaque dois acontecimentos cujos protagonistas eram dois prefeitos da região do Pontal. O de maior repercussão culminou no confronto entre o prefeito de Presidente Prudente e o MST cujos desmembramentos tiveram como conseqüência a atualização do papel temático do líder do movimento sem-terra, José Rainha, como o anti-Cristo.

A propósito de "políticas agrárias", aí incluímos todos os textos cuja abordagem se diferenciava da perspectiva específica dos conflitos pela terra. A divisão em subtemas possibilitou um certo detalhamento para o exame da dominância da temática do conflito, que

subjaz à grande totalidade dos textos. Convém esclarecer que a divisão entre os temas do "conflito pela terra" não aconteceu entre fronteiras bem delimitadas, podendo se verificar que é o fio condutor de quase todo o *corpus,* inclusive em "políticas agrárias". O que justificou a divisão foi a predominância dos investimentos de sentido em cada gênero textual no espaço do jornal. Independentemente de se tratar de *O Imparcial* ou de *Oeste Notícias,* deixamo-nos conduzir pelos referidos temas para apreender a produção do sentido que emana da superfície de cada texto.

Por essa perspectiva, tendo o conflito com o MST como eixo temático, fomos observando questões ambientais e agrárias, na compreensão de políticas diversas para o uso do solo, desde sua defesa para um uso específico como plantio da soja, criação de gado (Agronegócio), até a defesa do meio ambiente, nas diversas manifestações de gênero da prática midiática dos dois jornais do Pontal do Paranapanema.

Preliminarmente, sem a preocupação de estabelecer diferença entre as duas empresas jornalísticas, procuramos ter uma visão mais ampla sobre o tema, não visando a nenhuma abordagem relativa a diferenças de estilo entre os dois jornais. No entanto, ao lidar com a materialidade discursiva, na observação das recorrências ao tema, a partir de elementos que compunham os textos - no nível de linguagem usado, na figurativização, na construção de atores, nos gêneros escolhidos - fomos notando marcas do *ethos* de cada um deles, ou seja, características dedutíveis de uma maneira de dizer. Isso foi importante pois remetia a um determinado lugar ocupado por seus enunciadores. Apontando para a rede de sentidos observável em cada jornal, era significativo notar diferenças que construíam efeitos de sentido diferentes para a temática em questão.

3.1. Um olhar para o objeto de análise: *O Imparcial* e *Oeste Notícias*

OESTE NOTÍCIAS

EXEMPLAR DE ASSINANTE VENDA PROIBIDA

www.oestenoticias.com.br | ANO VII – Nº 2453 | DOMINGO 8 SETEMBRO – 2002 | R$ 0,70 | Presidente Prudente – SP

Expo de Animais é aberta com o clima de euforia

Entre os maiores eventos da pecuária nacional, a 39ª Expo de Animais de Prudente foi aberta ontem em clima de euforia. Os recordes em animais inscritos e de leilões motivam os organizadores. O presidente da Sociedade Rural do Sudoeste Paulista, Paulo Lima, disse na cerimônia que é a hora da região se transformar num pólo de desenvolvimento e se consolidar no setor da pecuária de corte e de leite.

■ *Caderno Agroeste*

Georgiane Costa



Paulo Lima discursa na abertura da 39ª Expo, ontem

ÚLTIMA HORA

Sem terra voltam a provocar tensão na região do Pontal

Conflito resulta em vítimas, inclusive um prefeito

A ação de invasão à fazenda Santa Fé, iniciada no final da tarde de ontem em Sandovalina, deixa pelo menos três pessoas feridas: o prefeito Divaldo Pereira de Oliveira, o chefe municipal de transportes Antonio Balbino e o policial militar Heitor Luiz Magro. A reportagem do ***Oeste Notícias*** confirmou que Divaldo e Heitor foram atendidos, respectivamente, nas emergências da Santa Casa e do HU em Presidente Prudente.

■ *Página 1-3*

Cresce o índice do ICMS na região

Participação no bolo distributivo do próximo ano será 2,26% maior que no presente exercício

ELEIÇÕES 2002

Pesquisa revela a preferência do eleitor

O ***Oeste Notícias*** traz hoje a última pesquisa do Instituto Realidade sobre a intenção de votos do eleitorado regional para as eleições de 6 de outubro. O levantamento traz a evolução dos candidatos a deputado estadual e federal, além da preferências ao Governo do Estado, Senado e Presidência.

■ *Página 1-5*

Georgiane Costa



Caibros e telhas que 'voaram' de uma casa para outra no bairro Brasil Novo, em Prudente

O índice de participação da região de Presidente Prudente no bolo distributivo do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cresce 2,6%. O que significa que no próximo ano a região vai receber repasse maior. Um dos municípios que ajuda a alavancar o bom desempenho da região é Rosana, com suas duas usinas hidrelétricas: Rosana, no rio Paranapanema, e Sérgio Motta, no rio Paraná. O setor pecuário tem contribuição decisivamente, com o abate bovino e industrialização do couro.

■ *Página 1-8*

Vendaval causa destelhamentos e provoca susto

O Corpo de Bombeiros de Presidente Prudente atendeu vários chamamentos na noite de sexta-feira. O vendaval destelhou parcialmente algumas moradias e quebrou galhos de árvores, sendo que em alguns locais romperam a fiação elétrica e provocaram blecaute. No bairro Brasil Novo, a estrutura do telhado de amianto caiu e acidentou um menino de sete anos.

■ *Página 1-6*

Habiteto abre inscrições de 153 casas em Prudente

A secretaria municipal de Habitação de Prudente anuncia para amanhã a abertura de inscrições de 153 casas que a prefeitura oferece em parceria com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), pelo sistema de mutirão. Os interessados têm que comparecer à Prudenco, no Bosque.

■ *Página 1-3*

Câmara entrega Medalhas de Mérito

A Câmara de Vereadores de Presidente Prudente faz sessão solene às 9h de hoje, na abertura das comemorações da Semana do Município, para homenagear o industrial Renato Severino da Silva (Staner) e o comerciante José Furlan (Padaria São Paulo). Eles recebem as medalhas de Mérito Industrial e Comercial, por terem sido eleitos Industrial e Comerciante Símbolo 2002, pela Associação Comercial, Sindicato do Comércio Varejista e regional do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.

■ *Página 1-3*

Arquivo



Renato Severino

Arquivo



José Furlan

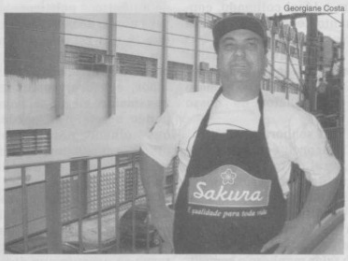
Paulo César & Giordani cantam hoje na 39ª Expo

O show de hoje na Expo de Animais de Presidente Prudente é de Paulo César & Giordani, a partir das 21h. São cantores sertanejos, com especialidade em música de viola. A entrada no recinto é grátis. Além das linhas de ônibus convencionais, uma linha especial vai do centro ao recinto, saindo da prefeitura. O atendimento ocorre até depois do show.

■ *Agroeste*

Classificados do Oeste Notícias a certeza de bons negócios

Georgiane Costa



Depoimento – Só tenho que agradecer ao Jornal ***Oeste Notícias*** pelo retorno que os seus Classificados têm dado ao nosso trabalho. Temos uma equipe especializada em fazer churrasco para casamentos, aniversários e confraternização de empresas, seja na cidade ou na região. Todas as vezes que anunciamos o retorno é garantido, com o agendamento de muitos eventos.

Jaime Nelson Pinheiro – da Big Fest Pinheiro

Divulgação



TONINHO LOTERIAS
Disk-Loterias
223-4209
R:Barão do Rio Branco, 109

UNOESTE 1972 · 2002 30 ANOS EDUCANDO O BRASIL

De acordo com o que afirmamos no capítulo 2 da parte I, consideramos a materialidade dos jornais, a partir de "dispositivo" e "conteúdo". Não se trata de dois planos, conforme explica MOUILLLAUD (1997), um externo (suporte/embalagem: formato, diagramação, etc.) e um interno (idéias/conteúdo). O dispositivo está sendo visto como um modo de estruturação do espaço e do tempo e não como um mero "suporte", mas antes como uma matriz que impõe formas.

A partir dessas considerações, passemos à abordagem de alguns dispositivos em que se inscrevem *Oeste Notícias* e *O Imparcial.*

Fundado em 1930, *O Imparcial* é o jornal mais antigo. Nessa época, "os fatos policiais da comarca eram noticiados com minúcias" (ABREU, 1972, p. 196). No entanto, podemos afirmar que, atualmente, o jornal não mais se pauta por essas características, para as quais se volta seu concorrente, *Oeste Notícias*. Isso pode ser examinado nos textos que constituem este *corpus.*

Dono de um império da comunicação em toda a região do Pontal (empresa de jornalismo impresso, televisivo e uma rede de ensino superior), *Oeste Notícias* tem na exploração de fatos policiais, incluindo aí os conflitos agrários, seu objeto de interesse, pautado geralmente pelo sensacionalismo. Os acontecimentos trágicos saltam aos olhos do leitor como um dos ingredientes mais valorizados. Rara é a primeira página onde não se lê uma manchete ou foto envolvendo tragédias, em que não se assiste à versão do trivial sobre o que tem significado para aquela sociedade. A manifestação textual apela para a versão sensacionalista das notícias. (ANEXO, p. 325 e 326).

Não podendo competir com a tradição de mais de meio século de *O Imparcial, Oeste Notícias*, fundado há menos de uma década (em 1995), chama a atenção por sua modernidade, conforme afirma um de seus leitores:

> "[...] primeiro Jornal diário impresso em cores e com um padrão gráfico absolutamente compacto, extremamente positivo, pela qualidade gráfica e editorial", "paginação, pré-impressão num parque gráfico com equipamentos de última geração", "posição de vanguarda no mercado regional", "referência para o Brasil, alimentando com informações e imagens à chamada grande imprensa a cada acontecimento regional de repercussão nacional, a exemplo dos conflitos fundiários no Pontal do Paranapanema" (*Oeste Notícias*, 02/5/2004*)*.

Comparado ao concorrente - de papel jornal tradicional - *Oeste Notícias* utiliza um papel de melhor qualidade, ou seja, branco sulfite para o primeiro caderno, que funciona

como uma vitrine, seduzindo o leitor pelo apelo cromático em fotos sobre os fatos, especialmente com destaque para os trágicos: acidentes de trânsito, em que se pode seguir a narratividade do acontecimento em seqüência de instantâneos em cores, simulando o momento do ocorrido. Como se disputasse com o concorrente a importância dos fatos, a expor, sem nenhuma sutileza, o sensacionalismo que transborda na primeira página, numa anarquia de títulos, sem eleger um deles para manchete. Homicídios e ações de sem-terra (mesmo quando não se trata de ocupação) aparecem lado a lado, ocupando quase a metade superior de uma alvíssima primeira página. Nas edições do domingo há sempre o destaque para um ensaio fotográfico, cuja personagem – uma linda jovem, em pose erótica - vem como uma suposta notícia: "**A bela Camila Góes.** Ela é prudentina, cursa o primeiro turno de Comunicação Social na Universidade do Oeste Paulista (Unoeste) e, além dos estudos, tem tempo para embelezar as passarelas [...]".

Com o apelo para o sexo, o jornal consegue atrair olhares, estabelecendo associação entre a modelo e a faculdade, observando-se assim a atuação da empresa jornalística para o destaque do ensino superior, de que faz a propaganda, divulgando sua rede de ensino universitária, Unoeste, pertencente ao jornal.

O registro lingüístico utilizado é o popular. Sem maiores cuidados com a norma culta da língua portuguesa, muitos são os textos que infringem essa norma. Precisemos, então, algumas ocorrências. Quanto à **concordância:** "Preço dos veículos podem aumentar", "quando acontece as invasões" (*Oeste Notícias,* 26/3/02); **ortografia**, seguidos de **expressões sem sentido** ou **de um linguajar da oralidade**: "talves", "uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa", "as multinacionais estão se lixando para o carro a álcool que dá para perceber que é uma pedra no sapato dos grandes". (Editorial de *Oeste Notícias,* 30/3/02). Poderíamos enumerar, ainda, a falta de **paralelismo sintático**, casos de **ambigüidade**, todos casos de transgressão às normas do padrão culto a que normalmente os veículos da mídia impressa obedecem. Na verdade, pode-se dizer que esses registros parecem contribuir para a desqualificação do assunto abordado. Isso nos leva a acreditar que a linguagem, tantas vezes beirando o chulo, funciona como um entorno de sentido, criando uma percepção para desqualificar uma determinada classe de sujeitos (sempre os sem-terra). Desse modo, sem meios-termos, essas infrações ou dificultam a construção dos sentidos ou os levam a um transbordamento, de maneira a renegar o que está sendo construído. São muitos os exemplos de uso da linguagem informal para expandir o efeito da desqualificação do MST. Não sendo, no momento, nosso intuito apontar essas infrações, referimo-nos a elas somente enquanto

marcas que caracterizam o jornal. À medida que analisarmos os textos, vamos nos ater a essas marcas.

Eixo gerador de grande volume dos discursos, a temática da terra não se restringe aos conflitos agrários, de textos. Nela busca ancoragem, por exemplo, a propaganda política: "***Xico conheçe os Problemas da Terra.*** Vote para Deputado Federal [...] Ele conhece muito bem a questão agrária e a política agrícola nacional. [...] nome certo para a solução dos problemas da posse de terras em nossa região." (Anexo p. 327).

Embora tenhamos dito que não nos ateríamos aos aspectos do registro lingüístico utilizado pelo jornal, consideramos, contudo, pertinente chamar a atenção para o fato de a palavra "conhece" estar grafada com "ç", conforme se constata no anexo. É significativo o efeito de sentido que advém daí. Se recursos lingüísticos são usados visando ao convencimento do leitor, transmitindo confiabilidade em relação ao que se diz, em contraposição, quando há falha no uso desses recursos, pode-se levar a efeito contrário. Um argumento de competência lingüística, que consiste no uso de normas gramaticais, quando infringido, pode levar à ruptura da crença na capacidade da perfórmance pragmática do jornal de construir o texto gramaticalmente correto.

Esse destaque é só mesmo para reforçar o que dissemos sobre a imagem da empresa jornalística. É mais um exemplo que conduz ao *ethos* do jornal que não parece julgar relevantes questões que dizem respeito ao universo lingüístico da gramática, quando a preocupação é com o registro popular.

A área de abrangência dos dois jornais compreende 63 municípios que, juntos possuem mais de 1 milhão de habitantes. Além de Presidente Prudente - a cidade sede - estão nesta área municípios importantes como Assis, Adamantina, Dracena, Osvaldo Cruz, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Rancharia, Teodoro Sampaio e Tupã. A tiragem média de cada um dos jornais atualmente é de 10 000 exemplares.

Se é sempre proclamada a modernidade de *Oeste Notícias,* não se pode dizer que *O Imparcial* fique para trás nesse aspecto. Este último segue a mesma linha de qualidade gráfica e editorial com diagramação moderna, de acordo com os padrões adotados pelos jornais diários, tais como *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo.* Para as notícias nacionais e internacionais conta com um quadro de colaboradores conhecidos na mídia impressa e televisiva: Delfim Neto, Joelmir Betting, Alexandre Garcia, Carlos Monforte, Mônica Waldvogel, Cláudio Humberto, Armando Nogueira e outros. Vale ressaltar que há

sempre um artigo sobre questões agrárias, as quais são tratadas pelos articulistas. Aliás, raras são as edições que não dão destaque a questões fundiárias.

No pacto de muitas vozes, de uma maneira geral, os dois jornais regionais sustentam a temática da terra, levando à circulação imediata de outros temas relativos a ela, que parecem entusiasmar o público leitor.

Pontilhados de textos de autores de renome nacional do mundo jornalístico, acima apontados, tornam-se fiadores de dizeres que o jornal sustenta para consolidar poderes e deveres do universo de leitores que atingem, reproduzindo crenças partilhadas na sociedade. Assim, transformam-se em interlocutores do que há de mais canônico na tradição jornalística brasileira, utilizando procedimentos que sugerem o interesse dos jornais do Pontal em reforçar os discursos que lhes interessa pôr em circulação na região.

Pode-se perceber que, no pacto de muitas vozes, os dois jornais mostram-se constantemente voltados para um mesmo tipo de público, engajado na política agrárias ou na administração regional. Dada a enorme quantidade de textos sobre questões agrárias brasileiras (analisaremos alguns artigos, mas não há espaço para contemplar tudo aquilo de que gostaríamos de tratar) o que se pode supor é que os interesses dos leitores é sempre pelas questões fundiárias. Sendo a terra o grande alvo, os textos abrem espaço para as mais diversas vozes narrativas. É o que faz *Oeste Notícias* e *O Imparcial* que incorporam várias versões para um mesmo assunto, de forma que a temática do conflito, por exemplo, atinja uma dimensão nacional, transcendendo o âmbito regional. Tudo visando a persuadir o leitor para os efeitos de sentido de verdades enunciadas.

O tema da terra responde a injunções sociais pertencentes a uma ordem que muitas vezes transcende a esfera de ação e o campo de expectativa do próprio sujeito. Nesse sentido é preciso buscar a ordem do histórico, inscrita nos discursos sobre o tema. Estamos aí diante de um sistema de valores sociais, de onde emanam forças e influências pré-estabelecidas, hierarquicamente superiores. Temos que lidar aí com o "poder" como um *ethos* (MAINGUENEAU, 1995), um espaço social construído pela empresa jornalística. Em se tratando do jornal como a voz do poder, vamos a Discini (2003). Ela explica que "o *ethos* é dedutível de uma maneira de dizer e que emerge do dito" (p. 117). No caso de *Oeste Notícias,* em especial, emerge um *poder* que não pode ser caracterizado como instância de um mero "destinador". As falas construídas pelo jornal não se restringem ao âmbito da voz da empresa de notícias impressas. Elas trazem a voz de outros poderes municipais, já que o dono do jornal é o prefeito da cidade, diretor da maior universidade da região e de canais de televisão.

Oeste Notícias assume o discurso da *terra* não apenas da perspectiva do proprietário rural. O jornal cria espaço para os que utilizam esse discurso com a finalidade de proclamá-lo e poder aí defender os interesses da propriedade rural. Trata-se de fazer ecoar o ponto de vista do destinador da elite agrária diante das polêmicas sobre a "terra", obviamente, coincidente com a do próprio jornal.

Fazendo nossas as palavras de Discini (2003, p. 154) se "a imprensa 'séria' faz-crer no corpo sóbrio e faz-ser tal ideal de 'justa medida'", conforme atestamos a partir da leitura da F*olha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*, o mesmo não se pode dizer quanto a *Oeste Notícias*. Se comparado a *O Imparcial,* podemos afirmar que informa menos, sem levar ao debate. Ao fazê-lo, monta a coerência do próprio simulacro, vinculado a uma imagem-fim, que é a de um sujeito que divide os mesmos valores com o jornal, que não perde tempo nem aceita algo diferente de seu ponto de vista em relação às questões agrárias. Ainda comparando-o a *O Imparcial,* que explorou em inúmeros editoriais a temática da terra, muito poucos foram eles em *Oeste Notícias.*

Grosso modo, não podemos ver diferenças entre os dois jornais. Observemos dois excertos de editoriais:

> A região mais duramente atingida pela reforma agrária desenvolvida pelo Incra, muitas vezes a reboque do MST e de outras entidades montadas pelos partidos de esquerda, foi a do Pontal do Paranapanema [...] Não se trata agora de questionar a forma como o Estado realizou as discriminatórias para dar lugar aos assentamentos de agricultores que os movimentos trataram de trazer para a região, montando acampamentos à margem das estradas, invadindo as propriedades, incendiando-as, matando um sem número de reses e levando esses agricultores (nem sempre verdadeiramente agricultores) de um lado para outro [...] O que foi feito está feito, com prejuízos elevados para a imagem de nossa região, onde as terras chegaram aos preços mais baixos em todo o país. Tão baixos que muitos proprietários, embora ocupando legitimamente suas áreas, não vacilaram em negociá-las com o Incra, para instalar-se em outras regiões do país (*O Imparcial,16/01/02).*
>
> Há anos o MST manda no Pontal, onde se instalou com a ajuda de alguém que os defendia e ainda os defende com unhas e dentes, que não se importa com rumo dado às ações depreciativas de uma região cada vez mais com suas terras desvalorizadas. (*Oeste Notícias,* 28/3/02).

O Imparcial e *Oeste Notícias* assentam-se sobre os valores do grupo dos proprietários rurais, na obediência à ideologia capitalista, em que se apóia, para explicar "prejuízos elevados para a imagem de nossa região, onde as terras chegaram aos preços mais

baixos em todo o país". As declarações são as de que a "região cada vez mais com suas terras desvalorizadas" (*O Imparcial,*16/01/02).

Eles levam em conta um leitor que esteja manipulado ou se deixe manipular, tendo em vista o nível contratual, pela defesa dos interesses dos donos de terra. Parece evidente tratar-se de um mesmo discurso, monofônico, de acordo com Bakhtin, sem que haja divergência entre os dois veículos. Parece também que pouca informação se extrai de cada um dos jornais. Ou pelo menos o que se mostra, é ser bem restrito o número de reflexões relevantes, necessárias para interpretar a temática da terra. Desse modo, o leitor chega ao texto numa atitude passiva de apreensão da carga de sentidos. Sobre o universo agrário, posto em circulação pelo jornal, é que se dá a interpretação de valores já naturalizados.

Na pressuposição de conhecimento partilhado, que se sustenta com base nas atitudes e ideologias sempre favoráveis aos proprietários de terra, o discurso das questões fundiárias vai-se construindo, então, a partir de atitudes discriminatórias contra quem não se põe na defesa dos donos de terras.

Permitimo-nos agrupar *Oeste Notícias* e *O Imparcial* numa mesma enunciação, por apresentarem afinidades de olhar e de escuta sobre as questões fundiárias, visando sempre a projetar, numa recorrência discursiva, o discurso dos proprietários rurais. Estão na defesa dos interesses de um poder dominante, participando também eles desse poder na região para reivindicar seus interesses. A voz dos ruralistas, representada pela União Democrática Ruralista (UDR), é sempre amplificada em incontáveis textos dos mais variados gêneros. Editoriais, espaço do leitor, artigos, reportagens, coluna social, etc. constituem o espaço do proprietário rural. O lugar desse sujeito é garantido pela orquestração de vozes vindas de diferentes espaços sociais, que dão sustentação para sua voz, na defesa de seus interesses.

Embora haja uma ordem nesse núcleo temático, que se constitui como a busca pela manutenção da propriedade e por sua defesa, esse protagonismo demanda um núcleo figurativo, em torno do qual gravitam não apenas similaridades, mas também variações.

Sugerindo que o figurativo seja visto não a partir dos componentes semânticos já dados no texto, mas como construção discursiva, capaz de provocar a adesão ou não ao visível, Bertrand (1996) propõe a noção de "valência figurativa" para esclarecer as condições de estabelecimento dos valores convocados em discurso. Importa-nos fazer a leitura das condições de estabelecimento dos valores que fundam a adesão a um contrato estabelecido entre sujeitos da enunciação nos dois jornais em questão (contrato fiduciário), para observarmos valências. Desse modo, examinaremos a figuratividade para a questão da

habilitação dos valores. Reconhecemos, então, que a habilitação dos valores figurativos nos textos jornalísticos, objeto de nossas análises, não pode ser vista em uma única direção porque a relação entre o sujeito que percebe e o objeto percebido é instável e reversível.

Na apreensão e interpretação do que as isotopias figurativas sugerem, importa não apenas o significado apresentado pelas figuras, mas como ele se constrói.

Essa orquestração da defesa dos donos de terra no Pontal, leva, obviamente, à construção de liberdades e direitos. No entanto, ao se construírem, na materialidade jornalística, remetem também ao arbítrio dos beneficiados. Da polarização de idéias emergem efeitos de sentido que nos colocam diante de reflexões sobre a temática da *terra*, mesmo quando muitas questões são silenciadas.

Com base no que acabamos de dizer, exemplifiquemos com a leitura das edições de *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. Examinados os dois jornais para obtenção de saberes heterodiscursivos sobre as questões agrárias, visando ao embasamento para a leitura do *corpus,* afloraram muitos dizeres sobre acontecimentos relevantes no cenário nacional e internacional. A ausência de alguns desses dizeres foi notada nos jornais de Presidente Prudente. Citando apenas um exemplo, o *Fórum Social,* que aconteceu em janeiro de 2002, foi destaque na mídia nacional, homologado em diversos gêneros textuais dos dois grandes jornais de São Paulo. Entretanto não se viu um único texto sobre esse assunto nas páginas de *O Imparcial* nem de *Oeste Notícias.*

Reconhecemos que ao jornal é dada a liberdade de fazer-saber o que lhe convém, podendo sonegar as informações que não suponha convenientes. O que não é do seu alcance, no entanto, é estabelecer qualquer norma para impedir a realização das ações dos sujeitos na sociedade (as reivindicações dos movimentos que lutam pela terra*,* por exemplo). Na realidade discursiva de *Oeste Notícias* e *O* Imparcial fica bastante visível o desejo de controlar essas ações, de forma a vetar a atuação do MST ou de qualquer manifestação em prol do acesso à terra.

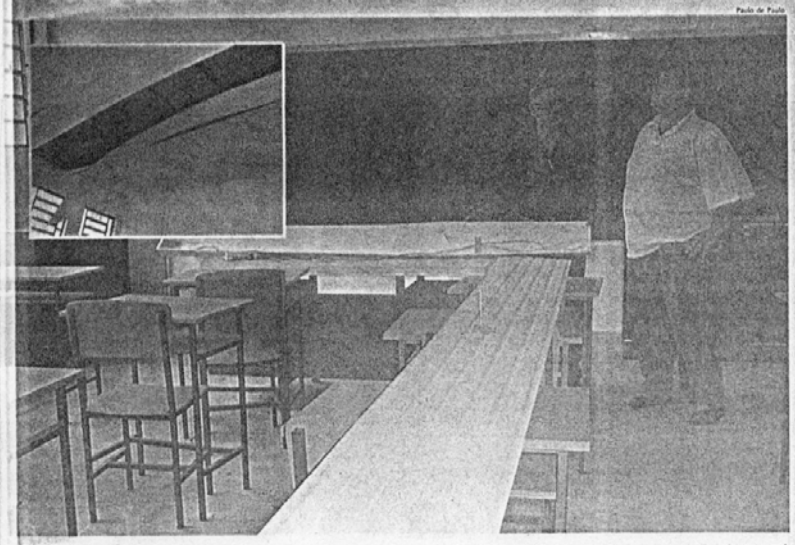
Na primeira página de *Oeste Notícias* um título destaca a oposição do bispo da Igreja Católica ao MST: **"Dom José Maria discorda de ações do MST"** (*Oeste Notícias, 25/4/02*)**.** Entretanto, ao tomar conhecimento da reportagem, constatamos que os dizeres da autoridade religiosa não constroem um ponto de vista de oposição às reivindicações dos sem-terra. Nenhuma imagem desfavorável podia ser observada em relação aos efeitos de sentido de discordância que emergem de "discordar". A conclusão que se tira de seus dizeres é a de que não há polêmica sobre o assunto, na tentativa de manter uma posição de neutralidade

diante das questões fundiárias, sem nenhuma condenação explícita ao movimento dos sem-terra.

Ao construir a imagem de uma autoridade religiosa que condena ao ações do MST, o enunciador assume o discurso do bispo, inscrevendo-o ideologicamente. De acordo com o contrato pressuposto entre os interlocutores da comunicação do jornal, qualquer conduta do bispo, diferente dessa (discordar do MST) infringiria esse contrato de fé que rege o fazer jornalístico. A interpretação vem das marcas de veridicção deixadas no discurso. Ao compará-las, deve haver a identificação entre os conhecimentos e convicções (BARROS, 1988, p. 94). Isso posto, o que se tem na manchete é um mecanismo da instância enunciativa para manipulação da opinião do leitor.

O IMPARCIAL +

www.imparcial.com.br FUNDAÇÃO: 02/02/1939 Presidente Prudente, sábado, 23 de fevereiro de 2002 Nº 15.553 R$ 0,70 63 Anos



ABANDONO Construída há mais de um ano, a Escola de Artefatos, Curtimento de Couros e Alimentos de Prudente está abandonada. A falta de manutenção das instalações e a aparente fragilidade das estruturas do prédio, nunca utilizado, deterioram o local a cada dia. Os vereadores José Rocha Sobrinho e Marcos Vinha estiveram no prédio ontem. Pág. 3-B

MST merece respeito, diz novo bispo

Dom José Maria pede melhor política agrária para resolver conflito no campo

O novo bispo da Igreja Católica em Prudente, dom José Maria Libório Camino Sarachio, afirmou ontem que os movimentos que lutam pela reforma agrária - entre eles, o MST - merecem respeito. Segundo o líder religioso, os movimentos devem ser ouvidos, para que os problemas de conflito no campo sejam sanados. "O governo tem de resolver e nós temos de lutar junto com eles para que isso aconteça. Olhar para eles com carinho. Mas sem violência, que é repudiada por nós". A violência, na opinião do bispo, é uma estrada sem saída. "A Igreja está totalmente com eles e vamos lutar para que o governo tome uma providência e dê terra para quem quer trabalhar. Também vamos lutar por uma reforma agrária justa e que dê condições para o povo viver", destacou.

Pág. 1-B

Industriais cobram maior segurança para distrito de PP

Empresários estabelecidos no distrito industrial instalado às margens da rodovia Raposo Tavares, em Prudente, se reuniram para reivindicar a intensificação do policiamento no local e a transferência do lixão que existe nas proximidades. O encontro foi coordenado por Fernando Rodrigues Carballal, diretor do Desp. Aproximadamente 30 empresários participaram do encontro - muitos de outros distritos industriais, como do Dário Amato e do Brasil Novo. Além da questão da segurança e da retirada do lixão, eles reivindicam iluminação, melhoria no serviço de limpeza feito pela Prefeitura, definição sobre a situação dos terrenos irregulares e um plano para divulgação dos produtos fabricados no núcleo industrial. O empresário Antônio Rosa disse que foi vítima de vários roubos e, inclusive, de assalto a mão armada. "Numa das vezes roubaram computadores e equipamentos; na mais recente ação dos bandidos, foram levados cinco tacógrafos". Pág. 5-B



SEGURANÇA Inaugurado ontem, em Prudente, o Centro de Ressocialização de presos, obra que custou R$ 3,1 milhões. O CR fica ao lado do presídio de Montalvão. A inauguração contou com a presença do secretário estadual de Administração Penitenciária, Nagashi Furukawa. Ele garantiu que não será construído novo presídio na cidade. Pág. 4-B



COMEMORAÇÃO Ambientalistas, comerciantes, empresários, pescadores esportivos, vereadores e prefeitos se reuniram ontem, na Praça da Criança, em Presidente Epitácio, para comemorar a portaria do Ibama que proíbe a pesca com rede no lago da usina hidrelétrica de Porto Primavera. A comemoração foi montada às pressas. Pág. 2-A

Polícia prende acusados de tentativa de homicídio

Policiais militares prenderam dois homens acusados de tentativa de homicídio. A polícia encontrou na manhã de ontem, na rua João Francisco Pito, 215, no Jardim Santa Mônica, zona leste de Presidente Prudente, o veículo Fiat Tipo que teria sido usado em assalto ocorrido na madrugada. Dois homens roubaram uma camioneta F-1000 carregada de remédios. Os ladrões dispararam um tiro que acertou o braço de Ednaldo Marques dos Santos, de 19 anos. O assalto começou na Vila Marcondes. Pág. 4-B

Começa em PP o cadastro de celulares pré-pagos

Os usuários de telefones celulares pré-pagos têm prazo de 90 dias para providenciar o credenciamento dos aparelhos, conforme determina a lei 11.058. O cadastramento é totalmente gratuito e o procedimento, bastante simples. O usuário fornecerá nome, endereço, número do documento de identidade e número do CPF. No caso de pessoa jurídica, deverá ser informado o número de registro no respectivo cadastro do Ministério da Fazenda. Pág. 2-B

OPINIÃO

Candencio Torquato

A campanha presidencial está, fatalmente, atrelada aos palanques estaduais. Quem tiver maior número de palanques e, mais que isso, quem tiver palanques nos maiores colégios eleitorais, contará com boas possibilidades de crescimento. Pág. 3-A

CLASSIFICADOS

Milhares de ofertas diárias, com preço, papo e muita eficiência, você só encontra aqui.

TEMPO

Parcialmente nublado, com possibilidade de chuva e temperatura máx.

PLACAR

HOJE

RIO-SÃO PAULO

Fluminense x Portuguesa

Corinthians x Bangu

LOTERIA

Dupla Sena Concurso 218

1º sorteio: 01 - 12 - 19 - 23 - 39 - 50

2º sorteio: 16 - 25 - 35 - 41 - 45 - 47

LOTÉRICA CAMPEÃO DA AVENIDA

Av. Manoel Goulart, 1054 Centro - F: 223-2245

RECEBEMOS CONTAS DE ÁGUA, LUZ E TELEFONE

OESTE NOTÍCIAS

www.oestenoticias.com.br | ANO VII – Nº 2339 | QUINTA-FEIRA 25 ABRIL – 2002 | R$ 0,70 | Presidente Prudente – SP

Comerciantes decidem pelo novo calçadão na Barão

Por 50 a 41 votos os comerciantes filiados ao Sincopp optaram pela construção do novo calçadão na rua Barão do Rio Branco. Eles estiveram reunidos na manhã de ontem para decidir o posicionamento do Sindicato no projeto polêmico.

■ *Página 1-10*

Seguro sobre apagão é suspenso

Com a concessão de uma liminar à uma ação civil pública impetrada pelos procuradores da república de Prudente, os consumidores da região estão livres do pagamento do seguro-apagão e do aumento na conta de luz. A concessionário que cobrar a mais, terá de pagar uma multa diária de R$ 50 mil.

■ *Página 1-3*

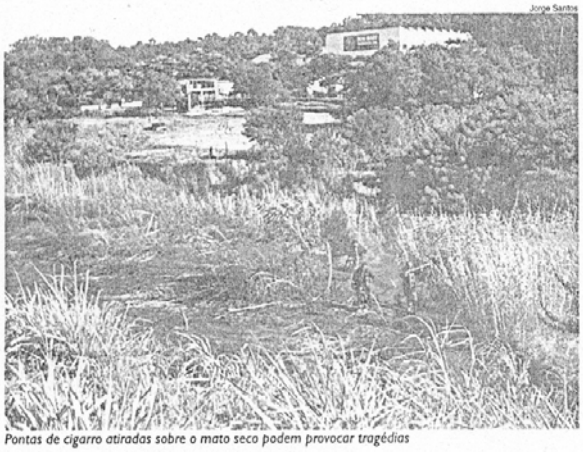
Norueguês é operado dos olhos em Prudente

■ *Página 1-4*

Focos de incêndio em mato aciona bombeiros 50 vezes

Este abril está sendo o mais seco dos últimos dez anos, conforme a meteorologia

Jorge Santos



Pontas de cigarro atiradas sobre o mato seco podem provocar tragédias

O Corpo de Bombeiros de Prudente tem recebido mais de 50 chamadas por dia para apagar focos de incêndio em mato, em terrenos baldios e margens de estradas. Este mês está sendo o abril mais seco dos últimos dez anos. Não chove desde março, quando o registro foi de 33 milímetros de precipitação pluviométrica, sendo que a média histórica é de 130 milímetros. Com o tempo seco, uma pequena fagulha, inclusive de bituca de cigarro, é o suficiente para o fogo se alastrar rapidamente.

■ *Página 1-6*

Dom José Maria discorda de ações do MST

O bispo Dom José Maria Aquino, em visita ontem ao Jornal *Oeste Notícias*, disse que é a favor da Reforma Agrária, mas condena ações violentas do MST para chamar a atenção. Admite que algumas lideranças utilizam da causa para fins políticos, inclusive se aproveitando de pessoas mais simples.

■ *Página 1-9*

Georgiane Costa



Dom José Maria e o padre José Antonio, ontem na sede do jornal

Polícia descarta fraude no concurso em Prudente

Uma denúncia foi apresentada à Polícia Civil sobre possível fraude em concurso público para Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, realizado por empresa especializada. O prefeito Agripino Lima pediu rigor na apuração. Foi constatada que a denúncia era improcedente, porque o denunciado de ter o gabarito no momento da prova ficou acima dos 60 primeiros colocados para quatro vagas do cargo que estava concorrendo.

■ *Página 1-6*

Jorge Santos



Reunião ontem na sede do Sinduscon

Procuradores debatem problemas na construção

As irregularidades encontradas nas construções foi debatida na manhã de ontem na sede do Sinduscon. A reunião teve a presença dos procuradores da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ªregião, José Fernando Ruiz Maturana e Luiz Henrique Rafael.

■ *Página 1-3*

Georgiane Costa



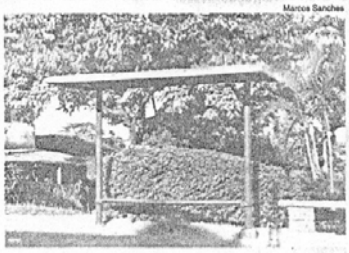
Vista geral da Feira das Vocações no salão do Limoeiro

Feira das Vocações vai até amanhã no Campus II

A Feira das Vocações, uma iniciativa para facilitar a escolha de uma profissão aos alunos do ensino médio, se encerra amanhã no Campus II da Unoeste. Durante o evento os bibliotecários Fábio Sampaio Rosas, Mara Lúcia Magalhães e Janaina Filetti aproveitaram para fazer o pré-lançamento do livro "Normas e Padrões para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos e Científicos da Unoeste".

■ *Página 1-10*

Marcos Sanches



Novos abrigos

A Secretaria Municipal de Assuntos Viários de Presidente Prudente está instalando vários abrigos de ponto de ônibus no município. Recentemente, foi instalado um ponto de ônibus na praça José Roberto Bini, localizada no cruzamento da rua Bahia com a Rio Grande do Sul, na vila Marcondes. De acordo com o secretário da pasta, Aureliano Pires Vasques, a melhoria atende a solicitação de moradores daquela vila.

Partindo do pressuposto de que as informações relativas às questões agrárias têm relevância na medida em que obedeçam critérios mais pragmáticos, mais interativos, eles devem ser, então, definidos em termos da utilidade da informação, levando em conta a imagem do enunciador e leitor construída pelo texto, ou seja, observando-se o *ethos* (MAINGUENEAU, 1995).

Contrapondo os dizeres da reportagem, que dão destaque a um "suposto" dizer verdadeiro (as afirmações do bispo), não é caso de interpretarmos como incoerente o discurso da autoridade religiosa em cuja fala se pode ler a preocupação em passar uma mensagem sobre sua função, que não era a de incentivar as ocupações. Mas, o que faz aí o jornal? Amplifica um dos dizeres do bispo ("condena ações violentas do MST"). Descontextualizados, os dizeres passam a revestir a notícia com o valor desejável segundo as crenças compartilhadas pelo enunciador. A partir do momento em que o título faz ecoar, não a voz do bispo, mas a própria voz do jornal, implicita-se a preocupação em manipular a opinião do leitor. Quando se trata de uma informação como essa que tem implicações sociais para os donos de terra, o mais importante é selecionar dizeres que possam conduzir à formação da opinião. Assim, publicado logo abaixo da manchete, o título coloca em evidência uma informação relativamente dispensável no contexto do dizer do bispo. Obviamente trata-se de uma informação de caráter ideológico, com o objetivo de reforçar os laços existentes entre o jornal e seu público leitor, que pode passar a assumir os valores implícitos no discurso do enunciador. Assim, o sujeito da enunciação jornalística, propaga valores de defesa da propriedade da terra, como se fosse esse o dizer relevante em toda a fala do bispo. Interessante notar que, um pouco antes dessa reportagem, o jornal concorrente publicava a manchete: "**MST merece respeito, diz novo bispo"** (*O Imparcial*, 23/02/02)**.**

Para ilustrar o papel que a relevância de simples dizeres podem desempenhar no discurso sobre o tema da terra nos textos do *corpus,* especialmente quando nos referimos a primeiras páginas, poderíamos examinar muitos deles. Em se tratando de *Oeste Notícias,* é bastante visível a maneira como se lança na caça a tudo e a todos que se ponham ao lado do MST. Assim sendo, criam-se os recursos para se colocar como destinador-julgador desse Movimento. Não se pode negar que a preocupação do jornal parece ser sempre a de instalar uma verdadeira linha de desqualificação para desmoralizar os antagonistas da defesa da propriedade rural. Sem nenhuma preocupação em ser sutil, os ataques aos sem-terra voltam-

se, na maioria deles, para o líder José Rainha, que aparece como a figura do anti-Cristo, a ser execrado a qualquer custo.

O percurso temático da *terra* pode ser visualizado a partir de investimentos figurativos, que se sustentam pela linguagem verbal mas também por imagens, obtidas a partir da riqueza de recursos cromáticos, em instantâneos fotográficos em cores ou preto e branco. Os efeitos de sentido de "realidade factual" recobrem o enunciado como se tratassem do "real" ao vivo e em cores, especialmente quando ganham o espaço na brancura do papel sulfite de *Oeste Notícias,* recurso sempre elogiado pelos leitores:

> "Eu devoro 'Oeste Notícias' pois sou um leitor assíduo deste conceituado e admirado jornal [...] E como é grande este jornal, tanto no número de páginas como também no seu amplo e moderno recurso de mostrar a notícia que colorida fica mais atraente! [...] Como é surpreendente! Um jornal tão novo (7 anos) e já conquistou tanta gente!" (*Oeste Notícias, 18/7/2002).*

Fazendo um mapeamento das figuras do fragmento acima, observamos a concretização de uma imagem do leitor, manipulado pela imagem do jornal. As figuras qualificadoras da expressão ("assíduo", "conceituado e admirado", "amplo e moderno", "atraente", "surpreendente", "novo") recobrem apenas valores de positividade, ligados à satisfação. Emerge do enunciado acima um ator que se revela seduzido pelo jornal e, desse modo, simula a adesão fiduciária ao veículo. A seqüência das figuras realça a imagem positiva do veículo. Firma-se nessa enunciação um contrato estabelecido entre sujeitos, correspondendo a um pacto entre a empresa jornalística e o leitor fiel, indicando a inscrição ideológica em que se conectam as identidades culturais e sociais. O leitor consolida um modo de ser, pela figura do "assíduo", que coincide com a mira enunciativa do jornal. Ele busca estereótipos já gastos, mas que figurativizam uma enunciação presa ao que o jornal quer e, portanto, esse estoque de figuras, que deixam também entrever a consolidação de sua imagem. Temos, assim, a construção de um "eu" que partilha os valores que o jornal lhe apresenta, confirmando-se o contrato fiduciário entre os sujeitos da enunciação jornalística de *Oeste Notícias* e seu "assíduo" leitor.

No que diz respeito à seleção dos textos em gêneros, retomamos uma das discussões abordadas no capítulo 2 da primeira parte desta tese. O discurso da objetividade criou o discurso secular, assumido como "verdadeiro", de que o jornalismo se divide em opinião e informação. Embora cada vez mais questionado, é um discurso que persiste, vigoroso.

A partir dos conceitos de opinião e informação, os gêneros jornalísticos ocupam o espaço das páginas, compreendendo essas duas categorias. Têm-se assim páginas de opinião e páginas de informação. Com essa categorização não estamos aqui considerando nenhuma crença na suposta "pureza" informativa como se opinião e informação não se misturassem, significando, por exemplo, que se possa confiar nas notícias, porque elas não estão contaminadas pela opinião.

Não há como negar a subjetividade e a intervenção opinativa na informação. Ora, ao relatar o que se passa, não se pode negar a capacidade própria de uma instância enunciativa, de um sujeito que organiza o discurso. Não há também como construir comentários, em artigos, em editoriais, colunas, sem o suporte dos fatos e da informação.

Convém ressaltar que estaremos longe de qualquer enfoque que conduza nossas leituras a partir dessa separação entre opinião e informação.

Para observar a movimentação dos sujeitos no processo da enunciação em *O Imparcial* e em *Oeste Notícias,* passamos à temática do conflito entre os proprietários da terra e os sem-terra em gêneros diversos (editoriais, charges, reportagens, colunas, etc.). Dedicaremos uma atenção especial às primeiras páginas dos dois jornais em exame. Considerando-as como um todo de sentido, mesmo que analisadas em partes (manchete, subtítulos, sobretítulos, imagens, etc) elas estão articuladas para a constituição das temáticas em questão e estão sendo aqui vistas em seu papel fundamental na organização do olhar do leitor. Na cena enunciativa, produzem efeitos de sentido suficientemente decisivos para desestabilizar a função meramente informativa, ilustrativa do que se pressupõe acerca das primeiras páginas, normalmente consideradas mero chamamento para adentrar o mundo das informações contidas no jornal.

Sob essa perspectiva, consideramos a relevância desse primeiro espaço jornalístico, lugar para examinar a manipulação do leitor, conduzido à percepção de imagens acercadas questões agrárias do ponto de vista político, econômico e social da instância enunciativa.

3.2. Os conflitos pela terra

3.2.1. Primeira Página

Passemos, então, a leitura de algumas primeiras páginas, um bom começo para a visualização do tempo, do cenário e da presença de atores envolvidos em percursos narrativos, figurativos e temáticos por meio da análise dos textos que têm a terra no Pontal do Paranapanema como tema.

O IMPARCIAL

www.imparcial.com.br FUNDAÇÃO: 02/02/1939 **Presidente Prudente, quinta-feira, 24 de janeiro de 2002** ANO 62 Nº 15.527 R$ 0,70 Ano 62

Polícia aponta suspeito de ter atropelado motorista

Policiais de Prudente apontaram ontem um funileiro de 25 anos como suspeito de ter atropelado o motorista Anderson de Almeida, de 27 anos. O suspeito está desaparecido, mas o veículo foi encontrado e periciado. Trata-se de um Gol cinza. Segundo a polícia, o carro foi deixado pelo proprietário em uma oficina, onde o funileiro trabalha, para consertos. Na noite do dia 12, ele teria saído com o automóvel (sem a permissão do dono) e atropelado Anderson, que morreu anteontem. **Pág. 2-B**

Saúde faz mutirão em PP para combater Aedes aegypti

A Secretaria Municipal de Saúde, sob coordenação da Vigilância Epidemiológica, realizará no próximo dia 2 de fevereiro mais uma etapa do mutirão de combate ao mosquito Aedes aegypti, transmissor da dengue e da febre amarela. Os bairros visitados ainda estão sendo definidos. O objetivo é o recolhimento dos materiais que podem funcionar como criadouros do mosquito, como, por exemplo, pneus velhos, garrafas e sacolinhas plásticas. **Pág. 1-B**



PROTESTO Cerca de 400 pessoas fizeram manifestação ontem pela manhã na estrada Salim Farah Maluf - que liga Caiabu à rodovia Assis Chateaubriand (SP-425) -, em Caiabu. Elas querem que os 15 quilômetros da estrada sejam recapeados. Verdadeiras crateras destruíram totalmente a via. Foram queimados pneus. O tráfego ficou interrompido por mais de cinco horas. O DER diz ter enviado a São Paulo projeto para licitação da obra. **Pág. 3-B**

Um total de 2.785 alunos de dez municípios da região de Presidente Prudente, matriculados na rede estadual de ensino, será submetido hoje a uma nova avaliação, após ter participado do período de recuperação escolar no mês de janeiro. São alunos da 4ª e da 8ª séries que, na condição de concluintes dos ciclos 1 e 2 do ensino fundamental, não obtiveram mais de 50% de acertos na prova do Saresp (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar no Estado de São Paulo), realizada em 29 de novembro. Eles pertencem aos municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado, Alfredo Marcondes, Taciba, Anhumas, Martinópolis, Caiabu, Indiana, Regente Feijó e Santo Expedito, atendidos pela Diretoria de Ensino. A supervisora de ensino Maria Inês Balarim explica que o período de recuperação começou no dia 2 de janeiro e vai até o próximo dia 30. "Mesmo após a prova, esses alunos continuam em recuperação", afirmou. Ela disse que a recuperação não atinge apenas alunos da 4ª e da 8ª séries. **Pág. 1-B**



NOVO RUMO A escolha da empresa que efetuará a troca do piso da pista de atletismo da Unesp (Universidade Estadual Paulista) foi realizada ontem, pela manhã, no campus da instituição em Presidente Prudente. O serviço será feito pela Recoma, que tem sede em São Paulo. Ela tocará a obra por R$ 618 mil. **Pág. 6-A**





TRAGÉDIA Colisão entre um Gol e um Passat, que era conduzido pelo cabo da Polícia Militar Celso Toshiro Uematsu, provocou a morte de uma pessoa ontem, por volta das 11h20, na rodovia Raposo Tavares (SP-270), em Álvares Machado. A vítima fatal foi o motorista do Gol, Irson Luiz Pereira, de 57 anos, comerciante em Salto (SP). **Pág. 2-B**

OPINIÃO

Alberto Tamer

O mercado europeu parece estar mais preocupado com os desdobramentos da crise argentina do que o Brasil e outros países emergentes. As empresas européias, principalmente espanholas, portuguesas e francesas, estão na mira do fogo em Buenos Aires. **Pág. 3-A**

CLASSIFICADOS



Milhares de ofertas diárias, com pouco papo e muita eficiência, você só encontra aqui.

TEMPO

Bom, com céu parcialmente nublado e temperatura máx. 31º



INDICADORES ECONÔMICOS

POUPANÇA	
Hoje	0,7048%
SALÁRIO MÍNIMO	
180,00	
DÓLAR	
PARALELO	
Compra	
Venda	2,513
	2,553
COMERCIAL	
Compra	2,378
Venda	2,380
TURISMO	
Compra	2,320
Venda	2,460
BOI	
Arroba	46,19 (34 dias)
Ufir	1,0641
Ufesp	10,52
UFM (Unidade Fiscal do Município)	
Janeiro	1.2500

Nesta edição: **24 *Páginas***

QUEREMOS PAZ ... e RESPEITO !!!

Violência, assaltos, invasões, seqüestros, saques, assassinatos, impunidade.

A sociedade clama por paz e tranqüilidade nas grandes, médias e pequenas cidades onde a insegurança está presente no cotidiano de cada cidadão e, no campo, tais fatos não fogem a regra.

O Pontal do Paranapanema, como é conhecido o Oeste do Estado de São Paulo, vive um verdadeiro clima de "guerra", sem que o Estado constituído se mostre capaz de oferecer a tranqüilidade necessária aos proprietários rurais ali radicados.

O criminoso é visto como vítima e a verdadeira vítima é taxada como criminoso. Está havendo, sem dúvida alguma, total inversão de valores. O campo e as cidades estão à mercê de organizações criminosas e o Estado a tudo assiste e nada faz.

Após um acontecimento de grande repercussão nacional, os Governantes se apressam em apresentar longos discursos com soluções paliativas. A prevenção e a repreensão ao crime organizado, seja ele urbano ou rural, fica postergado até o próximo acontecimento de vulto ou, em muitos casos, até as próximas eleições.

Quando o cidadão urbano defende sua residência de um furto, roubo ou de seqüestro - que hoje está na "moda", é visto como um cidadão que defendeu sua família, sua integridade física e a de seus familiares. Como deve agir o cidadão do campo que vê sua propriedade rural sendo invadida, seu rebanho sendo abatido a tiros, seus maquinários destruídos, seus familiares e funcionários acuados em uma isolada moradia rural ?

Nem seria necessário fazer grande reflexão para se chegar a uma resposta. Esses cidadãos que, por força de sua vocação, escolheram a missão de produzir alimentos, na agricultura e na pecuária, só desejam a PAZ para continuarem produzindo, ou voltarem a produzir o que a inquietação no campo os tem impedido ao longo desses vinte anos; não desejam, jamais, qualquer confronto, a não ser o de idéias ou de debates, mas não se omitem e estarão sempre coesos e a postos para defenderem suas famílias e patrimônios.

Precisamos construir um Oeste com PAZ ! TRABALHO ! EMPREGO !

Não podemos deixar que o Pontal do Paranapanema se transforme num campo de batalha, onde "falsos" líderes comandam a violência, desrespeitam a vida, a propriedade alheia, provocam o terrorismo, saqueiam e acobertam marginais para "fazer o serviço", o que lhes permite posarem de "vítimas", à vista de nossa sociedade. Há de se lembrar que as ações desses marginais têm sido estimuladas pelo próprio governo do Estado, que insiste em rotular todas as terras do Pontal como áreas devolutas.

As entidades que a esta subscrevem exigem um Basta !

Como os cidadãos urbanos, também os cidadãos rurais, não desejam a guerra.

Mas não aceitamos que a violência, o terrorismo e a impunidade continuem prevalecendo.

Queremos PAZ ... e RESPEITO !

Presidente Prudente, 23 de janeiro de 2002.

Sindicato Rural de Presidente Prudente
Sindicato Rural de Presidente Venceslau
Sindicato Rural de Santo Anastácio
Sindicato Rural de Martinópolis
Sindicato Rural de Presidente Epitácio
Sindicato Rural de Mirante do Paranapanema
União Democrática Ruralista
Cooperativa Agropecuária de Presidente Prudente
Cooperativa de Laticínios Vale do Paranapanema

LOTERIA

MEGA SENA Concurso 321
01 - 13 - 20 - 27 - 35 - 37

FEDERAL Concurso 3.804
1º PRÊMIO - 50.885
2º PRÊMIO - 19.220
3º PRÊMIO - 09.091
4º PRÊMIO - 43.772
5º PRÊMIO - 41.827

LOTÉRICA CAMPEÃO DA AVENIDA
Av. Manoel Goulart, 1054
Centro - F: 223-2245
RECEBEMOS CONTAS DE: ÁGUA, LUZ E TELEFONE

classificados

POSTO DE ATENDIMENTO

Banca Modelo



Mercado Municipal
R. Djalma Dutra, 790
F: 222-7941
Cel: 9111-4586
Terça e Sáb.
(08h às 18h)

Pouco papo e muita eficiência.

Observemos a primeira página de *O Imparcial* de 24 de janeiro de 2002.

Disputando lugar com outros textos, salta aos olhos um título em negrito e com redundância de pontuação na parte inferior da página: "QUEREMOS PAZ ... e RESPEITO !!!", texto que ocupa grande parte da página. Em meio a fotos de uma pista com pneus em chamas, com a legenda em letras vermelhas e em caixa alta ("PROTESTO"), e dois carros amassados, na outra metade da página, destaca-se o referido texto. O contorno em linha vermelha remete ao fogo dos pneus em chamas e à respectiva legenda, abaixo da foto, também em vermelho. O título remete igualmente para uma legenda ("TRAGÉDIA"), abaixo da foto dos carros, que em caixa alta e em letras vermelhas, confirma o trágico, enunciado na imagem dos carros bastante destruídos.

Um elenco de figuras organiza-se para abrir o discurso do texto em destaque ("Violência, assaltos, invasões, seqüestros, saques, assassinatos, impunidade"), dilatando o sentido figurativizado nas imagens fotográficas e nas legendas. Interessante é notar que se cristalizam, pelos traços sêmicos implícitos às escolhas lexicais, os papéis temáticos de um dos atores do enunciado. Estão concretizados por uma terceira pessoa do plural como aqueles que "comandam a violência, desrespeitam a vida, provocam o terrorismo, saqueiam e acobertam marginais para 'fazer o serviço'".

A reiteração de pontos de exclamação e do negrito do título remete a uma voz que, ao assumir a primeira pessoa do discurso, fala em nome de uma coletividade. O sujeito da enunciação parece não se contentar em dizer, por isso grita a "suposta" verdade daqueles que habitam o lugar onde reina o simulacro da "paz"e do "respeito". Projeta-se um "nós" no interior do enunciado "QUEREMOS PAZ ... e RESPEITO !!!", que se mostra em "Queremos", em contraposição a todo o encadeamento de figuras que criam efeitos de sentidos relacionados a um universo caótico, desordenado, instaurando um discurso "moralizante". Constrói-se o simulacro de um sujeito mobilizado pelo estado patêmico de indignação que manifesta um querer fazer para que se estabeleça um estado de ordem.

Em termos semióticos, falar da primeira pessoa do discurso ("eu", "nós"), é falar do sujeito da enunciação, que estabelece um diálogo com o interlocutor, é falar de actantes da enunciação, ou seja, posições na cena enunciativa, que assumem o papel de atores da enunciação. A modalidade do querer, no enunciado que dá título ao texto "Queremos paz [...]" manifesta um estado inequívoco de desejo daqueles que estão representados na forma verbal de primeira pessoa do plural, que além do título se apresentam para concluir o discurso ("Não podemos deixar", "não aceitamos", "Queremos"). Está aí representada toda uma

coletividade, ou seja, as autoridades figurativizadas no fim do texto (sindicatos, cooperativas e a associação dos proprietários rurais). Também nessa forma verbal inclui-se o leitor, trazido a participar da *mise-en-scène* discursiva. Se a modalização do querer materializa o desejo, o uso das exclamações insinua a instauração de exigências, em que se implicita a convocação do poder de alguém para fazê-lo. Ao enunciar "Queremos paz e respeito*",* paira sobre o dizer um sentimento implícito de autoridade, de alguém que manipula outros por intimidação ao dever-fazer. Por se sentir ameaçado, vendo-se diante do perigo de ser afastado de um objeto valor, aciona o seu poder (construir o discurso persuasivo). Se o título do texto analisado se apóia no desejo que move o sujeito coletivo do enunciado para que aja, surge então a pergunta: que objeto é esse? Que sujeitos impõem resistências ao percurso narrativo dos "sindicatos", "cooperativas" e "União Democrática Ruralista"? Que objeto é esse que exerce sobre os sujeitos tal atração para deixá-los tão tensos?

Falar em sujeitos que põem em risco a conjunção do outro com o seu objeto-valor, é falar em anti-sujeitos, é trazer para a cena enunciativa aqueles que se constroem como antagonistas em um determinado percurso narrativo, uma função perturbadora da ordem que põe em desarmonia a relação de identidade entre sujeito e objeto. Na cena enunciativa observada, quem seria esse antagonista que compromete a conjunção do "nós" com o objeto?

Chegamos mais perto das palavras e sabemos de fatos que estão acontecendo e que estão sendo relacionados a uma suposta "guerra": "Não podemos deixar que o Pontal do Paranapanema se transforme num campo de batalha, onde 'falsos' líderes comandam a violência, desrespeitam a vida, a propriedade alheia, provocam o terrorismo, saqueiam, acobertam marginais [...]". O título denuncia a presença do enunciador coletivo ("Queremos paz"). O efeito de subjetividade que se cria com o título, desfaz-se logo no início do enunciado. Fatos da experiência cotidiana chegam à página como se não fossem enunciados por um sujeito. Nesse distanciamento do enunciador, os acontecimentos parecem narrar por si, resultando um efeito de sentido de verdade, eficaz para a comprovação de que o clima de guerra no Pontal existe. ("Violência, assaltos, invasões, seqüestros, saques, assassinatos, impunidade").

No primeiro parágrafo, a seqüência de figuras concretiza o tema da convulsão social, que vem representada pela figura "guerra": "[...] o Oeste de São Paulo vive um verdadeiro clima de 'guerra'". O tema da violência no campo mostra-se aí como a causa da tensão do sujeito da enunciação que se põe a desenvolvê-lo em afirmativas que o comprovam

e explicam, convencendo assim o leitor de que os anti-sujeitos estão agindo e querem o poder: "O campo e a cidade estão à mercê de organizações criminosas".

A informação é que há guerra por todo lado: "nas grandes, médias e pequenas cidades", e também "no campo". Mas o destaque é para a região do Pontal do Paranapanema, que "vive um verdadeiro clima de guerra".

O cenário de "guerra" se intensifica quando considera a ausência do Estado. Nesse momento, o centro de atenção do relato é para o Estado ("sem que o Estado constituído se mostre capaz") muito mais para ser sancionado do que para compor o quadro do "clima de guerra" no "Oeste do estado de São Paulo". Ao acionar o dever fazer ("o Estado a tudo assiste e nada faz") cria-se uma imagem negativa do Estado, manipulado por provocação, para ser levado a dever fazer.

Ao condenar a omissão do Estado, a focalização é dirigida para um sujeito e para um espaço que parecem fora do discurso, como se tratasse de um "ele", "lá" ("sem que o Estado constituído se mostre capaz de oferecer a tranqüilidade necessária aos proprietários rurais ali radicados.") Nessa maneira de dizer, observamos que há troca de uma pessoa por outra . O sujeito "nós" (os proprietários rurais e o enunciador), que aparece no título, passa a ser representado pela figura dos "proprietários rurais" e o "aqui", de onde fala o enunciador aparece como "ali". Trata-se de um recurso discursivo – embreagem -, cujo efeito de sentido é o de distanciamento do dizer. Na representação da não-pessoa "eles" ("os proprietários rurais"), neutraliza-se o sentido de subjetividade criado pelo "nós" e, em parte, leva ao efeito de objetividade. A pretensa informação objetiva dos acontecimentos deve prevalecer sobre os estados de alma, devendo imperar a ilusão de competência para o dizer objetivo.

Assim o discurso parece verdadeiro e passa a ser assumido pelo leitor. Sobre essa estratégia discursiva, Fiorin afirma (1996, p. 86): "Quando se faz essa embreagem é como se o enunciador se esvaziasse de toda e qualquer subjetividade e se apresentasse apenas como papel social".

Convém esclarecer que vamos precisar de um limite para nosso olhar ao nos debruçarmos sobre cada texto. Se pretendêssemos fazer uma leitura rigorosa de todos os efeitos de sentido e de como se engendram, teríamos, para tanto, que explorar as construções de cada parágrafo. Um trabalho impossível, quando se tem um *corpus* tão volumoso. Vamos perpassando o olhar na horizontalidade, chegando à conclusão de que, muitas vezes, teremos que explorar apenas parte dos textos. Acreditamos que isso não invalida a análise, pois o objetivo é uma abrangência da temática. Pinçando um ou outro recurso enunciativo, podemos

acompanhar a construção dos efeitos de sentido em questão. O de atualidade, característico de todo texto jornalístico, é também obtido na construção do tema da violência a partir de valores descritivos ("Violência, assaltos, invasões, seqüestros, saques, assassinatos, impunidade"). As figuras, a constituírem um conjunto que leva às últimas conseqüências os efeitos de sentido de realidade da violência, são facilmente identificáveis pelo leitor. Associado ao tempo presente, esse percurso figurativo traz a violência para perto do leitor ("A sociedade clama", "a insegurança está presente", "O Pontal vive", "Estado se mostre", "os Governantes se apressam", "o cidadão urbano defende"). Cria-se, assim, o efeito de sentido de realidade para levar o leitor a acreditar na iminência do perigo, do clima de "guerra" no Pontal do Paranapanema. Nessa manipulação para fazer crer, tenta conduzir o leitor para um fazer (ser competente para deter o anti-sujeito, lutando contra aqueles que instauram "a violência, o terrorismo e a impunidade".

Na estereotipia das figuras que recobrem o tema da violência vão-se instaurando os julgamentos, submetidos, obviamente à orientação do ponto de vista do enunciador. Dentre tantos acontecimentos: no campo e na cidade, em âmbito privado e público, na vida do cidadão de bem e de infratores, tudo se confunde. E é pela "interpretação" do enunciador que o enunciatário é chamado a avaliar igualmente todo esse caos de informações. Manifestado figurativamente como uma coletividade ("Queremos"), chama o leitor para o enunciado, objetivando levá-lo a assumir os mesmos valores colocados no discurso. Desse modo pode-se incluir nesse "nós" "o enunciador, os proprietários rurais, o leitor", que querem paz e respeito.

O universo axiológico do destinador é bastante previsível por representar os valores típicos da classe dominante no Pontal do Paranapanema. O que se manifesta é a construção da opinião do leitor sobre o tema da violência na região por meio do discurso autoritário que representa a voz dessa classe. O leitor dirige sua atividade de leitura mais para a crença no dizer do enunciador do que para o saber sobre os acontecimentos. Para a adesão do leitor é preciso que ele se deixe manipular pelos valores enunciados. O conhecimento sobre fatos atuais poderia justificar a convocação de textos para a primeira página do jornal, caracterizando-os como atualidade. No entanto, não se oferece ao leitor nenhuma novidade. Tudo o que se diz é genérico. Nada de novo se apresenta como ingrediente de leitura, e não se justificaria uma primeira página como essa, disputando espaço com manchetes e *lides*. Os fatos tornam-se imprecisos. Tanto poderiam estar acontecendo como já ter ocorrido: "Após um acontecimento de grande repercussão nacional, os Governantes se apressam em apresentar longos discursos com soluções paliativas. A prevenção e a repreensão ao crime organizado,

seja ele urbano ou rural, fica postergado [...] O fato que se depreende é um só: Organizações criminosas agem e o Estado nada faz " (*O Imparcial,* 24/01/02).

Existe um perigo iminente contra o qual é preciso lutar. Isso é posto, representando o universo do anti-sujeito, caracterizado figurativamente como "'falsos' líderes" (o MST). É bastante previsível o investimento axiológico na negatividade: "Violência, assaltos, invasões, seqüestros, saques, assassinatos, impunidade", "organizações criminosas", "marginais" por representar a manifestação do fazer de anti-sujeitos (sem-terra) que ameaça levar os proprietários rurais a uma disjunção com seu objeto valor (a terra). Diante dessa ameaça de ruptura entre o sujeito e seu objeto valor, o trabalho do enunciador é o de encontrar respaldo no âmbito da sua competência discursiva, visando a persuadir o leitor a crer no que se enuncia e a querer que se tomem, no caso do estado, medidas de prevenção contra os sem-terra. Isso desencadeou a ação do armamento dos fazendeiros, conforme veremos na manchete de uma das primeiras páginas, a ser contemplada mais adiante. Em (*O Imparcial* de 30/3/02: "Fazendeiros se armam no Pontal").

Explicitamente instalado no discurso, o enunciador busca recursos retóricos para desqualificar os anti-sujeitos ("Mas não aceitamos que a violência, o terrorismo e a impunidade [...]"). Mas não se pode negar que paira sobre todo o texto, a paixão do "medo" como um sentimento implícito que arrebata e arremessa o enunciador para suscitar no leitor um clima de revolta, gerador de ódio contra os sem-terra. Na busca dos recursos para reforçar os pontos de vista do enunciador frente à questão posta, subjaz a força da tensão máxima dos sintomas passionais que afligem os donos da terra ("Está havendo uma total inversão de valores", "Precisamos construir", "Não podemos deixar", "Mas não aceitamos"). Manipula o interlocutor pelo vigor da modalidade do poder, do qual é detentor (tem a posse da terra), ao querer e dever*,* num reforço dos valores e orientação axiológica da própria sociedade que é conduzida a admitir o enfrentamento. Se a função do anti-sujeito é retirar a terra daquele que julga ser seu dono, o papel do sujeito deve ser o de agir. Nesse sentido, para a perfórmance pragmática do dono da terra (enfrentar o anti-sujeito), entra em ação o sujeito discursivo, levando o leitor a acreditar e se dispor afetivamente contra os sem-terra.

Pode-se dizer, em termos semióticos que, de acordo com o discurso enunciado pelas organizações de defesa da propriedade rural no Pontal do Paranapanema, na condição de destinadores-julgadores, a principal avaliação sobre a instabilidade social recai sobre os sem-terra. Destaca-se em todo o discurso um sujeito de enunciação cuja presença é

responsável pela manipulação do leitor, levando-o não só a um fazer tímico-cognitivo mas também a um fazer pragmático:

> Nem seria necessário fazer grande reflexão para se chegar a uma resposta. Esses cidadãos que, por força de sua vocação escolheram a missão de produzir alimentos, na agricultura e na pecuária, só desejam a PAZ para continuarem produzindo [...] o que a inquietação no campo os tem impedido ao longo desses vinte anos; não desejam, jamais, qualquer confronto, a não ser o de idéias e de debates, mas não se omitem e estarão sempre coesos e a postos para defenderem suas famílias e patrimônios.

Desde as considerações iniciais deste trabalho, defendemos o interesse em procurar sempre, a partir da materialidade discursiva, as relações que se estabelecem entre o texto e o contexto social e histórico. Muito mais do que um objeto de comunicação entre sujeitos, o jornal é considerado instrumento de veiculação de crenças coletivas sobre um ponto de vista político-econômico e social.

Trata-se aqui de um texto de primeira página e deve-se observar que ele não se caracteriza pela especificidade de um texto que deveria estar nesse espaço, ou seja, não se constitui como chamada ou resumo do que vai ser tratado nas páginas seguintes. Isso posto, ele não pode ser visto de forma inocente. Trata-se de um texto panfletário que permite reconhecer uma dimensão persuasiva aí instituída. Articulado aos outros textos ou elementos figurativos que participam da cena enunciativa dessa primeira página, pode ser revelador, na medida em que convoca uma axiologia suficientemente clara de um contrato fiduciário com o tipo de leitor com quem a empresa jornalística dialoga. Flagra-se aí a instância que assegura um lugar de destaque para valores de condenação, por meio de sanção negativa, a qualquer sujeito que se agregue a organizações que reivindicam a terra.

Sabemos que o jornal é o espaço onde se enuncia uma grande parte dos discursos produzidos na sociedade. Desse modo, é pela natureza social da linguagem, no objeto que constrói o discurso dos proprietários rurais que somos levados a conceber atores e cenários em torno das questões agrárias. As imagens concretizadas figurativamente no enunciado "QUEREMOS PAZ ... e RESPEITO !!!", como uma força temática, remetem à noção de actante coletivo, em que se apresenta uma sociedade dividida entre "os bons" e os "os maus". No Pontal do Paranapanema, de um lado colocam-se os donos da terra, "o cidadão do campo" –vítimas - e, do outro, "os que tem impedido (de que se produzam alimentos) ao longo desses vinte anos" (organizações de sem-terra) - algozes. A figura do ator "sem-terra" é dotada de um papel actancial que se caracteriza pela transgressão social. Os discursos enunciados pela mídia do Pontal revelam um alinhamento histórico da imprensa com os ideais da defesa da

propriedade. Observamos a posição dos sujeitos na cena enunciativa do texto em questão e chegamos à posição do jornal. Aquele que fala e aquele com quem se fala, sujeitos da enunciação em QUEREMOS PAZ ... e RESPEITO !!!, fundem-se na construção da imagem do dono da terra, na imagem do capitalista. Não é nosso objetivo investigar os caminhos por onde passam esses interesses, e sim observar as vezes em que isso se dá ao longo do *corpus* em análise. Interessa-nos, com certeza, observar os diversos procedimentos que remetem a cenários e atores envolvidos nas relações com as questões agrárias. Especialmente quanto ao sujeito da enunciação, temos muito a investigar. O tema é ponto de partida para a pesquisa. Sempre se repete, mas ao ser enunciado em gêneros, em espaços distintos, remete a instâncias distintas. É preciso estar atento a várias instâncias de sujeitos: o **eu** pressuposto do enunciador pode ou não coincidir com o da empresa jornalística, assim como o **eu** projetado no interior do enunciado (o narrador) pode ou não coincidir com o do sujeito da enunciação.

Esse primeiro texto analisado mostra que as figurativizações dos proprietários rurais e os sem-terra nos obrigam a ir além da naturalização de valores que, de forma maniqueísta, lida com os seres sociais, organizando-os em duas categorias: os bandidos e os mocinhos. É preciso reconhecer, de acordo com essa visão, que a ideologia da defesa da propriedade no "Oeste Paulista" coloca-nos diante de estruturas de ocultação da realidade. Assim, na figurativização desses textos, marcada pela negatividade, oculta-se a oposição entre as classes sociais. A lógica do capital leva à avaliação dos valores sociais, que se torna uma avaliação de vícios e virtudes pessoais: os donos da terra são sancionados positivamente, são os bons, têm o papel actancial de defesa da sociedade; e os outros, que não estão com eles, recebem sanção negativa como os maus, que põem em risco a paz de todos.

A terra, no texto-objeto acima, chega-nos associada à tematização da violência, que se concretiza nas figuras da "guerra" ("Como os cidadão urbanos, também os cidadãos rurais, não desejam a guerra").

É preciso reconhecer um percurso figurativo além daquele em que o discurso está fundamentado. Tanto pode ser pensado como uma rede de relações que, articulando as figuras, sedimenta semanticamente o discurso, quanto pode ser redimensionado, ultrapassando o estatuto de mecanismo de complexificação e enriquecimento das categorias fundamentais concretizadas no discurso.

Não podemos negar que a *praxis* jornalística tem papel fundamental na cristalização dos valores defendidos pela própria empresa de comunicação, que sempre é vista na defesa do dono da terra. Isso posto, poderíamos querer que, à semelhança de uma tela, se

abrissem diante de nossos olhos as relações significantes para serem lidas. No entanto, para além do conceito de figuras como suporte e organização a uma ideologia (GREIMAS & COURTÉS, 1986), representam-se relações conflituais entre diferentes universos de crença.

Esse primeiro texto que acabamos de analisar é um pequeno retalho de toda a malha textual de *O Imparcial* e *Oeste Notícias.* Temos aí diante dos olhos a estruturação de uma visão de mundo sobre as relações entre o homem e a terra, aflorando o discurso de uma classe dominante que, se tem o poder, tem também o medo de perdê-lo. A paixão do "medo", diante de todo o simulacro montado pelo texto sobre o conflito e as relações de força previstos, mostra um sujeito (o proprietário rural) que pode perder a qualquer momento seu objeto valor (a terra) por causa da ação de um anti-sujeito (os sem-terra).

3.2.1.1. A imagem negativa dos sem-terra e a insegurança dos proprietários rurais

Na leitura acima, na totalidade enunciada da primeira página, consideramos a insegurança do ator (proprietário rural) construída pelo diálogo entre o plano de conteúdo (que emerge do texto assinado pelas entidades rurais) e de expressão (dos recursos de linguagem não-verbal e verbal).

Acreditamos ser importante verificar a construção desse efeito de sentido, que de um estado de coisas vai evoluindo, até culminar no medo. Como uma paixão, esse sentimento está ligado à percepção do sujeito (donos de terra no Pontal) de falta de competência (não poder agir) exigida no momento da perfórmance para a manutenção do objeto-valor (a terra). Ou ainda o entendimento de que o anti-sujeito (os sem-terra) tenha competência maior do que o sujeito para a ação.

Apresentamos a seguir uma seqüência de manchetes, subtítulos e/ou sobretítulos, selecionada de primeiras páginas de *Oeste Notícias* e *O Imparcial,* ao longo do ano de 2002. Algumas delas podem ser visualizadas. (ANEXO, p. 328 a 334 e 365). Observamos nessas figurativizações a construção dos efeitos de sentido do medo, num cenário em que se fortalece a presença dos sem-terra, a partir da organização do MST, sujeito a respeito do qual se constrói um simulacro daquele que não se intimida para agir. Além do fortalecimento do

movimento de organização dos sem-terra e suas conseqüências (o acirramento da disputa pela terra que acarretou na desmoralização da autoridade do prefeito), os textos de *Oeste Notícias* e *O Imparcial* afirmam que:

> "Região pode virar 'uma Bangladesh', diz Tiezzi"; "Ex-prefeito afirma que oeste paulista deve 'mudar o rumo' para não se tornar no futuro um local de miseráveis: "O nosso principal problema hoje é a questão fundiária. É uma questão emergencial que nós temos de resolver (*O Imparcial,* 30/01/02).

Os dizeres mostram o cenário do conflito em que todos estão jogados, deixando claro que não há paz na sociedade do Pontal. Propõe a ação ("nós temos de resolver"). Quem deve, então, agir? Quem fala é um daqueles que têm receio de que se instale o poder dos "outros" (sem-terra). Ou seja, temos sujeitos tensos ("nós", os proprietários rurais) com medo de uma ação que leve à perda de suas propriedades rurais ("Toda nossa economia é baseada na pecuária, mas houve o desaparecimento quase que absoluto de nossa economia agrícola.")

Não há como contemplar todas as primeiras páginas de janeiro a dezembro de 2002. Para focalização neste espaço, selecionamos quase cinqüenta delas, dentre um número quase incontável. Transcrevemos apenas alguns dizeres, mas o leitor pode visualizá-los na totalidade, ao olhar a página toda. (ANEXO, p. 335).

A disputa pela terra vai para a primeira página dos dois jornais, a invadir a retina do leitor como se fosse um assunto novo, quando a condição para isso deveria ser o efeito de atualidade, obviamente. No entanto tema que se repete quase à exaustão é sempre o mesmo. Sempre a mesma questão traz à tona o embate entre sujeitos que reivindicam a posse da terra. Dia após dia, o lugar-comum, fatos conhecidos comparecem nas primeiras páginas, sem nenhuma informação nova, recobrindo o tema que faz parte do que poderíamos chamar de "consciência da classe dominadora do Pontal". Não temos simpatia pelo conceito "classe social", politicamente incorreto de acordo com as novas leituras nos estudos sociais. Não se trata de pensar em "consciência" como se tratasse de um atributo. Enquanto uns têm, outros não. Do ponto de vista de quem tem a terra, por exemplo, aparecem os sem-terra como desprovidos da consciência de classe. Segundo a ordem do capital, a classe dos proprietários rurais, por exemplo, organiza-se em torno das condições para trabalhar com a terra, de acordo com as relações econômicas do sistema social vigente (capital/investimento). O usufruto desse lugar é algo que não pode ser concedido aos destituídos dessas condições. Por esse ângulo, os sem-terra não se encaixariam no exato conceito de classe social, por lhes faltar "a consciência de classe". Mas, adotando o termo, apesar das ressalvas, podemos dizer, então,

que o traço mais marcante da "consciência de classe" dos fazendeiros é o medo da perda da terra. Decorrente da organização dos sem-terra, constitui-se no traço definidor dos sujeitos da enunciação nos dois jornais regionais.

> **José Rainha é baleado no Pontal** (*O Imparcial* – 20 de janeiro de 2002)
>
> **Agripino abre guerra contra MST** (*O Imparcial* – 29 de janeiro de 2002)
>
> **Agripino lamenta fuga da 'raposa'**
> Prefeito insinua que fazendeiro deveria ter matado José Rainha Júnior, líder do Movimento dos Sem-Terra (*O Imparcial – 0*2 de fevereiro de 2002).
>
> **MST destrói área de soja para jogar futebol**
> Invasores jogam futebol e baralho, além de outras diversões, na fazenda invadida na segunda-feira (*Oeste Notícias -27 de março de 2002).*
>
> **Fazendeiros se armam no Pontal**
> Preocupados com retomada de invasões, proprietários de terras da região reforçam segurança contra MST
> Guerrilha colombiana dá assessoria política a lideranças do MST (*O Imparcial* – 30 de março de 2002)
>
> **Sem-terra é preso por furto de gado no Pontal**
> Um grupo de sem-terra foi flagrado ontem abatendo gado numa fazenda do Pontal.
> **Retireiro é acusado de fazer sexo com bezerra**
> No Distrito Policial de Presidente Prudente foi registrada uma ocorrência inusitada: a denúncia contra uma retireiro por fazer sexo com bezerra da propriedade onde trabalhava, o que caracteriza maus tratos contra animais. (*Oeste Notícias* - 03 de abril de 2002).
>
> **Dom José Maria discorda de ações do MST** (*Oeste Notícias* - 25 de abril de 2002)
>
> **Rainha é preso armado no Pontal do Paranapanema** (*O Imparcial* - 26 de abril de 2002)
>
> **Policiais prendem quadrilha de traficantes**
> **Rainha é flagrado com arma de grosso calibre e preso em Venceslau**
> **Pf incinera mais de 900 kg de drogas** (*Oeste Notícias* - 26 de abril de 2002)
>
> **Justiça nega pedido de liberdade provisória para José Rainha Júnior** (*Oeste Notícias* - 27 de abril de 2002)
>
> **Justiça mantém prisão de Rainha** (*O Imparcial* - 27 de abril de 2002)
>
> **Promotor quer que Rainha prove que trabalha** (*Oeste Notícias* - 01 de maio de 2002)
>
> **Advogado diz que José Rainha é agricultor** (*Oeste Notícias* - 03 de maio de 2002)

Juiz mantém MP e mantém Rainha preso (*O Imparcial* - 7 de maio de 2002)

Rainha depõe no Fórum de Venceslau *(Oeste Notícias* - 09 de maio de 2002)

TJ nega liberdade a José Rainha Jr (*Oeste Notícias* – 14 de maio de 2002)

Testemunha de Rainha ajuda a incriminá-lo (*Oeste Notícias* – 16 de maio de 2002)

Tribunal concede liminar para a soltura de José Rainha Jr. (*Oeste Notícias* – 18 de maio de 2002)

Rainha Jr. ganha a liberdade após 24 dias na cadeia (*Oeste Notícias* – 19 de maio de 2002)

Rainha é procurado pela polícia
Bandidos perigosos vêm para a região
Líderes do PCC são encaminhados pelo Estado para o "Piranhão" de Bernardes (*Oeste Notícias* – 24 de maio de 2002)

MST atenta contra ordem, afirma juiz (*O Imparcial* - 25 de maio de 2002)

José Rainha é preso no Pontal (*O Imparcial* - 06 de setembro de 2002)

Rainha volta para a cadeia de Venceslau e fica isolado (*Oeste Notícias* – 07 de setembro de 2002)

Invasão de fazenda provoca conflito armado no Pontal (*Oeste Notícias* – 10 de setembro de 2002)

Sem-terra e prefeito se confrontam no Pontal
Divaldo Oliveira, de Sandovalina, acusa o MST de atirar em sua casa
Greenhalgh denuncia 'situação de tensão' (*O Imparcial* - 06 de setembro de 2002)

Juiz nega liberdade para Rainha (*Oeste Notícias* – 13 de setembro de 2002)

Observa-se um farto material em meio ao estoque de figuras lexemáticas e percursos figurativos a que são atribuídos sempre os mesmos predicados, construindo a mesma definição discursiva para os sem-terra. Sem nos referirmos aos recursos visuais que ilustram a idéia de desordem social (fotos de acidentes, corpos de pessoas feridas ou mortas, armas, carros de polícia, etc.) que não estão nesse elenco de manchetes e subtítulos, a parte verbal manifesta papéis actanciais e temáticos de atores que se encontram em antagonismo. Nota-se, pois, no elenco desses textos a presença da isotopia da "guerra" ("abre guerra

contra"; "deveria ter matado"; "destrói área", "Invasores [...] na fazenda invadida"; "se armam"; "Preocupados com retomada de invasões [...] reforçam segurança contra"; "Guerrilha colombiana dá assessoria política a lideranças do MST").

Os lexemas de base para todas as construções verbais são os mesmos (abrir guerra, atirar, confrontar, armar, conflito, invadir, denunciar, tensão, atentar contra a ordem, arma de grosso calibre, etc.), reiterando essa isotopia de guerra. As instâncias enunciativas, *Oeste Notícias* e *O Imparcial,* definem os sem-terra e seu líder, colocando-os na taxionomia da violência, representando-os disforicamente. Os atores figurativizados por "MST" e "Rainha" desempenham no Pontal o papel temático de "infratores".

Em todas as primeiras páginas destacadas, os sem-terra são ancorados no espaço da contravenção social e como "infratores" são sujeitos do fazer responsáveis pela violência na região.

A figura do MST e do líder José Rainha marca-os pela disforia, para que encarnem "o mal social". Essa é a voz que se pode ouvir de toda a organização de dizeres que se destacam nas primeiras páginas, mas disseminam-se por inúmeros gêneros das duas empresas jornalísticas. Além do que se pode ir visualizando nos textos em análise, podemos também observar em alguns outros escolhidos para constituir os anexos o que acabamos de dizer sobre a disforia (ANEXO, pág. 336 a 340). É interessante observar que se ilustra aí a idéia do conflito, criando um sentido de "insegurança" generalizada ao projetar a sociedade como vítima das possíveis ações do anti-sujeito, o MST. A sociedade do Pontal apresentada por *Oeste Notícias* e *O Imparcial* reforça um medo antigo: o das ações do MST cujo ritmo, que se intensifica, parece imprimir uma velocidade incontida, tendo em vista a primeira perfórmance ocorrida nos primeiros dias de janeiro quando houve o incidente com o prefeito de Presidente Prudente, capaz de prevalecer sobre o programa narrativo de uma das mais importantes autoridades do Pontal. Da leitura de *Oeste Notícias* e *O Imparcial* chegam-nos as informações de que dois prefeitos foram protagonistas no enfrentamento com os sem-terra. As primeiras páginas permitem essa constatação. Após passar os olhos pela página, as polêmicas e os conflitos gerados entre sujeitos (proprietários de terra e seus defensores) e anti-sujeitos (os sem-terra) tornam facilmente perceptível a oposição entre uns e outros. Mesmo o leitor mais ingênuo é levado a procurar entender a reiteração da figura do líder dos sem-terra, convocado hiperbolicamente para o cenário da violência.

Relacionando os diferentes procedimentos para a construção do jornal em *Oeste Notícias* e *O Imparcial*, podemos dizer que a primeira página, mais do que um espaço para a

comunicação entre sujeitos, revela o caráter coercitivo dos textos. Aí se flagra um programa de doação de saber e, na maneira como revestem figurativamente as questões agrárias quanto à disputa pela terra no Pontal, identifica-se um programa narrativo de desconstrução da imagem do MST. Trata-se, de um programa de manipulação por intimidação do leitor virtual.

A figura do líder, José Rainha, recorrente nos textos, configura, pois, o anti-sujeito, à semelhança de um mandatário que disputa a terra com aqueles que o jornal reconhece como seus "legítimos" donos. Imagina-se, aí na "face" do jornal, um sujeito de enunciação que manobra um querer e um poder-fazer seu leitor reconhecer determinados valores aí construídos (sobre tais construções de imagens estaremos nos reportando mais adiante). Assim, não há como fugir ao programa de condenação (sanção) dos anti-sujeitos, diante de tantas "histórias" enunciadas, melhor dizendo, anunciadas já no primeiro percurso de leitura do jornal.

Conseqüentemente, a atmosfera era a de insegurança geral, propícia para encenação da temeridade. É relevante o fato de o ano se iniciar com um acontecimento que colocou a região em destaque em toda a mídia nacional: o conflito entre o prefeito de Presidente Prudente e o MST. Mas, em se tratando de primeiras páginas, o foco com intensidade sobre a figura do líder do Movimento dos Sem-Terra é algo que nos leva a reconhecer nisso a importância de buscar relações entre os procedimentos linguageiros e o contexto sócio-histórico, que transcende a pretensa "objetividade" informativa, ingênua que aí se organiza na página.

Nesses termos, passamos a ver a lógica das empresas jornalísticas implicando na exploração do jogo de imagens construído para cumprir um programa: o de objetivar , na esfera do visível, estratégias de persuasão do leitor, manipulando-o pelo medo de uma situação de desordem social. Assim, antes de instância visando à circulação de informações, ela passa a ser a de presidir a circulação de valores tensivos para a manipulação de seu leitor .

Se entendemos "sentido" de acordo com a semiótica, compreendemos esse termo na acepção de "direção". A leitura da primeira página permite perceber que o sentido nasce da quebra de uma situação de harmonia, de "ordem e progresso" (como no dizeres da bandeira nacional) e da necessidade de sua retomada. Isso posto, podemos dizer que o jornal tem como objetivo a construção de um clima de insegurança geral, por isso "tensivo". O sujeito maneja as crenças do leitor, constrói o anti-clima de paz para que possa encontrar seu objeto (a terra). Busca então manipulá-lo para que possa agir, na condenação das ações dos sem-terra.

Não restringindo a leitura às primeiras páginas, importa-nos examinar se a diferença e a diversidade entre os diferentes sujeitos envolvidos nas questões da terra é considerada pelos dois jornais ou, havendo o monopólio de um determinado grupo que manipula os dizeres na totalidade dos textos, como se dá essa construção. Em outras palavras, podemos perguntar como valores são impostos ideologicamente por meio dos textos jornalísticos.

O mapeamento das figuras nas primeiras páginas nos leva a reconhecer um enunciador que insiste em reforçar a idéia de uma organização dos trabalhadores sem-terra merecedores de punição. Indica-se aí a inscrição ideológica dos jornais, apontando para a rede de sentidos que, conforme afirmamos, revela o estado de insegurança dos donos da terra. Assim, o ator que figurativiza esse papel de grande vilão da história dá visibilidade a um cenário de insegurança e afeta as relações entre o proprietário e seu objeto valor (a terra).

Na organização da figura do líder sem-terra como responsável não apenas por suas ações mas também pela orientação das ações de outros, sedimenta o discurso da preocupação com sua perfórmance. No mesmo ator estão sincretizados o papel de objeto ("Agripino lamenta fuga 'da raposa', "Sem-terra fazem protesto sobre prisão de Rainha") e de sujeito-destinador ("O líder José Rainha Júnior comanda manifestação"). No papel de anti-sujeito, ele é aquele que foge da justiça, que está sendo caçado como bicho ("fuga da raposa") e que deve ir para detrás das grades. A seqüência das manchetes nos leva a informações que possibilitam a construção de um anti-sujeito temível, para o qual não pode haver espaço na sociedade, a não ser numa prisão.

Se o ato de informar espalha sentidos, as chamadas de primeiras páginas fazem ecoar sentidos sobre Rainha em manchetes, títulos, legendas e lides, como as transcritas acima. O reforço da imagem daquele que subverte a ordem social é mantido a todo custo. Ele é o que deve responder pelos valores que mobilizam a narrativa da terra em toda a região e até no país. Basta ver a notícia da tomada da fazenda do então presidente da república FHC para, um mês depois, regurgitarem dizeres, trazendo Rainha de volta ao cenário jornalístico do Pontal:

> **Rainha é preso armado no Pontal do Paranapanema** (*O Imparcial* - 24 de abril de 2002)
>
> **Fazenda de FHC é invadida** (*O Imparcial* - 24 de março de 2002)

Os jornais criam mecanismos para filiá-lo a um programa narrativo da ilegitimidade.

Na *Coluna do Oeste* encontramos um enunciado que argumenta com a afirmativa : "A melhor forma de acabar com o crime e a quadrilha é descobrir e prender o cabeça" para corroborar o programa narrativo sancionador de condenação de José Rainha. O responsável pela organização dos sem-terra é figurativizado, pois, pelo papel temático de "criminoso", "chefe de uma quadrilha".

> **Cai a máscara do MST no País**
> A imprensa nacional começa a descobrir realmente aquilo que todos da região do Pontal já sabiam desde o começo. O MST sempre foi um movimento político, e que usa da boa fé das pessoas humildes para formar uma grande massa de manobra. Os líderes do MST, articulados e preparados, conseguem convencer essa gente humilde de que realmente eles têm o direito de reivindicar um pedaço de terra através de atos violentos e ilegais. Por outro lado, como diziam os antigos: "A melhor forma de acabar com o crime e a quadrilha é descobrir e prender o cabeça". É o que está dizendo a chamada grande imprensa (*Oeste Notícias* de 30/março/2002).

A reiteração desses papéis temáticos constitui-se em estratégia de persuasão que leva o leitor a aceitar as imagens construídas pelo jornal, reforçando o conteúdo já delineado, sentenciando que o espaço ocupado pelos sem-terra é lugar onde imperam as forças ameaçadoras do malfeitor e salteador, do vagabundo, sem caráter, capaz de ações perigosas. Ao revelar a imagem daquele que deve ser execrado pelo leitor, o enunciador põe-se como doador de competência, fazer-saber para fazer-crer como quem não quer estar diante do desassossego, do desrespeito, da "guerra" (*O Imparcial* - 24 de janeiro de 2002). Ao que tudo indica, esse estado de coisas, que deveria interessar tão somente àqueles que se vêem na iminência de perder suas terras, estende-se a toda sociedade. Os cidadãos deixam-se conduzir por discursos criadores do efeito de generalização como se a população do Pontal se visse ameaçada. Sentem-se desestabilizados, destituídos da "paz", num clima de insegurança geral em uma região discursivizada como o espaço do medo (a criação dos presídios de segurança máxima do Estado veio também para se somar a isso). Tudo em conseqüência do programa narrativo dos sem-terra. Trata-se aqui de um momento atualizante do jornal, em que assume a enunciação e avança em direção ao diálogo com o seu leitor, a elite agrária e os letrados.

Recorremos mais uma vez às manchetes das primeiras páginas, para confirmar a presença dos anti-sujeitos como função perturbadora de uma ordem exigida: manter a terra ao alcance de seus proprietários. Responsabilizado por qualquer desencadeamento que ameaça a "vida" no Pontal ("O campo e as cidades estão à mercê de organizações criminosas" - *O Imparcial*, 24 de janeiro de 2002), qualquer acontecimento que ocasione a descontinuidade no clima da harmonia social é imputado ao Rainha. Assim, ele é pego portando armas, ocupando

terras, mobilizando pessoas para manifestação pública, promovendo a inquietação geral de toda a região. Ao detalhar a ação ameaçadora dos anti-sujeitos, *Oeste Notícias* e *O Imparcial* buscam na riqueza de traços semânticos da contravenção um estoque de figuras para "revestir" tais atores. Indiscutivelmente são de uma riqueza inigualável os mecanismos de que dispõem para concretizar o cenário daqueles que se postam fora do compasso da lei e da ordem. Prova disso é que não há um só dia sem que seja mostrado um fato sobre desgraças, tragédias, mortes a se destacar na página, facilmente relacionado aos sem-terra.

Desse movimento dos sentidos espalhados nas primeiras páginas, organiza-se a experiência sensível dos leitores. A cada recurso de linguagem verbal ou não-verbal, construída por instantâneos fotográficos, cores, dizeres verbalizados cria-se uma rede de representações dos atores da "contravenção". A cada olhar, pode-se captar a imagem a sugerir a desordem no cenário do Pontal ("invadir", "conflito armado", "armas de grosso calibre"). Em decorrência do investimento figurativo, de narrativas cujo conteúdo temático cria efeitos de sentido de subversão e ilegalidade de atos sociais do anti-sujeito ("Um grupo de sem-terra foi flagrado ontem abatendo gado numa fazenda do Pontal") vão se concretizando praxemas estereotipados que recobrem valores do mal. Associadas aos recursos de imagens fotográficas, os conteúdos semânticos para o tema do trágico, da violência, do terror (conforme a leitura das primeiras páginas acima), as figuras de assassinatos, prisões, acidentes, tráfico de drogas, asseguram a coerência semântica, temática e figurativa do discurso jornalístico associado ao conflito da terra no Pontal. A imagem do sem-terra, então, vai adquirindo nos textos jornalísticos uma dimensão amedrontadora. É fácil perceber que, no estabelecimento de relações entre o enunciador do jornal e seu leitor, os valores transcendem o inteligível, transportando os sujeitos envolvidos no discurso para o campo do irracional. Podemos dizer que aí se instaura o medo. Como estado de alma, como uma paixão, semioticamente falando, o medo aparece muitas vezes assumido pelo próprio enunciador, ao tratar do MST:

> **Finalizando**
> Se valer aquela máxima de que quem tem, tem medo, não custa relembrar a epopéia vivida por alguns proprietários rurais de nossa região que abraçaram a candidatura Montoro/governador. Eleito e empossado, Montoro tomou uma serie de propriedades produtivas no Pontal. Remember Plínio Junqueira. E assim nasceu o MST (**Coluna do Neif -** Oeste Notícias, 21/7/02).

Inserimos neste momento da leitura de primeiras páginas, o exemplo acima para ilustrar o investimento na paixão do "medo". O texto convida a uma análise mais minuciosa,

apesar de não ser essa a tarefa para o momento. Quanto à questão do "medo" - responsável por tensões e sentimentos vividos pelos sujeitos – da perspectiva da persuasão em sentido amplo, pode ser eficaz, pois é estratégia que sustenta boa parte das enunciações de *Oeste Notícias* e *O Imparcial.*

Ao considerá-la como paixão mobilizadora de tantas narrativas, no movimento que conjuga avanços e retornos de significantes e o campo semântico acionado pelo conflito da terra, é necessário considerar, sobretudo, o discurso jornalístico como o objeto que surge não "como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe" (PÊCHEUX, 1997, p. 56). Isso corresponde à idéia de que a percepção da terra no jornal não pode ser isolada de uma percepção histórica, situada socialmente.

Ratificamos que as edições de *O Imparcial* e *Oeste Notícias* em 2002 construíram as primeiras páginas pondo em evidência o tema do conflito agrário no Pontal do Paranapanema, com a finalidade de eliminar a participação de José Rainha. *Oeste Notícias,* para levar seu leitor a crer na necessidade de se precaver contra aqueles que se organizam para obter a terra, busca um argumento baseado no consenso: "[...] como diziam os antigos: 'A melhor forma de acabar com o crime e a quadrilha é descobrir e prender o cabeça" (*Oeste 30/3/02)*. Torna-se coerente a insistente convocação de José Rainha. Pede-se a cabeça do líder e, desse modo, dilui-se a organização. Em síntese, o tema do conflito desdobra-se no programa narrativo de sanção: "ataque a José Rainha".

Paradoxalmente, o que deve ser excluído, ganha a cena. E o dono das terras apresenta-se sob um forte investimento patêmico, entrando em cena como aquele que teme. Do ponto de vista passional, ocupa o espaço da insegurança, da instabilidade. Para participar da encenação, entra também o leitor. Construídos no/pelo discurso jornalístico, remete aos que, manipulados cognitivamente pelo processo da enunciação, assumem a suposta verdade sobre o conflito no Pontal. Deve também temer as ações dos anti-sujeitos, especialmente as ações de José Rainha ("MST atenta contra a ordem" - *O Imparcial* 06/9/02).

Por se tratar do campo da linguagem, estamos considerando a paixão (o medo) não naquilo que ele afeta o ser efetivo dos sujeitos "reais", mas enquanto efeito de sentido inscrito e codificado na materialidade discursiva. Pelas configurações culturais inscritas nas primeiras páginas, molda-se o imaginário passional, valorizando assim a insegurança, fazendo dela o motor do temível, do fatídico.

Como uma estratégia de comando à distância, parecendo ausente, o discurso chega à página sob a responsabilidade de uma instância enunciativa que pode conduzir o dizer, sem

se mostrar. Cria-se um efeito de sentido de impessoalidade, de um "dizer verdadeiro", que simula trazer fatos incontestáveis. No distanciamento do sujeito da enunciação os acontecimentos parecem existir por si sós. Funciona como uma espécie de mecanismo de persuasão veridicctória, uma garantia de um dizer verdadeiro.

O leitor passa os olhos pelas primeiras páginas e não se vê conduzido apenas pela tematização do factual. Das construções que espalham os efeitos de sentido sobre os acontecimentos da temática da guerra, emana um transbordamento de estados de alma a envolver os sujeitos participantes da *mise-en-scène* discursiva. Desenha-se a imagem dos proprietários rurais (vítimas de ações dos anti-sujeitos), acrescenta-se a essa imagem mais uma, a de que se sentem inseguros para garantir seu direito à propriedade. Ao serem afirmadas as ações dos adversários (sem-terra), o medo antigo (que obviamente pode ser explicado pelas informações sobre a grilagem das terras no Pontal), torna-se um dos sentimentos que dominam os protagonistas da narrativa da terra.

O enunciador deve deixar claro que os donos da terra é que têm o direito sobre esse objeto-valor. Ao que já se conhece sobre o assunto, a meta é construir o "dizer verdadeiro" que a ameaça dos outros (sem-terra) torna-se um perigo, não apenas para os donos de terra, mas para toda a sociedade.

A hipótese da perda da *terra* transforma em anti-sujeitos todos os que podem ser associados aos sujeitos ameaçadores, hostis. Ninguém é poupado nessa hostilidade, que se estende também àqueles que ocupam cargos políticos. De vereador a ministro, ninguém escapa da desqualificação.

Quando alguns vereadores não assinaram o documento para aprovar a medida do prefeito contra a manifestação do MST, tiveram seus nomes publicados na primeira página, destacados em manchete e em caixa alta:

> VEREADORES QUE NÃO ASSINARAM A MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE, APROVADA PELA CÂMARA, AO ATO DO PREFEITO AGRIPINO QUE BARROU O ZÉ RAINHA E SUA TURMA DA MARCHA DO MST (*Oeste Notícias, 25/4/02).*

Nem o então ministro da Reforma Agrária foi poupado:

> O ministro Jungman esculhambou o judiciário da nossa região para agradar o Rainha e o MST. Que país é esse? (*O Imparcial,* 01/01/02).
>
> O ministro Raul Jungman transformou a questão agrária no samba-do-crioulo-doido (*O Imparcial,* 24/01/02*).*

Só agora Jungmann? (*Oeste Notícias, 26/3/02).*

Observemos um texto em que o enunciador movido por um sentimento de nostalgia desliza do presente para o passado e para o futuro:

> A torcida é muito grande para que Presidente Prudente volte a ser a grande força da pecuária nacional como era antes do desembarque de Zé Rainha & Cia Ltda., sob as bênçãos do então deputado Mauro Bragato. Não custa muito recuperarmos nossa invejável posição [...] é possível voltarmos aos bons tempos [...] de seus frigoríficos, curtumes e o grande plantel de gado de corte abatido diariamente quase tudo exportado para vários países" (*Oeste Notícias,* Coluna do Neif, 12/06/2002).

A passagem do presente da negatividade para o passado da positividade, do qual se ressaltam os valores eufóricos, revela-se aí um comprometimento emocional do sujeito da enunciação. Acionado por um querer coletivo, um estado de ânimo, faz ressurgir a esperança da terra do progresso ("Presidente Prudente volte a ser a grande força da pecuária nacional como era antes do desembarque de Zé Rainha & Cia Ltda"), das grandes extensões para a criação de gado: "o grande plantel de gado de corte abatido diariamente quase tudo exportado para vários países". Assim, a nostalgia é um estado de alma que move o sujeito, sabedor de que possui a competência para um fazer, como sujeito do fazer delegado de um determinado grupo social. É então no discurso jornalístico que se engendram categorias modais, narrativas e discursivas, que simultaneamente se mesclam nos dizeres, instaurando no texto um estado de falta e de esperança de resgatar o objeto-valor. Empenhado em manter a conjunção com o objeto (a terra), aciona o passado como ponto de partida, abrindo a possibilidade de mobilizar o leitor por meio de um discurso não só nostálgico, mas bairrista, ufanista.

3.2.1.1.1. Em *O Imparcial*



O IMPARCIAL

www.imparcial.com.br Fundação: 02/02/1939 **Presidente Prudente, sábado, 30 de março de 2002** Nº 15.582 *R$ 0,70* Ano 63

Fazendeiros se armam no Pontal

Preocupados com retomada de invasões, proprietários de terras da região reforçam segurança contra MST

Paulo de Paulo

Fazendeiros estão contratando seguranças armados para defender suas propriedades no Pontal do Paranapanema contra a ameaça de invasões pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). A alegação oficial é de que os seguranças estão sendo contratados para evitar roubo de gado, crime comum na região, mas o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luís Antônio Naban Garcia, disse que a maior preocupação é mesmo com os sem-terra. "Depois que os líderes anunciaram a retomada das invasões, tornou-se intensa a procura do nosso departamento jurídico por fazendeiros que pretendem exercer o direito da reação legal previsto na Constituição", contou. Na segunda-feira, os sem-terra ocuparam uma fazenda em Teodoro Sampaio, em represália à prisão de 16 líderes do MST pela Polícia Federal, no fim da invasão da fazenda dos filhos do presidente FHC, em Buritis. Na terça-feira, o líder sem-terra José Rainha avisara, em Teodoro Sampaio, que o MST pretendia fazer pelo menos cem ocupações no Pontal. Pág. 2-A

RENOVAÇÃO Fazendo parte das comemorações da Semana Santa, foi realizada anteontem na igreja São Francisco de Assis a tradicional missa do lava-pés, na qual estiveram cerca de 1.500 pessoas. A celebração foi conduzida pelo padre Jerônimo Gasques, que conseguiu arrecadar 1.500 litros de leite para pessoas carentes. Pág. 1-B

Guerrilha colombiana dá assessoria política a lideranças do MST

A missão no Brasil do guerrilheiro colombiano Carlos Bernardes é ingrata: atua desde 1999 junto a lideranças populares, principalmente do MST, da Liga Operária Camponesa e do Movimento Revolucionário dos Sem-Terra, para convencê-las a evitar ações radicais, como foi a invasão da fazenda de FHC. O revolucionário, agrônomo e ex-cafeicultor em seu país, garante que, "com base na argumentação da conveniência política", evitou uma série de quatro seqüestros de políticos e empresários pouco antes das eleições de 1998. Bernardes, o Comandante Bernal, é um dos dez integrantes do comando superior das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). O objetivo dessa linha de trabalho é evitar que eventualmente possa vir a ser atribuído à organização um processo sistemático de exportação da guerrilha e do terrorismo no continente. Pág. 2-A

Mário Luiz

Editorial

A Prefeitura de Prudente não conseguiu esclarecer completamente os verdadeiros objetivos que a levam a propor a extinção do Sassom. Chega-se a acreditar, diante de denúncias feitas pelo Sindicato dos Servidores, que o Executivo não queira deixar transparentes ao público esses objetivos. O sindicato diz que há interesse da Prefeitura em beneficiar um plano de saúde de propriedade da família do chefe do Executivo. Pág. 3-A

Nessa primeira página, como a comandar o olhar do leitor, dois textos, à direita da página se juntam em torno da manchete "Fazendeiros se armam". Como moldura, evocam o cenário de violência no Pontal. Sem marcas de presença do enunciador, constrói-se o tecido da isotopia desse tema e também o papel temático dos sujeitos envolvidos no processo da enunciação do texto.

Ao nos referirmos a "comando", admitimos a manipulação de um sujeito que realiza um fazer persuasivo sobre o outro que deve reconhecer como dizeres verdadeiros: "Fazendeiros se armam no Pontal" e "Guerrilha colombiana dá assessoria política a lideranças do MST". Em se tratando de interação comunicativa, enunciador e leitor devem pertencer, ambos, ao mesmo universo axiológico, compartilhando as mesmas crenças e os mesmos valores sociais. Nessa paridade ideológica, deve haver assim uma concordância quanto à sanção para as ações dos fazendeiros. O leitor deve ser conduzido para crer que os fazendeiros se armam porque existe motivo para isso.

Em seu papel de destinador-manipulador, responsável pelos valores do discurso e capaz de levar seu interlocutor (o leitor da notícia) à crença da suposta "verdade" sobre os fatos, constrói uma isotopia da ação disfórica para inserir o ator "fazendeiros". Actantes do percurso narrativo da luta pela terra, não há como negar a dimensão polêmica dessa narrativa. Na disputa pelo mesmo objeto-valor (a terra), comparecem "os fazendeiros" e "os sem-terra". Há um episódio que envolve os atores enunciados "fazendeiros do Pontal" ("Na segunda feira, os sem-terra ocuparam uma fazenda em Teodoro Sampaio"). Atualizam-se nesse percurso "os fazendeiros" no papel de sujeitos que estão sendo apartados de seu objeto-valor (a terra) pelos atores "sem-terra" que desempenham a função de anti-sujeito. Função perturbadora na sociedade do Pontal, referenda a construção de uma isotopia temática da violência. Quanto mais se configura a presença do anti-sujeito, mais se configura o efeito de descontinuidade entre os actantes (fazendeiros e sem-terra) que participam dos percursos da busca pela terra.

Ao considerar os fatos em "Fazendeiros se armam no Pontal", não se pode fazer nenhuma leitura que leve a sancionar negativamente os fazendeiros por sua ação de se armarem. Os dizeres não parecem deixar dúvida sobre a perfórmance dos donos da terra cujo agir pela violência se justificaria. Mas, se considerarmos que pode haver brecha para o leitor lançar um outro olhar, que não coincida com o que se constrói enunciativamente, poderia ser levado à reprovação dessas ações, sancionando negativamente os fazendeiros.

Para que não ocorra essa possibilidade, é preciso construir o praxema estereotipado do anti-sujeito criminoso. Ao se acrescentar ao primeiro texto que segue à manchete e aos dizeres do subtítulo, o texto "Guerrilha colombiana dá assessoria política a lideranças do MST", o sujeito enunciador referenda os efeitos de sentido disfóricos ("invasões", "ameaça", "roubo", "crime") disseminados no espaço que ocupa toda a metade à direita da página. Associado às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), cria-se a isotopia da violência, do ativismo político da ilegalidade, da desordem social. O nome "guerrilha" assegura tal isotopia em um quadro axiológico de julgamento que aponta para o perigo dos atentados, das revoltas populares, da subversão da ordem social. Materializa-se o discurso que endereça os sem-terra à condição da ameaça terrível para a sociedade, especialmente a do Pontal, na contraposição à dos fazendeiros. É direito dos donos da terra se protegerem contra aqueles que podem trazer a insegurança, a instabilidade da paz social. Nesse caso, o armamento dos proprietários rurais se justifica, visando ao combate do anti-sujeito (os sem-terra).

Os privilégios da condição social configuram-se sob a forma de um discurso de um poder-fazer (poder se armar) inequívoco dos proprietários rurais (“direito da reação legal previsto na Constituição”), no reconhecimento do direito à terra, regido pelas ações de compra e venda, segundo as normas capitalistas. Mas isso não quer dizer, contudo, que não haja um contraponto para deslocar a lógica do dizer jornalístico. Trata-se de incorporar um saber semiótico para identificar alguma brecha por onde se possa lançar um outro olhar, que não coincida com o do enunciador.

Na possibilidade da ocorrência de tal hipótese, trabalha o enunciador para que isso não ocorra. Move-se então para que não haja brechas por onde perscrute o olhar de um leitor mais atento. Na tentativa de impedir que isso aconteça, investe em seu fazer persuasivo para não permitir que se desvie do contrato de veridicção, do pressuposto de crença a ser assumido. Busca procedimentos para fazer-parecer verdadeira a sua enunciação. Assim, do lugar de onde fala, tem como tarefa associar os percursos entrecruzados e sobrepostos da violência entre sem-terra e fazendeiros. Por meio da associação ao corriqueiro universo figurativo da negatividade, que sustenta os jornais do Pontal para construir a imagem do MST, a isotopia da contravenção (“invasões”, “ameaça”, “roubo”, “crime”, “ações radicais”, “seqüestros”, “guerrilha”, “terrorismo”) estabelece relações de força entre os elementos atualizados na página, preenchendo as condições de oposição entre a ação de violência dos fazendeiros e a ação do MST. Esse poder de construção do discurso do conflito pela terra leva o enunciador a contrapor em diferenças e similaridades os dois atores (fazendeiros e MST) para a encenação na primeira página.

O destaque é para a manchete “Fazendeiros se armam no Pontal” e para o subtítulo “Preocupados com a retomada de invasões, proprietários de terras de região reforçam segurança contra MST”. Dois *lides* fazem a chamada para as matérias, destacando-se em negrito o título “Guerrilha colombiana dá assessoria política a lideranças do MST”.

Considerando a manchete “Fazendeiros se armam no Pontal”, configura-se aí a presença do ator “fazendeiros”. No plano do narrado temos um sujeito que se define por ter sua complementação sintática conduzida pelo predicado “se armam”. Assim temos um sujeito que está em conjunção com o objeto valor (arma). Do ponto de vista semiótico, se o sujeito tem a posse de algo é porque quis ou, pelo menos, achou que devia. Além do querer e do dever, que já respondem por uma fase, origem dessa ação, está o respaldo de toda a competência de sujeitos que dispõem do poder para tanto. Assim, os fazendeiros quiseram se armar, pois supõe-se que deviam fazê-lo e, ocupando um lugar hierarquicamente superior (“os

proprietários de terras da região”*),* têm poder para isso. Pela ação de se armarem, consubstanciam-se as condições para um fazer, assegurado pela posse do objeto “armas”: eles tornam-se competentes para a ação da defesa da terra. E é nessa competência, conforme vamos observar em outros textos, a serem contemplados mais adiante, que está a origem do desenvolvimento das outras fases desencadeadoras da narrativa do conflito no Pontal. Ao se considerar legítima a posse das armas, institui- se simultaneamente um modelo narrativo que prevê a atividade de um sujeito que responde a injunções sociais pertencentes à ordem de onde emanam forças e influências de poderes preestabelecidos. De natureza cultural, trata-se de um plano axiológico representativo de um sistema de valores que impulsiona a ação de confronto, a que o texto analisado anteriormente “QUEREMOS PAZ ... e RESPEITO!!!” trata como “verdadeiro clima de ‘guerra’”.

Considerada essa competência de poder estar armado, institui-se a instância que abriga as razões implícitas desencadeadoras do clima de conflito. Trata-se de um plano axiológico, no interior do qual se origina a ação de se armar, com respaldo na sociedade, que reconhece a ação da violência.

A articulação das figuras que sedimentam o discurso da disputa pela terra, tanto pode ser pensada como uma rede de relações que dão suporte e organizam a ideologia que a enunciação quer transmitir, ou impor, como pode levar a imaginar algum recorte na organização dessa visão de mundo. Trata-se de articular a figurativização (“Fazendeiros se armam no Pontal”) a partir da suposição de um “abalo provocado pela intervenção do sujeito individual”, em que “novas figuras sensíveis que dão conta da perturbação sofrida pelos valores estabelecidos e pela vibração das valências, vão sendo assimiladas” [...] “segundo um gradiente de variação de intensidade”. (BERTRAND, 1996).

Ao desencadear a intervenção dos leitores, enquanto poderes constituídos na sociedade, lançando a dúvida quanto à confiabilidade dos valores convocados em discurso na página, observa-se a perturbação sofrida pelos valores fixos e a vibração das valências sobre os valores sociais.

Como construção discursiva, capaz de provocar a adesão ou não do leitor, as figuras que manifestam a ideologia dos proprietários rurais (“Guerrilha colombiana dá assessoria política a lideranças do MST”, “Fazendeiros se armam no Pontal”) podem passar a ser vistas não a partir da analogia posta no texto. Assim, “a identidade da relação que reúne dois ou mais pares de termos” (GREIMAS & COURTES, s/d, p. 20), de modo a articular os

sentidos que estabelecem a necessidade das ações violentas dos fazendeiros em decorrência das ações dos sem terra, pode ser desestabilizada.

Considerando, então, um alargamento da noção de contrato fiduciário, que se deveria estabelecer entre os sujeitos da enunciação jornalística (o reconhecimento que os fazendeiros se armam para se defenderam dos sem-terra, que supostamente estariam recebendo armas da guerrilha colombiana), reconhecemos que a habilitação dos valores figurativos não se dá em uma única direção. Ora, deve-se levar em conta a instabilidade e reversibilidade da relação entre sujeitos que percebem (enunciador e leitor) e o objeto percebido (a terra).

Considerando também que as isotopias figurativas (armar-se, guerrilha, violência) sugerem "efeitos de realidade, mas também de surrealidade ou de irrealidade" (BERTRAND, 1996), subjacente à veridicção, a habilitação dos valores institui um espaço fiduciário que assegura as múltiplas possibilidades de apreensão e de interpretação daquilo que pressupõe o exame das condições da função figurativa. Isso posto, importam, então, não apenas os efeitos de sentido apresentados pelas figuras, mas a maneira como eles foram construídos e como se chegou lá.

Em consonância com as reflexões sobre a semiótica no item 1.3 do capítulo 1 da primeira parte desta tese, o enunciado jornalístico deve ser pensado como espaço fiduciário que está na base de uma concepção de figuratividade que se tenta construir a partir de *Da Imperfeição* (GREIMAS, 2002). Como um espaço semiótico próprio, na dinâmica sujeito-objeto, não mais unidirecional na geração e fixação de valores, as figuras no texto jornalístico devem ser vistas como intercambiáveis, instáveis e reversíveis.

Evidenciada a associação entre as figuras "fazendeiros" e "armas", o que se constrói é o tema da violência que, diretamente remete àqueles que são donos da terra. De acordo com essa associação, o leitor pode ser levado a ver na figura dos fazendeiros, o simulacro de praticantes de atos condenáveis. Instauradores da violência no campo, transgressores de normas da justiça, os fazendeiros, portadores de armas, atentam contra um clima de paz. Constituem-se, portanto, como função perturbadora dessa ordem social. Nesses termos, são anti-sujeitos. Passaria a vigorar, então, um sentimento de condenação a seus atos. No interior dessa axiologia, valores típicos da instauração da força, da qual originou a ação de defesa, residem valores de transgressão de normas da justiça, desencadeadores de outras ações de violência .

Nesse discurso dito "sem narrador", o papel do enunciador é o de realizar um fazer interpretativo: um fazer-saber. Como grande responsável pela discursivização dos fatos que o leitor deve-saber, busca razões para justificar o enunciado "os fazendeiros do Pontal se armam", na organização do fio condutor de dizeres, implícitos a uma voz que soa para instaurar um ponto de vista diante do tema.

Sabemos que, para analisar a dimensão persuasiva desse discurso construído na página, devemos levar em conta os traços que permitem reconhecer que, na sua organização, subjaz um sujeito modalizado (movido pelo querer) pelo desejo de reforçar a imagem negativa dos anti-sujeitos (sem-terra), cujo fazer é visto como ilegal, visando a convalidar a ação dos fazendeiros. A seleção e organização dos dados enunciados na página permite-nos observar a construção da posição do jornal sobre esses dizeres, que tendem para a ilusão de ausência de um responsável por eles. Ao valer-se de um discurso em terceira pessoa, o enunciador, distancia-se de seu dizer, obtendo com isso o efeito de sentido de objetividade. Referenda no segundo texto as regularidades das "escolhas" enunciativas, em que se expõe a restrição da legalidade aos sem-terra. Subjaz na página a categoria semântica fundamental (legalidade e ilegalidade) que orienta o discurso da violência na luta pela terra. De um lado, os donos da terra, legalmente reconhecidos em seu direito de lutar pela terra; do outro, os que devem ser impedidos disso. Assim, o percurso temático e figurativo é o lugar da determinação sócio-histórica do reconhecimento mútuo entre enunciador e enunciatário de que os integrantes do MST devem ser lidos como anti-sujeitos. As figuras relacionadas à contravenção da Colômbia concretizam o tema da subversão à ordem. Efetiva-se a manipulação do leitor, subtraindo qualquer possibilidade de leitura de uma imagem positiva dos sem-terra, qualquer possibilidade de serem considerados vítimas de uma ordem social nutrida pelo poder do dono da propriedade rural. A eles delega-se o poder-fazer – o de se armarem. Responsável pela interpretação do relato, o enunciatário leitor é levado a reconstruir o discurso que cria o efeito de verdade de que o fazendeiro deve responder pela ordem na sociedade e, para isso pode fazer uso da força, armando-se.

No texto que vem logo abaixo da manchete "Fazendeiros se armam no Pontal", observamos se havia possibilidade de contrariar o projeto enunciativo, na tentativa de flagrar, no interior do enunciado, uma brecha onde fosse permitido ao leitor lançar um outro olhar sobre o discurso da violência no Pontal. Constatamos que, ocorrendo essa possibilidade, haveria uma descontinuidade no processo enunciativo, resultando numa ruptura de um contrato cujos dizeres devem ser assumidos como "verdadeiros". O deslizamento do leitor

teria como conseqüência a descontinuidade no percurso de leitura construído. Logo, para que não haja tal brecha, do ponto de vista da semiótica, a estratégia é acionar os recursos enunciativos. Construídos para seduzir o leitor, o sujeito enunciador, na eficácia de seu fazer (determinar a leitura do tema) busca persuadi-lo para que aceite o ponto de vista de que o fazendeiro deve agir com violência.

Não se tratando apenas de uma primeira página, mas considerando todo um imaginário cultural, ou seja, todo o arquivo de linguagens disponíveis na cultura sobre a luta pela terra desde que entrou em cena o MST, não há como fugir da imagem desfavorável que se cria sobre o percurso desse sujeito coletivo. Esse modelo de percurso narrativo em que os sem-terra são sempre os anti-sujeitos é sempre reatualizado nos discursos da mídia. Assim, nessa página de *O Imparcial* de 30/3/02 essa reatualização nada mais é do que uma estratégia de persuasão do leitores para que concordem com o que aí se enuncia, numa cumplicidade com o enunciador, que não pode permitir desdobramento da leitura e conseqüentemente do sentido. Nesse contexto a aprovação do uso das armas é reiterado e intensificado pelos sujeitos da enunciação jornalística. Assumem a identificação com os sujeitos da narrativa da terra no Pontal do Paranapanema, em concordância com os fazendeiros e condenação dos sem-terra.

Em consonância com o que vimos sempre sustentando, a comunicação do leitor com o texto se estabelece a partir de um enunciador que cria um discurso persuasivo em que informam sobre a ação dos fazendeiros (“se armam no Pontal”). Este fazer-saber é apenas um programa auxiliar de um programa principal dos donos da terra (defender a propriedade rural), por meio da luta armada. A perfórmance pragmática (aquisição das armas) de um sujeito justifica-se no sentido da busca de maior competência para aquisição dos valores modais (poder para enfrentar), atualizando-o para a defesa contra o anti-sujeito. Ao se considerar que um sujeito executa um fazer pragmático, tendo na aquisição das armas a sua proteção, pressupõe-se a intensidade das emoções que o invadem. Nesse sentido, a imagem que se constrói do fazendeiro é a de um sujeito tomado pelo sentimento do medo. A prevenção dos sujeitos contra o suposto inimigo é atribuída aos efeitos da evolução passional desse sentimento, que nada mais é do que uma progressão tensiva cujo limite confunde-se com o desencadear dos

3.2.1.1.2. Em *Oeste Notícias*


OESTE NOTÍCIAS

www.oestenoticias.com.br ANO VII - Nº 2314 QUARTA-FEIRA 27 MARÇO - 2002 R$ 0,70 Presidente Prudente - SP

Biscoitos Liane ocupam 6º lugar no ranking

dutos fabricados em Presidente Prudente estão entre os mais consumidos em todo Brasil

Vamos à primeira página de *Oeste Notícias*.

Ocupando quase a metade da página, associam-se as duas manchetes em negrito: **Dono de ferro-velho atira em homem no lixão** e, logo abaixo, **MST destrói área de soja para jogar futebol.** Como subtítulo à frase explicativa: "Invasores jogam futebol e baralho, além de outras diversões, na fazenda invadida na segunda-feira". Os destaques verbais vêm acompanhados de duas imagens. A primeira delas, obtida por um *zoom* da câmera, redimensiona o tamanho do objeto, uma arma e dois cartuchos em cores que se sobressaem no branco do sulfite da folha. Hiperbolicamente, essa imagem se junta à foto de homens

brincando de bola numa plantação, cujo fundo verde une-se ao infinito azul e branco do céu, sendo explicitada pelos dizeres da legenda: “Sem-terra jogam futebol com bola e campo improvisados, onde arrancaram soja”.

A notícia, conforme indicação, ocupa a página 5 do primeiro caderno, sob a vinheta **Problema Fundiário,** seguida do título **MST destrói soja por jogo de futebol,** em toda a largura da página. Os títulos das demais matérias sobre o assunto são: “MST ameaça outras invasões na região do Pontal” ; “Dia no acampamento é de diversão e de ameaça”; “MP dá parecer favorável à manutenção de posse”.

Vale ressaltar que, no sincretismo de linguagens, não há como deixar de destacar o efeito de sentido de subjetividade criado pela enunciação. Ainda que, no nível do parecer, se tente criar a impressão de objetividade dos acontecimentos factuais, pode-se flagrar a existência de uma voz a conduzir o leitor. Nesse exemplo, como em inúmeros deles, só é possível apreendermos essa organização a partir do conjunto coeso das partes, ou seja, depois de estabelecer relações entre as linguagens utilizadas. É assim que, na associação entre o plano de expressão visual e o verbal, observa-se que “arma” e “indivíduos brincando” levam-nos à instância organizadora da enunciação que implicitamente condena as ações dos atores “sem-terra” cujo papel actancial é sancionado negativamente. Na relação do sentido entre a figura “arma”, relacionada às imagens hiperbólicas dos cartuchos e às figuras da manchete “jogam futebol com bola” e “diversão”, nota-se uma organização do dizer que conduz à associação metafórica do fazer do ator como irresponsável.

Ao se colocarem lado a lado dois acontecimentos distintos, o do mundo do crime (“homicídio no lixão”) e o do lazer (“diversão dos sem-terra”), observa-se aí a presença de um enunciador que funciona não apenas como um fio condutor que põe em processo as informações factuais, mas também como elemento que relaciona os textos da página, associando-os a uma determinada ideologia. Subjaz à implícita relação entre o visual e verbal de dois acontecimentos tão díspares, significações que, no plano axiológico, não podem ser vistas de forma inocente. O enunciador, ao instalar o sujeito “sem-terra” numa narrativa da diversão (o jogo de bola), instala, simultaneamente, um percurso (ou um estado) da contravenção, já que seu fazer também foi destruidor, afinal, destruíram uma área de soja e, desse modo, a ação de destruir atualiza, associando-se a elementos da primeira narrativa (o assassinato no lixão). Não há, portanto outra saída para o leitor, a não ser fazer a conexão entre os dois percursos (o dos assassinato ao do jogo dos sem-terra), conectando os dois textos a uma axiologia cujos valores estão disforicamente marcados. As duas imagens passam

a fazer parte de um mesmo campo semântico, na configuração discursiva em que se destaca a ilegalidade. Determina-se aí, sem sombra de dúvida, o universo ideológico dos valores de sujeitos que são sempre qualificados como "infratores, destruidores, irresponsáveis, preguiçosos". Assim, a foto de parte de uma "suposta" arma e o instantâneo de uma brincadeira de bola são textos que não devem ser tomados independentemente como se constituíssem o sentido por si sós. Vistos como simples unidades, são convocados a constituir sentido num texto maior, a constituição da primeira página, a que se subordinam, aí estabelecendo uma relação polêmica.

Como fazer a leitura de uma foto que se destaca na página pelo seu tamanho aumentado e que não remeteria a nenhum sentido com uma arma, não fosse a proximidade a dois cartuchos na tonalidade de um vermelho vivo? Comparada à foto à direita (dos sem-terra), nota-se a desproporção entre o tamanho do objeto e o dos sem-terra. Sua imagem (indivíduos que parecem correr atrás de uma bola) se torna muito pequena.

As imagens poderiam ser lidas isoladamente, cada uma delas funcionando como um texto, a comunicar o sentido flagrado pelo instantâneo fotográfico. Considerando sob esse aspecto, o leitor teria diante de seus olhos duas imagens bem distintas, a foto de uma arma e a de uma cena de pessoas (crianças, jovens ou adultos) correndo atrás de uma bola. Não é possível distinguir bem pela focalização à distância, mas interpretada pela legenda "Sem-terra jogam futebol com bola e campo improvisados (sic), onde arrancaram (sic) soja". É um dizer que traz um recorte da realidade. Com esse dizer, chega também à página uma instância de enunciação que revela seu estado de inconformismo ao avaliar negativamente a ação dos sem-terra. Apontando para uma rede de sentidos, vai-se conduzindo o olhar do leitor para o que está sendo enunciado na página. Assim, ele deve crer que o campo improvisado resultou da ação ilegal de arrancar a soja em uma terra que, não lhes pertencendo, não lhes era facultado esse direito.

O destaque para a primeira foto, evidencia a iconicidade do objeto que, mais do que recurso que leva à semelhança com o objeto representado, funciona como uma espécie de mecanismo de persuasão veridictória. A fotografia do cano da arma pode ser vista aí como garantia para a crença aos dizeres do enunciador. Os traços sensoriais, pelo uso da cor vermelha, na foto da arma, saltam aos olhos do leitor. A cor, associada às figuras da negatividade da legenda ("arma de fabricação caseira", "três canos", "tentativa de homicídio", "lixão") conduz o fato destacado em manchete ("Dono de ferro-velho atira em homem no lixão"). No mesmo cenário, juntam-se dois acontecimentos distintos, numa associação pelo

mesmo percurso figurativo. Assim, também para remeter aos sem-terras: “destrói”, “Invasores”, “jogam baralho”, “fazenda invadida”).

Os recursos, mais do que conduzir dizeres para o conhecimento dos fatos, exemplificam uma organização textual que visa à manipulação do leitor. Mais do que “sentidos” a serem noticiados, funcionam como efeitos de sentido a serem acrescentados ao universo dos fatos.

Para essa realidade discursiva, o leitor poderia perguntar: Que relação há entre dois fatos jornalísticos tão díspares para se emparelharem na manchete: **Dono de ferro-velho atira em homem no lixão** e **MST destrói soja por jogo de futebol** ?

Na relação com o percurso figurativo a que remete a foto à esquerda (arma, bala, homicídio, lixão), está posta, então, a enunciação de um sujeito que, sem assumir um dizer, fortalece a imagem negativa dos sem-terra, criando um fazer persuasivo, visando a levar a um fazer interpretativo, qual seja, a desqualificação desse sujeito.

Reatualizadas pelo enunciador, ações lúdicas entram para o campo da negatividade ao serem associadas aos sem-terra. No saber heterodiscursivo do leitor a figura dos sem-terra preenche o papel temático daqueles que subvertem a ordem social por executarem uma brincadeira que não cabe a eles. A projeção escolhida, isto é, a debreagem enunciva que constitui o enunciado verbal, junto a outros procedimentos discursivos (imagens) acabam produzindo um efeito de realidade. Na referência a fatos ocorridos, o enunciado da página é verossímil, ou seja, é simulacro de situações que podem ser aceitas como verdadeiras.

O leitor, persuadido sobre essa representação, não tem do que duvidar: os sem-terra desenvolvem o percurso narrativo da busca de um objeto valor que não lhes pode ser concedido (a brincadeira). Ora, só lhes resta serem julgados, devendo ser sancionados pelos atos praticados, independentemente de se tratar de atividade lúdica (“jogam futebol”). As figuras que remetem a outras atividades (“jogam baralho”) que englobam um percurso figurativo marcado pela negatividade, transforma uma simples pelada de futebol, na relação com o jogo de baralho e outras diversões em fazeres condenáveis para justificarem a sanção negativa dos sem-terra.

No texto verbo-visual da primeira página de *Oeste Notícias,* sincretiza-se a função de um destinador que constrói os sem-terra como aqueles que preenchem o papel de preguiçosos (diversão ao invés de trabalho), irresponsáveis e inconseqüentes (destruíram a plantação para fazer um campo de futebol), contraventores (“invadiram” a fazenda). Na associação com os textos enunciados, essa isotopia da contravenção leva à reiteração da

sanção negativa, ao transbordamento dos efeitos de sentido da negatividade. Em resumo, pelo investimento discursivo, os contornos axiológicos que enquadram os sem-terra é o de que não são merecedores de crédito na sociedade. Trata-se de uma etapa de simulação de um dizer verdadeiro desenvolvida nessa construção jornalística para a interpretação da narrativa da luta pela terra, em que a instância enunciativa de *Oeste Notícias* manifesta aí, nessa primeira página, a sua competência (tem o saber e o poder) para essa perfórmance discursiva de construir o tema do conflito agrário do viés ou da ótica da elite agrária.

Em se tratando de imagem negativa do sem-terra nas primeiras páginas de *Oeste Notícias* e *O Imparcial,* temos uma riqueza de material. O tecido da isotopia da subversão à ordem social constrói o papel temático estereotipado do vilão, daqueles que lutam pela terra como contraventores que se opõem ao universo de valores capitalistas. No imaginário da população em geral, esse papel é preenchido pela figura dos atores que, executando o discurso do MST, desenvolve o percurso narrativo da busca de um objeto valor (a terra) que não lhes pode ser concedido por se tratar de uma ação fora das relações do sistema capitalista, que só admite a aquisição dos bens pelas transações de acordo com as normas do mercado.

O estoque de temas e figuras para sustentar a associação entre sem-terra, o líder José Rainha e infratores (traficantes, ladrões, homicidas, etc.), pode ser depreendido em toda a construção jornalística dos dois veículos. A presença dos atores "sem-terra" na primeira página já traz a indicação do espaço que lhes é reservado no jornal: a folha policial. Em todos os âmbitos da esfera social seus traços de conduta são sempre associados ao papel temático de irresponsáveis, cujo fazer em termos de papel actancial é o de destruidor do equilíbrio social no Pontal. Isso se estende até para o campo do lazer, como observamos nos textos anteriores, em que é possível visualizar imagens definidoras do sem-terra no papel temático estereotipado do malfeitor. Interessante observar que até um dos advogados e políticos bastante conhecidos no país, Greenhalg, por ser notícia ligada a José Rainha, vai também para a folha policial (Greenhalg visita Rainha em Venceslau). (ANEXO, p. 341 a 343). O que os textos jornalísticos semeiam é a possibilidade de captar os atores sem-terra como seres de linguagem que representam a negatividade do ser social. Assim, tais atores se constituem como simulacros de seres desqualificados para a vida em sociedade.

O percurso narrativo do sem-terra no Pontal do Paranapanema, na conquista de seu objeto-valor, não pode se realizar, custe o que custar. Conforme vimos até aqui, em se tratando da temática da luta pela terra, as primeiras páginas conferem traços reiteradores da maneira do discurso jornalístico da região do Pontal lidar com o tema. Nessa perspectiva, os

textos de um e outro jornal aí articulam estratégias enunciativas por meio do sincretismo de linguagens (verbais, não-verbais) para persuadir o leitor a condenar a realização do percurso dos sem-terra.

O confronto entre o prefeito e o MST era considerada situação bastante peculiar. Havia motivos de sobra para que o Pontal vivesse uma situação de tensão, o que levaria à produção de textos durante todo o ano de 2002. Se, conforme já afirmamos, a região respira o ar que emana das questões fundiárias, a partir do incidente sobre a tentativa do prefeito para impedir a manifestação dos sem-terra, ocorrido no dia 29 de janeiro, a situação tornou-se insustentável. O assunto, que teve repercussão nacional e internacional, passou a ser fonte de assunto para o ano todo. A produção ancorada na temática do enfrentamento entre o prefeito de Presidente Prudente e os sem-terra excitou o imaginário cultural de toda a região do Pontal e o arquivo de linguagens do discurso jornalístico sobre a luta pela terra fez aflorar figuras e percursos recorrentes sobre essa temática.

3.2.1.2. O Confronto entre o Prefeito e o MST



O IMPARCIAL

www.imparcial.com.br FUNDAÇÃO: 02/02/1939 Presidente Prudente, terça-feira, 29 de janeiro de 2002 ANO 62 Nº 15.531 R$ 0,70 Ano 62

Agripino abre guerra contra MST

Prefeito decreta ponto facultativo em PP e promete barrar pessoalmente marcha organizada por sem-terra

Paulo de Paula

Cerca de 600 sem-terra iniciaram marcha ontem em Presidente Bernardes

O prefeito Agripino Lima (PTB) abriu guerra contra o MST. Ele prometeu ontem barrar pessoalmente a marcha organizada por sem-terra do Pontal do Paranapanema prevista para chegar hoje em Presidente Prudente. E chegou a decretar ponto facultativo na cidade. Agripino, que não quer permitir a entrada dos sem-terra na cidade, disse que receberá os integrantes do MST "a pau". O prefeito afirmou que o líder José Rainha Júnior só entrará em Prudente se passar por cima de seu cadáver. Rainha comparou Agripino a Adolf Hitler, ditador alemão da Segunda Guerra Mundial. O MST realizou ontem, na rodovia Olímpio Ferreira da Silva, em Presidente Bernardes, uma manifestação seguida da marcha intitulada "Por terra, justiça e paz". Cerca de 600 membros do movimento participam da caminhada, que tem objetivo de discutir com o poder público estadual algumas questões judiciais tomadas contra integrantes do MST, além de cobrar da Justiça agilização da reforma agrária. Pág. 3-B

O prefeito Agripino Lima decretou ponto facultativo e prometeu barrar o MST

Concentração em acampamento do Pontal: objetivos são "terra, justiça e paz"

O líder José Rainha Júnior comanda manifestação: comparação com Hitler

A página elege o acontecimento que destaca o conflito entre os dois líderes: o prefeito de Presidente Prudente e o líder do MST. Os enunciados têm como referência a foto do prefeito Agripino e a de Rainha, cercados pela sociedade local e pelos sem-terra.

O emprego das imagens ressalta o processo em si (o conflito). Independentemente das demarcações enunciativas de pessoa, tempo e espaço, numa seqüência semanticamente lógica, destacam-se os dois sujeitos envolvidos nessa "história". De um lado um sujeito (sem-terra) desenvolve um programa narrativo de manipulação: querer entrar na cidade de Presidente Prudente. De outro, um sujeito tensivo (o prefeito) elabora um outro programa para impedir tal ação narrativa. O leitor vê-se aí diante de um duelo, em que sujeitos medem suas capacidades para agir. Ao vencedor cabe o direito do reconhecimento da sociedade, enquanto ao perdedor, só resta o descrédito popular. O centro da atenção se desloca para a ação, focalizando-se principalmente na sanção, ou seja, no julgamento da instância enunciativa que

avalia a partir do quadro axiológico no qual se realizou a ação narrativa de um sujeito passional que perde o controle sobre a situação.

O enunciador expõe o programa narrativo da disputa pela terra, do ponto de vista de dois sujeitos que lhe atribuem valores distintos. Enquanto um faz valer o seu poder autoritário, ("decretar", "prometer"), o outro o desqualifica, atribuindo-lhe o papel temático de nazista, o grande mal a ser combatido ("comparação com Hitler").

O discurso sobre a ação dos sem-terra se sobrepõe ao discurso sobre a ação do prefeito. A cena em que se flagra a mão de Rainha para o alto, em posição de orientação aos sem-terra, se fortalece e assegura a direção de uma percepção tornada legível no texto ("O líder José Rainha comanda manifestação: comparação a Hitler").

É curioso verificar que se cria um clima de insegurança, o que pode alimentar a insegurança do leitor, funcionando como uma espécie de mecanismo de persuasão veridictória, por intimidação. Poderíamos dizer que a reprodução das informações pela enunciação sustenta-se pela criação de tensão, ou seja, o enfrentamento de líderes torna mais intenso o clima de guerra por meio da enunciação discursiva. Os fatos que se têm são bastante demarcados. Entretanto, o antagonista realiza seu percurso narrativo, tornando-se preocupante o fato de ter-se tornado competente a partir da ajuda do governo estadual. O prefeito, obrigado a desconsiderar suas palavras ("Em Prudente, ele [Rainha] só entrará se passar por cima do meu cadáver"; "Eles terão que me matar para entrar na cidade"), teve que acatar ordens do governador cuja autorização liberou a manifestação. Assim, os sem-terra, com Rainha à frente realizaram seu percurso narrativo (percorreram as ruas da cidade e não obedeceram a ordem do poder executivo municipal).

Os dizeres que vêm abaixo de uma das imagens fotográficas ("objetivos são: terra, justiça e paz") virtualizam as principais tensões mobilizadoras do discurso do jornal sobre "a guerra contra o MST", conforme está na manchete. Há um fortalecimento do sujeito "sem-terra" que cresce em poder. Competente, para dilatar suas ações, o MST vai tendo suas ações justificadas, convertendo-as em predisposição para a luta pela terra, como se tratasse de um bem comum, a que o MST teria direito.

Se a mobilização do prefeito de Presidente Prudente contra os sem-terra foi desencadeadora do confronto entre fazendeiros e MST, o clima de tensão no Pontal foi ainda mais intensificado reforçado quando aconteceu a ocupação da fazenda do então Presidente FHC.

Como notamos, na organização do material para o *corpus*, a impressão era a de que falar da terra era falar sobre o tema do conflito como se houvesse uma gradação intensa manifestada pela reiteração da figura lexemática "guerra" (*O Imparcial*, 24/01/02), que conduz grande parte da produção jornalística de *O Imparcial* e *Oeste Notícias.* Poderíamos nos referir aí a um discurso que permite deixar ecoar muitas vozes. Segundo Nascimento (2004, p. 195):

> [...]equivaleria a um dicionário discursivo (Groupe Déntrevernes,1984, p.96) que se apresenta como um estoque de temas e motivos, isto é, de configurações discursivas, ou seja, os diferentes discursos em que uma figura lexemática ocorre. Todo texto empresta desse dicionário percursos figurativos já realizados. [...] O dicionário discursivo tem, então, o papel de memória cultural, ele armazena percursos figurativos antigos e incorpora novos [...].

Explica a autora que o "estoque de figuras lexemáticas e de seus percursos figurativos já realizados compõe o imaginário cultural de um povo." (NASCIMENTO, 2004, p. 195). Isso nos leva a afirmar que o sujeito enunciador de *O Imparcial* e *Oeste Notícias* escolhe, no imaginário cultural local (do Pontal), figuras e percursos figurativos relacionados ao conflito da terra para atribuir-lhes novos traços semânticos associados geralmente a papéis temáticos que intensificam a idéia do mal social ocasionado pelo MST, a cada texto que vai para a página diariamente.

A luta entre fazendeiros e MST é o fio condutor dos discursos. Ora, temos que levar em conta que havia motivo para esse assunto estar sempre presente na mídia do Pontal. Nunca apagado, retornava no episódio do confronto com o prefeito da cidade mais importante da região, Presidente Prudente, acionando todo o campo semântico a que a memória dá suporte: a terra. Como se afirma no texto "Queremos Paz e Respeito": "[...] os (fazendeiros) têm impedido ao longo desses vinte anos 'a inquietação no campo'". Se ela não era daquele momento, passava a se instaurar, reconfigurando antigas lutas. Torna-se, portanto, mais eficaz o poder dos proprietários rurais, aliás, sua atualização fica bastante revigorada pela força do poder executivo local, com o próprio prefeito de Presidente Prudente assumindo o conflito. Desse modo é como se a enunciação quisesse fazer-crer que o anti-sujeito, recebendo a oposição direta do prefeito, não tivesse direito à luta pela terra.

Um olhar que põe lado a lado os dois jornais sugere que as diferentes vozes neles orquestradas pressupõem um público leitor, em meio ao qual os protocolos para leitura dos textos sobre as questões agrárias estão difundidas e são bastante homogêneos. Ou seja, *O Imparcial* e *Oeste Notícias,* de forma respectivamente adequada ao modo de cada um,

parecem encenar a mesma construção de leitura das "realidades" locais. Em ambos, os textos desdobra-se um movimento de leitura para um público que o enunciador deve atender e, assim, construir referenciais de sentidos sobre questões agrárias, que permitam aflorar os valores confirmatórios de papéis temáticos estereotipados induzidos pela enunciação jornalística local. Enquanto se desdobram na mídia nacional novas imagens dos sem-terra que adquirem novos valores, sendo considerados como protagonistas a ocupar novos espaços não só no Brasil como também internacionalmente, o que acontece nos dois jornais do Pontal é o trabalho para a desconstrução da imagem do MST.

Não vamos aludir de forma recorrente à rixa entre os dois jornais para não abandonar o tema da análise. O nosso objetivo é sempre nos voltarmos para os discursos em que se ponha a *crença* e a *confiança* na relação para validar a manutenção dos valores ideológicos em torno do objeto valor " terra", supondo a relação entre aqueles que têm os mesmos interesses sobre a defesa da propriedade rural. Mas, na construção da identidade dos jornais, sentidos e valores atribuídos ao conflito por uma e outra empresa jornalística, têm papel fundamental na construção dos discursos sobre as questões agrárias no Pontal.

3.2.1.3. O olhar de *O Imparcial* para *Oeste Notícias* no cenário do conflito

O Imparcial aproveitou o acontecimento da marcha do MST, ocorrida no dia 28 de janeiro para "colocar lenha na fogueira" do conflito agrário da região. Subjacente ao clima de tensão instaurado pela luta pela terra, instaurou-se também a possibilidade de acirramento da competição com o órgão concorrente, *Oeste Notícias,* propriedade do prefeito. "Alfinetadas" ao prefeito explicitavam-se aos olhos de qualquer leitor, mesmo os mais desatentos. A manchete **Agripino abre guerra contra MST** (*O Imparcial* 29/01/02), contrapõe, à direita, a imagem do líder do executivo municipal à do líder do MST, José Rainha, dividindo a página com duas outras fotos de integrantes do movimento cujo destaque é para o vermelho das bandeiras.

Subjacente à encenação do acontecimento, está a desconstrução da imagem do prefeito. A contraposição entre a imagem dos dois líderes e de suas palavras, pressupõe a um leitor competente para reconhecer a ironia entre o fato construído pela linguagem verbal e as fotografias.

Na linguagem verbal, as legendas que acompanham as fotos “O prefeito Agripino decretou ponto facultativo e prometeu barrar o MST” e “O líder José Rainha Junior comanda manifestação: comparação com Hitler” figurativizam as ações dos dois líderes. Construídas no pretérito (“decretou e prometeu") as ações do prefeito, contrapõem-se às de José Rainha, construída pelo verbo “comandar”, no presente (“O líder José Rainha Júnior comanda. Essa organização discursiva acaba por levar o leitor à veracidade das ações de Rainha. O efeito de sentido da certeza é criado aí, simulado pela presentificação temporal que remete à possibilidade da realização da ação (Rainha faz). Isso não se dá em relação à competência do prefeito, que parece estar modalizado pelo querer e pelo poder, mas cuja atuação antagonista (o poder estadual) o impede de agir.

A debreagem enunciativa impera na medida em que o enunciado tem como referência ações pretéritas, como se tratasse de um dizer inquestionável. Cria-se o efeito de objetividade para a obediência a ordens superiores (a intervenção do governador) contra a qual não cabe discussão. No interior do tempo passado (“decretou e prometeu") elas levam ao efeito de esvaziamento de força de comando. A relativização do agir da autoridade municipal sustenta-se pelo sentido do verbo “prometer” que coloca o dizer no campo da incerteza, apenas da promessa. Torna relevante um querer-ser do prefeito, mas posto em dúvida pelo jornal: pode não-ser, não passando de promessa. Em contraposição, instaura-se o efeito de sentido de certeza, preenchido pelo verbo “comandar”. A associação com Hitler, estabelecida por Rainha, a que o jornal dá relevância, leva à associação da figura do mundo (o líder execrável), com a do prefeito. Assim, a enunciação parece fazer-crer que José Rainha é mais forte do que Agripino e não será impedido de agir, o que de fato aconteceu, ou seja, Rainha comandou a marcha e o prefeito não conseguiu barrar o MST.

Essa desconstrução da imagem do prefeito é reiterada em outras edições em que se pode observar que o jornal aproveita-se do ocorrido para expô-la negativamente, projetando-o num fogo cruzado entre MST e o governo estadual.

Em *O Imparcial* de 31/01/02 retorna o tema da condenação a *Oeste Notícias,* somando-se novos valores à polêmica entre proprietários rurais e sem-terra.

Vamos, então, à página.



O IMPARCIAL

www.imparcial.com.br FUNDAÇÃO: 02/02/1939 Presidente Prudente, quinta-feira, 31 de janeiro de 2002 ANO 62 Nº 15.533 R$ 0,70 Ano 62

Alckmin desbloqueia rodovia em PP

Intervenção do governador do Estado de SP permite manifestação pacífica do Movimento dos Sem-Terra

Foto de Paulo

Foi necessária a intervenção do governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), para resolver o conflito entre o prefeito de Presidente Prudente, Agripino Lima (PTB), e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Alckmin determinou à Polícia Militar o desbloqueio da rodovia Assis Chateaubriand (SP-425). A ordem foi cumprida na madrugada de ontem. Na terça-feira, Agripino Lima havia colocado máquinas da Prefeitura na estrada, para impedir a entrada de integrantes do MST em Prudente.

Com a medida tomada por Alckmin, os sem-terra, que iniciaram uma marcha "pela paz" na segunda-feira, em Presidente Bernardes, fizeram um ato pacífico na praça Nove de Julho, no Centro de Prudente. A polícia não registrou nenhum incidente. "A justiça foi feita e a vitória tem um sabor muito doce", comemorou o líder dos sem-terra, José Rainha Júnior. **Pág. 4-B**

Iluminação pública já é religada na região de PP

A empresa de eletricidade Caiuá está iniciando na região de Presidente Prudente os trabalhos de religação dos 35% da iluminação pública que estavam desativados desde maio de 2001, devido ao racionamento de energia imposto pelo governo federal. A medida foi tomada após a publicação de resolução da Câmara de Gestão da Crise de Energia, no último dia 24. O governo liberou o fornecimento total de eletricidade nos municípios do Sudeste. **Pág. 1-B**

Adolescentes tornam-se vereadores em Martinópolis

Sábado acontece na Câmara de Martinópolis, às 10h, a sessão solene de posse dos onze vereadores-mirins escolhidos pelas escolas estaduais de primeiro e segundo graus do município. A iniciativa é resultado de decreto do presidente da Câmara de Martinópolis, Aparecido Bazzetto Stuani. É a primeira vez que ocorre algo parecido envolvendo jovens de 11 a 16 anos. Os vereadores-mirins se reunirão uma vez por mês. O cargo não é remunerado. **Pág. 5-B**

Sem-terra seguem marcha rumo ao Centro de Prudente: vitória tem um sabor "muito doce", diz Rainha

Agripino é internado no HU

O prefeito Agripino Lima foi internado no Hospital Universitário, no início da madrugada de ontem, depois de sofrer uma crise de hipertensão arterial. Segundo o médico Vanderlei Ramos, Agripino, ao entrar no hospital, chegou a desmaiar. O prefeito apresentava um quadro de agitação, desidratação, insolação e queda da taxa de glicose no sangue. Lima deve ficar internado durante 48 horas. Só retornará ao trabalho na segunda-feira, informou o médico. Agripino, que tem 70 anos, foi tratado com grande quantidade de soro, para reidratação, e sedado, disse Vanderlei Ramos. **Pág. 4-B**

Ato não prejudica comerciantes

Foi pacífica a manifestação do MST promovida ontem em Prudente. A avaliação é dos próprios comerciantes estabelecidos no Centro da cidade, ao lado da praça Nove de Julho, local onde os sem-terra ficaram concentrados. O presidente do Sincovapp, Vitalino Crellis, disse que o ato, "felizmente, não prejudicou o comércio". **Pág. 3-B**

UDR apóia a atitude do prefeito

O presidente em exercício da UDR, Luiz Antônio Nabhan Garcia, afirmou que, ao promover um ato pela paz em Prudente, o líder do MST, José Rainha Júnior, comprova que é "hipócrita" e "mentiroso". Nabhan ressaltou que os produtores rurais foram solidários à atitude do prefeito Agripino Lima, que bloqueou a rodovia Assis Chateaubriand. **Pág. 3-B**

Como destaque aparecem duas chamadas, uma ao lado da outra "Ato não prejudica comerciantes" e "UDR apóia a atitude do prefeito". Acima delas, a manchete **Alckmin desbloqueia rodovia em PP.** A chamada "Intervenção do governador do Estado de SP permite manifestação pacífica do Movimento dos Sem-Terra", seguida de outra "Agripino é internado no HU", traz para o cenário do conflito os atores "as autoridades estadual e municipal". A enunciação parece destacar a perfórmance do governador para evidenciar a desmoralização do prefeito da cidade que, vulnerável frente aos embates, sofre uma crise de hipertensão ("ao chegar ao hospital, chegou a desmaiar").

Chamamos a atenção para os dois acontecimentos “a intervenção do governador e a internação do prefeito”. Se o leitor acredita que o jornal mostra fielmente a “realidade”, esses fatos fazem sentido por si sós. Mas, lembremos que na edição de *O Imparcial*, de 29/01/02, quando se presencia a *mise-en-scène* do conflito entre o prefeito e o MST, o enunciado privilegia a autoridade municipal. Ao invés do acontecimento, que chamava atenção, não apenas da região do Pontal, mas de todo o Brasil, colocava-se ali em evidência o prefeito de Presidente Prudente. O conflito naquele momento passava a ser com o governador do Estado. Assim, da mesma forma que o leitor assistiu à construção de um duelo entre a autoridade municipal e José Rainha, agora um dos antagonistas mudava.

O jornal busca como núcleo narrativo da reportagem a polêmica entre duas autoridades, numa disputa de forças, em que cada um desses atores tenta fazer prevalecer sua capacidade para dar as ordens. Ao vencedor caberia o reconhecimento, enquanto ao perdedor só restaria a condenação. No caso do prefeito estava aí em jogo o seu percurso narrativo como destinador manipulador da sociedade local.

A notícia em questão parece-nos que não tem como eixo gerador a questão agrária, posta de maneira isenta, mas, entra como desencadeadora de uma sanção. Tentemos ser mais claros. Dizemos então que um destinador-julgador (o jornal) organiza o enunciado (“Alckmin desbloqueia rodovia em PP”), convocando o leitor a fazer o julgamento das ações do prefeito.

Convocado para a cena, a enunciação parece fazer-crer que a perfórmance do governador do Estado, sendo um sucesso, evidencia o insucesso do percurso narrativo do prefeito. A chamada para as matérias é construída de modo a criar a condenação da autoridade municipal, responsabilizado duas vezes pelo insucesso de suas ações, que resultaram num impasse. Nesse caso específico da marcha do MST pela cidade, a base opinativa e ideológica de sustentação dos referidos textos leva à leitura da imagem dos proprietários rurais de todo o Pontal, que foi denegrida, devido à falta de habilidade do prefeito.

Como se não participassem do relato, os enunciadores Nel Oliveira e Rodrigo Blini, valendo-se da debreagem enunciva de pessoa, de tempo e de espaço, relatam uma seqüência de acontecimentos sobre a marcha que teve a terra como eixo gerador das reportagens. Assegura-se a partir desse mecanismo discursivo a explanação dos acontecimentos, importante para que não pareça que o jornal esteja se posicionando favoravelmente à marcha. Ambos os textos apresentam como determinante espacial do plano discursivo a cidade de Presidente Prudente. Como espaço do conflito, as expressões “ato pacífico em PP”, “Governador de SP desbloqueia rodovia” e “na praça Nove de Julho com

1.000 trabalhadores" trazem também marcas actanciais e espaciais respectivamente, o cenário do conflito e a oposição aos atos do prefeito.

A figura emblemática do prefeito, cuja imagem se constrói como geradora da discórdia, parece representar os contendores que lutam para obtê-la (ou para não perdê-la): "O prefeito [...] abriu guerra contra o MST. Ele prometeu ontem barrar pessoalmente a marcha [...] prevista para chegar hoje em Presidente Prudente". No entanto, o tempo mostrou o erro em suas previsões. Isso não se deu, o que representou o fracasso, um corte tanto no ímpeto do desejo de *querer* barrar a manifestação como no vigor da potência de seu *poder* como autoridade municipal. Tendo sua autoridade desmoralizada, fracassado, o prefeito "foi internado no Hospital Universitário [...] e apresentava vômitos e dores abdominais".

Interessante observar que, deflagradora do percurso narrativo, a figura da *terra* paira sobre o cenário, colocando em relação os actantes, que levam a instância de enunciação (enunciador e leitor) a transcender o acontecimento (a marcha) para a instauração de uma outra polêmica: a disputa entre um e outro (o prefeito e Rainha; o prefeito e o governador). Quanto aos primeiros, pertencentes a universos axiológicos divergentes, já que não compartilham dos mesmos valores comunitários e das mesmas crenças, lutam ambos para fazer valer seus valores. Essa disparidade ideológica provém da organização do enunciado feita por um narrador que não assume o julgamento. Nessa organização discursiva, por meio do discurso indireto, traz a voz dos dois actantes. Enquanto a fala do prefeito reflete ações que permitem ao leitor reconhecê-lo investido do papel temático de arbitrário e violento. ("disse que receberá os integrantes do MST 'a pau'"; "que o líder [...] só entrará em Prudente se passar por cima de seu cadáver"), na boca de Rainha é posto o antagonismo ideológico ("Rainha comparou Agripino a Adolf Hitler, ditador alemão da Segunda Guerra Mundial").



O IMPARCIAL +

www.imparcial.com.br FUNDAÇÃO: 02/02/1939 Presidente Prudente, sábado, 2 de fevereiro de 2002 Nº 15.535 R$ 0,70 63 Anos

Agripino lamenta fuga da 'raposa'

Prefeito insinua que fazendeiro deveria ter matado José Rainha Júnior, líder do Movimento dos Sem-Terra

Paulo de Paulo

O prefeito de Presidente Prudente, Agripino Lima (PTB), deu ontem uma de suas declarações mais polêmicas. Para ele, o fazendeiro Roberto Junqueira cometeu uma "falha lastimável", a qual Agripino disse não perdoar: ter deixado "escapar a raposa", numa clara referência ao líder do Movimento dos Sem-Terra (MST) no Pontal do Paranapanema, José Rainha Júnior. Agripino visitou Junqueira na cadeia de Santo Anastácio. O fazendeiro está preso por ter disparado tiros contra Rainha no dia 19 de janeiro, na fazenda Santa Rita do Pontal, em Primavera (distrito de Rosana). O governador Geraldo Alckmin (PSDB) também foi alvo de críticas de Agripino Lima. O prefeito disse que o Estado colocou o "cangaço no oeste paulista". Afirmou que Alckmin foi "arbitrário" ao ordenar o desbloqueio da rodovia Assis Chateaubriand. Pág. 1-B

José Rainha afirma que prefeito não tem

Decorridos quatro dias da marcha, o jornal insiste na relação polêmica de caráter opositivo entre os dois líderes. Como assunto de primeira página aparece a manchete "Agripino lamenta fuga da 'raposa'" (*O Imparcial* - 02/02/02), figurativizando o líder sem-terra como "raposa", enquanto o prefeito está representado pelo nome próprio ("Agripino").

Sem dúvida que o interesse de *O Imparcial* foi o de alimentar a contenda: expõe o prefeito e gera textos. Como um conjunto de conhecimentos tácitos que dá significado a cada um dos dois veículos de comunicação, essas afirmações subjacentes ao enunciado dizem respeito ao conhecimento enciclopédico do leitor, que sabe que o prefeito é o proprietário do jornal concorrente. Sem se expressar diretamente, o sujeito de enunciação vai construindo, então, as afirmações implicitamente. Coloca de forma indireta a voz do prefeito e dessa maneira deixa ouvir também a sua voz: "Prefeito insinua que fazendeiro deveria ter matado José Rainha Júnior". Está aí colocada a opinião (negativa) acerca da situação, levando à desconstrução da imagem não só do prefeito – chamado diretamente pelo nome na manchete - como também do líder sem-terra (que aparece com nome e sobrenome, refletindo, assim, uma certa ironia).

A temática do conflito se estendeu por um incontável número de textos. O leitor tem diante de si a importância do tema para a região, mas tem também o ataque de *O Imparcial* ao *Oeste Notícias.* Vamos a mais um olhar sobre a primeira página que contempla o tema do conflito agrário, por reconhecer nessa insistência, apesar da reiteração de muito que já foi dito, a possibilidade de perceber a recriação da temática que perseguimos.

Os dizeres abaixo da manchete conduzem o leitor a um julgamento negativo sobre a imagem do prefeito do município, com o objetivo de incriminá-lo: "Prefeito insinua que fazendeiro deveria ter matado José Rainha Júnior, líder do Movimento dos Sem-Terra"**.** E para acirrar a rixa, a chamada para a reportagem traz a fala de Rainha ("Queria saber se Agripino tem coragem de permitir uma devassa fiscal em suas contas") para desmoralizar o prefeito "**José Rainha afirma que prefeito não tem moral para ofendê-lo".**

O enriquecimento semântico do discurso, pelo uso da figura "raposa", tem destaque na manchete. Todo leitor é capaz de interpretá-la. Circula no imaginário dado pelas fábulas, contos de fadas, lendas e histórias do folclore nacional esse animal que carrega o componente de ameaça pelo traço semântico de "traiçoeiros". Os traços de docilidade, de adestramento colocam-no próximo até aos seus adversários e são responsáveis também por atribuir-lhe competência. Seria capaz de manobras as mais insuspeitadas. Isso fixa o reconhecimento de um ator matreiro cuja aproximação se torna motivo de desconfiança, de perigo iminente. Transferindo tal representação para José Rainha, esse investimento figurativo do líder do MST como "raposa" faz ressoar na fala do prefeito a imagem de José Rainha como um sujeito que tem na astúcia e na traição, sua tática de luta.

A ênfase dada à manchete **Agripino lamenta fuga da 'raposa'** conduz noções que se revestem de uma importante dimensão cognitiva do jornal *O Imparcial.* Embora a importância da informação sobre a fuga de Rainha seja um fato de interesse para o leitor do Pontal, na relevância que se dá ao prefeito, podemos inferir as conseqüências da informação. Sem dúvida que o interesse do jornal é o de alimentar essa contenda: expõe o prefeito e gera textos. Estamos tratando de pressupostos. Não temos por finalidade tratar da disputa entre os dois jornais, para a comprovação da rixa entre eles.

No exercício de fazer perceptivo, a partir do ponto de vista do sujeito da enunciação, vamos observar o fragmento de texto a seguir, mas que pode ser lido integralmente (ANEXO, p.344). Do ponto de vista do repórter Nel Oliveira, o que parecia ser uma ameaça para a cidade foi, na verdade, ótimo. Segundo o texto: "A avaliação é dos próprios comerciantes estabelecidos no centro da cidade." :

> "[...] a iniciativa do prefeito [...] poderia ter gerado algum tipo de violência, se fosse interpretada como uma provocação" [gerente da loja Cardinalli].
> "Valeu como promoção pessoal, mas não foi uma alternativa (do prefeito) politicamente correta". "É uma forma do José Rainha demonstrar que exerce uma forte liderança em cima desses pobres coitados" [proprietário da Gabi Móveis].
> "Eles [sem terra] até vieram aqui e realizaram algumas comprinhas". [proprietária da loja Popular].
> "Havia uma preocupação já que estava prevista a ida deles ao Banco do Brasil; no fim, acabaram ficando na praça e, felizmente, não prejudicou o comércio" [presidente do Sindicato do comércio Varejista de Presidente Prudente]. (*O Imparcial,* 31 de janeiro de 2002).

Nel Oliveira, num campo onde imperam as regulações tensivas da intensidade e da extensidade, o centro desse campo, ou seja, a fonte, é o enunciador, após seu ato de

percepção. É a partir da vista de um ponto, ou seja, de onde olha o repórter, do lugar preparado por ele para seu leitor perceber os acontecimentos sobre a marcha dos sem terra, apesar de toda a resistência do prefeito, é que se percebem os acontecimentos do enunciado. É pela maneira desse enunciador de *O Imparcial* manipular a competência interpretativa de seu leitor a fim de alcançar seus objetivos que se discursiviza a polêmica entre o jornal e o poder executivo local. Da organização de seu discurso, trazendo uma variedade de outros discursos, representantes da sociedade (a voz dos comerciantes da cidade), emergem sujeitos que constroem simulacros das relações sociais da região, indicativas de diferentes visões quanto a questões sobre a luta pela terra.

Por outro lado, quanto à imagem do prefeito, organizada por *O Imparcial,* o uso do discurso direto faz com que acompanhemos o desenrolar dos pensamentos de diferentes cidadãos que avaliaram a manifestação dos sem terra. Com o relato das vozes dos comerciantes em discurso direto, o enunciador cria um efeito de sentido de um dizer verdadeiro e, assim, acrescenta características à imagem que se constrói do prefeito: vaidoso, insensato, agressivo. Ao querer ir de encontro aos sem-terra, assume os interesses da elite agrária da defesa da propriedade. Como autoridade municipal relega o direito de ir e vir de todo cidadão, em seu exercício da liberdade de se manifestar e circular pelo espaço urbano, que não é só dos donos da terra, mas de todos. E, por que não, também dos adversários na luta pela terra.

3.2.2. O Texto de opinião

Sabemos que o leitor do jornal, na procura da confirmação dos saberes, desde o contato com os primeiros sinais de abertura (primeira página, manchete, título, sobretítulo, fotos, etc.), aciona quase automaticamente protocolos de leitura constitutivos de seu repertório e identificáveis por ele. Com efeito, na esfera do conhecido, a procura é sempre pelo que não é ainda conhecido, do desconhecido, posto como novidade da/na notícia. Em se tratando da relação entre o homem e a terra, as notícias dos dois jornais do Pontal parecem ser sempre as mesmas. Interessante dizer que, na seleção dos textos para o *corpus*, a impressão era de que estávamos sempre diante do mesmo texto. Esse efeito decorria da insistente

repetição da temática do conflito da terra, com a focalização no líder José Rainha, explorada pelos dois jornais. O apelo para um dever-saber*,* manipulava o leitor que não poderia recusar fatos, apesar de já tão saturados. O leitor, especialmente de *Oeste Notícias* (empresa do prefeito), é aprisionado à recorrência da temática do embate entre o prefeito e os sem-terra, numa disputa que parecia não ter fim.

Seguindo os gêneros jornalísticos, elegemos alguns textos de opinião para darmos seqüência à nossa leitura.

Escolhemos para isso três gêneros da página "Opinião", que, tanto em *O Imparcial* quanto em *Oeste Notícias* têm esse título**.**

Se comparadas as duas páginas cujo propósito é o mesmo - apresentar textos opinativos, fazendo jus ao próprio nome (Opinião) - fica bem demonstrada a diferença entre os dois jornais.

Em relação à temática do conflito da terra, o leitor de *O Imparcial* tem sempre um editorial para a construção desse assunto. Convém destacar que isso se dá sempre segundo um simulacro da objetividade exigida pelo gênero, constituindo a aparência de um sujeito que enuncia sem se assumir, levando o leitor a crer no que é dito. Assim, a ênfase para assuntos sobre o conflito agrário na região torna-se bem evidente já no editorial, a ocupar o alto da página. E, quando há necessidade da complementação de mais pontos de vista para o desenvolvimento da temática, o leitor tem à direita da página, a coluna "Plantão". Nesse espaço, notícias comparecem junto a textos de opinião, tanto do próprio jornal quanto dos leitores (*Cartas do Leitor*) prestando-se, muitas vezes, à complementação do que se põe no "Editorial".

Sobre o texto de opinião de *O Imparcial,* vamos à leitura de dois exemplares desse gênero, que também dividem, no primeiro caderno, o espaço com o editorial. No espaço à direita, ao lado do editorial, seguem-se sempre dois textos de articulistas da grande mídia (Mônica Waldvogel, Alexandre Garcia, Gaudêncio Torquato, Delfim Neto, Marcos Cintra, Carlos Monforte e outros). (ANEXO, p. 345 e 346).

Em *Oeste Notícias,* a ênfase ao conflito não se dá pelo editorial, mas por um outro gênero, a charge. A ela também reservamos um momento especial para análise, num diálogo com outros textos também opinativos.

Em se tratando do conflito agrário, o editorial em *Oeste Notícias* demonstra pouca motivação para, nesse gênero, colocar em cena os atores do conflito. Foram poucos os editoriais que o abordaram. É como se não fosse esse o lugar para a encenação dos

antagonistas sobre a temática da terra. Para os anti-sujeitos (os sem-terra e seu líder), o jornal organiza, na página **"**Opinião", um cenário, que serve ao desempenho de protagonistas do escárnio, do mal-dizer, para ser aí apreciado pelo leitor. A depreciação sobre esses protagonistas impera na comunicação do enunciador do jornal e seu pressuposto leitor, que assume o contrato veridictório dos conteúdos desqualificantes veiculados. Isso nos leva a dizer que o fato de *Oeste Notícias* não se ter o editorial como gênero para construir a narrativa do conflito, talvez se deva às características desse gênero. No distanciamento do sujeito, impõe-se um certo formalismo na construção do dizer, cujo efeito de sentido é o de distanciamento do leitor. Isso não se dá em relação ao espaço reservado às colunas ("Coluna do Oeste", "Coluna do Neif" e "Espaço Aberto"), onde a significação se apresenta fácil e à mão, sem que necessite fazer relações como nos enunciados temáticos, nas construções em que, muitas vezes, é preciso ler o implícito como nos editoriais. O leitor visita a coluna para "lavar a alma", extravasando seus sentimentos, fazendo circular o cerne ideológico em que a terra é direito dos que têm a sua posse e deve ser mantida nas mãos da elite agrária. É o lugar reservado pelo jornal para a figurativização do repúdio aos sem-terra, onde a voz desse mal dizer flui sem censura nem da ordem da língua ou do discurso (gênero da contenção) nem da sociedade.

Nas colunas de opinião o número de textos, poderíamos dizer, é incontável. A grande dificuldade é mesmo escolher qual trazer para esta nossa leitura. Elegemos uma pequena amostra, que transcrevemos a seguir. Um breve olhar pode nos levar a ratificar o enriquecimento semântico do discurso pela figurativização a produzir efeitos de sentido da desqualificação dos sem-terra. Para a construção de tais atores como anti-sujeitos, as colunas de opinião se valem da temática do conflito. Por já termos abordado o conflito do MST com o prefeito de Presidente Prudente nas leituras das primeiras páginas, estendamos o olhar para um outro espaço jornalístico. A ocupação da fazenda do então presidente FHC reacendeu os ânimos para a temática do conflito sobre a terra, defendida pela sociedade local com unhas e dentes.

Observemos inicialmente a página de *Oeste Notícias* de 26/março/2002, que se sustenta por textos de opinião.

3.2.2.1. Em Oeste Notícias



1.2 OESTE NOTICIAS — OPINIÃO — Terça-feira, 26 de março de 2002

COLUNA DO OESTE
jornalismo@oestenoticias.com.br

Só agora Jungmann?

"Esse foi um ato de terrorismo, bandoleirismo e crime. Todos os brasileiros tiveram suas casas violadas", disse o ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungamann.

E no Pontal

Quando acontece as invasões na região do Pontal, o ministro Raul Jungmann não reage da mesma forma. Diferente da invasão da propriedade do FHC, aqui o MST estraga, mata gado, coloca fogo, destrói cerca e tratores... E o Senhor Ministro ainda vem visitá-los em solidariedade pelas as suas ações e contra os produtores que não têm o apoio do Exército e da Polícia Federal, como o presidente FHC.

Sem balança

A reação dos ministros (Justiça-Agrário) e do General Cardoso é estranha, se levadas em conta que no Pontal do Paranapanema já houve mais de 400 invasões e nenhum deles se colocou da forma que estão fazendo com o caso de FHC. Porque? O povo do Pontal é diferente do Presidente? A propriedade do Pontal não tem amparo legal? Os proprietários do Pontal podem ser ameaçados permanentemente pelas as ações do MST? A balança da Justiça estaria desregulada? Ou para certos casos não existe balança?

Repúdio do Presidente

O presidente Fernando Henrique Cardoso manifestou hoje "repúdio" à forma de atuação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que invadiu fazenda de propriedade de seus familiares. FHC afirmou que a invasão "fere a cidadania" e defendeu a punição dos responsáveis. FHC disse repudiar "gestos que buscam impor a vontade de grupos radicais sobre a ordem e a lei". Para o presidente, a sociedade brasileira fez uma escolha pelo estado de direito e invasões como a ocorrida no final de semana agridem essa opção.

Punição dos responsáveis

"Essa escolha é reafirmada não apenas no momento das eleições, mas sobretudo na defesa diária e intransigente do respeito à liberdade e à democracia, que traduz uma sociedade sempre mais plural", disse o presidente por intermédio do porta-voz, Alexandre Parola. O presidente se disse satisfeito "em ver que, sempre no amparo da lei, foi possível restabelecer a ordem sem que houvesse nenhuma pessoa ferida". Ele manifestou "confiança" na punição pela Justiça dos responsáveis pela invasão da fazenda Córrego da Ponte. FHC disse que o programa de reforma agrária – "que nos últimos anos foi capaz de assentar centenas de milhares de brasileiros" – prosseguirá.

Ouvidor agrário

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, pediu ao ouvidor agrário nacional, Gercino José da Silva, que permaneça no cargo. O pedido foi intermediado ontem pelo secretário-executivo do ministério, José Abrão, mas, até o início da noite, não havia decisão. Anteontem, Gercino e a ouvidora-adjunta, Maria de Oliveira, anunciaram que deixariam os cargos porque entenderam que o governo teria descumprido o acordo, negociado por eles com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), prevendo que nenhum líder seria preso se os sem-terra desocupassem pacificamente a fazenda da família do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Distantes do Ministério

Até ontem à tarde, Gercino e Maria de Oliveira não haviam formalizado a entrega dos cargos. Os dois também não foram ao ministério, segundo assessores. A expectativa do ministro era que Gercino atendesse seu pedido. "Acho que é possível reverter isso porque ele sabe que não demos nenhuma garantia. Ele é um homem sério e de bem", disse Jungmann. O ministro insistiu em que, durante as negociações para a desocupação, ele não tratou da prisão. "Em momento nenhum esse assunto foi abordado comigo. O meu objetivo ali era garantir a saída da fazenda", relatou.

U. D. Instituto Educacional de Pres. Prudente
Cursos Profissionalizantes
Faça já sua matrícula.
Fone: 222-7482 / 221-5461
Av. 1º de Maio, 145 Presidente Prudente

OESTE NOTICIAS
Oeste Notícias Gráfica e Editora Ltda.
Rua Kametaro Monishita, 95 – CEP 19.050-700 – Presidente Prudente – SP
Redação: (018) 229-0300 – Fax: (018) 229-0366
Fundador: Paulo César de Oliveira Lima – 6 de fevereiro de 1995

Adolfo Padilha, Diretor Executivo
José Wilmar Ferreira Lima, Gerente Comercial
Homéro Ferreira, Gerente de Jornalismo
Ademil de Souza, Editor de Geral
André Luis Barbosa, Editor Gráfico

Departamento Comercial (018) 229-0300 comercial@oestenoticias.com.br
Departamento de Circulação (018) 229-0323
Classificados (018) 229-0344
Atendimento ao Cliente 0800-13-0301 (DDG) e (018) 229-0321

Agências Noticiosas: Folha e O Globo
Consulte o Editor: jornalismo@oestenoticias.com.br
Assinaturas: (018) 229-0333 e 229-0330

O Oeste Notícias é associado às seguintes entidades:
ANJ Associação Nacional de Jornais
CIESP Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
ACIPP

ANDRÉ BARBOSA

Editorial

MST é um "saco sem fundo"

Para o povo brasileiro está mais do que clara a "política" do MST – Movimento Sem Terra – por todo o território nacional. Trata-se de um "saco sem fundo" que, quanto mais o governo se abaixa, mais mostra o traseiro, ou seja, quanto mais dinheiro enfia no assentamentos e libera em cestas básicas, mais ele aumenta, com gente que nunca trabalhou na terra, nunca produziu um pé de mamão, feijão ou abóbora.

Mas o governo prossegue, sem política definida de triagem dessa gente, liberando dinheiro grosso e, ao que parece, sem qualquer controle que pudesse sem aplaudido.As propostas podem parecer boas, mas são desestruturadas, sem começo, meio e fim e disso se aproveitam os líderes, que já ganharam terra, mas continuam na "luta", como se isso fosse a pedra no sapato do governo federal. E tem dado efeito, porque se vê um governo manco, pisando torto, não sabendo mais o que fazer para controlar a situação. Bastaria polícia e justiça, com a determinação de prender os baderneiros, além daqueles que reivindicam a terra sem nunca nela terem trabalhado.

A maioria dos que integram esse MST tenta arrancar dinheiro fácil, ou são ludibriados pelos líderes na apologia do dinheiro farto. E o governo sabe disso, mas não disponibiliza meios de triagem dessa gente, numa simples mesa de cadastros, passando de um lado aqueles que justamente reivindicam a terra e os financiamentos; e do outro lado, aqueles que agem de máfé. Da fila para a cadeia, afinal, tantos e tantos presidios para que? Para quem rouba o quintal do vizinho? E para uem mata o gado alheio? Para quem rouba peças de tratores, caminhões e máquinas? Liberdade? A seguir o pensamento e as estratégias do governo – que ninguém conhece – estaria havendo dois pesos e duas medidas.

E os dois lados fazem a política do faz de conta. De um lado, o MST faz de conta que não tem terra e que são legítimos para reivindica-las; de outro lado, o governo faz de conta que atende o pleito, libera dinheiro grosso e diz que está fazendo a reforma agrária. Tudo isso não passa de uma política barata, deslavada, sem nexo, sem pé nem cabeça.

Quando o prefeito Agripino Lima fez o bloqueio para impedir a baderna do MST em Presidente Prudente, o próprio governo mandou liberar a marcha e o ministro Jungmam prometeu processa-lo pelo ato. Agripino disse que o lugar correto para discutirem reforma agrária era em Brasília ou onde havia sede para essa discussão e não no centro de Prudente. Agora o MST invadiu a fazenda particular dos filhos do presidente FHC, e o mesmo Jungman foi à televisão e disse que o movimento era badernista, vinculado ao PT e colocou as forças armadas para impedir a invasão. É aquela pimenta que não arde nos olhos dos outros. E quem vai processar o presidente por isso? E quem vai processar o ministro por isso?

Já não é sem tempo que uma discussão mais ampla deveria se instalar no país com a finalidade de discutir essa baderna generalizada. Ou o governo retoma o controle da nação e qualifica baderneiros como baderneiros independente da baderna, ou libera geral. Em cima do muro não dá mais para ficar. É preciso costurar o "saco" sem fundo chamado MST, parando de mandar dinheiro até estancar a sangria desataca em ano político. Daqui a pouco – só não vê quem não quer – esse MST vai virar partido político. E daí será tarde demais para lamentar.

Espaço Aberto

Carta ao Editor

Ao Jornal Oeste Notícias

Há dias, o Brasil foi mais uma vez tomado de assalto pelos movimentos de esquerda, que a título de reivindicar ou protestar contra qualquer coisa que eles, comunistóides não concordam, fazem greve, passeatas, badernas, depredações parando praticamente a metade do país.

Em nossa cidade, pessoas que precisavam de atendimento médico, marcado a mais de um mês, nos postos de saúde, foram prejudicados. O trânsito ficou caótico pelo fechamento da avenida defronte a prefeitura. O que querem esses senhores? Será que para protestar ou reivindicar algo que só interessa a eles, nós temos os nossos direitos constitucionais violados? Que democracia é esta que só contempla os fora da lei?

Faz pouco tempo que o senhor Prefeito teve de decretar ponto facultativo para proteger a cidade contra a invasão do MST, Rainha e CIA.LTDA.

Semana passada o país, assistiu perplexo o bloqueio de parte da via Dutra e o acesso ao Aeroporto de Guarulhos por parte de um bando de não mais de quarenta pessoas, que impediam a chegada ao aeroporto de passageiros, que tinham que fazer o percurso a pé ou carona em motos causando atrazo no vôos e prejuízos financeiros enormes, tudo isso escoltados e protegidos de perto por uma viatura policial... A quem interessa isso? Faz algum tempo, numa investida do MST no Pontal, a Polícia Militar efetuou a prisão de um sem terra juntamente com sua arma (um revólver). Ato contínuo, um Senador da República – conhecido carinhosamente por "papito" – num ato de desrespeito para com a autoridade não só liberta o preso, como lhe restitui a arma.

Senhor editor, são essas pessoas que querem governar (ou desgovernar) este país. Imagine estas personalidades brasileiras no poder: Lula presidente, Genoino no governo do estado, Erundina ou Maria nas prefeituras.

Agora nos chega a notícia que o MST invadiu a fazenda do Presidente da República em Minas.. Porque o senhor Jungman não a desapropria e essente aí os sem terra?

Se somos todos iguais perante a Lei, porque mandar 40 agentes da Polícia Federal e mais de trezentos soldados do Exército para a desocupação, se quando um fazendeiro da região ao se defender da invasão de suas terras, pelo senhor Rainha, foi preso e encarcerado em uma delegacia de Santo Anastácio, como se fosse um marginal?

Revendo meus arquivos, encontrei uma carta escrita com muita propriedade pelo jornalista e empresário Senhor Adolpho Bloch na revista Manchete em 27 de maio de 1989. Gostaria que a mesma fosse trancrita ao lado desta para que os mais vividos lembrem-se e os mais novos conheçam e saibam do que estou falando.

Segue o artigo Verão siberiano, na seção Adopho Bloch escreve:

– Várias vezes já confessei que tomei parte na primeira e última greve do regime soviético. Foi a 12 de maio de 1918, em Kiev. Depois desta data, qualquer greve daria direito a conhecer as delicias do verão siberiano ou uma internação em clínica psiquiátrica. O Brasil, que tanto precisa de paz e trabalho, está sendo vítima dos movimentos grevistas que surgem como células cancerosas no organismo da nação. A finalidade dessas greves é enfraquecer a economia do país. Não há empresário consciente que não se preocupe em melhorar as condições de trabalho de sua gente. Mas os grevistas só ambicionam corroer o sistema democrático. Os jovens de hoje, com menos de 20 anos, não podem avaliar a grandeza de um governo verdadeiramente democrático como o do Presidente José Sarney. Esses jovens costumam ser dirigidos, nas horas de greve, por homens que nada fizeram na vida e apenas desejam se eleger à custa de seus companheiros. É uma equipe de grevistas profissionais que sempre estão às ordens para tentar desestabilizar a economia nacional. A dobradinha CUT-PT insufla as greves em qualquer ponto do nosso território, com a finalidade de entravar o progresso do Brasil. São profissionais que se fazem passar por arautos da democracia e da justiça social, mas seus métodos de ação são nazistas, promovendo a desordem na classe trabalhadora que deseja viver em paz. Muitos grevistas acreditam que estão lutando em benefício do país. Na realidade, estão sendo explorados por elementos de alta periculosidade, aproveitadores de boa-fé de seus colegas. Vemos os nomes de antigos sindicalistas que construiram sua carreira à custa de seus companheiros, que eles usaram como carne de canhão para satisfazer seus caprichos pessoais.

Meus amigos: trabalho há 67 anos. Comecei a vida como emigrante pobre, andando de taloba e comendo meia porção no China. Com a colaboração dos 6 mil homens que trabalham comigo, construímos uma rede de comunicação que está sempre a serviço do Brasil e de seu povo. Para nós, a pobreza não é uma filosofia de vida. Para nós, o trabalho é a riqueza do homem.

Atenciosamente
Ernesto Alexandre Philadelphi.

Toda a página pode ser vista como um exemplo para observarmos até que ponto *Oeste Notícias* representa seu objetivo de criar o efeito de sentido de verdade sobre as questões da terra. A da ética da elite agrária a moeda corrente é sempre o embate entre os proprietários rurais do Pontal e os sem-terra.

Tendo em vista a "Coluna do Oeste" e o "Espaço Aberto", por que nos interessamos agora, trata-se, sem sombra de dúvida, de um espaço para consolidação do simulacro que sustenta o universo passional dos sujeitos da enunciação no/do jornal para desqualificar as ações do MST, realçando visão ideologoica dos donos das terras na região. As estratégias utilizadas pela enunciação e pressupostas nos enunciados em toda a página, visam à manipulação do leitor para a fé nos valores do grupo social dos proprietários rurais. Revela e não mascara essa identidade social com os fazendeiros, a partir de textos extremamente passionais. O desequilíbrio emocional pode ser depreendido, por exemplo, em construções que, utilizando-se do fato gerador - "a ocupação das terras do então presidente FHC" - atualiza o leitor para um fazer interpretativo sobre o embate que se concretiza no cenário local. Coerente no espaço da Opinião do jornal**,** os discursos são enunciados por aqueles que se sentem injustiçados quanto aos direitos da defesa de suas terras no Pontal e que não estão sendo considerados como aconteceu com FHC.

Passemos à leitura dos textos.

> **E no Pontal**
> Quando acontece (sic) as invasões na região do Pontal, o ministro Raul Jungmann não reage da mesma forma. Diferente da invasão da propriedade do FHC, aqui o MST estraga, mata gado, coloca fogo, destrói cerca e tratores... E o Senhor Ministro ainda vem visitá-los em solidariedade pelas as suas ações e contra os produtores que não têm o apoio do Exército e da Polícia Federal, como o presidente FHC.
>
> **Sem balança**
> A reação dos ministros (Justiça-Agrário) e do General Cardoso é estranha, se levadas em conta que no Pontal do Paranapanema já houve mais de 400 invasões e nenhum deles se colocou da forma que estão fazendo com o caso de FHC. Porque? O povo do Pontal é diferente do Presidente? A propriedade do Pontal não tem amparo legal? Os proprietários do Pontal podem ser ameaçados permanentemente pelas ações do MST? A balança da Justiça estaria desregulada? Ou para certos casos não existe balança?

Os textos acima revelam uma enunciação passional que manifesta revolta frente aos fatos a que faz referência. O episódio da ocupação da fazenda de FHC é trazido para construir a imagem do dono das terras no Pontal como vítimas, desamparadas pelos poderes maiores "Exército" e "Polícia Federal", "ministros" (Justiça-Agrário) e "General Cardoso".

Diante desse abandono, a enunciação, enquanto sujeito do fazer delegado da elite agrária é tomada por emoções, que o arremessam a qualquer tipo de reação. Considerando-se prejudicado nas relações sociais quanto à defesa de suas terras, só resta ao actante vitimado desenvolver um programa narrativo que lhe ofereça a segurança. Assim, subentende-se que ele deva interagir com outras forças actanciais. Em vez da busca habitual do objeto (a terra), sente-se tomado pela presença ofuscante de um acontecimento que o retira temporariamente de sua trajetória e lhe rouba parte da própria condição ativa de sujeito. Podemos dizer que o dono da terra experimenta as funções ativa e passiva ao mesmo tempo. Sente-se como sujeito, possuidor da força para agir, mas compreende a potencialização de forças antagonistas que podem impedi-lo de realizar seu programa narrativo da permanência/busca de seu objeto (a terra). Assim, os sem-terra, anti-sujeito, podem levá-lo à disjunção com a terra. Enfim, manifestando o seu ímpeto de permanecer com a sua propriedade é que o sujeito se predispõe a responder sensivelmente a todo e qualquer sinal imposto pelas forças antagonistas, especialmente no momento em que se vê diante de um novo quadro narrativo atualizador de novos anti-sujeitos, os poderes constituídos, que lhe interceptam a possibilidade de continuar conjunto com seu objeto.

Diante da ameaça de se apartar de sua terra, o sujeito se vê diante da necessidade de acionar seus poderes para enfrentar o anti-sujeito. Aciona a sua competência modal. Podemos dizer então que para isso agem os enunciadores de cada texto, cuja competência dos valores cognitivos (podem levar o leitor ao *saber*), seleciona perfórmances do anti-sujeito. São sancionados negativamente e revelam o arbítrio do poder do Estado que age com dois pesos e duas medidas (caso da comparação com as terras de FHC).

No "Espaço Aberto", a *Carta ao Editor* manifesta a atuação dos anti-sujeitos. Responsabilizados como aqueles que subtraem a força não apenas dos donos da terra do Pontal, servem como imagem para tudo o que há de negatividade no país como um todo:

> Há dias, o Brasil foi mais uma vez tomado de assalto pelos movimentos de esquerda [...]. Em nossa cidade, pessoas que precisavam de atendimento médico [...] foram prejudicados [...] Se somos todos iguais perante a Lei, porque mandar 40 agentes da Polícia Federal e mais de trezentos soldados do Exército (referência à desocupação da fazenda de FHC), se quando um fazendeiro da região [...] foi preso e encarcerado [...] como se fosse um marginal.
> E o Brasil confirma mais uma vez que é um país sem estrutura, onde nem mesmo as autoridades têm forças para impedir abusos como os do MST (Oeste Notícias, 28/3/02).

Manifesta-se aí o abalo passional dos proprietários rurais do Pontal, que não podendo contar com respaldo da lei ("A balança da Justiça estaria desregulada? Ou para certos casos não existe balança."), acionam as modalidades atualizantes "fazer-saber". Estamos tratando da construção do discurso nessa página que estabelece uma direção narrativa: os enunciadores aí apresentados levam o leitor a entrar em conjunção com o saber (as informações sobre a temática da terra), enquanto sujeitos do fazer, delegado da elite agrária, extravasam suas inquietações. Instauram-se assim discursos que conduzem a uma visão negativa da reforma agrária, instaurada pelo governo FHC, implicitando a provável manipulação que sofre do MST: "FHC disse que o programa de reforma agrária - 'nos últimos anos foi capaz de assentar centenas de milhares de brasileiros' - prosseguirá". Importa observar a convocação de vozes compatíveis com a ilusão de poder-saber e poder-fazer a História sobre as questões em torno da defesa da propriedade rural. O importante para o enunciador é que seu leitor creia que o sujeito "elite agrária" deva e possa agir para transformar a situação de insegurança que toma conta do Pontal: "É preciso costurar o 'saco' sem fundo chamado MST [...] esse MST vai virar partido político . E daí será tarde demais". O anti-sujeito, afinal, estaria ganhando poder, e isso é perigoso.

Chamou-nos a atenção, também de *Oeste Notícias*, um texto do **Espaço Aberto** do dia 28/4/2002. Transcrevemos a seguir algumas passagens, mas integralmente o texto pode ser lido. (ANEXO, p. 347).

> A invasão do patriotismo
>
> A cada dia que passa aumentam as invasões de terra no país. A cada dia que passa somos invadidos por insultos e badernas da desorganização que se diz "Movimento dos Sem Terra". [...] A população já está fatigada de tanto conflito e violência. [...] Vamos mostrar o que acontece com as regiões onde há conflito de terra [...] As autoridades fecham os olhos, mas nós brasileiros, não!
>
> Agora somos nós que pedimos justiça .
>
> Depende de nós mudar o Brasil. [...] Não queremos ídolos de outros países, líderes subversivos, atitudes ilícitas, nem bandeiras de guerra.
>
> Queremos paz! Vamos arar nossa terra para colher progresso, não facões e foices. [...] Falo em nome do cidadão trabalhador.
>
> Ora "meu amigo", também não tenho posses, e, se há desemprego, fome e miséria por essas "bandas", também há do lado de cá [...] Trabalhei muito para conseguir o que tenho [...] Vamos trabalhar!
>
> Rose Lima (*Oeste Notícias,* 28/4/02)

Todo o texto expõe o propósito de um sujeito disposto a agir e que conclama seu leitor também a isso. Mesmo buscando argumentos sem coerência, bastante ilógicos mesmo, "[...] arar a terra para colher progresso e não facão e foices" – só para citar um exemplo -, o

enunciador expõe com nitidez sua tomada de posição diante do assunto, com vistas a desqualificar qualquer discurso dos sem-terra. Na realidade, o que vem expressa é a conversão do estado passional de um sujeito tomado pela revolta, indignado contra um suposto estado de coisas gerador de insegurança. A repetição da expressão temporal "a cada dia que passa", logo no início do discurso, traz para a superfície do texto a intensificação do poder do anti-sujeito. O sema continuidade revela um sujeito cada vez mais competencializado. O texto coloca à tona os conflitos de um sujeito tenso, representante do estado de alma de todo o Pontal. Lançam-se argumentos que reforçam a tematização da "luta contra o MST", construindo-se, a partir daí, a conversão do estado passional ("A população já está fatigada de tanto conflito e violência") em ação devidamente instrumentalizada pela modalidade do *querer* ("Queremos paz"; "Não queremos ídolos de outros países"; "Vamos arar nossa terra"; "Vamos trabalhar!"). Para a efetiva realização do programa proposto, a convocação de um ator para a função de destinador - o "eu" que se desdobra, então, em destinador e destinatário-sujeito, vale-se do discurso passional para conclamar o leitor a se unir à enunciação para transformar a realidade injusta. Da perspectiva do sujeito da enunciação, tal realidade injusta relaciona-se à perda de poder da elite agrária.

Ainda circunscritos ao texto de opinião, contemplemos o fragmento a seguir.

Terça-feira, 23 de abril de 2002 - NACIONAL - OESTE NOTÍCIAS 1.7



Bilhete Prudentino

Caro leitor:

Repercute, mesmo que tardiamente em vistosos outdoors, o ato de coragem do prefeito Agripino Lima que espantou José Rainha dos confrontos territoriais de Presidente Prudente. Afinal, se comprovadamente nossas terras estão exauridas e imprestáveis para a lavoura, o que o marido da Deolinda queria por aqui, exceto bagunçar o coreto? Não estaria o líder dos Sem Terra infringindo as leis do alcorão e segundo o "tio Abdul", de "O Clone", sendo espetaculoso ao olhar para terras que não são suas? Minha avó, que entre um trago de maconha e uma cheirada de coca não perde um só capítulo da novela, acha que o Hospital Universitário deveria contratar o Dr. Albieri para fazer uns dez clones do velho Agripa para espantar de vez as invasões do MST. Te cuida Zé...

Na associação com uma novela da Rede Globo, *O Clone,* o enunciador se põe na defesa dos fazendeiros. Enaltece as ações do prefeito de agir contra os sem-terra, fazendo circular a imagem desqualificante do líder dos sem-terra. Apóia-se nos sentidos habituais, normatizados no meio dos discursos jornalísticos desenvolvidos pelo *Oeste Notícias*, que se acomodam em configurações para o gênero textual convocados para a coluna, condensadas na desqualificação do anti-sujeito. A representação do antagonista transgride qualquer conceito de objetividade, por que deveria se pautar o texto de uma imprensa que se diz séria. Convém observar que escolhemos o texto acima apenas observando a temática do conflito agrário. Ele ocupa posição de destaque na coluna à direita da página da seção "Nacional"**,** encabeçando uma série de textos que se seguem no primeiro caderno.

A figurativização relativa à novela como "as leis do alcorão", "o tio Abdul", "o Dr. Albieri", relacionadas ironicamente à transgressão empreendida pelo líder José Rainha, dá coerência ao discurso da desqualificação, afinal. A convocação do ator, avó do enunciador, que parece não ter nenhuma coerência com o assunto "Minha avó", entra no enunciado em um papel que revela o estado passional do sujeito, mobilizado para intensificar ou multiplicar o poder do sujeito "elite agrária", por meio do desejo de "dez clones"do prefeito. Fica aí, ainda, no epíteto "o marido da Deolinda", a depreciação de Rainha. Já as figuras relativas ao uso de drogas, relativas à avó, revelam o estado passional do sujeito "elite rural" que, dessemantizado, adere à droga para poder-fazer: acreditar no milagre de clones do prefeito para combater o anti-sujeito que parece ganhar força e cada vez mais poder.

Observando mais uma vez a "Coluna do NEIF", passemos à publicação de 16/6/02

Terça-feira, 23 de abril de 2002 - NACIONAL - OESTE NOTÍCIAS 1.7

COLUNA DO NEIF

ntaiar@globo.com

Salve a rainha

O hino da Inglaterra nos leva a concluir que o rei é o zangão da colméia, aquele que dá uma e morre. Só fala na rainha, do começo ao fim, numa louvação inexplicável. E se a rainha morrer e o herdeiro for do sexo masculino, vai ter que escamotear?

Nem de camburão

E se a rainha da Inglaterra é a tal, andando de carruagem banhada a ouro sob os olhares e aplausos dos súditos, por que o Zé Rainha tem que andar só no camburão da policia? Por ai você vê que tem rainha que nasce no país errado, tendo que se esconder da policia. O Zé, nem de camburão anda mais.

Está na hora

Falando em Zé Rainha, sua esposa Diolinda está organizando movimentos com a intenção de chamar a atenção das autoridades para o que ela considera perseguição a seu marido. Parece até que estou vendo o Zé vestido de anjo para acompanhar a procissão.

Precisa mostrar

Não tiro a razão da querida Dio e nem contrario o juiz, mas o Zé tem que parar um pouco e cultivar a área que ganhou do governo. Como justificar a necessidade da reforma

Chega de bobagens

A indústria da multa do trânsito é forte demais em Prudente, permitindo a Semav cometer uma serie de gastos desnecessários como este das ondas verdes. Ignorante na matéria, sem ter escrito livro sobre o assunto e não tendo escritório que resolve problemas de multas, sei que seria mais prático reduzir pela metade aquele amontoado de semáforos da Cel. Marcondes do que gastar dinheiro inutilmente.

Zebra perigosa

Uma pena a garra da seleção paraguaia sucumbir no último minuto de jogo contra a Alemanha, o que lhe custou passagem de volta. Para falar a verdade, dá tremedeira pensar na Bélgica que empatou duas vezes - Japão e Tunísia - venceu a Rússia e surge como zebra. Mais do que nunca, exige-se seriedade.

Culinária especial

A Glacy aprendeu com a sogra, com a cunhada, ouviu os palpites do Jorge Maluy, seu marido e acabou sendo especialista na culinária árabe que precisa ser feita com o carinho que ela sabe dar. No almoço de hoje desfila um cardápio onde não falta o delicioso carneiro e os demais pratos gostosos que matam a gente de tanto comer. O esmero é o ponto alto do Restaurante Árabe

A materialidade discursiva firma o sentido jocoso que constitui ingrediente para a desqualificação dos atores José Rainha e sua mulher. O efeito de sentido de deboche comanda a enunciação, na manutenção do simulacro da certeza de cumplicidade entre enunciador e leitor. Nesse caso, não se trata apenas de um desejo da instância enunciativa, mas da renovação dos votos de confiança que tornam cúmplices os sujeitos implicados num quadro de predisposição actancial típica da relação de enunciador/leitor.

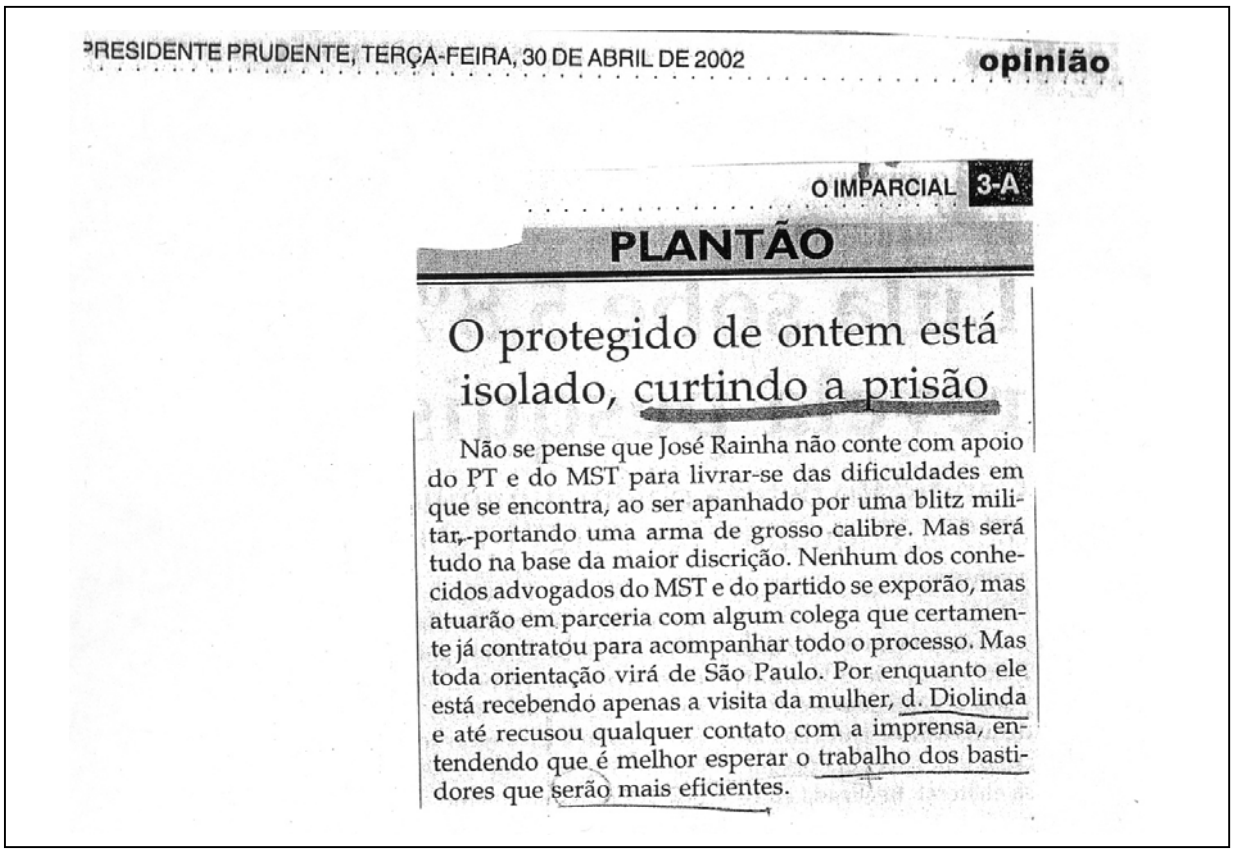
Afirma Brait (1996, p. 64) que a ironia institui um enunciatário "capaz de flagrar a contradição entre dois acontecimentos". Esse mecanismo é recorrente nos textos acima ("Salve a rainha", "Nem de camburão", "Está na hora" e "Precisa mostrar"). No primeiro culmina no emprego da figura da rainha da Inglaterra, configurando o ridículo posto a partir do nome do líder (Rainha), que fundamenta a comparação com a realeza.

As construções "o Zé vestido de anjo para acompanhar a procissão", "a esposa Diolinda", postas no enunciado como "querida Dio", pressupõem um leitor que saiba-fazer: desvelar a ironia. Dessa maneira, o leitor deve interpretar o líder a partir da imagem não do anjo, daquele que tem valores religiosos, mas de um anti-sujeito desqualificado, irresponsável. Observe-se o papel temático de "vagabundo" uma vez que são realizados os percursos narrativos de sentido do cultivo da terra.

3.2.2.2. Em *O Imparcial*

Se a ironia é recurso discursivo freqüente em *Oeste Notícias*, também pode ser encontrada em textos de opinião de *O Imparcial.* O recurso não ganha neste a mesma intensidade, se comparado àquele.

Tomando, então, um exemplar da coluna “Plantão”, folha “Opinião”, observemos a enunciação que avalia pejorativamente o líder do MST.



PRESIDENTE PRUDENTE, TERÇA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 2002 opinião

O IMPARCIAL 3-A

PLANTÃO

O protegido de ontem está isolado, curtindo a prisão

Não se pense que José Rainha não conte com apoio do PT e do MST para livrar-se das dificuldades em que se encontra, ao ser apanhado por uma blitz militar, portando uma arma de grosso calibre. Mas será tudo na base da maior discrição. Nenhum dos conhecidos advogados do MST e do partido se exporão, mas atuarão em parceria com algum colega que certamente já contratou para acompanhar todo o processo. Mas toda orientação virá de São Paulo. Por enquanto ele está recebendo apenas a visita da mulher, d. Diolinda e até recusou qualquer contato com a imprensa, entendendo que é melhor esperar o trabalho dos bastidores que serão mais eficientes.

Logo no título “O protegido de ontem está isolado, curtindo a prisão”consolida-se a avaliação pejorativa do líder sem-terra. A substantivação do adjetivo “protegido”, associado a “isolado” e ao verbo de sentido euforizante “curtindo” instituem a ironia que permite o diálogo entre os sujeitos da enunciação. O uso do adjetivo “protegido, mesmo na substantivação não se perde, criando um efeito de subjetivação no enunciado, trazendo o enunciador a estabelece a cumplicidade com seu leitor.

Greimas explica que essa confiança no outro não depende do aval declarado dos sujeitos envolvidos mas de uma espécie de contrato imaginário que prevê obrigações entre os actantes. Assim, o enunciador constrói um simulacro do outro (Rainha) e, a partir de seu campo subjetivo, organiza seu universo de expectativas. Mas só se efetiva esse contrato, na

medida em que o leitor é capaz de ler a ironia, tornando possível apreender o universo axiológico do antagonista, interpretando a comemoração pela prisão e isolamento do líder dos sem-terra.

3.2.3. Reportagem



O IMPARCIAL

cidades

cedida

MELHORIAS
A Prefeitura de Presidente Venceslau está implantando guias e sarjetas para melhorar ruas do município.
Pág. 2-B

Presidente Prudente, sábado, 2 de fevereiro de 2002

CADERNO B

Agripino diz que não apóia Alckmin

Prefeito visita fazendeiro preso em Santo Anastácio e afirma que governador se esconde "embaixo da cama"

O prefeito de Presidente Prudente, Agripino Lima (PTB), visitou ontem o fazendeiro Roberto Junqueira, preso na cadeia de Santo Anastácio sob acusação de ter disparado tiros contra o principal líder do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) no Pontal do Paranapanema, José Rainha Júnior. Rainha foi baleado no dia 19 de janeiro, na fazenda Santa Rita do Pontal, em Primavera (distrito de Rosana). Agripino disse que foi prestar "solidariedade" a Junqueira. O fazendeiro ressaltou que se sentiu "muito prestigiado" pelo prefeito, a quem classificou como um "homem de ação". "Espero que ele (Agripino) tome as providências de que falou", declarou. Junqueira informou que, na ocasião dos disparos contra Rainha, foi "obrigado" a se defender. "Fui obrigado a reagir do jeito que pude". Disse que não fez nenhuma emboscada contra o líder dos sem-terra. Afirmou ainda o fazendeiro que os sem-terra - entre os quais havia "brasiguaios" - dispararam vários tiros. Em entrevista ao programa "Patrulha Comercial", da rádio Comercial AM, Agripino explicou que decidiu bloquear a rodovia Assis Chateaubriand (SP-425), na terça-feira, com o objetivo de "defender a dignidade da família prudentina". "Não tenho vocação de guerrilha, mas sou prefeito", disse o petebista. Com o bloqueio, Agripino tentava impedir a entrada de 600 integrantes do MST em Prudente. Por ordem do governador do Estado, Geraldo Alckmin (PSDB), a Polícia Militar retirou, na madrugada de quarta-feira, as máquinas da Prefeitura que desobstruíam a estrada. Com isso, os sem-terra entraram em Prudente, fizeram um ato pacífico no Centro da cidade e, depois, seguiram de volta, em ônibus, para o Pontal do Paranapanema. Na entrevista concedida ontem ao jornalista Osvaldo Torino, da rádio Comercial AM, Agripino Lima atacou o líder sem-terra José Rainha Júnior, chamando-o de "bandoleiro", "vândalo", "jagunço", "Lampião do século 21" e "revolucionário". O prefeito disse que Rainha "tem um passado horrível". "Não sei por que ele está solto ainda", declarou o petebista. Agripino rebateu as acusações de que teria infringido o texto constitucional ao supostamente impedir o direito de ir e vir das pessoas. "A Constituição não garante a liberdade de ir e vir para bandido", salientou. Na opinião de Agripino Lima, o fazendeiro Roberto Junqueira, ao atirar em José Rainha, "não fez nada mais do que defender a sua propriedade". Entretanto, o prefeito deu mais uma declaração polêmica. Para ele, Junqueira cometeu uma "falha lastimável", a qual Agripino não perdoa: ter deixado "escapar a raposa". O governador Geraldo Alckmin também foi alvo de críticas de Agripino Lima. O prefeito disse que o governo do Estado colocou o "cangaço no oeste paulista". Afirmou ainda que Alckmin foi "arbitrário" ao ordenar o desbloqueio da rodovia Assis Chateaubriand. "Aqui tem chefe", enfatizou. "O governo abriu as portas para o cangaço", atirou. Agripino deixou claro que não apoiará o governador em sua campanha para a eleição deste ano. "Não vou votar em gente que fica embaixo da cama", avisou. "Meu apoio a Alckmin começou a estremecer". Agripino foi adiante: "Não podemos trabalhar para um governador que fica embaixo da cama quando a coisa está pegando fogo". O prefeito concedeu "nota dois" ao governador.

"Não tenho vocação de guerrilha, mas sou prefeito"

Foto: Roberto Nicco

Agripino Lima: "O governo abriu as portas para o cangaço"

Rainha diz que prefeito não tem moral para xingá-lo de bandido

A revolta marcou a reação do principal líder do MST na região, José Rainha Júnior, às declarações feitas ontem à imprensa pelo prefeito de Presidente Prudente, Agripino Lima (PTB). Para ele, Agripino não tem moral para chamá-lo de bandido. Sugeriu que, primeiro, o prefeito libere as suas contas para uma devassa por parte da Receita Federal. "Só assim, a gente vai saber quem realmente é o bandido nessa história". Rainha explica que teve o seu sigilo bancário quebrado, assim como de todos os diretores da Coocamp (Cooperativa dos Assentados do Pontal). "Queria saber se o Agripino tem a coragem de permitir uma devassa fiscal em suas contas", indagou.

O líder dos sem terra classifica o prefeito prudentino como "uma pessoa desqualificada, sem idoneidade moral e inescrupulosa". Para ele, após bloquear uma rodovia estadual com máquinas da prefeitura, Agripino Lima não deve merecer mais o respeito da sociedade prudentina.

Ele também comentou a declaração de Agripino, de que o fazendeiro Roberto Junqueira "não deveria ter deixado a `raposa´ escapar", ao referir-se ao atentado sofrido no último dia 19 próximo à fazenda Santa Rita, em Primavera, distrito de Rosana. Para Rainha, a afirmação é um estímulo ao crime. Preocupado, diz que ingressou com uma representação no Ministério Público contra o prefeito e, junto à Procuradoria e à Justiça Federal, protocolou um pedido de proteção especial, não só para ele e sua família, mas para todos os integrantes do MST. "É uma ameaça, não apenas contra a minha pessoa, mas contra todo o movimento", explicou.

Para ele, as afirmações do prefeito de Presidente Prudente confirmam que o atentado sofrido há 14 dias foi realmente uma emboscada. "Vou processar o delegado que disse que não foi emboscada", garantiu o dirigente. José Rainha afirmou estar "estarrecido" com a notícia de que o Ministério Público absolveu o fazendeiro Roberto Junqueira, que confessou ter disparado contra ele, quando da ocupação da fazenda Santa Rita.

Segundo ele, "trata-se de uma demonstração da conivência da Justiça com o crime", acrescentando que a medida representaria um incentivo à formação de novos grupos armados no Pontal. "Espero que, pelo menos o juiz seja decente, e não libere esse cidadão", disse, referindo-se ao fazendeiro Roberto Junqueira. E completou: "É uma vergonha, daqui a pouco vou pagar pelo crime de ter sido a vítima, assim como querem transformar em réu o prefeito de Santo André que foi brutalmente assassinado".

O título **Agripino diz que não apóia Alckmin**, seguido do subtítulo "Prefeito visita fazendeiro preso em Santo Anastácio e afirma que governador se esconde 'embaixo da cama'" constrói, mais do que fatos, a imagem do protagonista da narração (o prefeito).

Examinando brevemente a página, por trás da referencialidade do fato enunciado, entra em ação um sujeito que, ao se instalar como terceira pessoa, cria o efeito de sentido de distanciamento, a impressão de neutralidade em relação ao que está sendo dito. A partir de sua observação, ele aprisiona o leitor à polêmica. Na posição de um destinador manipulador faz crer que o prefeito criou caso com o MST, estendendo o desentendimento para o âmbito do governo estadual. Evidentemente, o enunciatário corresponde ao perfil do leitor-alvo de *O Imparcial.* Com competência para ler os simulacros construídos pelo enunciador, é capaz de

reconhecer a arena em que o jornal coloca o prefeito. Assim, reconhece os valores fundamentais constituídos no confronto e concorda com o que foi instituído pelo enunciador: criticar a autoridade municipal. Sobre essa polêmica já nos referimos quando observamos a construção do conflito nas primeiras páginas. Mas, focalizemos agora em um outro gênero, a reportagem.

Como um destinador julgador, o sujeito de enunciação do texto em análise, leva a um fazer-crer, conduzindo aparentemente à sanção negativa do protagonista (o prefeito). Pelos dispositivos de montagem da página firmam-se os efeitos de sentido de desqualificação da autoridade não só pela imagem que captura em *close* o instantâneo: uma pose do prefeito, seguida de sua fala: "O governo abriu as portas para o cangaço" que, se contrapõe à chamada da direita: **Rainha diz que prefeito não tem moral para xingá-lo de bandido.** À esquerda os dizeres do prefeito destacam sua atitude de autoridade: "Não tenho vocação de guerrilha, mas sou prefeito".

Nos dizeres abaixo da foto, vê-se o prefeito condenando o governo do estado, criando assim uma oposição à autoridade de Alckmin. Quanto aos dizeres da esquerda, o enunciador implicita que a autoridade municipal não está sendo considerada pelo governador, revelando o clima de discórdia entre os poderes municipal e estadual.

Embora fique bastante clara a manifestação de uma instância que julga os atos do prefeito, essa mesma instância revela os gestos de confiança e as convicções do protagonista (o prefeito) cujo universo axiológico coincide com os valores do próprio jornal, defensor dos donos de terras, o que, aliás, é bastante previsível por se tratar do poder dominante da região. Essa idéia é reforçada quando destaca a afirmação do prefeito que associa o MST ao cangaço.

Se pensarmos o que significou o cangaço no imaginário social, veremos que o MST aparece, na maioria dos textos enunciados pelos dois veículos, como um movimento marcado por práticas violentas, tais como à do cangaço: saques em propriedades, estupros, assassinatos, entre outras, o que justificou, na época, ação repressiva do Estado. A associação da atuação do Movimento ao cangaço significa insistir na idéia de ilegalidade da ação dos trabalhadores rurais e mais, acaba por reforçar a idéia de que o Movimento poderia entrar na cidade e promover saques ao comércio e invasões das instituições públicas.

Considerando ainda o conflito entre proprietários rurais do Pontal e os sem-terra, vamos a mais um gênero textual: a reportagem.

Sobre o episódio entre o prefeito e o MST, *O Imparcial* traz na edição do dia 31 de janeiro duas páginas no caderno "Cidades" com três matérias sobre o assunto, conforme podemos observar a seguir.

O IMPARCIAL quinta-feira, 31 de janeiro de 2002 cidades ▸ 3 B

CRISE NO PONTAL

MST promove ato pacífico em PP

Comerciantes dizem que manifestação não prejudicou vendas; para alguns, bloqueio de pista foi exagero

Foto - Paulo de Paula



Liderados por José Rainha Júnior, integrantes do MST, finalmente, chegam a Presidente Prudente, onde promoveram ato pela paz.

Nel Oliveira

Foi pacífica a manifestação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), promovida ontem em Presidente Prudente. A avaliação é dos próprios comerciantes estabelecidos no centro da cidade, ao lado da praça Nove de Julho, local onde os sem-terra ficaram concentrados. A maioria dos empresários ouvidos pela reportagem de O Imparcial afirmou que os sem-terra já estiveram em Prudente em outras oportunidades e nunca aconteceu incidente que justificasse algum tipo de prevenção contra o Movimento.

> "Eles até fizeram algumas comprinhas"

José Antônio Sechirelli, 28 anos, gerente da loja Cardinalli, disse que a iniciativa do prefeito Agripino Lima de tentar impedir a vinda dos militantes à cidade "não tem nada a ver". Para ele, a atitude de Lima é que poderia ter gerado algum tipo de violência, se fosse interpretada pelas lideranças do MST como uma provocação. "Eles poderiam tentar reagir; acho que nesta parte o prefeito errou" declarou Sechirelli. Acrescentou que há pouco mais de um ano, os sem-terra vieram à Prudente e se comportaram de forma pacífica, sem que tenha havido nenhum comprometimento da ordem pública. Outro empresário, Claudemir Dancinguer, proprietário da Gabi Móveis Infantis, considera que não há motivos para tanta polêmica. Para ele, o MST deve ter promovido a manifestação pela paz como uma resposta ao atentado, do qual teria sido vítima seu principal líder na região. "É uma forma do José Rainha demonstrar que exerce uma forte liderança em cima desses pobres coitados". Quanto à ação do prefeito Agripino Lima, acha que tudo não passou de estratégia de marketing. "Valeu como promoção pessoal, mas não foi uma alternativa politicamente correta", disse.

Para ele, não será a ação de um prefeito que vai inibir o MST. Também questionou a legislação, dizendo que um cidadão, sozinho, invadir um órgão público vai ser responsabilizado pelo seu ato, "enquanto o MST pode invadir o que quiser e não acontece nada". A empresária Naíde Motta, de 54 anos, proprietária da loja Dunil, afirmou que não tem opinião formada sobre o MST. Quanto a iniciativa do prefeito de bloquear a rodovia, acredita que "a intenção foi boa".

Celso Fernandes, de 36 anos, gerente da loja Popular, garante que, pessoalmente, não tem preconceito em relação aos sem-terra. "Eles até vieram aqui e realizaram algumas comprinhas", disse Fernandes, lembrando que em anos anteriores o MST esteve na cidade e nunca ocorreu nenhum tipo de confusão. Ele também comentou a atitude do prefeito prudentino. "Como chefe do Executivo ele tem toda autoridade para fazer o que achar mais conveniente; ele possui uma assessoria jurídica; se fizer algo errado deve ser responsabilizado".

SINCOVAPP - O presidente do Sincovapp (Sindicato do Comércio Varejista de Presidente Prudente), empresário Vitalino Crellis, reconhece que a manifestação dos sem-terra ocorreu de forma pacífica. "Havia uma preocupação já que estava prevista a ida deles ao Banco do Brasil; no fim, acabaram ficando na praça e, felizmente, não prejudicou o comércio", declarou o dirigente. Ele confirmou que a entidade recomendou aos comerciantes que ficassem em estado de alerta.

Sobre o bloqueio de uma rodovia para impedir a passagem dos sem-terra, avalia que houve um certo exagero. "A lei proíbe o bloqueio de rodovias e não adianta se opor à lei", disse o empresário. No entanto, elogiou a determinação do prefeito prudentino. "O Agripino tem feito muito por Prudente e, ao tentar impedir a vinda do MST estava apenas buscando proteger a cidade; acho que não devemos condená-lo por isso", concluiu Crellis.

Presidente da UDR admite que entidade apóia ato de Agripino

O presidente em exercício da UDR (União Democrática Ruralista), Luiz Antônio Nabhan Garcia, de 43 anos, afirmou que ao promover um ato pela paz em Prudente o líder do MST, José Rainha Júnior, comprova o quanto é hipócrita e mentiroso. "Esse cidadão invade fazendas, já invadiu a minha propriedade, destrói benfeitorias, portanto não tem moral para convocar uma manifestação pela paz", declarou o dirigente. Disse ainda que o MST é o responsável pelo empobrecimento da região, lembrando que o oeste paulista já foi considerado um dos maiores produtores de algodão e de carne, além de dispor de grandes curtumes que, infelizmente, acabaram desativados.

Nabhan disse que não compete à ele dizer se o prefeito Agripino Lima agiu certo ou errado, ao bloquear uma rodovia na tentativa de impedir a passagem dos sem-terra. Ressaltou que os produtores rurais foram solidários à atitude do prefeito que, ao optar pelo bloqueio, não pretendeu afrontar a lei, mas apenas chamar a atenção das autoridades para as conseqüências da ação do MST em nossa região.

CRÍTICAS - Nabhan criticou a vinda ao Pontal do ministro do Desenvolvimento e da Reforma Agrária, Raul Jungmann para, segundo ele, "visitar um bandido". Ele referia-se à visita que o ministro fez a José Rainha há uma semana, três dias depois de o líder do MST ter sido baleado na fazenda Santa Rita. Ao comentar as declarações do ministro sobre o fazendeiro Roberto Junqueira, que admitiu ter disparado contra Rainha, o presidente da UDR disse que Jungmann não deveria prejulgar, taxando como bandido um cidadão honesto e cumpridor dos seus deveres.

Para ele, o MST atua na clandestinidade. Explica que toda entidade ou Ong precisa ter endereço fixo, diretoria formada, ata de suas reuniões e CNPJ, requisito que a organização dos sem-terra não possuiria. "O MST não se legaliza para não assumir nenhuma responsabilidade", afirmou.

Disse que enquanto o governo alardeia investimentos de quase R$ 20 bilhões na reforma agrária, os assentamentos se mostram improdutivos e se transformam em verdadeiras favelas rurais. Garantiu que é a favor de um processo sério de reforma agrária. Também criticou os critérios para a desapropriação de áreas, indagando como pode o governo exigir cem por cento de produtividade de uma fazenda, enquanto nenhum outro setor econômico consegue atingir tal grau de competência.

Na sua opinião, o governo Fernando Henrique Cardoso está sendo positivo para os produtores rurais, no que diz respeito à liberação de recursos através do BNDES. Porém, acha que FHC cometeu um erro político grande ao indicar Raul Jungmann para integrar o seu Ministério. Para Nabhan, Jungman é "um comunista de carteirinha" e a sua presença como ministro do Desenvolvimento e da Reforma Agrária impede o diálogo entre o governo a classe ruralista. *(N.O.)*

Cooperativa dos condutores de PP ficará legalizada em 10 dias

Os profissionais responsáveis pelo transporte de alunos em Presidente Prudente organizaram uma cooperativa que deverá estar legalizada dentro de aproximadamente dez dias. A informação é de Antônio Guazzi, presidente da Associação dos Condutores de Escolares, entidade fundada há seis anos e que reúne 78 associados. Ele explica que a Coopercondo - Cooperativa dos Condutores de Escolares, Deficientes e Passageiros - terá um caráter amplo, podendo abranger inclusive os profissionais do transporte alternativo, caso este tipo de serviço venha a ser, no futuro, implantado em Presidente Prudente.

Guazzi explica que a Cooperativa dos Condutores (Coopercondo) foi fundada no início de janeiro e só falta cumprir as formalidades legais para o seu funcionamento. Possui 65 cooperados, sendo que nos próximos dias mais 18 profissionais estarão se filiando à entidade, elevando para 83 o número de filiados. O dirigente explica que apenas 30 condutores prestam serviço à prefeitura municipal. "A maioria é formada por profissionais autônomos, contratados pelos pais para o transporte dos filhos até a escola", informou.

Antônio Guazzi garante que a principal reivindicação hoje da categoria é a criação de uma Lei Municipal que regulamente o setor na cidade de Presidente Prudente. "Apesar de o transporte de alunos estar previsto no Código de Trânsito Brasileiro, vários municípios estão adequando o setor através de leis municipais". Explicou que, desde o ano passado, a Associação dos Condutores aguarda do executivo municipal a propositura de uma lei para regulamentar o funcionamento do transporte de alunos.

Na sua opinião, uma regulamentação do município poderia solucionar o problema da fiscalização do setor. Explicou que, atualmente, os próprios condutores é são responsáveis pela fiscalização, denunciando a existência de clandestinos ou de outras irregularidades. "Somos gratos à atenção do Comando de Trânsito, que sempre tem nos atendido com presteza e apurado as nossas denúncias" afirmou Guazzi, ressaltando porém que a função de monitoramento deve ser uma responsabilidade do Município. "É até antiético para a gente denunciar um companheiro de trabalho", declarou.

TRANSPORTE ALTERNATIVO - Quanto a implantação do transporte alternativo de passageiros em Prudente, ele diz que, pessoalmente, não acredita na sua viabilidade. Alertado de que existe um projeto de lei na Câmara Municipal, de autoria do vereador José Rocha Sobrinho (PT), que permite a possibilidade de adoção deste tipo de serviço na cidade, Guazzi diz que "dificilmente o prudentino compreenderia um transporte alternativo". E remete ao exemplo da cidade de São Paulo onde, apesar da imensa área territorial, o serviço gera polêmica.

Mesmo assim, considera que a questão é de organização. Para ele, há condições para o funcionamento do transporte alternativo de passageiros em Presidente Prudente com tarifa similar a cobrada pelo Transporte Coletivo. E aponta a superlotação e a imprecisão dos horários como as principais falhas das empresas de ônibus. "Conheço empresário do comércio que prefere contratar pessoas de outras cidades, uma vez que as linhas intermunicipais são mais regulares em termos de horário, o que reduz o índice de atrasos por parte do empregado", exemplificou.

Anthony Garotinho virá a PP na segunda

O governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho (PSB), estará visitando Presidente Prudente na próxima segunda-feira, dia 4 de fevereiro. A chegada de Garotinho está prevista para as 9h no aeroporto local. A agenda da visita ainda não está pronta, mas segundo o coordenador regional do PSB, Wilson de Oliveira Machado, durante o dia Garotinho deverá visitar as emissoras de rádio, televisão e jornais. À noite, participará de encontro político com representantes de igrejas evangélicas da cidade. Às 22h, o governador retorna para o Rio de Janeiro.

Renovação Carismática Católica
Convida
Missa Mensal da Renovação
1º Sábado do mês
Às 07:30 hs (manhã)
EU SOU O PÃO VIVO QUE DESCEU DO CÉU." (Jo 6, 51)
"Isto é o meu Corpo que é dado a vós. Fazei isto em memória de mim." (Lc 22,19)
Bênção dos enfermos, água e objetos
Informações: Fone: 221-5434
ATENÇÃO
02 Fevereiro – Igreja N Sra Mãe da Igreja (Seminário)
02 de Março – Igreja N Sra do Carmo (Maristela)
06 de Abril – Igreja N Sra Mãe da Igreja (Seminário)

Na primeira reportagem, a afirmação “MST promove ato pacífico em PP” vem acompanhada do subtítulo, que traz, em discurso indireto, a voz dos comerciantes da cidade “Comerciantes dizem que a manifestação não prejudicou vendas; para alguns, bloqueio de pista foi exagero”. Tendo à direita a foto da marcha, a reportagem ocupa metade da folha, sem que se conceda aí nenhum espaço para a fala dos participantes. Valendo-se da embreagem enunciva de tempo (“ontem”), de espaço (“ao lado da praça Nove de Julho, local onde”) e de pessoa (“os sem-terra ficaram concentrados”), enuncia-se a marcha dos sem-terra, mas o foco é mesmo para a cidade, com *zoom* no comércio local. Os personagens *sem-terra* e *o prefeito* são os agentes mobilizadores do discurso dos comerciantes a que a enunciação se refere.

A tese que se implicita logo no primeiro parágrafo: “[...] os sem-terra já estiveram em Prudente em outras oportunidades e nunca aconteceu incidente que justificasse algum tipo de prevenção contra o Movimento” conduz o leitor à voz de um sujeito de enunciação que simula construir um parecer - condenação da atitude do prefeito. É o ponto de vista de um sujeito que não se mostra no texto, mas que vai construindo sua opinião à medida que se tece o texto, confirmando, então a tese enunciada e que vai sendo comunicada ao leitor. Há argumentos favoráveis à atuação do prefeito, mas a argumentação que se evidencia é contrária às ações da autoridade municipal. Os comerciantes, instaurados pela enunciação como sujeitos do discurso, por meio do discurso direto, assumem a função de destinadores-julgadores, aplicando a sanção negativa ao prefeito. Convém esclarecer que tão somente um se posicionou positivamente. Dentre as sanções negativas, destacamos: “[...] acho que o prefeito errou [...]”; [...] a iniciativa do prefeito [...] não tem nada a ver”; [...] tudo não passou de estratégia de marketing”; “Valeu como promoção pessoal, mas não foi uma alternativa politicamente correta”; etc.

Só o presidente do Comércio Varejista da cidade, depois de um elogio, sancionou positivamente o prefeito: “O Agripino tem feito muito por Prudente e, ao tentar impedir a vinda do MST estava apenas buscando proteger a cidade; acho que não devemos condená-lo por isso”.

Se as ações dos sujeitos (comerciantes) supõem um sujeito realizador (comprador) a serviço de um projeto de realização (venda), os comerciantes nos levam a concluir que essa esfera - ameaçada pelo anti-sujeito (os sem-terra) e que poderia comprometer o êxito de seu percurso narrativo (a ação de compra e venda, ou seja, o comércio) – volta ao estado de distensão quando se manifestam aliviados pela volta da situação de tranqüilidade. Não havia

mais motivo para a tensão. De um lado apresentava-se o temor: “Havia uma preocupação [...] felizmente, não prejudicou o comércio”. O estado de tensão é gerado pela ansiedade de uma possível ruptura nesse percurso narrativo (os comerciantes realizam a venda de suas mercadoria). A atração que essas ações exercem sobre eles orienta sua atividade para um fim preciso. Temos, assim, destacado em *box* no corpo do texto a fala: “Eles até fizeram algumas comprinhas”. Cabe para essa afirmação observar que a resistência antagonista (os sem-terra), desde que não impeça o percurso narrativo dos comerciantes, deixa de ser um perigo.

Ocupando a outra metade da página, onde estão as falas dos comerciantes, uma enunciação em terceira pessoa traz para o enunciado a voz dos proprietários de terra, figurativizado pelo presidente da UDR: “O presidente em exercício da UDR (União Democrática Ruralista), Luiz Antônio Nabhan Garcia, de 43 anos, afirmou que [...]”. O texto tem como título “Presidente da UDR admite que entidade apóia ato de Agripino”. Entram em cena sujeitos e anti-sujeitos relacionados às questões fundiárias, num discurso bastante previsível de um sujeito que assume a posição de destinador-julgador do MST (o presidente da UDR). Entrecortando a fala do líder uderrista, vai também se pronunciando o sujeito enunciador (o jornalista): “[...] o MST é o responsável pelo empobrecimento da região, lembrando que o oeste paulista já foi considerado um dos maiores produtores de algodão e de carne, além de dispor de grandes curtumes que, infelizmente, acabaram desativados”.

Assim, não oscila o destinador-julgador que, do começo ao fim de seu discurso, defende o prefeito, conseqüentemente, os produtores rurais. Não condena apenas os sem-terra, mas todos os que os apóiam, incluindo aí a alta esfera do governo federal: “[...] os produtores rurais foram solidários à atitude do prefeito que, ao optar pelo bloqueio, não pretendeu afrontar a lei, mas apenas chamar a atenção das autoridades para as conseqüências da ação do MST em nossa região”.

No ataque às autoridades: “[...]como pode o governo exigir cem por cento de produtividade de uma fazenda [...]”, o presidente da UDR condena também o então presidente FHC: “[...] FHC cometeu um erro político grande ao indicar Raul Jungmann [...] um comunista de carteirinha [...] que impede o diálogo entre o governo e a classe ruralista”.

Se os sem-terra não representaram ameaça para os comerciantes, conforme afirmaram, isso não é visto no discurso da UDR que o jornalista parece apoiar. A esfera de ação dos fazendeiros fica restrita pelas ações dos sem-terra, as quais comprometem o êxito da conquista do objeto em jogo, a terra que os actantes opositores disputam. Eliminada a presença do anti-sujeito, a interação entre os fazendeiros e a terra tenderia à harmonia

absoluta. Nesses termos, salta aos olhos do leitor a figurativização do sem-terra como anti-sujeito cuja função é perturbadora da ordem que a UDR quer impor à sociedade. Quanto mais se configura a presença do anti-sujeito, mais se acentua o efeito de descontinuidade entre os actantes na sua busca pelo objeto (a terra). Intensifica-se, então, a tensão decorrente do sentimento de falta.

Tensionados pela **nostalgia**, no que se refere a ações passadas ("o oeste paulista já foi considerado um dos maiores produtores de algodão e de carne, além de dispor de grandes curtumes, que infelizmente acabaram desativados"), o sujeito se move por um estado patêmico que conduz à leitura de um sujeito coletivo (já que o actante figurativiza a classe dos proprietários rurais), uma classe dividida pela tensão entre dois pólos do eixo que sustenta a enunciação do eu/aqui/agora: as vivências do passado, as do presente e as incertezas do futuro. Podemos afirmar que a realização da marcha dos sem-terra é vista pelos enunciadores dos referidos textos como um fato que os faz moverem-se no território da insegurança, mobilizados pela paixão do medo da perda da terra. O sentimento da nostalgia de um tempo de conjunção com a riqueza proporcionada pela terra - um tempo em que não havia mobilização e performances do anti-sujeito - permeia vários outros textos e neles se mostra o medo, um estado de alma dos donos da terra no Pontal, construindo as condições modais necessárias para a realização da ação da luta pela terra, do confronto com o MST. E, em se tratando da ação de construir o discurso sobre a terra em *O Imparcial* e *Oeste Notícias,* a nostalgia é sentimento mobilizador de inúmeras enunciações e que poderiam mesmo se constituir em estudo à parte.

3.2.4. ARTIGO

3.2.4.1. Em *O Imparcial*

Terça-feira, 29 de janeiro de 2002 - O IMPARCIAL - POLÍTICA 4A

SIGEYUKI ISHII

Atentado (?) contra a reforma agrária

Com este mesmo título, sem a interrogação, na edição do dia 24 desse diário, o Prof. Bernardo Mançano Fernandes, dos quadros da UNESP de Presidente Prudente, transcreveu sua visão, bastante caótica, diga-se, sobre os recentes acontecimentos que envolveram participantes do MST e um proprietário rural na Fazenda Santa Rita. Segundo sua visão desordenada, a "reforma agrária tem suas idas e vindas". Ora, a reforma agrária, na verdade, na maioria dos lugares onde foi realizada só colecionou fracassos, especialmente e mais evidentemente aqui no Brasil, como o caso da Fazenda Rebojo, na nossa região, e a Colônia Federal, em Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul. Não que sejamos contra a reforma agrária. Somos contra o atual modelo de reforma agrária, onde se contempla oportunistas e aproveitadores, em detrimento do verdadeiro "homem da terra", que produz alimentos e gera impostos. É só comparar a produtividade das chamadas "terras devolutas" antes e após o início desse malfadado movimento que trouxe a intranqüilidade e a insegurança para nossa região.

O professor faz um relato do acontecimento como se dele tivesse participado, citando detalhes vistos apenas por ele, e pelos invasores envolvidos, claro, comentando que estes retornavam do acampamento quando foram vítimas de emboscada. Entendemos por emboscada o "ato de esperar às escondidas o inimigo", não o ato de impedir que alguém adentre à sua propriedade sem autorização para comandar atos de vandalismo e terrorismo. Os invasores não estavam retornando, estavam se dirigindo à sede da fazenda, quando encontraram o proprietário que retirava seu gado das imediações do acampamento, para evitar que mais animais fossem abatidos por arma de fogo. A cena descrita pelo professor mostra bem os traços de sua visão.

Violência contra os sem terra. A violência não é sofrida pelo MST, mas é comandada pelos seus líderes, que se utilizam das pessoas, a maioria sofridas e desamparadas, na boa fé de conseguirem o seu pedaço de terra tão prometido e propalado por eles, fazem verdadeira manipulação dessa massa humana com a conseqüente formação de quadrilhas de guerrilheiros para invadir, incendiar, roubar, matar criações, enfim aterrorizar os verdadeiros donos da terra. Vejam o que fizeram com o sr. Kurata, em Mirante do Paranapanema. Todos têm o direito à vida, ao trabalho, etc., mas dessa regra não podem ser excluídos os agropecuaristas que produzem alimentos. O direito à luta deve ser respeitado, mas ele termina quando começa direito do próximo e, caso se contrarie essa regra, pode ser destruída a base da democracia. Não podemos analisar este caso isoladamente, sem se lembrar de outros acontecimentos de igual relevância no Pontal, onde já tivemos invasões de casas, matança e roubo de gado das propriedades próximas a acampamentos, sem desprezar as invasões de fazendas que acontecem, quando? Na calada da noite, para pegar desprevenidos os proprietários.

Neste episódio, que está se tornando uma causa meramente política, querem culpar até o judiciário por seguir os trâmites exigidos pela Lei, em qualquer procedimento jurídico. A vida é prioridade, concordamos, mas para viver deve-se respeitar o direito à propriedade, à paz, ao trabalho, sem violências e sem atos de terrorismo. O engenheiro agrônomo Roberto Junqueira não é pistoleiro, conforme descrito pelo professor, e não atentou contra a vida de ninguém, ele simplesmente usou o legítimo direito de defesa, o que qualquer cidadão faria se estivesse limpando o quintal de sua residência e percebesse que ela estava sendo invadida por pessoas estranhas e com atitudes suspeitas !

Sobre o "desde os meados do século XIX as terras vem sendo griladas", ele bem demonstra a sua "filostria". Na verdade a luta pela terra sempre existiu. Desde o descobrimento da América, em 1500, as tribos indígenas, os Incas, Astecas e Maias deram lugar à evolução do mundo. Aqui no Pontal há um século chegaram os primeiros pioneiros, muitos mineiros, alguns em seus carros de bois, compraram terras de boa fé, mediante escrituras públicas registradas em Cartórios de Imóveis, órgãos oficiais do Governo, com a vontade férrea de desbravar e fazer a terra produzir, até com o sacrifício de suas próprias vidas, sem nunca terem recebido sequer uma "cesta básica", fornecida pelo governo. Falar em terras devolutas e griladas, a esta altura, é contrariar a história, senhor professor. E o Governo, o grande incentivador desses desmandos orquestrados, precisa se encontrar com a realidade e dar solução ao problema, evitando que se destrua de vez o Pontal do Paranapanema, devolvendo a tranqüilidade aos agro-pecuaristas e a todos os que aqui vivem, inclusive, com a proibição dos acampamentos às margens de rodovias que, freqüentemente, são interrompidas pelos "acampados", impedindo o direito de ir e vir do cidadão comum.

As suas citações sobre o "assentamento de 4.000 famílias", "o Presidente FHC beneficia os latifundiários", "os assassinos de trabalhadores", "o massacre do Carajás" e os "ferimentos durante a ocupação da Fazenda São Domingos, em Sandovalina", nos leva a perceber sua inconteste visão distorcida, caolha, porém, só do olho esquerdo. Na verdade, já foram assentadas 4.300 famílias que, infelizmente, também sofrem as mesmas agruras dos demais produtores, com os preços de mercado aviltados e as dificuldades comuns a quem quer produzir, principal razão da evasão do homem do campo para as cidades, contribuindo para que os assentamentos não melhorem, em nada, o Pontal d o Paranapanema.

> *A violência é comandada pelos líderes do MST*

FHC foi o Presidente que mais deu apoio ao MST, seja com a liberação de verbas a "fundo perdido", seja em número de assentamentos realizados. Quanto ao benefício a "assassinos de trabalhadores", especialmente neste momento de grande comoção nacional, pela violência que grassa e intranqüiliza, onde os fatos tendem a ser constantemente invertidos, o que percebemos é tão somente uma incompreensível acomodação das autoridades em relação às invasões e ao terrorismo perpetrados por esse movimento que, a cada dia, mais se distancia de suas verdadeiras aspirações, acobertando marginais oriundos de quaisquer partes do planeta, desde que tenham "coragem" de agir armados.

Não fosse a força da mídia, capaz de transformar um simples ato de defesa num acontecimento de vulto, o que aconteceu em Carajás, quando os soldados que foram cumprir a Lei se viram acuados por uma multidão armada de paus, pedras e... armas de fogo, seria tratado simplesmente como um ato de auto defesa. O mesmo aconteceu na **invasão**, não ocupação — esta só é possível quando a propriedade não está na posse de outrem, da Fazenda São Domingos, onde seu proprietário só se defendeu da agressão sofrida. A propaganda feita em torno das "terras devolutas e de graça" atrai oportunistas que aparecem de todos os lados. Esta aglomeração, por sua vez, atrai políticos à cassa de votos fáceis, de visão caolha, como a do prof. Bernardo, líderes com palavras de ordem e gritos de guerra, manipuladores da "massa" que ganham a simpatia da sociedade comum, distante do foco e pouco conhecedora de seus bastidores. Este movimento está querendo ficar acima da Lei e, com isso, destruir o patrimônio daqueles que o construiu à custa de muito sacrifício.

No Pontal nunca existiu fazendeiro grileiro, latifundiário ou fazendeiro pistoleiro. Sempre existiu, isto sim, verdadeiros agro-pecuaristas, homens de paz e de justiça, que sempre trabalharam e contribuíram para colocar comida na mesa dos brasileiros, inclusive na sua, senhor professor. Com esta sua visão, pendente para o olho esquerdo, diante dos fatos e da verdade, nos preocupa a sua condição de "educador" e, como professor, poder vir a influenciar na formação de um dos filhos de nossos cidadãos, que poderão se transformar num dos dirigentes que irá responder pelo futuro da gente brasileira. Esperamos que a direção da UNESP, respeitável órgão de ensino público, possa entender claramente e fazer a devida consideração ao agropecuarista como um cidadão, honesto, trabalhador, contribuinte dos cofres públicos com o recolhimento de seus impostos, produzindo riquezas e divisas internacionais, integrante do quadro de responsáveis pela ORDEM E PROGRESSO de nossa nação. É o que tínhamos a comentar sobre o assunto.

Sigeyuki Ishii é presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente.

Na primeira edição, o jornal traz um extenso artigo do presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente, no primeiro caderno. Com o mesmo título "Atentado (?) contra a reforma agrária" o texto remete a um artigo do Prof. Bernardo Mançano, também publicado em *O Imparcial* (ANEXO p. 348). O enunciador, autoridade nas questões agrárias da região, assina o texto como presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente, Sigeyiuki Ishii.

O texto do professor serve de parâmetro à polêmica que o enunciador tenta contestar, justificando a constante focalização na defesa dos interesses dos proprietários rurais. A evidente ênfase na contra-argumentação vai firmando um multifacetado fio discursivo, puxando as diversas questões polêmicas em que se insere o discurso da terra no Pontal (a grilagem).

No plano do narrado temos um episódio de conflito que, por envolver o próprio enunciador, vem permeado de emoções reveladas ao longo de todo o discurso. A sua esfera de ação, ao falar em nome da elite agrária, é delimitada pela ação de um anti-sujeito que, de acordo com o enunciador, impõe resistências: "É só comparar a produtividade das chamadas 'terras devolutas' antes e após o início desse malfadado movimento que trouxe a intranqüilidade e a insegurança para nossa região".

Esse pequeno trecho pressupõe uma série de aspectos que poderíamos levantar. A idéia da existência das terras compreende uma fase de aquisição de competência para tanto. Querer e/ou poder são noções que devem estar na origem dessa atuação. Se o fazendeiro tem hoje suas terras é porque teve o desejo, a vontade de fazê-lo e/ou o poder para tanto, ele teve também que buscar a habilidade necessária a seu empreendimento. Assim ele "soube" cultivar as terras ("É só comparar a produtividade das chamadas 'terras devolutas'"), porque quis e teve competência (poder) para fazê-lo. Além do querer e do poder - que respondem por uma fase de virtualidade das ações desse que se lançou nessa atividade de desbravar as terras do Pontal, ele teve também as condições internas - energia física - ; e externas - a conquista do espaço na fronteira das interdições sociais - , consubstanciadas num poder fazer*:* "Aqui no Pontal há um século chegaram os primeiros pioneiros [...] em seus carros de bois, compraram terras de boa fé [...] com a vontade férrea de desbravar e fazer a terra produzir, até com sacrifício de suas próprias vidas". Essa competência dos proprietários para estar de posse de seu objeto Na esfera de ação dos proprietários rurais do Pontal está delimitada pelas ações de outros sujeito, o sujeito coletivo (MST), que vem ganhando projeção social, sendo premiado pelo esforço despendido de seus desejos da posse da terra. Vem lutando e ganhando o poder de se tornar dono, na contramão de valores capitalistas, tendo o apoio de poderes

governamentais, da mídia: “E o Governo, o grande incentivador desses desmandos orquestrados[...]”. “Não fosse a força da mídia capaz de transformar um simples ato de defesa num acontecimento de vulto, o que aconteceu em Carajás [...]”

Impondo resistências, o MST compromete o êxito do percurso narrativo dos donos da terra. Temos, de forma bastante clara, de um lado a atração que a terra exerce sobre o fazendeiro, orientando seu discurso para um fim preciso (destruir a imagem dos sem-terra para poder destituí-los do poder-fazer): “E o Governo [...] precisa se encontrar com a realidade e dar solução ao problema, evitando que se destrua de vez o Pontal do Paranapanema [...] inclusive com a proibição dos acampamentos às margens de rodovias [...]”.

De outro lado, temos a resistência dos sem-terra, constituídos como antagonistas que ameaçam o estado de conjunção da elite agrária com a terra.

A relação do fazendeiro com o seu objeto valor era uma espécie de fusão desprovida de conflito interno. No tempo pretérito: “No Pontal [...] sempre existiu, isto sim, verdadeiros agro-pecuaristas, homens de paz e de justiça, que sempre trabalharam e contribuíram para colocar comida na mesa dos brasileiros [...] ”. Nos tempos atuais, entretanto, depois das ações dos anti-sujeitos essa relação se modificou: “A propaganda feita em torno das “terras devolutas e de graça’ atrai oportunistas [...] líderes com palavras de ordem e gritos de guerra [...]”.

A terra é o objeto de disputa. Se a conquista de um é perda de espaço para o outro, é preciso impedir que isso aconteça, eliminando a ameaça dos sem-terra. Assim, o enunciador, autoridade social, tem que fazer-crer em seu discurso, por meio do contrato que estabelece com o leitor do jornal. Representa, então, o papel de destinador manipulador e julgador, como uma espécie de guardião da elite agrária, ao criar a imagem positiva desse sujeito, dotando-o de papéis temáticos e actanciais eufóricos: “agropecuarista cidadão honesto, trabalhador, contribuinte dos cofres públicos [...] produzindo riquezas e divisas internacionais, integrante do quadro de responsáveis pela ORDEM E PROGRESSO de nossa nação.”

O movimento dos sem-terra impede a garantia da conquista da terra e perigosamente representa a instauração da legalidade de ações desestabilizadoras da propriedade fundiária. Nesses termos, no interior dessa axiologia, o enunciador quer fazer crer que o anti-sujeito exerce a função perturbadora da ordem , e tenta, a todo custo, negar ou

silenciar o discurso sobre a questão das terras griladas. É imperativo, então que se imponha a ordem dos proprietários.

Produto de relação de contradição, submissão ou reconstrução de outros textos, podemos afirmar que o texto só produz sentido ao ser recebido pelo interlocutor que interpreta o discurso do outro a partir de seu próprio discurso. (AUTHIER-REVUZ, 1982). Ao assumir a função de destinador-manipulador, o enunciador, Sigeyiuki Ishii mobiliza valores ideológicos e, pela lógica do discurso do presidente do sindicato Rural, os fazendeiros são o bem social; os que não os defendem, encarnam o mal. Em meio a esse tipo de discurso, o leitor busca, a partir de todo o emaranhado de vozes do interdiscurso, as coordenadas históricas para sustentação de sua crença na verdade que se constrói.

Pela voz do enunciador o leitor tem contato com o ponto de vista dos fazendeiros, que, tomados pela insegurança, diante da possibilidade da perda da terra vão se delineando cada vez mais como seres descontrolados. A construção do sentido vai sendo tecida nesse fio da manifestação da energia interna que conduz a informação da intensidade das forças aplicadas na busca do objeto (a terra). Permeia todo o discurso a presença da força obscura de um "invasor" que se apodera dos valores do fazendeiro e o faz perder o controle, na medida em que reconhece a força do anti-sujeito, que espalha o medo, contaminando todo o discurso. Essa força se manifesta em intensidade e extensidade pois se amplia, sendo reforçada pelos poderes políticos da nação brasileira: organizações regionais, governo do estado até chegar à presidência da república. Todos os seguimentos passam a representar o perigo iminente, contra o qual se deve lutar.

Do ponto de vista passional, o leitor assiste a narrativas de fatos e seus enunciadores manifestam medo em caso de sucesso da reforma agrária. Os fatos narrados remetem às ações dos antagonistas. Assim, quem não aceita a reforma agrária teme as ações dos antagonistas, daqueles "oportunistas e aproveitadores, em detrimento do verdadeiro 'homem da terra', que produz alimentos e gera impostos" .

O enunciador, em nome do destinador-manipulador, que pode ser identificado pelos papéis temáticos e actanciais ("verdadeiro 'homem da terra', que produz alimentos e gera impostos") apresenta e detalha os valores desejáveis pelos donos da terra: " para viver deve-se respeitar o direito à propriedade, à paz, ao trabalho, sem violências e sem atos de terrorismo". A ênfase é para negar qualquer racionalidade nas ações dos anti-sujeitos e daqueles que os defendem. Desloca o discurso do professor Mançano, com quem estabelece a polêmica.

Observando, então, o artigo "Atentado (?) contra a reforma agrária", afirmamos tratar-se da "força do medo" (FONTANILLE, 2003) como a presença observável de tudo o que possa estar ligado a movimentos em defesa da reforma agrária, a uma "forma" aterrorizante, instável e expansiva que se figurativiza nos papéis temáticos estereotipados do actante coletivo (MST). A visão do sujeito ameaçado vai-se contaminando de uma tal forma por essa energia que o domina e, assim, as "formas do medo" (os dizeres daquele que assina como "educador e professor"), tornam-se **"a**tores do medo" ("líderes com palavras de ordem e gritos de guerra", "massa pouco conhecedora", "os sem-terra", "quadros da UNESP de Presidente Prudente").

A manifestação dos anti-sujeitos parece não poder ser apreendida, espalhando-se por todo o espaço externo e interno do sujeito amedrontado. A palavra "Atentado", título dado ao artigo do professor da UNESP, é questionada pelo sindicalista, chamando logo a atenção para a posição de defesa a ser assumida pelos proprietários rurais. A situação é de ameaça. Então, a presença de uma força ameaçadora, possuidora do sujeito, passa a conjugar diferentes modalidades para a apreensão de um actante-fonte do medo: o anti-sujeito ('visão bastante caótica", "reforma agrária só colecionou fracassos", "malfadado movimento que trouxe a intranqüilidade e a insegurança para nossa região", "atos de vandalismo e terrorismo", "violência", "formação de quadrilhas de guerrilheiros", "assassinos de trabalhadores", "destruir o patrimônio daqueles que o construiu (sic) à custa de muito sacrifício", etc.).

Entram para o discurso do sujeito ameaçado, a eficiência da presença ameaçadora dos "invasores" (sem-terra), que representam a "força do medo". O efeito dessa presença estranha vai ocupando o espaço no desenvolvimento observável de papéis temáticos e actanciais estereotipados, numa gradação contínua: "quadrilhas de guerrilheiros, para invadir, incendiar, roubar, matar criações", enfim atemorizar os verdadeiros donos da terra. Associam-se, então, duas variáveis (o desenvolvimento das formas observáveis e a intensidade de expressão dinâmica das forças, permitindo observar o desenvolvimento textual da paixão do medo).

Para Fontanille (2003, p. 5), o medo nada mais é do que "uma inquietude, uma ansiedade, uma certa percepção da presença permanente ou insistente" que pode ser vista por um observador exterior. Pode-se dizer que o leitor circula pelo campo da presença do investimento sensível constituído pela relação de forças tensivas que exercem sobre um"eu" –

organizador do discurso. Desse espaço, materializado textualmente, emergem figuras cujas inscrições discretizam o mundo sensível.

Poderíamos associar toda a movimentação dos sujeitos passionais (os proprietários rurais) à tentativa para eliminar qualquer possibilidade de investimento positivo dos anti-sujeitos. É o valor patêmico, nesse texto jornalístico, o efeito disfórico do "medo da perda" que se torna o ponto de partida do espaço de "revolta", que os sujeitos da paixão pela terra encaixam nos meandros de suas falas. Com a habilidade de construir simulacros, vão multiplicando e propagando a desconstrução de sujeitos outros, que são jogados para o centro do discurso em seus papéis estereotipados. O jornal, por seu espaço crucial na comunicação presta-se à arena de manifestações dos sujeitos passionais (produtores rurais). Instaurando o discurso de defesa da terra como propriedade privada, instaura também o clima de insegurança gerado pelo "medo da perda desse objeto-valor".

Diante desse discurso tensionado e, que manifesta o conflito entre sujeitos polêmicos, o leitor é acionado. Ora, ou ele crê no discurso ou desconfia da enunciação, de acordo com ordens diversas de crenças, não apenas aquelas instaladas textualmente pelo enunciador (Sigeyiuki Ishii) - que engendra a situação histórica sobre a questão da terra no Pontal - mas, sobretudo, consideradas as que fazem parte de sua memória discursiva. Um leitor não ingênuo, que aciona o seu "crer crítico", pondo em dúvida a crença em um discurso que tem por base os simulacros de sujeitos e anti-sujeitos, de acordo com o contexto axiológico da elite agrária.

O proprietário rural – como destinador-manipulador do leitor pressuposto na polêmica – valoriza a terra como bem para gerar riqueza: "Somos contra o atual modelo de reforma agrária, onde se contempla (sic) oportunistas e aproveitadores, em detrimento do verdadeiro 'homem da terra', que produz alimentos e gera impostos". Aquele que não está inserido no sistema capitalista do uso da terra como negócio ("o patrimônio daqueles que o construiu (sic) à custa de muito sacrifício"), na defesa dos valores desse sistema, é sancionado negativamente, por meio das figuras: "visão bastante caótica", "visão pendente para o olho esquerdo", "visão desordenada", "visão distorcida, caolha, porém, só do olho esquerdo". Nota-se aí o implícito, o subentendido de que o discurso do professor estaria impregnado pela ideologia de esquerda.

Todo o arsenal argumentativo usado pelo enunciador coloca em evidência dois grupos de atores: aqueles que ostentam o papel temático de "honestos" (os donos da terra), figurativizados como "verdadeiros agro-pecuaristas, homens de paz e de justiça, que sempre

trabalharam e contribuíram para colocar comida na mesa dos brasileiros" e os outros. Os que não defendem os interesses capitalistas do uso da terra são figurativizados disforicamente como "oportunistas e aproveitadores, em detrimento do verdadeiro 'homem da terra'".

Pelo investimento actancial e temático dos acusados: "quadrilhas de guerrilheiros para invadir, incendiar, roubar, matar criações, enfim aterrorizar os verdadeiros donos da terra", chega-nos o discurso do enunciador com contornos axiológicos e ideológicos bastante definidos, que julgam o percurso narrativo da ocupação das terras no Pontal do Paranapanema de acordo com o universo axiológico capitalista. Como tal, o fazendeiro é aquele que vê o mundo pela ótica da propriedade, a partir de um olhar que avalia todos os acontecimentos do ponto de vista do lucro. Por ele justifica a defesa de suas terras, não havendo motivo para qualquer defesa dos valores humanos:

> Na verdade a luta pela terra sempre existiu. Desde o descobrimento da América, em 1500, as tribos indígenas, os Incas, Astecas e Maias deram lugar à evolução do mundo. Aqui no Pontal há um século chegaram os primeiros pioneiros [...] com a vontade férrea de desbravar e fazer a terra produzir [...]. É só comparar a produtividade das chamadas 'terras devolutas'antes e após o início desse malfadado movimento [...].
>
> Este movimento está querendo ficar acima da Lei e, com isso, destruir o patrimônio daqueles que o construiu à custa de muito sacrifício [...].

Na profusão de significantes ecoa a condição de sujeitos e de anti-sujeitos que não deixam dúvida quanto à sua classificação social e a conseqüente sanção social. Depreende-se, portanto, do enunciado, a sujeição do olhar do leitor a que visa o enunciador. Para fazer prevalecer os seus argumentos ancora-se sobretudo em relatos históricos sobre a luta pela terra para acompanharmos o desenrolar da sua polêmica com o discurso do professor Mançano. E, considerando o discurso não apenas como um conteúdo a se transmitir, mas também um modo de dizer, à sustentação desse dizer, a cada relato, vai-se agregando o raciocínio de um "eu" tomado pelo sentimento que, em diversos momentos, suspende a narrativa para inserir a sua revolta: "Vejam o que fizeram com o sr. Kurata, em Mirante do Paranapanema. Todos têm o direito à vida, ao trabalho, etc., mas dessa regra não podem ser excluídos os agropecuaristas que produzem alimentos."

Em meio a imagens sobrepostas, que podem se contradizer, o discurso engendra idéias tantas, de modo que nada parece totalmente certo nem definitivamente falso, mas dotado de uma irremediável ambigüidade, especialmente quando se trata de questões ligadas à terra, assunto mal resolvido judicialmente. E, sobre isso o texto faz diversas referências, num

acionamento da memória discursiva do leitor ao trazer o discurso sobre a grilagem das terras ("terras devolutas antes e após o início desse malfadado movimento", "a luta da terra sempre existiu", "terras devolutas e griladas", "terras devolutas e de graça", "fazendeiro grileiro, latifundiário ou fazendeiro pistoleiro"). Em meio sobretudo à heterogeneidade de vozes que se imbricam, o leitor pode ser capaz de desvelar a figurativização do "medo" - sentimento propulsor dos protagonistas (donos das terras) que os leva à construção discursiva.

3.2.4.2. Em *Oeste Notícias*

A visão do sujeito ameaçado pode ser observada em diversos gêneros. Percebemos que o medo é o grande "estado de alma" que se manifesta no artigo acima, retirado de *O Imparcial.* Essa grande paixão, o medo da perda da terra, está na base de uma infinidade de textos dos dois jornais. E isso podemos observar também no fragmento transcrito a seguir, parte de um artigo "*O País que não desejamos"* retirado de *Oeste Notícias,* 27/6/2002, que pode ser lido integralmente (ANEXO p. 366).

> Os afilhados do Jungman, por exemplo, assaltam, saqueiam, incendeiam e roubam, tudo sob a complacência dos olhos da justiça! Seríamos os desprotegidos, vitimados por uma lei caolha? [...]. Se um homem do povo arma-se de uma faca e for surpreendido na rua, poderá amargar, até, seis anos de prisão e merecer alguns processos, entre os quais o de porte ilegal de arma. Para o MST, essa norma não é aplicável, não vale, gerando o binômio da indesejável apologia: 'dois pesos, duas medidas'.
> Até quando? Será que teremos de legar esse hediondo e execrável patrimônio a nossos pósteros?
> Gostaríamos, e muito, que os tentáculos da lei fossem mais justos e coerentes, impondo-a de maneira imparcial [...]. A permissividade e o descaso no trato das coisas mais singelas poderão [...] arrastar-nos, inexoravelmente, para o fosso da fealdade [...].
>
> (Artur Renato Pontes é advogado e professor)

O discurso mostra um enunciador que pode perder a qualquer momento seu objeto-valor (a terra) por causa de um anti-sujeito (o MST). As perguntas do articulista ("Até quando? Será que teremos de legar esse hediondo e execrável patrimônio a nossos pósteros?") poderiam ser lidas como: Teremos, enquanto sujeitos, competência suficiente para manter nosso objeto-valor numa situação de disputa com os anti-sujeitos? Se existe questionamento é porque há dúvida. E o medo se vincula a essa incerteza sobre a competência dos donos da

terra para permanecerem com ela. Vemos aí, portanto, o medo a partir de uma relação entre os proprietários rurais e os sem-terra, entre o que têm a terra e forças em posições que poderíamos chamar de antagonistas, (não apenas os sem-terra, mas os próprios órgãos governamentais, na figura do então ministro da Reforma Agrária: "afilhados do Jungman").

Contaminados de uma tal forma por essa energia, enunciadores manifestam, assim, as formas do medo. O discurso do sujeito ameaçado se deixa invadir pela eficiência da presença ameaçadora dos "invasores" (sem-terra), que representam a força do temor: "assaltam, saqueiam, incendeiam e roubam", tornam-se atores do medo que têm a capacidade de manifestar um poder fazer**:** "arrastar-nos, inexoravelmente , para o fosso da fealdade".

É importante ressaltar que o esquema para o ator rural redefine-se com a incorporação do objeto modal. Assim o papel actancial daquele que "luta pela terra" pode tornar o ator rural "sem-terra" sujeito do querer, do dever, do poder ou do saber. Modalizar é, em princípio, ter a competência alterada. Tomemos como exemplo o querer do fazendeiro. Ele está com a terra, mas ao tornar-se muito apegado a ela, torna-se, assim, ansioso em relação à manutenção desse objeto. Esse "querer permanecer conjunto", leva a uma tensão crescente, se há um anti-sujeito que o ameaça. Situa-se então em estado de "espera tensa". Aí se materializa, então, um ator tenso.

A partir ainda do artigo de Artur Renato Pontes, vamos observar procedimentos recorrentes na construção de um ator "tenso" do enunciado.

Consultando o texto, notamos que o conceito de lei a que se refere não diz respeito ao ideal que propõe os direitos de cidadão a todos os indivíduos indistintamente. O enunciador recorre às figuras ("lei e justiça") que se aplicariam apenas a alguns indivíduos da sociedade (a elite agrária), excluindo o anti-sujeito (MST). Trata-se de um efeito emocional, que toma conta do enunciador e que não passa pelo filtro da razão, quando, numa progressão tensiva, as emoções transbordam de seu discurso. Ao atingir o limite, atinge o ápice das emoções, acertando em cheio o alvo: o anti-sujeito.

O destinador, que assina o texto como "advogado e professor", tem uma reação que lhe dá a competência para assumir o papel de sujeito atualizado, possuidor do poder e do saber para falar. Duplamente potencializado, tem o saber da ciência jurídica e o saber pedagógico. É um enunciador que se vê no papel de julgador da narrativa do anti-sujeito (MST), com o dever de levar o leitor a crer no seu discurso sobre o perigo de uma provável ação do anti-sujeito, principalmente quando se trata de "afilhados do Jungman". Sob a proteção do poder constituído, aumentam ainda mais as ameaças das prováveis ações. Assim,

é preciso que o destinador aja incontinente, atualizando sua aptidão de poder e saber, impedindo isso por meio de seu discurso.

Como modalidade ética, o dever obedecer às leis, comparece no quadro de valores sociais da elite agrária (desde que separe as águas para apartar dos privilegiados aqueles a quem não é dado o direito de participar da sociedade). O destinador visa ao bem coletivo desde que esta noção compreenda apenas os direitos de seus próprios pares. A justiça e a lei vão sendo admitidas na orientação de um sistema axiológico restrito aos sujeitos que dividem os mesmos valores do enunciador. Tendo poder social, vêem-se como uma espécie de guardiões dos valores que não compartilham do "apadrinhamento com o Jungman" e que, portanto, acreditam que devam ser protegidos.

A sobrecarga de emoção constrói a manifestação do sujeito passional que só encontra saída na profusão de uma adjetivação de que se vale para gritar sua instabilidade emocional. Observemos o parágrafo conclusivo:

> Uma guinada radical nesse indesejável estado de coisas permitir-nos-á que atinjamos um estágio mais promissor, em termos de sociabilidade, politicidade, submissão às normas, e respeito às tradições democráticas, tirando-nos dessa perspectiva triste de povo sem respeito à cultura humanística, párias do Mundo civilizado!

Podemos ver que ele se sustenta pelo recurso lingüístico da adjetivação: "guinada radical", "estágio mais promissor", "tradições democráticas", "dessa perspectiva triste de povo sem respeito à cultura humanística, párias do Mundo civilizado!".

O enunciador, que hierarquiza, controla e ordena, circunscrevendo o espaço dos atores trazidos em suas falas, vai estabelecendo a comunicação com o leitor. Constrói a polêmica, colocando em cena os atores da instabilidade social, os anti-sujeitos (os sem-terra e todos os adeptos dos movimentos em prol da reforma agrária). Incluem-se aí líderes e governantes, como o então presidente FHC (pela referência a um de seus ministros, Jungman). Transbordam por todo o texto os efeitos passionais que modalizam o questionamento do "outro" (o anti-sujeito) - aquele que deve ser impedido de agir, que é o perigo iminente. Ativam-se os sentimentos negativos, dos quais se pode inferir: a raiva, a insegurança, a intranqüilidade, o medo, etc. ("os afilhados de Jungman assaltam, saqueiam, incendeiam e roubam, tudo sob a complacência dos olhos vesgos da justiça!").

Em um de seus estudos sobre a canção, Luiz Tatit (1994, p. 47) afirma que a abordagem das paixões representou um ganho para a semiótica, retirando da instância do /ser/ "o seu estatuto operacional de passividade e [introduzindo] aí o germe dos conflitos (...)".

Segundo ele, isso abriu caminho para uma compreensão dialética das relações juntivas, que pedem "a diferença complementar toda vez que sujeito e objeto estão em perfeita conjunção e que, de maneira inversa, manifesta a atração pela identidade".

Ao afirmar que "um sujeito em conjunção plena com o objeto, ou em identidade total, seria um ser inexistente neste mundo: um ser sem desejo e sem paixão", Tatit explica que para conservar o vínculo extenso com o valor, o sujeito sacrifica, a todo instante, o seu contato intenso com o objeto correspondente ao próprio valor, fusão esta inatingível por definição. O autor destaca aí a função do anti-sujeito que, segundo ele, desconecta o sujeito de seu objeto provisório, provocando a reatualização de seu vínculo com o valor. Trata-se, no enfoque actancial, de uma revitalização do contrato assumido com o destinador – guardião dos valores – cuja tarefa primordial é a de restabelecer o devenir para garantir ao sujeito a marcha da recuperação (TATIT, 1994, p. 48, 49).

Com base em Tatit, tendo em vista a função dos anti-sujeitos, podemos notar então que o MST cumpre, nos discursos veiculados tanto em *O Imparcial* quanto em *Oeste Notícias*, exatamente o papel sobre o qual se refere o semioticista: "desconectar o sujeito de seu objeto, na marcha da recuperação", levando os fazendeiros a se acautelarem, incentivando a busca de proteção (justificando até mesmo o uso de armas na prevenção a possíveis ataques, conforme podemos ver em alguns textos) em nome da proteção da sociedade como um todo. Isso é o que se constrói nos jornais. O temor se instala por todo o leito jornalístico, construindo atores atemorizados diante da possibilidade das ações daqueles que representariam o perigo e, nesse cenário do medo trama-se a discursividade jornalística que transborda do Pontal para o país: "Até quando? Será que teremos que legar esse hediondo e execrável patrimônio a nossos pósteros?"

Se temos fé naquilo que vemos, assim ocorre com o leitor que vê a ordem cultural modelada, transformada em significação pelo saber do enunciador. Com base no artigo acima, "assujeita-se" à fé perceptiva, acesa pelo enunciador, que cria a imagem de um conhecedor dos assuntos relacionados à Justiça para defender os direitos dos proprietários rurais. Encampado na processualidade do percurso cujo núcleo da argumentação, ainda que seja numa linguagem prolixa, tem na citação de termos latinos, de palavras eruditas, a força para torná-lo fiador da veracidade de seus pontos de vista. O uso da linguagem jurídica ("conditio sine qua non", "erga omnis") leva o leitor a reconhecer a competência do enunciador e se deixar levar pelas proposições enunciadas, ainda que tantas delas bastante nebulosas, num linguajar quase incompreensível.

No espaço das dimensões passionais, mantido pelo enunciador, vai-se ancorando o leitor, a partir de uma rede complexa de relações predicativas que controlam a ordem de sua visão. Rompe-se o espaço da objetividade que propõe o enunciador durante toda a enunciação de seu discurso, pelo uso da terceira pessoa para distanciar-se do dito. Toma lugar o universo do sensível, numa ruptura da manifestação da "justa medida" que propõe a notícia – domínio de um discurso que expressa o contrato para oferecer a imagem de uma racionalidade, que repousa sobre o desenvolvimento de uma fala referencial.

Por mais estabilizada que seja essa crença à verdade sustentada pelo discurso de um "advogado e professor" (conforme o texto sustenta), sem dúvida, temos que levar em conta o valor do objeto que está em jogo na polêmica (a terra) e sujeitos relacionados a esse valor.

Ora, o discurso se mostra como representação de uma coletividade: "Gostaríamos [...] para que amanhã, não nos inculpassem de erros inescusáveis, atribuindo-nos a terrível pecha de 'coniventes da transgressão e apologistas de um estado de franca e verdadeira anomia'". Afinal, que coletividade é essa? Apenas uma classe de sujeitos aí se representa. A voz que se levanta é, sim, a de um cidadão, do meio da sociedade, competente pelo saber das leis do Direito, dotado pelo poder falar em nome da Justiça.

Importa notar que, no impulso da enunciação passional, na pressuposição de uma situação de interlocução com o leitor, ecoa tão somente a voz do proprietário rural como se fosse a voz de todos os leitores do jornal. Nesse sentido, todos deveriam ser tomados pelo temor de que se os antagonistas tiverem acesso à terra, serão levados a todo tipo de privação.

Deixando o contexto temático do conflito entre sem-terra e fazendeiros, vamos a dois textos para observar a construção de um dos estados de alma, em que se delineia o sutil problema da nostalgia, mobilizador do sujeito de enunciação.

O primeiro é um artigo de *Oeste Notícias* de 01 de agosto de 2002: **Da 'Nova Canaã' a território prisional.**



▶ 1.2 OESTE NOTICIAS OPINIÃO Quinta-feira, 1 de agosto de 2002

Artigo

Da 'Nova Canaã' a território prisional

Agripino Lima (*)

Quem não se recorda do progresso econômico da Alta-Sorocabana, nas décadas de 50, 60, 70 e 80? A pujança da produção agropecuária, amparada naquela época por financiamentos a taxas especiais, trouxe para a região dezenas de curtumes, frigoríficos e fábricas de óleos vegetais. Tínhamos o Bordon, o Kaiowa, o Prudentino, o Luizari, o União que figuravam como os recordistas nacionais de abate diário de gado bovino. Sanbra, Mac Faden, Anderson Clayton, Lótus, Saad e Matarazo se alinhavam a outras importantes indústrias transformadoras de sementes de amendoim, de algodão, de sorgo, de folhas da hortelã, em óleos vegetais. Um parque industrial invejável.

A Cica mantinha a maior indústria do planeta na produção de massa de tomate. Inexistia desemprego, tanto no campo como na cidade. Não havia espaço para as violentas invasões de terra. Os proprietários rurais constituíam o mais importante segmento da economia regional.

A riqueza destas plagas era decantada pelos governantes de nosso Estado, que muito fizeram pela região. Adhemar de Barros cognominou este extremo-oeste de São Paulo de "A Nova Canaã". Jânio Quadros nos trouxe o asfalto da Rodovia Raposo Tavares; Carvalho Pinto, as nossas escolas; Paulo Maluf, os núcleos habitacionais e a urbanização de grande parte do perímetro urbano de Presidente Prudente; Paulo Egídio Martins, o asfaltamento de todas as vicinais do Pontal do Paranapanema. E agora? Desemprego. Violência urbana. Criminalidade. Invasões de propriedades rurais produtivas. Acréscimo populacional de dez mil sentenciados, de extrema periculosidade, vindos da região metropolitana do Estado.

Alivia-se a paulicéia dos bandidos, gerados pelo crescimento urbano desordenado; e premiam-nos com os 'Andinhos' da vida, como nossos vizinhos. E ao mesmo tempo, por parodoxal que possa parecer, extinguem o Comando de Policiamento de Área, reduzindo o número de policiais da região. Some-se a esse despautério o fato de que, do efetivo remanescente, uma parcela ponderável tem de guarnecer as muralhas dos presídios e efetuar escoltas de presos a delegacias de polícia e juízos criminais. Castigam-nos como se tivéssemos responsabilidade pela péssima administração pública estadual nas áreas da segurança e promoção social dos últimos oito anos. Quem pariu Mateus que o embale, Senhor Alckmin.

Queremos: subsídios para os produtores rurais; a duplicação da Rodovia Raposo Tavares; redução de tributos para as indústrias de transformação de produtos agropecuários, que possibilitem o retorno de empresas como as que daqui se foram; dinamização do turismo regional; garantia do exercício do direito de propriedade na zona rural; verbas para o custeio de uma ação social intensa, para recuperar o atraso que nos impuseram, responsável pela redução de parte de nossa população a níveis de pobreza absoluta.

Parece-nos que estamos vivendo um cenário de 80 anos passados; e que nos confundem com as Ilhas Grande e Anchieta. É que transformam a nossa dadivosa região em território prisional. Pare com isso, Alckmin. Não aceitamos ser caixa de dejetos sociais produzidos por política errônea de governo personalista e centralizador.

Parafraseando Adhemar de Barros, que quando queria se livrar de algum chato de plantão dizia: "vai para Pindamonhangaba", brado com todas as forças de meus pulmões: "construa os seus presídios, Governador Geraldinho, na sua terra: Pindamonhangaba".

(*) Agripino Lima é o prefeito de Presidente Prudente.

O enunciado relata uma seqüência de fatos, ancorados num tempo pretérito cujo núcleo da ação narrativa é a região do Pontal do Paranapanema. A função de sujeito,

assumida por um "nós" ("Castigam-nos", "Queremos", "Parece-nos", "Não aceitamos"), a que Fiorin (1996, p. 96) se refere como "plural majestático", cria uma "esfera de reciprocidade" trazendo o leitor a assumir as "verdades" textualizadas.

O texto vai gradativamente revelando um sujeito de estado que deseja aquilo que já não é possível, pois trata nostalgicamente de fatos pertencentes a um tempo acabado: "Adhemar de Barros cognominou este extremo-oeste de São Paulo de 'A Nova Canaã'. Jânio Quadros nos trouxe o asfalto da Rodovia [...]; Carvalho Pinto, as nossas escolas; Paulo Maluf, os núcleos habitacionais e a urbanização [...]; Paulo Egídio Martins, o asfaltamento de todas as vicinais do Pontal do Paranapanema".

Poder-se-ia dizer que o enunciador não pode deixar que seus desejos se alojem tão somente no campo das impossibilidades. Esse efeito de sentido se cria a partir do próprio uso dos verbos que, no pretérito perfeito remetem a um valor aspectual do que já é finito, ao que não se tem mais acesso. Quanto a essas questões, tomemos as reflexões de Fiorin "[...] com o perfeito nosso olhar orienta-se para o exterior [...] para o mundo dos objetos e conteúdos que o pensamento já apreendeu (e, por essa razão, vê como acabados); com o imperfeito, para o interior, para o mundo do pensamento em devir e em processo de constituição [...]" (FIORIN, 1996, p. 155).

As reflexões acima nos levam a observar o emprego dos dois pretéritos do indicativo: o perfeito e o imperfeito no discurso de Agripino Lima. Se o primeiro cria o efeito de uma ação acabada, portanto o da impossibilidade de realização futura, o acionamento do segundo tempo traz para o dizer, a continuidade. Instaura-se aí a duratividade. Aquilo que no passado representou valores positivos para o Pontal, oferece a possibilidade de se atualizar. A situação presente do dizer apóia-se em antecedentes favoráveis ao desenvolvimento a que o sujeito visa resgatar no momento enunciativo de um aqui, agora da enunciação: "Quem não se recorda do progresso da Alta Sorocabana [...]?"

É no presente da enunciação que o sujeito convoca todos seus interlocutores para acionar a memória, trazendo as reminiscências de um passado cuja marca é eufórica. Assim, verbos no Pretérito Imperfeito ("Tínhamos", "figuravam", "alinhavam", "mantinha", não havia", "constituíam", "era") produzem efeito de sentido de uma ação durativa, que não se interrompia. Já a memória é acionada, produzindo um efeito de ação contínua responsável por conduzir actantes e espaço à junção. O sujeito do presente é modalizado pelo desejo: "Queremos: subsídios para os produtores rurais; a duplicação da Rodovia [...]; redução de

tributos [...]; dinamização do turismo regional; garantia do exercício do direito de propriedade na zona rural; verbas para o custeio de uma ação social intensa [...]".

O rol dos desejos vai sendo elencado. O leitor pode facilmente descrever as grandezas expressas pelo enunciado. Mas, em termos mais práticos, podemos dizer que todos os elementos apresentados pelo sujeito colocam o leitor diante de um comprometimento emocional, na constância do estado passional vivido pelo enunciador. O sujeito de enunciação, tomado por um estado de nostalgia, passa para um estado de revolta, acionando o seu "poder" de autoridade que aciona seu poder dizer. Já no fim do texto ele assume a primeira pessoa do discurso ("brado com todas as forças de meus pulmões") e atualiza a sua competência de dizer. O sentimento de inconformismo mobiliza o sujeito patemizado que manifesta suas emoções ("construa os seus presídios, Governador Geraldinho, na sua terra: Pindamonhangaba").

Revelador de um comprometimento emocional do enunciador, achamos importante compreender que o sentimento nostálgico de um tempo que o sujeito gostaria que não tivesse se rompido, exibe um andamento acelerado que aponta para a ampliação de seu universo modal. O descontrole das emoções preenche seu campo passional. Na racionalidade discursiva, o poder fazer é assegurado pelo gesto prosaico de "bradar com as forças de seus pulmões".

Ao considerarmos o desejo e a necessidade na origem da ação de conduzir o prefeito Agripino, estamos instituindo simultaneamente uma outra instância responsável pelo desencadeamento dessas ações. De natureza social, o sujeito responde a injunções sociais pertencentes a uma ordem que está acima do sistema de valores dele mesmo e de sua esfera de ação. Trata-se da esfera do governo estadual, a que o poder municipal deve se submeter. Revelada no texto como um lugar hierarquicamente superior, mas de trânsito fácil e do qual a região antes se beneficiava no passado ("A riqueza destas plagas era decantada pelos governantes de nosso Estado, que muito fizeram pela região"), essa instância abriga as razões implícitas que levaram o prefeito a construir o seu discurso. Dele provém ao menos boa parte do desejo e da necessidade que impulsionaram o seu dizer.

As figuras relativas às conquistas do passado, manifestam um estado anterior inequívoco de conjunção entre sujeito e objeto, ou seja, o sujeito e os valores econômicos, especialmente a terra ("o progresso econômico da Alta-Sorocabana": "gado bovino", "sementes de amendoim, de algodão"; "a pujança da produção agropecuária"). Não se pode negar que paira sobre o texto, no início, um sentimento implícito de nostalgia de um sujeito

patêmico, que tem saudade do passado. No interior dessa axiologia, da qual se originou esse discurso do progresso, do desenvolvimentismo capitalista, bastou uma transformação imposta por um anti-sujeito - que impõe resistências a tudo o que é euforizante - para que se acionasse também a polêmica, inerente a toda narrativa.

Já que as ações do sujeito estão delimitadas pelas ações de antagonistas, a transformação de estado concretizado no título **Da Nova Canaã a território prisional,** leva aos dois espaços que figurativizam dois momentos dos sujeitos do Pontal (antes dos anos 1980 e depois dessa data) . Convém destacar a figurativização do marco temporal "80" por remeter às primeiras ocupações de terra pelo MST.

Na figura "Nova Canaã", o leitor aciona sua memória discursiva e associa-a à valorização da terra como tema da glória, de sucesso econômico, que remete nostalgicamente ao passado. Como o espaço bíblico de onde jorrava leite e mel, a figura Canaã espelha esse momento pretérito e o sujeito, na condição de um ser cindido pela nostalgia, é o que se revela no presente da enunciação. A figura "território prisional" remete ao presente, recobrindo valores negativos, em que a terra é "espaço para as violentas invasões de terra". A isso se juntam "os 'Andinhos' da vida, como nossos vizinhos".

De um lado, nota-se a atração que o objeto (associado ao "progresso econômico", advindo da terra) exerce sobre o sujeito da enunciação. De outro, tem-se a resistência antagonista, que tem como sujeito adjuvante o governo do estado ("Pare com isso, Alckmin") que, ao impedir a junção com o objeto (Canaã), possibilita a transformação de estados operada pelo anti-sujeito: "É que transformam a nossa dadivosa região em território prisional".

A relação sujeito (prefeito) e adjuvante, um antidestinador, figurativizado pelo governador ou Estado ("Alivia-se a paulicéia dos bandidos, gerados pelo crescimento urbano desordenado", "extinguem o Comando de Policiamento de área, reduzindo o número de policiais da região") representa a descontinuidade actancial responsável pela separação e pelo distanciamento entre o sujeito "nós" (donos de terra do Pontal) e o objeto ("dadivosa região"). Assim, o anti-sujeito é função perturbadora de uma ordem centrada em valores de um sujeito de enunciação que se aflige por sintomas mais emocionais do que racionais, movido pela saudade/nostalgia de um espaço idealizado de "pujança", "progresso econômico", ligados ao passado.

Sincretizando as funções de sujeito e de julgador, Agripino Lima, inconformado na condição de sujeito, desabafa, manifestando sua indignação com as ações governamentais.

E, no emprego do verbo na forma imperativa, aciona toda a sua revolta incontida, de forma autoritária e ironicamente, no uso do diminutivo, desqualificador da autoridade governamental: “Pare com isso, Alckmin. Não aceitamos ser caixa de dejetos sociais produzidos por uma política errônea de governo personalista e centralizador [...] construa seus presídios Governador Geraldinho, na sua terra”.

3.2.5. Editorial

Em termos quantitativos, convém ratificar que *O Imparcial,* se comparado a *Oeste Notícias,* conferiu mais destaque às questões agrárias em editoriais durante o ano de 2002. Nesse último foi difícil encontrarmos essa temática. Foi um trabalho de garimpo achar uns poucos editoriais. Diferentemente de seu concorrente, *Oeste Notícias* não reservou para o referido gênero o mesmo tratamento.

Comum entre os dois jornais é a focalização insistente do tema da terra nos gêneros noticiosos (reportagem, notícia). Não importando se se tratava de fatos regionais, nacionais ou internacionais, a partir da grande diversidade de acontecimentos geradores, eles acabavam sendo sempre cerzidos à malha da temática agrária. Interessante destacar que alguns espaços jornalísticos têm títulos que remetem à figura "terra". Assim, em *Oeste Notícias* temos "Entre o céu e a terra" (artigos de diferentes articulistas regionais); "Problema Fundiário" (geralmente ligado a órgãos públicos); "Campo Minado" (questões em torno dos conflitos) e em *O Imparcial*: "Terra Prometida" (para problemas fundiários), "Banco da Terra" (medidas/soluções econômicas, geralmente ligados a órgãos governamentais).

Passemos à transcrição de um trecho do Editorial, publicado em *O Imparcial* (ANEXO, p. 349).

> **Sumiço de José Rainha ou apelo do PT devolveram tranqüilidade para o Pontal.**
>
> O Pontal do Paranapanema está vivendo um momento de grande tranqüilidade, desde que foi instalado o processo eleitoral no país [...].
>
> A calmaria está causando surpresa, mas são dadas duas explicações para isso. Uma delas diz que o líder do MST, José Rainha Filho encontra-se foragido, com pendências a acertar com a Justiça. [...] Outra interpretação dada é que o MST decidiu acolher o apelo do PT, que entendeu ser prejudicial (sic) ao seu candidato Luiz Inácio Lula da Silva, as invasões às propriedades rurais, dadas as ligações do partido com aquele movimento.[...].
>
> Mas essa tranqüilidade, segundo os empresários rurais não é causa de despreocupação, porque eles indagam: o que acontecerá após a eleição na hipótese de eleger-se um candidato mais radical entre os quatro pretendentes, todos da esquerda?
>
> O que se teme é que o problema fundiário não seja nunca equacionado para evitar os prejuízos que vem (sic) ocasionando a toda nossa região. Já há quem sugira uma iniciativa por parte do governo estadual no sentido de buscar solução [...] Argumenta-se que não havendo uma iniciativa [...], o problema se arrastará por mais 20 ou 30 anos [...] (*O Imparcial*, 23/7/02).

Segundo Bertrand (2003, p. 401), “a partir de um simples enunciado descritivo, puramente denotativo, podemos inferir ameaça ou benevolência, ciúme ou generosidade, efeitos passionais que modalizam ‘o questionamento do outro’, ativando assim entre os interlocutores esta ou aquela paixão”.

Se nos lançarmos a analisar os efeitos que modalizam os sujeitos da enunciação jornalística em grande parte dos textos que constituem o *corpus,* sem dúvida que, nas estratégias de persuasão dos enunciadores da temática da terra, comparece sempre o medo. De todos os textos analisados, tomando-se os subtemas dos conflitos e das políticas agrárias, quase todos investem na paixão do medo (se há insegurança aí está esse sentimento). No trecho acima há a seguinte passagem que se refere explicitamente a ele: “o que acontecerá após a eleição”, “O que se teme é que o problema fundiário não seja nunca equacionado”.

Ao examinar o editorial observamos que o discurso se divide em dois momentos. No primeiro, constrói-se o cenário da positividade: “O Pontal do Paranapanema está vivendo um momento de grande tranqüilidade”, “calmaria”. No segundo, entra o viés negativo, claramente marcado para se contrapor ao clima positivo da esperança, que poderia ser criado no primeiro momento, com a conjunção adversativa “mas”, que inicia a frase: “Mas essa tranqüilidade, segundo os empresários rurais não é causa de despreocupação [...]”. Temos um sentido de medo, claramente marcado como argumentação contra “eleger-se um candidato mais radical entre os quatro pretendentes, todos da esquerda”.

A partir da situação da iminente vitória de Lula, o editorial aventa a possibilidadede transformação do estado calmaria, paz. Como já vimos em todos os textos até agora analisados, o percurso passional do sujeito enunciador, delegado do dono de terras no Pontal é sempre tenso. Acreditamos que funciona como uma força na manipulação do leitor pela intimidação que pode servir à ação, diferentemente dos medos que paralisam os sujeitos. (FONTANILLE, 2003).

Observa-se no editorial acima a intensificação de um clima de instabilidade. Qualquer simulacro de “despreocupação” passou a ser contaminado pelo oposto “invasões às propriedades rurais”. Este último, o mais forte, mais valorizado, prevalece. Assim, os sujeitos de enunciação tornam-se reféns do desconhecido, de um outro, que passou a representar o temor. Não conseguindo conter suas emoções, revelam-se tomados por uma condição passional. Ampliada a insegurança pela presença desse outro, figurativizado como o anti-sujeito, passam a representantes do medo.

Para assistir à *mise-en-scène* discursiva de sujeitos da enunciação tomados pela instabilidade passional, desestabilizadora do discurso, poderíamos nos servir dos mais variados gêneros para ilustração. Diversos são os textos que investem na paixão do medo.

Na certeza de que "o ponto de vista é que cria o objeto", conforme afirma Saussure (1995, p. 15), a observação do lingüista leva-nos a reconhecer que podemos caracterizar o enunciador do texto jornalístico como aquele que constrói a pretensa verdade, a partir de sua perfórmance de fazer-saber. Ele enuncia seu discurso e, assim, conduz o olhar do interlocutor para a "verdade" construída, ancorando-se sempre na experiência cognitiva e/ou sensível elementar de todo sujeito.

Como fato externo, a hostilidade aos sujeitos sem-terra pode ser vista como coerente com o sentimento de instabilidade e angústia (fatores internos), que toma conta daquele que defende a propriedade rural. Esses acontecimentos interiores aparecem na confrontação com os acontecimentos exteriores que se agigantam, na medida em que o dono da terra vê a impossibilidade de ter domínio sobre os outros, na tentativa de afastá-los para longe de seu objeto-valor (a sua propriedade). Esses outros invadem o campo de presença do sujeito atemorizado, que busca recursos temáticos e figurativos para dar vazão à manifestação passional de seus temores: "José Rainha Filho encontra-se foragido", "essa tranqüilidade, segundo os empresários rurais não é causa de despreocupação", "o que acontecerá após [...]", "O que se teme é que o problema fundiário não seja nunca equacionado para evitar os prejuízos que vem (sic) ocasionando a toda nossa região".

Em se tratando das questões agrárias, o leitor de *Oeste Notícias* e *O Imparcial* tem, não apenas o relato de fatos sobre a terra, sobretudo, sujeitos sensibilizados pela questão fundiária. No espaço jornalístico os defensores da propriedade rural também encontram o lugar possível para revelar estados de alma. É como se adormecesse o inteligível para remeter ao sensível, transmitindo emoções, que transbordam das páginas. O sentimento de temor dos sujeitos liga-se a valores sociais que desejam partilhar com os leitores dos dois jornais como valores elementares do crer perceptivo. O horizonte da percepção dos acontecimentos exteriores liga-se aos interesses defendidos pelo proprietário rural, constituindo o bem a ser preservado. Qualquer situação que ameace esse valor, passa a ser temida, decorrendo em ansiedade, que povoa um sujeito inseguro, convertido logo em atemorizado.

No campo da linguagem, considera-se a paixão, não naquilo que ela afeta o ser efetivo dos sujeitos "reais", mas enquanto efeito de sentido inscrito e codificado na materialidade da linguagem. Pelas configurações discursiva inscritas no discurso, molda-se o

imaginário passional, valorizando assim a defesa da propriedade privada, desvalorizando qualquer ação que possa vir de encontro a essa idéia, fazendo da paixão pela terra o motor do trágico ou, ao contrário, estabelecendo um dever, poderíamos quase dizer, uma virtude social.

Em se tratando de notícias ou reportagens cuja temática seja a terra, acaba por corresponder a uma dimensão contratual de uma estrutura narrativa que, de acordo com o momento histórico, assume diferentes níveis de dramatização (o conflito objetivo, dentro do conceito tradicional de drama). Assim, por exemplo, se o espaço rural do Brasil Colônia ou Império deve ser visto por um ângulo de pertinência sócio-cultural de um contrato de confiança mútua, que assegura a dialética do senhor e do escravo, do patrão e do empregado, em espaços rurais da atualidade, a transformação da relação canônica entre a elite agrária e os descendentes de escravos, hoje desempregados ou subempregados sem condições de acesso à terra caracteriza-se por fundar programas de um fazer numa quase permanente situação de desacordo na dimensão das relações sociais.

3.2.6. Charge

Vamos agora fazer a leitura do efeito de sentido do conflito agrário no Pontal do Paranapanema em charges de *O Imparcial* e *Oeste Notícias.* Gênero que está nas páginas de opinião de todo jornal diário da mídia impressa é definido por Houaiss (2001) como "desenho humorístico, com ou sem legenda ou balão, geralmente veiculado pela imprensa e tendo por tema algum acontecimento atual, que comporta crítica e focaliza, por meio de caricatura, uma ou mais personagens envolvidas; caricatura, *cartum*".

Inúmeras foram as charges sobre o tema "terra" em *Oeste Notícias* (ANEXO, p.350 a 353) mas raríssimas em *O Imparcial.* Na construção desse tema em charge, os únicos dois textos encontrados neste último jornal são os que trazemos a seguir.

Houve uma proliferação desse gênero por ocasião da marcha do MST, quando o prefeito de Presidente Prudente tentou, em vão, impedir a manifestação dos integrantes do movimento, que mediante a autorização do governador do Estado, entraram na cidade. A reação dos sujeitos contrários ao percurso narrativo dos sem-terra se intensificou no ímpeto do desejo de atacar o responsável pelo movimento, José Rainha (responsabilizado por ser "o cabeça", conforme vimos textualmente). Com efeito, a cada edição diária do jornal a imagem do líder dos sem-terra era trazida à tona e desconstruída. No simulacro discursivo da charge, a instância enunciativa de *Oeste Notícias* utilizou o procedimento em grau máximo para

concretizar o efeito da realidade de toda a denúncia contra Rainha. Utilizando-se de traços bastante grosseiros, a caricatura do sujeito era associada à temática da infração social, da ilegalidade, e ele, figurativizado disforicamente. Como dissemos, a figurativização do líder, ancorado na contextualização cultural de questões sociais, políticas e econômicas, construía os problemas agrários do Pontal como "verdade" que o leitor passava a crer como verdadeiros. Tais ações discursivas transbordaram-se nos textos jornalísticos durante todo o ano de 2002, se não desencadeando a ação pragmática do riso, mas atingindo seu ponto alto quanto à ação cognitiva de sancionar negativamente a performance do movimento de reivindicação de terra. Quanto àquele que defende o MST, tomará a charge como um exagero sem propósito, em crítica para uma desqualificação grosseira, conduzindo ao jocoso que tende para uma violenta ridicularização.

3.2.6.1. Em *Oeste Notícias*

Fundação: 02/02/1939 **Presidente Prudente, quinta-feira, 28 de março de 2002** Nº 15.580 R$ 0,70



Observemos o primeiro objeto para análise da charge. Temos no texto acima a projeção de duas vozes: a do enunciador debreado em terceira pessoa, veiculando informações numa pretensa ilusão de objetividade e as intervenções de Lula, manifestando

opiniões sobre o texto aparentemente referencial. Longe de apontar para qualquer sujeito, estabelece o diálogo com o personagem caricaturado plasticamente como Lula. Facilmente identificado pelo leitor, a partir da estrela na camiseta e pela barba, o personagem assume a interlocução com fatos enunciados e que remetem a acontecimentos do contexto sócio-político daquele momento eleitoral. O candidato tem reações diferentes, de acordo com os dois momentos documentados no texto. Divididos em quatro tomadas, estabelecem-se entre eles relações contraditórias. Frente aos enunciados da enunciação jornalística, que deveriam ser lidos como negativos ("PF invade Lunus e encontra mais de um milhão de reais em dinheiro", "Roseana cai nas pesquisas", "Sarney detona FHC e José Serra"), contrapõe-se a posição de Lula que os interpreta positivamente por meio de falas, reforçadas pelo recurso retórico da gradação e destacadas pela exclamação final ("Bom!", "Muito Bom!", "Ótimo!"), o que permite concluir que o candidato do PT comemora aspectos da realidade que prejudicariam seu opositor, revertendo-se a seu favor. O estado de euforia do candidato também se revela no plano de expressão visual do texto sincrético em que, na gestualidade do ator, nota-se o riso hiperbolicamente manifestado em sua expressão facial. O efeito de humor se cria, no entanto, no último quadro em que o enunciado referencial faz alusão à performance do MST ("invade, depedra (*sic)* e saqueia"). Ao plano de expressão visual em que se observa a reação do candidato, concretizada pelo choro e pela gestualidade (o traço da boca caída, voltado para baixo, olhos fechados e mão a enxugar lágrimas) soma-se o plano de expressão verbal em que sua fala indicia um palavrão. Por não ser conveniente ser proferido, dá-se destaque à primeira letra, seguida das reticências e a exclamação ("M...!"), criando o efeito de sentido da insatisfação, da tristeza do candidato.

Desse modo, o leitor reconhece a lógica de acontecimentos ligados à eleição presidencial, observando a desqualificação de Lula, empreendida pela enunciação. A performance do MST, sancionado negativamente pelo então candidato, manifesta portanto, que os seus interesses eram pessoais já que rechaça a perfórmance e a maneira de agir do MST porque poderiam prejudicar sua campanha. Desqualifica-o pelo seu vocabulário, que não está a altura de um representante do governo quando diz palavrão ("M..."), pela sua pretensa identidade com o MST. Interessa-nos, especialmente, observar que o dispositivo veridictório, considerado o contexto cultural e social em que se insere a charge, remete a questões ligadas não só à crítica a Lula, mas também ao MST. Para entendê-lo, o leitor deve interpretar a charge dentro do conjunto maior de textos enunciados no jornal cujo alvo visado é sempre o movimento em defesa dos sem-terra. Usando a ironia como forma indireta de

argumentação, de reflexão sobre o episódio das ações do MST ("invade, depedra (*sic)* e saqueia fazendas"), o enunciador da charge, via enunciação, estabelece a conivência com o leitor para denunciar e criticar Lula e o MST.

Quanto à palavra "depedra", no lugar de "depreda", poderíamos arriscar uma consideração, levando em conta as implicações dos atos de linguagem, derivados de atos falhos. Estaria aí implicada a associação a ações condenáveis do MST, com base no conhecimento que a todos é comum, incluindo um saber específico do enunciador que lhe atribui o fato empírico de "atirar pedras, atacar"? Sem querer afirmar, repare-se que existem as implicações entre os fatos nos quais se baseiam a charge, de acordo com nosso conhecimento cultural. Desempenham importante função ideológica os significados implícitos sobre a postura do sujeito de enunciação da charge, reveladora de determinada atitude de condenação a Lula e ao MST. A charge inseriu-se no contexto dos textos sobre a crítica a esse movimento, que sustenta grande parte da produção jornalística de *O Imparcial,* coerente com a página em que se insere "Luta pela Terra", logo abaixo de uma reportagem que ocupa o espaço cujo título no jornal é "Grito Pela Terra" ("Sem-terra protestam em frente a ministério e pedem libertação dos 16 líderes presos").

Estabelece-se um saber partilhado entre os sujeitos na/da enunciação que leva ao riso, ao mesmo tempo em que se cria um efeito de sentido de uma verdade cujo objetivo é o de sancionar negativamente, sobretudo, o MST, que ia de encontro à campanha de um de seus defensores.

Não está nos limites de nossas leituras fazer uma análise detalhada de cada gênero. Se fosse para citarmos um gênero jornalístico que poderia nos levar a páginas e páginas de análise, sem dúvida que um deles seriam as charges. Nas dezenas delas tivemos que eleger para a temática dos conflitos apenas algumas. Abundantes em *Oeste Notícias,* raras em *O Imparcial.* Vamos a mais uma charge.



Tendo ao fundo traços que remetem à Catedral de Brasília, o leitor poderia até mesmo perguntar por que não teria o chargista escolhido o Palácio do Planalto? Aí enquadrado em primeiro plano está o líder do MST, José Rainha. Confirmam-no os traços fisionômicos da caricatura (rosto magro, pescoço comprido, barba e bigode), que, juntando-se ao boné com o emblema do MST e à bandeira, completam a iconografia desse líder. O relógio, o celular e um envelope completam a figura caricata de um indivíduo ligado a atividades que nada têm em comum com as tarefas rurais. Há uma inadequação à imagem dos sem-terra, identificáveis pelo leitor. De acordo com tal imagem, o ator deveria estar portando instrumentos de trabalho da terra (enxada, foice, etc), conforme é preconizado pela ideologia, que só reconheceria com direito a lutar pela terra aqueles que manuseiem as ferramentas para o cultivo do solo.

No título temos a remissão a uma anterioridade, na projeção de um dizer que se refere aos “Aliados Brasileiros II ...”. Se há o II, é porque há o I. Quem seriam, então, tais aliados? Poderíamos pensar na Igreja Católica, que comparece atrás do ator? A cruz da Catedral, logo acima da cabeça de Rainha, nos leva a essa associação. Em discurso direto, aparece a fala do ator que conversa com o então líder palestino, Yasser Arafat. Essa fala permite configurar um ambiente de interlocução, instaurando um diálogo, levando o leitor a crer na situação comunicativa entre os dois líderes. Essas projeções escolhidas pelo sujeito de enunciação da charge, cria um efeito de sentido de realidade, de “verdade”. Ancorando-se nesse sentido forte da situação conflitiva da terra no Pontal, associada aos conflitos entre judeus e palestinos, o enunciador, de forma bastante verossímil, cria o simulacro da situação sociocultural. Assim, a partir dos recursos de imagem que constroem um líder cujo estereótipo é o de um homem da cidade e do uso de recursos verbais que apelam por meio da repetição, para a oralidade (“num cede não! Num cede não ...!!), o texto projeta a figurativização do líder do MST, construindo implicitamente uma imagem negativa a seu respeito.

O enunciador busca o líder palestino para dialogar com o líder brasileiro, projetando-os como companheiros, na intimidade, o que se confirma pelo coloquialismo da linguagem (“num cede não”). Nessa associação entre os dois líderes, cria-se a lógica dos acontecimentos, em que um universo de valores vai sendo identificado por um leitor que conhece o sistema de referência. Compreende e interpreta a atitude dos dois líderes. Compreende e interpreta o discurso da luta pela terra no Brasil, associando-o a outro contexto (dos países árabes).

A explícita relação estabelecida pela charge leva à associação dos fundamentalistas, muçulmanos e terroristas ao império do mal, o que é comum nos discursos veiculados na mídia internacional, na diversidade de gêneros, especialmente encontrados em artigos de opinião. É uma realidade flagrante em páginas e páginas dos jornais que se dedicam a artigos de opinião com estereótipos para figurativizar fundamentos ideológicos que povoam o discurso ocidental contra a figura do que deve ser visto como o outro, o mal.

A associação de atos do MST a atos terroristas aparece em abundância nos dois jornais do Pontal, sempre se desenhando como atos cruéis, amedrontadores. O terrorismo, tema associado ao da luta pela terra em nosso país, deixa de ser uma representação e passa a ser representado como um golpe não apenas contra a propriedade, mas também como ato contra a população pela violência de seus atos. Os integrantes do MST passam a ser vistos

então pela crueldade, implacavelmente hostis a políticas do lema "ordem e progresso". Essas associações têm, portanto, o objetivo de criar uma rejeição a qualquer ação dos integrantes desse movimento.

Assim, o enunciador alinhava as figuras José Rainha e Yasser Arafat no âmbito de um enquadramento ideológico. A coerência do sentido aí depreendido depende, então, da memória discursiva ou, do dicionário discursivo do leitor que remete a cognições sociais que lhe são comuns. E, assim, ele é capaz de ler as ocorrências dos efeitos de sentido criados, tendo em vista uma orientação ideológica que condena qualquer possibilidade de luta pelo direito à terra.

Na relação entre a realidade brasileira da luta pela terra e a dos países do Oriente, confirma-se a ironia da enunciação que alinhou figuras de "José Rainha" e "Yasser" para associar as ações terroristas ao MST. Assim, fatos (resistência dos sem-terra como a dos palestinos, em relação à desocupação da Faixa de Gaza, não cedendo às imposições de Israel: "num cede não !"); atores (Rainha, caricaturado e "Yasser") e o espaço (Brasil: traços da catedral de Brasília; Palestina: "Yasser") constituem-se em unidades do discurso sobre a terra no Pontal. Cada unidade participa de uma dimensão significativa que se atualiza discursivamente, exigindo do leitor a competência interpretativa, a compreensão, e não simplesmente a identificação.

No sincretismo de linguagens, a partir do verbal e do não-verbal, concretiza-se a crítica à luta pela terra, aos olhos do leitor que é manipulado a crer no universo de valores que se enuncia na charge. Na cumplicidade com o enunciador, firma-se o enunciado contrário às lutas pela terra, consideradas ato terrorista.

3.2.6.2. Em *O Imparcial*



Contemplando a charge acima, vamos trazê-la para um diálogo com a de *Oeste Notícias*, sobre a qual acabamos de fazer a leitura.

Sem que alguém assuma o dizer, chega à página a informação de um fato. Relevante ou não para o leitor, ele fica sabendo sobre "A retirada das tropas de Israel". A oposição semântica, vida e morte aí se manifesta com destaque para a morte, que ocupa a parte superior da cena enunciada por meio de figuras visuais de covas sobre a terra. A vida se concretiza por meio da figura humana de um ator debreado em um "eu", que entra em cena pelo relato de suas perfórmances ("cumpri minha missão", "dei um pedacinho de terra"). A partir da fala do ator, depreende-se seus anti-sujeitos "eles". A charge constrói-se à imagem de um sujeito provocador: "Eles não queriam terra? Pronto, cumpri parte da minha missão! Dei um pedacinho de terra para cada um!". O efeito de sentido de autoridade é obtido pelo destaque das figuras das covas, da sua vestimenta (terno e gravata). Ao mesmo tempo seu autoritarismo se revela pela gestualidade do dedo em riste. Entretanto, importa também notar a figurativização dos "outros". Metonimicamente representam-se pelas figuras das covas onde se vêem cruzes, metáfora da morte, confirmada pela iconização do monte de terra, levando ao

reconhecimento do espaço do cemitério, obtido ainda pelas figuras de um osso e um crânio humano jogado no chão.

A cena, contextualizada pela voz de um enunciador ("A retirada das tropas de Israel"), inscrita no título em negrito, completa-se pelos dizeres daquele que pronuncia o que vem dentro do balão ("cumpri parte da minha missão! Dei um pedacinho de terra"). Depreende-se daí um sujeito que parece ter a condição para realizar o programa narrativo da doação da terra.

Relacionando o acontecimento sobre a disputa da terra entre palestinos e judeus, o sujeito da enunciação faz crer que sempre vence aquele que tem autoridade para impor. Retoma e reproduz valores sociais sobre as relações entre o homem e a terra, que aproximam vida, poder e terra (no sentido de espaço geográfico, o chão). Assim, mesmo diante da exigência ("A retirada das tropas de Israel") dos palestinos de que os judeus lhes devolvessem as terras, o que prevalece é a capacidade de quem tem autoridade para ditar a lei. A figura do então líder de Israel, Ariel Sharon, cuja identificação dá-se especialmente pela estrela no paletó (símbolo do sionismo) opõe-se às figuras dos palestinos, apresentados como os outros, um "eles" ("Eles não queriam terra?") a quem, ironicamente, a partir do uso do diminutivo, é concedido um "pedacinho" de terra: a cova para acolher o corpo de "cada um".

Retomemos a charge de *Oeste Notícias,* de 05 de abril, em que se ironiza a luta do MST pela conquista da terra, associando-a à luta dos palestinos. Também na charge de *O Imparcial* denuncia-se a mesma questão. Se a figura do líder brasileiro, Rainha e a do palestino, Yasser Arafat poderiam suscitar qualquer tentativa para o programa narrativo de luta pela terra, em *O Imparcial* essa tentativa parece frustrada. O enunciador sanciona negativamente esse percurso, construindo o "humor negro", pelo modo de interpretar e avaliar a luta dos sem-terra, que, na obediência ao líder José Rainha, teriam o mesmo fim dos palestinos, seguidores da orientação de Yasser Arafat. Por meio da ironia da relação imagem da terra com as cruzes e dos dizeres "pedacinho de terra", consolida-se um modo de denunciar a impossibilidade de os sem-terra disputarem o espaço físico com aqueles que têm a propriedade agrária. Diante do poder dos proprietários rurais, à semelhança dos palestinos, estariam sujeitos a uma força comparável à do líder israelense, contra a qual é difícil ou quase impossível lutar .

O modo de ser crítico do sujeito de enunciação usa o fato das tragédias entre palestinos e judeus para remeter à realidade dos conflitos pela terra no Pontal. Apesar de se

tratar de lutas com razões tão diversas, o leitor vê os fatos e acaba por associá-los aos que ocorrem no Brasil, especificamente na região do Pontal do Paranapanema.

Nota-se que a charge constrói o discurso do riso, mas convoca o leitor à crítica séria como força de um recurso de manipulação. Identifica-se aí o universo dos valores da defesa da propriedade e da condenação do MST. Assim, na charge, vão-se construindo valores sobre a terra, com o objetivo de levar o leitor a se identificar com a ideologia que defende os interesses da elite agrária.

Olhando a charge como ato comunicativo entre os sujeitos da enunciação em *Oeste Notícias,* observamos nesse gênero muito mais do que uma maneira jocosa de dialogar com o leitor, de construir o efeito de humor no espaço jornalístico. Além da subversão da seriedade, entra como um gênero que procura funcionar como um meio não apenas para criticar, mas, sobretudo, para coagir, de tão grotesca que é a condenação ao MST. Assim, o objetivo é levar o leitor a crer na suposta "verdade", elaborada do ponto de vista da enunciação.

Quanto à construção de recursos de que se vale o enunciador para realizar a persuasão do leitor para a temática do conflito agrário, podemos reconhecer que se trata de um texto que investe "pesado" contra os antagonistas da defesa da propriedade rural. Hipérboles plásticas e verbais dão ressonância à voz que rechaça qualquer tipo de oposição à defesa da propriedade rural, utilizando a caricatura para desqualificar (sempre o líder dos sem-terra) e ter o controle sobre as manifestações em prol da reforma agrária. Ao pretender ser eficiente, ou seja, atingir o objetivo pretendido, que é persuadir o leitor a sancionar negativamente os sem-terra, especialmente o líder Rainha, é possível observar quão intenso é o uso dos recursos de manipulação do leitor. Desenvolvem-se, na totalidade das charges, os recursos da linguagem tanto não-verbais quanto a verbais destinados a rechaçar qualquer ponto de vista contrário à defesa dos donos da terra.

3.3. Políticas Agrárias

3.3.1. O Agronegócio

A primeira lição da leitura dos dois jornais sobre a temática da terra, durante o ano de 2002, colocou-nos diante de textos estruturados para conduzir à condenação do MST, tendo a figura de José Rainha como o anti-sujeito. Nesse segundo momento, o foco foi direcionado para o "revestimento" figurativo dos textos que tratam das políticas da terra, de acordo com os benefícios do poder econômico para novas tecnologias de proteção aos grandes proprietários rurais.

A leitura levou-nos o tema do agronegócio e sua valorização pelos proprietários da terra segundo os avanços proporcionados pelas políticas de apoio aos grandes investimentos. Aflora o discurso da bancada ruralista que tem a UDR (União Democrática Ruralista) como entidade representativa do setor. Ora, com a atenção voltada para essa temática, fomos vendo que assumia proporções exageradas se comparadas à finalidade jornalística de transmitir informações. É claro que devemos reconhecer que, no mundo das notícias, a noção de relevância, especialmente quanto a interesses práticos de grupos, só pode ser definida em termos contextuais. Assim, o que se nota é que, no cardápio de leitura, os jornais diários em questão, além das informações sobre a luta pela terra, ofereciam como um dos pratos básicos, o tema do agronegócio. À criação da imagem fortemente negativa de região "que pode virar 'um Bangladesh' [...] se tornar no futuro um lugar de miseráveis" (ANEXO p.335 e 355) juntam-se os incentivos aos avanços tecnológicos na pecuária e na agricultura, sobretudo ao apoio inconteste à cultura da soja.

A temática "políticas agrárias" nos textos jornalísticos de *Oeste Notícias* e de *O Imparcial* construídos em 2002 sustentou-se pelo paradigma que relaciona o binômio "atraso/terra para o cultivo familiar" ao binômio "progresso/terra para o agronegócio". O que vimos em todo o volume dos textos selecionados para nossas leituras foi a reiteração constante de enunciações que fortalecem o tema de políticas brasileiras que dependem acentuadamente do agronegócio e dos grandes investimentos para a modernização da agricultura. A opção dos jornais por investirem na divulgação de uma agricultura voltada para

setores de exportação e industrial em detrimento das formas de organização do cultivo da terra baseadas na família revela a insegurança da elite agrária, que tem medo da perda da posse da terra.

Diante de um regime de propriedade que dispõe de todos os recursos, inclusive de um dos mais fortes, como a mídia impressa para a difusão dos discursos em sua defesa, parece não haver chance para que esse regime seja alterado. O circuito da concentração fundiária no Pontal do Paranapanema constrói e difunde seus valores, o que leva o leitor a acreditar que é uma enorme bobagem imaginar que entidades voltadas para a luta contra o problema da concentração da propriedade da terra mudarão esse quadro social. Inegavelmente que, se pode presenciar a função histórica que está sendo empreendida pelo MST, e compreender que, a todo o silenciamento que lhe é imposto, assiste-se também ao crescimento de sua imagem, sua ampliação, o que torna tais sujeitos, investidos no papel de anti-sujeitos, opositores do poder, cujas condutas cada vez mais atemorizam o regime da propriedade rural. Mas, anular na lei ou na prática o direito de propriedade e a segurança por que lutam os donos das terras seria ter como resultado uma revolução social.

Não é nosso objetivo entrar em discussões sobre reforma agrária. O que importa é reconhecer a construção do discurso jornalístico que manifesta a voz da força política dos proprietários das terras no Pontal. Mas paralelamente a esse um, emerge um outro discurso, o dos que lutam pela posse da terra. É bastante evidente o estilo conservador da elite rural, que busca apoio nos padrões tradicionais de concentração fundiária. Esse apoio é subjacente ao discurso dos proprietários rurais que, por outro lado, desqualifica todo aquele que poderia reivindicar um pedaço de chão para a sobrevivência no meio rural. Nessa ótica, é bastante freqüente vermos argumentos como um dos que aparecem no editorial, a ser contemplado mais adiante: “Foi-se o tempo em que se acreditava que a geração de emprego no campo dependia apenas da boa vontade de homens robustos e dispostos a, de enxadas nas mãos, plantar, colher, criar animais.” (*O Imparcial,* 18/9/02). Para os enunciadores de *Oeste Notícias* e de *O Imparcial,* a terra deve incrementar a produtividade, agindo para priorizar a “tecnificação” do produtor rural cuja meta é a agroindústria.

Quando se trata da realidade brasileira, os modelos dos discursos sobre o tema do cultivo da terra inscrevem-se no contexto e na tradição de valores da cultura urbana da industrialização monolítica. Cristalizam-se discursos que se põem na defesa do uso de técnicas de mecanização e não abrem espaço para diferentes percursos se não expressarem os valores do grande investidor rural. A instância enunciativa utiliza sempre o mesmo discurso

estereotipado que faz circular as mesmas vozes, sem que se possam ouvir tantas outras. Não se deixa ecoar qualquer ruído que poderia levar à voz daqueles que não caberiam no papel temático de investidor da terra. Os inúmeros destituídos de recursos para participar do cultivo agrário com recursos técnicos de produção ficam fora desse percurso narrativo do trabalho com a terra.

Nesse sentido, é que deve ser vista a profusão de textos alicerçados pela temática do agronegócio. A recorrência do tema do desenvolvimento agrário como única saída possível para a região é recorrente e bastante sugestiva para análise, sobretudo quando a sua manifestação ocorre no momento de um perigo iminente de políticas agrárias contrárias aos interesses dos donos de terra que, avançando, levariam à eleição de um governo contrário a esses interesses da elite fundiária. Se para o Nordeste brasileiro o problema é a seca, podemos afirmar que para o Pontal o problema é a cerca. A ameaça que representa o MST contra a propriedade leva o sujeito do fazer "elite agrária" a combatê-lo. Os sujeitos de enunciação estão sempre buscando argumentos para referendar a tese de que os fazendeiros precisam agir contra a ameaça de "perda das cercas", figurativizando a perda da terra e, com isso, passaram a intensificar os cuidados com as divisas de sua propriedade.

Se o então governo FHC operava a distribuição de terras e benefícios, era preciso que os proprietários rurais contra-atacassem. A política do desenvolvimento econômico do campo, baseado na exploração produtiva capitalista da grande propriedade entra aí como um exemplo eloqüente dessa via do desempenho do agronegócio. Exemplo de modernidade, ele passa a representar uma saída para fazer frente a demandas cada vez mais crescentes em relação à distribuição de terras.

O agronegócio é fio condutor de uma grande parte dos textos nos dois jornais analisados, trazidos para se contrapor ao discurso dos sem-terra. Se de um lado o jornal traz o avanço do MST, de outro reforça o discurso do agronegócio.

Podemos observar como o primeiro dos jornais confirma a manifestação de protesto contra qualquer política de incentivo ao conjunto das relações econômicas, sociais e políticas derivadas da forma de acesso à terra:

3.3.1.1. Primeiras Páginas

Em termos quantitativos, *O Imparcial* destaca-se como o jornal que conferiu um tratamento especial ao Agronegócio. São incontáveis os editoriais para tratar dessa temática, com o foco direcionado sempre para a terra como espaço destinado ao cultivo da soja. Nas primeiras páginas, o assunto não teve o mesmo destaque como observamos na temática sobre o conflito. Se comparado ao número dos editoriais, é inexpressivo. Mas podemos destacar algumas manchetes, seguidas do subtítulo para ilustração. Em *O Imparcial*:

> **Soja vira alternativa para região**
> *Agricultores já produzem 720 mil sacas do grão e se unem para ter cooperativa* (28/02/02)
>
> **Meireles apóia cultivo de soja**
> *Secretário estadual da Agricultura diz que produção do grão é suporte para pecuária no oeste paulista.* (27/3/02)
>
> **Epitácio pode perder empresas**
> *Falta de investimento na malha ferroviária impede escoamento de soja para portos de Santos e Paranaguá (28/3/02)*

Focalizemos a primeira página de *O Imparcial* do dia 27 de março de 2002

O IMPARCIAL
www.imparcial.com.br Fundação: 02/02/1939 Presidente Prudente, quarta-feira, 27 de março de 2002 Nº 15.[illegible] Ano 63

Meirelles apóia cultivo de soja

Secretário estadual da Agricultura diz que produção do grão é suporte para pecuária no oeste paulista

O secretário da Agricultura do Estado, João Carlos de Souza Meirelles, afirmou ontem que a soja e a pecuária de corte são os potenciais econômicos que devem ser explorados na região de Presidente Prudente, principalmente porque o cultivo do grão ajuda na recuperação das pastagens degradadas. Meirelles esteve reunido em Nantes com mais de 30 prefeitos da Unipontal (União do Pontal do Paranapanema) e 50 vereadores. Ele veio em nome do governador Geraldo Alckmin (PSDB), com o objetivo de discutir com prefeitos e lideranças os problemas comuns aos municípios e apontar as soluções possíveis. Segundo Meirelles, o primeiro grande programa implantado foi a articulação dos Conselhos Municipais de Agricultura, que realizam um trabalho responsável pelo levantamento das dificuldades específicas de cada cidade.

Pág. 5-B

Rainha anuncia marcha contra governo federal

O líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra na região do Pontal do Paranapanema, José Rainha Júnior, declarou ontem que militantes de todo Brasil, especialmente de Buritis (MG), farão uma marcha de protesto em direção ao Distrito Federal, para pressionar o governo a realizar a reforma agrária. Rainha fez o anúncio durante visita à fazenda Santa Maria, em Teodoro Sampaio, invadida na segunda-feira pela manhã por cerca de 150 integrantes do movimento. Pág. 5-B

Frentistas obtêm reajuste salarial de 7,5%

O Sindicato dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis de P. Prudente e Região, que abrange mais de 70 municípios, conquistou 7,5% de reajuste salarial para a categoria dos frentistas. O percentual deverá ser aplicado retroativamente à 1º de março. O acordo com o sindicato patronal também prevê a manutenção das cláusulas obtidas em convenções anteriores. Pág. 2-B

Sassom é tema de audiência na Câmara de PP

O futuro do Sassom será discutido hoje, a partir das 19h, em audiência pública na Câmara de P. Prudente. Devem participar da reunião, entre outros, representantes do Sindicato dos Servidores Municipais, Prudenprev, Poder Executivo, Unimed, Unoeste Saúde, Hospital Universitário e Santa Casa. O debate foi motivado por projeto de lei do prefeito Agripino Lima (PTB), que prevê a extinção da autarquia. A proposta deve ser votada na próxima semana. Pág. 4-B

Esportes



RETORNO Ronaldo é a atração do amistoso entre Brasil e Iugoslávia, hoje, em Fortaleza. Sem jogar desde dezembro, ele será titular do time e chama a atenção do mundo do futebol. Jornalistas da França, Alemanha, Itália, China, Japão e vários países da Europa estão no Brasil especialmente pelo seu retorno aos gramados. Pág. 5-A



PROCURA A venda de ingressos para o clássico entre Corinthians e São Paulo, domingo, em Prudente, tem aumentado a cada dia. Ontem, o movimento na Secretaria Municipal de Esportes, o principal ponto de comercialização, foi grande. A expectativa é de que todos os 50 mil bilhetes colocados à disposição sejam vendidos até sábado. Pág. 6-A

Juiz decide hoje despejo de sem-terra no Pontal

O juiz Atis Araújo de Oliveira adiou para hoje a decisão sobre o futuro dos 300 sem-terra que invadiram na manhã de segunda-feira a fazenda Santa Maria, em Teodoro Sampaio, no Pontal do Paranapanema. A propriedade, do espólio do ex-governador de São Paulo, Abreu Sodré, é administrada pelo seu genro, Jovelino Carvalho Mineiro, sócio dos filhos do presidente Fernando Henrique Cardoso na fazenda Córrego da Ponte, em Buritis (MG). Pág. 2-A



EM FESTA Buscando alternativas econômicas viáveis e investindo fortemente para estruturar o setor turístico na cidade, Presidente Epitácio chega hoje aos 53 anos de fundação. A programação de abertura começa com a alvorada, às 6h, e apresentação do Conservatório Musical. Em seguida, haverá missa em ação de graças e, às 8h, cerimonial cívico. Pág. 1-B



INTERCÂMBIO Estudantes de primeiro e segundo termos do curso de Comunicação Social da FAI (Faculdades Adamantinenses Integradas) estiveram anteontem no jornal **O Imparcial**. Assistiram a palestra sobre o novo projeto gráfico do diário. Pág. 2-B



CONSTRUÇÃO O projeto Casa Fácil, uma nova tecnologia que vem revolucionando a construção popular no país, foi apresentado ontem pela Gerdau de Prudente. Oferecido em formato de kit, o sistema consiste em um conjunto de perfis de aço da Gerdau, com encaixes parafusáveis. Pág. 3-B

Tempo

Bom, com chuvas isoladas e temperatura máx. 39°

Indicadores econômicos

Poupança

Hoje: 0,6866

Dólar

Paralelo	
Compra	2,427
Venda	2,453
Comercial	
Compra	2,344
Venda	2,346
Turismo	
Compra	2,290
Venda	2,410

Boi

Arroba	45,71 (33 dias)
Ufir	1,0641
Ufesp	10,52
UFM Unidade Fiscal do Município	1,2500

Nesta edição: 26 páginas

LOTERIA

Quina Concurso 972
17 - 28 - 35 - 38 - 66

LOTÉRICA CAMPEÃO DA AVENIDA
Av. Manoel Goulart, 1054 Centro
F: 223-2245
RECEBEMOS CONTAS DE: ÁGUA, LUZ E TELEFONE

Caderno 2

Termina a briga e Datena volta à Rede Record Pág. 2-C

Novo espetáculo teatral em PP, nas dicas de Soller Pág. 3-C

À manchete **Meireles apóia cultivo de soja** centralizada no alto da página, diante dos olhos do leitor, contrapõe- se, à esquerda a luta dos integrantes do movimento pela terra e à direita da página, a luta dos proprietários rurais pela exploração das riquezas da terra. Os discursos vêm sustentados pelo dizer de uma autoridade, a quem é delegado o saber sobre a informação a ser transmitida, destacada pelo título: "Secretário estadual da Agricultura diz que produção do grão é suporte para pecuária no oeste paulista".

A fala de uma das autoridades do setor agrícola se sobressai diante daquela conferida a um outro líder, José Rainha. Frente a frente com dois discursos, o leitor assiste à representação dos fatos pelo sujeito da enunciação. Ora, vai depender da interpretação do leitor, a leitura do posicionamento dos fatos enunciados, de forma inocente ou não.

A notícia à direita que se reporta à manchete em destaque, explica a importância do agronegócio. Nota-se na primeira página, o pretenso distanciamento do enunciador que projeta o discurso como uma metonímia da instância da enunciação (o enunciado em terceira pessoa), obtendo com isso o efeito de sentido de objetividade. (BARROS, 1988, p. 85).

De acordo com as informações obtidas sobre a conquista das terras no Pontal, uma das partes do cardápio necessário para a consolidação da região é a difusão dos valores centrados como terra de investimento, terra para negócios: o agronegócio. Assim, conduzir os leitores a esses valores, na verdade, é induzir à leitura do contexto sócio-econômico que ancora sua vigência em um modo de produção de bens econômicos articulados à esfera do mercado. Desse modo, fica muito distante de qualquer possibilidade de acoplá-lo a qualquer política de terra para a produção de bens de subsistência para a população dos sem-terra. Eles estão relegados à esquerda da página, posição que remete à sua ideologia.

Destacamos uma das primeiras páginas para ilustrar o papel que a noção de importância e relevância dos grandes investimentos exerce em *O Imparcial* e *Oeste Notícias.*

Se colocarmos lado a lado os dois subtemas analisados, o conflito agrário e políticas agrárias, podemos dizer que, o enquadramento ideológico da defesa da elite agrária do primeiro se acentua em *Oeste Notícias.* Quanto ao destaque para este último, pode ser associado às informações veiculadas em *O Imparcial* sempre em função da ideologia do agronegócio.

3.3.1.2. Editorial

Para defender as políticas dos grandes empreendimentos rurais encontramos dentre os jornais coletados algumas dezenas deles. Selecionamos alguns para ilustrar o que acabamos de dizer, transcrevendo apenas o título de cada texto. A leitura dos títulos já lança o leitor para verificação do destaque à temática, conduzindo à idéia central do texto.

> Secretário de Governo torna realidade antigo sonho, ao viabilizar o galpão do agronegócio (*O Imparcial,* 12/5/02)
>
> A região pode reativar sua atividade rural, mas são poucos os modernos empresários (*O Imparcial,* 17/5/02)
>
> A soja poderá recolocar a nossa região na condição de grande produtora rural (*O Imparcial,* 02/3/02)
>
> Os agricultores precisam se dar conta de que o solo é sua fonte de sobrevivência (*O Imparcial,* 04/7/02)
>
> O Estado pode apoiar a soja restabelecendo a ferrovia (*O Imparcial,* 26/3/02)
>
> Agroindústria tem crescimento recorde de 8,3% (*O Imparcial,* 17/8/02)
>
> O fortalecimento da agroindústria é mais uma prova da viabilidade da nossa região (*O Imparcial,* 18/8/02)
>
> A agropecuária depende cada vez mais de tecnologia para ser viável e competitiva (*O Imparcial,* 18/9/02)

Passemos à leitura do editorial.

O IMPARCIAL 3-A

PRESIDENTE PRUDENTE, QUARTA-FEIRA, 18 DE SETEMBRO DE 2002 opinião

EDITORIAL

A agropecuária depende cada vez mais de tecnologia para ser viável e competitiva

Foi-se o tempo em que se acreditava que a geração de empregos no campo dependia apenas da boa vontade de homens robustos e dispostos a, de enxadas nas mãos, plantar, colher e criar animais. A agropecuária depende cada vez mais, a cada dia que passa, de tecnologia para se desenvolver, para ser viável e competitiva e, com isso, produzir divisas, além de vagas no mercado de trabalho. Vale dizer também: é fundamental contar com a tecnologia e com o investimento. Em sua edição desta semana, a revista "Veja" afirma, em editorial, que, "sem a associação do capital com o laboratório, o Brasil não teria conseguido aumentar a competitividade no campo". "Os avanços tecnológicos de ponta no negócio agrário, na maior parte dos casos, ou não estão à venda no mercado externo ou não são aplicáveis fora do ambiente em que foram produzidos", ressalta "Veja".

Informa a revista que, "enquanto a indústria amargou uma retração de 1,78% no primeiro semestre deste ano, a atividade agrária cresceu 8%". A região de Presidente Prudente sabe muito bem o peso da agropecuária para a sua sustentação econômica. O setor, que agora começa a se revigorar com a chegada, pra valer, da soja, é a nossa grande base, aliado aos serviços e ao comércio. Portanto, traz grande otimismo a notícia veiculada em **O Imparcial** no domingo passado, dando conta da inauguração da primeira central internacional de embriões bovinos especializada na raça brangus, no município de Caiuá. O investimento é da Camp Cooley Ranch. A inauguração é o pontapé inicial para novas parcerias. Trata-se de um grande avanço em tecnologia bovina. O rebanho da Camp Cooley existe desde 1968. A empresa tem sua sede no Texas (EUA) e investe em outros países, como Argentina, Bolívia e México. No Brasil, a intenção é atender às exigências dos mercados interno e externo, principalmente com o advento da rastreabilidade de carne bovina, que obriga o criador a ter um produto de qualidade.

A empresa já está firmando convênios com entidades de pesquisas como Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e a Unesp (Universidade Estadual Paulista). O objetivo é ter a melhor proposta de material genético para produzir o melhor resultado em carne. Eis, no desenvolvimento tecnológico, a grande perspectiva para o crescimento do setor agropecuário em nossa região.

PRESIDENTE PRUDENTE, SEXTA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2002 opinião 4-A O IMPARCIAL

EDITORIAL

A região pode reativar sua atividade rural, mas são poucos os modernos empresários

A região de Presidente Prudente perdeu sua tradição rural, depois de ter sido grande produtora de algodão e amendoim. Foi um período áureo da nossa agricultura que atraiu o interesse de vários grupos industriais que beneficiavam esses produtos com a extração do algodão em pluma e óleos vegetais. Atualmente são poucos os municípios que têm sua economia apoiada fortemente pela agricultura, como é o caso de Rancharia. Agora, com a possibilidade de nossa região ampliar o cultivo da soja, algumas alternativas estão sendo encontradas, entre as quais o projeto de bolsas de parcerias e arrendamento de terras, de que é pioneira a região de Uberaba, em Minas Gerais.

"Infelizmente chegamos à constatação de que são poucos os agricultores existentes em nossa região, capazes de desenvolver um projeto que deve começar pela recuperação dos solos e a aplicação de recursos tecnológicos, sem os quais não haverá agricultura rentável. E são exatamente esses poucos empresários rurais que compareceram à palestra-depoimento feita pelo engenheiro José Humberto Guimarães, contando suas experiências em terras mineiras. Comparando, o técnico considerou semelhante a região de Uberaba, onde a pecuária predomina e tem sido extensiva, ao Pontal do Paranapanema.

Nessa região de Minas a produção de grãos não ultrapassava 40 mil toneladas e, a partir da parceria estabelecida entre proprietários e arrendatários, a produção elevou-se para 380 mil toneladas, sem dúvida um grande marco. Nossa região produziu neste ano 78 mil toneladas. Guimarães percebeu, ao longo de várias experiências, que não seria o pecuarista o novo produtor de grãos. Criar ou engordar boi e produzir grãos são atividades bem diferentes. Uberaba e Presidente Prudente são tradicionais na produção de gado para abate, mas seus empresários não têm nenhuma experiência no campo da agricultura.

Disse entender que esses arrendamentos e parcerias terão de ser realizados com agricultores de outras regiões, como o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do que eles são experientes no cultivo da soja e do milho. E já há informações de que alguns deles estão se interessando pelo projeto. O importante, contudo, é que algumas lideranças estão se empenhando na busca de novas alternativas para recolocar a 10ª Região Administrativa no ranking das melhores economias do interior paulista.

Em *O Imparcial* define-se a cena rural, lugar de manifestação de contratos sócio-históricos entre sujeitos que partilham valores que são difundidos pelos discursos sobre a suposta realidade agrária. Nessa imagem não cabem actantes cuja imagem não corresponda à dos novos tempos, organizados nos moldes da produção agrícola em torno de uma organização familiar camponesa, vivendo da terra. O tema da modernização respalda o discurso do grupo social daqueles que vêm a terra como investimento financeiro, para gerar lucro. Nessa categoria só cabem aqueles com condições para adotar a modernização, "aplicação de recursos tecnológicos, sem os quais não haverá agricultura rentável". (*O Imparcial, 17/5/02).* E, conforme afirma o título desse editorial: "A região pode reativar sua atividade rural, mas são poucos os modernos empresários".

Nessa categorização está o grupo dos donos de terra com capital para investir nas modernas tecnologias. O revestimento figurativo com o valor desejável dos avanços tecnológicos, do agronegócio ("A agropecuária depende cada vez mais [...] de tecnologia para se desenvolver, para ser viável e competitiva") é reiterado pelos discursos ao longo de todo o ano pela empresa jornalística. (ANEXO, p. 354). Em torno da crença da terra pelo seu objeto-valor prático como fonte de lucro, a tentativa é a de manipular o leitor e, assim, consolidar poderes, deveres, quereres e saberes ("O fortalecimento do setor é mais uma prova da viabilidade de nossa região, mesmo diante de tantos problemas a ser superados [...] Ação no sentido de unir forças para que nada melindre os esforços que tentam impulsionar o desenvolvimento regional" (*O Imparcial*, 18/8/02). (ANEXO, p. 354)

Única forma de manter a terra como objeto valor, o agronegócio passa a ser visto como saída para a região e o discurso é sempre o de que "a terra é a nossa mercadoria".

Existe aí nesses textos um contrato enunciativo, um contrato de fé que o enunciador tenta estabelecer com seu leitor, querendo levá-lo a crer que, se não aderir à modernização do cultivo da terra, estará sujeito a perdê-la. Já o discurso dos sem-terra se antepõe a esse discurso que veicula a ideologia da elite agrária, podendo chegar à ação. Abre-se aí a possibilidade de analisar e interpretar tal contrato sobre a base de um modelo actancial, temático e passional do espaço rural para conceber as relações entre sujeitos (fazendeiros, sem-terra) em torno de um mesmo objeto (terra). De um lado a agricultura familiar, espaço da terra como lugar para fixação do homem, de onde ele tira seu sustento. De outro, a agricultura empresarial que tem a terra como geradora de lucro. (ANEXO, p. 355 a 359)

Na voz do enunciador, na aparente ausência de subjetividade, de acordo com as exigências do gênero, visões ideológicas acerca do tema da terra e sua ocupação contrapõem-se como "verdade" inquestionável:

> Foi-se o tempo em que se acreditava que a geração de emprego no campo dependia apenas da boa vontade de homens robustos e dispostos a, de enxadas nas mãos, plantar, colher, criar animais. A agropecuária depende cada vez mais, a cada dia que passa, de tecnologia para se desenvolver, para ser viável e competitiva e, com isso, produzir divisas [...] Vale dizer também: é fundamental contar com a tecnologia e com o desenvolvimento (*O Imparcial,*18/9/02).

O leitor é conduzido a acreditar que a saída para os problemas fundiários da região está na modernização técnica e tecnológica ("A região de Presidente Prudente sabe muito bem o peso da agropecuária para a sustentação econômica"), daí entram em jogo recursos linguageiros para seu convencimento. O enunciador reforça seu dizer com a repetição da expressão "cada vez mais, a cada dia que passa" ("A agropecuária depende cada vez mais, a cada dia que passa"). Busca um argumento de autoridade também como reforço para a persuasão. Ao apresentar a revista "Veja", vê nesse veículo o saber para corroborar a sua tese ("Veja afirma [...] sem a associação do capital [...] o Brasil não teria conseguido aumentar a competitividade no campo.").

Amplia seu ponto de vista para a modernização da agricultura, na defesa da monocultura da soja, de acordo com o mesmo raciocínio da defesa da terra para os grandes investimentos. A autoridade que representa a citação da firma americana ("Camp Cooley Ranch") associa-se a argumentos de provas concretas, pelo apoio em dados estatísticos ("enquanto a indústria amargou uma retração de 1,78% [...] a atividade agrária cresceu 8%") para que se firme o simulacro de verdade que se constrói em torno do assunto.

A "competitividade" é o motor que leva a enunciação a tentar manipular o leitor. O editorial quer levar o virtual leitor a crer que se quer a terra, deve saber e poder ser competente para participar da ciranda financeira (saber lançar mão dos recursos tecnológicos e ter capital para os investimentos).

O texto explora no nível discursivo valores de "temporalidade" e de "andamento", associados à figura da "competitividade" ("A agropecuária depende cada vez mais, a cada dia que passa, de tecnologia para se desenvolver, para ser viável e competitiva"), que se reportam a categorias do nível tensivo. Quanto à noção temporal de passado/futuro, o enunciador deixa transparecer sua predileção pelos valores intensos, aqueles que requerem um andamento acelerado. O sujeito impaciente aguarda o futuro em sua dimensão intensa, decorrente de um

tipo de apressamento ou de antecipação de acordo com a máxima de que "tempo é dinheiro" e o espaço agrário, a terra, não pode esperar.

Assim, as emoções que mobilizam os sujeitos movidos pela insegurança de manter seu objeto valor (a terra) num mercado exigente para "produzir divisas, além de vagas no mercado de trabalho [...] contar com a tecnologia e com o investimento", instituem-no no eixo da "intensidade". É notório ver aí no editorial o encaminhamento da extensidade, da desaceleração referentes ao tempo passado ("Foi-se o tempo em que se acreditava que a geração de empregos no campo [...] enxadas na mão, plantar, colher e criar animais") para a intensidade. Instaura-se uma convivência conflituosa nas duas dimensões do andamento (desaceleração e aceleração) pela seleção instaurada pela instância enunciativa que rejeita sistematicamente a duração, a continuidade de um tempo da lentidão para construir o tempo da velocidade.

Esse quadro tensivo que prevê a transformação de um programa narrativo que tem por objeto a duração ou a extensidade ("acreditava que [...] o campo dependia da boa vontade de homens [...], de enxadas nas mãos, plantar, colher e criar animais") em programa narrativo antagônico que tem por objeto a pressa ou a intensidade ("aumentar a competitividade no campo [...] avanços tecnológicos [...] crescimento do setor agropecuário"). Em oposição ao anti-programa narrativo que tem por objeto a desaceleração e a extensidade temporal, manifestam-se as figuras do nível discursivo ("tecnologia viável e competitiva", "desenvolvimento") que se caracterizam por conter o traço sêmico da dinamicidade. As figuras "homens robustos e dispostos", "enxadas na mão, plantar, colher e criar animais" remetem aos efeitos de sentido já implicados nos próprios tempos verbais do pretérito, de ações suspensas, que apontam para um distanciamento do presente da enunciação, criando efeito de sentido de atraso, de anacronismo ("Foi-se o tempo em que se acreditava", "dependia"). Essas figuras associam-se à extensidade e, no presente, a relevância é para valores antagônicos a tudo isso, valores da modernidade.

"Terra" constitui uma figura que permite, portanto, enfoques antagônicos, tanto no nível tensivo, representado pelos pares modernidade/dinamicidade de um lado, e conservadorismo/estaticidade de outro, como no narrativo. Assim, podemos dizer que "terra" é um objeto disputado por dois tipos de sujeitos: aquele que se prende a um tempo pretérito, querendo mantê-la com o trabalho braçal, para a subsistência, construído como o anti-sujeito retrógrado. O outro, o que atribui à terra os valores da atualidade, aderindo às novas tecnologias para "produzir divisas", é o sujeito.

O discurso pressupõe actantes envolvidos (“setor agropecuário em nossa região”) que manifestam confiança em relação à capacidade de conquista progressiva do objeto comum (a terra) por meio de uma competência associada às novas tecnologias.

O enunciador constrói no editorial o simulacro ideológico em torno da terra que quer levar o leitor a assumir e, a partir daí, organiza o universo de expectativas quanto aos valores agrários da região do Pontal, em torno do objetivo de que o desenvolvimento tecnológico seja “a grande perspectiva para o crescimento do setor agropecuário” do Pontal do Paranapanema.

Se a viabilidade da exploração da terra depende da aquisição de nova competência e adoção de novos valores, fica excluído quem não a adquire. Nesses termos, as figuras relativas à modernidade (“tecnologia”, “associação do capital com o laboratório”) configuram-se como estratégias discursivas associadas ao tema do desenvolvimento. A adesão à modernidade relaciona-se a um processo geral de aceleração que equivale à manutenção do espaço agrário. Nesse sentido, a conjunção com os objetos modais poder e saber-fazer (ser competente para investir no agronegócio) representa a continuidade de conjunção com ela que leva ao que tem de mais valioso em sua tendência à intensidade (“o peso da agropecuária para a sua sustentação econômica”).

O investimento do discurso em figuras relacionadas à competitividade tecnológica pressupõe um enunciador que reconhece os proprietários rurais da região como sujeitos capazes de desenvolver esse percurso narrativo.

Faz sentido, então, pensar que o investimento axiológico/ideológico em torno do tema da terra em cada texto jornalístico que circula cotidianamente, explicaria a organização fundamental do imaginário humano, da memória, como projeção de universos coletivos? Em outras palavras, mitos sobre a terra, discursos sociais cristalizados e arraigados na sociedade associados ao que podemos denominar “cultura rural” poderiam ser construídos e reconstruídos na materialidade jornalística?

Os textos levaram-nos a reparar que atores agrários, tanto os que possuem a terra ou os que a almejam, vêm “ressemantizando” os valores rurais. Assim, os temas “a defesa do agronegócio” vs “a defesa da pequena propriedade para a agricultura familiar” relacionam- se respectivamente aos sujeitos e aos anti-sujeitos do cenário rural, construídos nos textos jornalísticos.

Múltiplas são as leituras e interpretações construídas sobre o tema nos dois jornais em questão. Descortinam-se aí planos reguladores do espaço rural do Paranapanema,

construindo propostas de líderes da sociedade urbana (e não da rural), cujos discursos sobre a temática fundiária visam a propor visões ideais, muitas vezes, em contradição com a memória da coletividade rural. Sem ter como excluir os cruzamentos possíveis com a dialética de todo discurso, os processos de discursivização que atravessam palavras e frases nos textos jornalísticos, põem em circulação falas contrárias, contraditórias. Num dos inúmeros textos publicados por *Oeste Notícias* e *O Imparcial* ao lado da denúncia contra o desemprego, aparece a defesa da monocultura da soja como a solução para os problemas da região. Os discursos em prol do plantio da soja na região, em nenhum momento, levam em conta o pequeno produtor. É bem visível que o empreendimento diz respeito às grandes extensões de terra, mas discursivamente constrói-se na defesa dos interesses de todos. Reparemos algumas passagens do editorial (*O Imparcial,* 01/3/02):

> **Nossa região dá mostras de que, com um pouco de esforço, podemos nos desenvolver**
>
> Enfim uma notícia de alento para a região de Presidente Prudente. O relato [...] de que existem produtores se dando bem com a soja no Pontal do Paranapanema é algo a ser comemorado nas ruas com fogos de artifício. [...] temos motivos para dar um basta em tanta desgraça que assola nossa região. Mas um fato é capaz de mudar tudo, de dar novo ânimo àquilo que se achava perdido.
>
> É preciso que confiemos no crescimento dessa região [...] dotada de gente empreendedora, capaz de buscar a viabilidade econômica para o sustento naquilo em que ninguém até então confiava. Precisamos do empreendedorismo, do exemplo dos homens que estão trazendo a soja para o oeste paulista.

Em termos práticos, podemos dizer que todos os sujeitos que integram o cenário do Pontal do Paranapanema apresentam-se "estigmatizados", marcados dentro da história particular de toda a região, transitando por um espaço tensivo cuja modulação vem determinada pela instância enunciativa no/do jornal. A presença sensível do enunciador do texto jornalístico determina o que vai acontecer afirmativa ou negativamente. Se os proprietários rurais gozam de muito prestígio na comunidade, o mesmo não se pode dizer em relação aos militantes do MST, a quem sempre são imputadas ações no campo da ilegalidade ("tanta desgraça que assola nossa região").

Se temos como verdade que todo ponto de vista modaliza e organiza o enunciado (FONTANILLE, 1998), podemos dizer que o enunciado constrói um olhar e uma leitura. Desse modo, o dizer do enunciador tanto em *Oeste Notícias* e *O Imparcial,* em geral, representa o olhar de um sujeito coletivo ("a elite agrária") que quer fazer crer em sua visão de mundo em torno do tema da terra.

Como um macrocenário, o Pontal pode ser subdividido em cenários distintos, mas, no entanto, os discursos jornalísticos insistem em considerá-lo globalmente. Sem levar em conta a diversidade, como se tratasse de um espaço rural único, o ponto de vista do fazendeiro - que sempre sai em defesa do agronegócio - é o que deve prevalecer. Textos que se reportam a tema relacionados à grandes transformações experimentadas pelo campo, com a entrada de máquinas para a adoção de monoculturas ou a transformação do espaço geográfico para abrigar quase tão somente o gado e as grandes extensões agricultúráveis, insistem em se sobrepor a outros que venham colocar o homem como centro dos interesses sobre o uso da terra. Sobre esses valores retomemos novamente o editorial de *O Imparcial*,18/9/02.

> Foi-se o tempo em que se acreditava que a geração de empregos no campo dependia apenas da boa vontade de homens robustos e dispostos a, de enxadas nas mãos, plantar, colher e criar animais. A agropecuária depende cada vez mais, a cada dia que passa, de tecnologia [...] para ser viável e competitiva e, com isso, produzir divisas [...]

As mudanças de cenário que vêm se registrando em todo o espaço rural brasileiro levam a considerar a terra como espaço para a produção agrícola e para a pecuária, estando reservada para o homem a cidade como o espaço para se estabelecer. Os textos estao sempre voltados para reiterar o ponto de vista de que "a terra é a principal mercadoria regional" (*O Imparcial,* 16/5/02*)*; "o nosso principal produto é a terra" (editorial: *Que a região encontre na Fundação uma força auxiliadora para o desenvolvimento* - *O Imparcial*, 05/7/02). Trata-se de enunciados que constroem o espaço rural como lugar que, do ponto de vista ideológico, deve associar- se ao investimento e ao lucro.

3.3.1.3. Artigo



O IMPARCIAL domingo, 10 de março de 2002 opinião ▸3 A

ANTÔNIO DELFIM NETTO

Prestigiar a agricultura

Não é o resultado imaginado, que chegou até a ser festejado, mas a agricultura voltou a responder positivamente este ano aos modestos estímulos que recebeu. Devemos colher uma excelente safra de grãos da ordem de 98 milhões e 500 mil toneladas, de acordo com o último levantamento do IBGE. O objetivo de alcançar a produção de 100 milhões de toneladas continuará a ser perseguido pelo ministro Pratini de Moraes e, se houver um pouco mais de agilidade e empenho na área financeira do governo, podemos atingir a meta já na próxima safra de 2002/2003. A diferença pode parecer insignificante, mas é importante ultrapassar o marco dos 100 milhões não apenas porque o aumento da produção é sempre benvindo mas também porque se tornou um número "emblemático, para usar uma expressão usual entre os "novos filósofos"... E finalmente poderíamos contabilizar um bom ativo na herança um tanto problemática que o atual governo vai deixar para o próximo.

No Brasil, a mídia essencialmente urbana costuma tratar com bastante ligeireza as questões da agricultura. De uma maneira geral prevalece uma atitude de indiferença, mesclada às vezes de hostilidade em relação aos problemas que afetam o produtor rural. Por essa razão, a maioria dos leitores citadinos não se dá conta que a agricultura brasileira sofreu um processo de descapitalização violenta nos primeiros anos do Plano Real. Foi o setor que mais contribuiu para a estabilidade e o mais sacrificado em termos patrimoniais, suportando a enorme transferência de sua renda para o consumidor urbano. Apesar de castigada, em pouco mais de 2 anos, graças aos tímidos estímulos de crédito, à possibilidade de reestruturação das dívidas e graça principalmente à mudança da política cambial que a estava destruindo, a agricultura voltou a investir em novas técnicas de cultura, no uso de novas sementes, produzindo um salto de produtividade e no volume das safras.

Os EUA garantem segurança a seus cidadãos sob qualquer circunstância

Esses fatos mereceriam uma atenção um pouco mais inteligente. Nós estamos assistindo agora à vibrante reação da mídia às restrições impostas pelos Estados Unidos à importação de aço, o que prejudica os fabricantes brasileiros que exportam para aquele mercado. De acordo com as primeiras informações, prevê-se uma perda anual de 450 a 500 milhões de dólares nas exportações siderúrgicas brasileiras. Se olharmos a pauta de nossas exportações agro-industriais, podemos imaginar que perdemos anualmente algo como 4 ou 5 vezes mais, com o que deixamos de exportar de produtos agropecuários que são sobretaxados ou sofrem restrições de ordem variada ao ingressar no mercado americano . Para tratar desses problemas, é preciso entender que os Estados Unidos, desde que se organizaram como Nação, tem como princípio garantir aos seus cidadãos a segurança militar e a segurança alimentar, sob quaisquer circunstâncias. Após 226 anos de prática, eles continuam sustentando esses princípios e por isso protegem a sua siderurgia e a agroindústria da competição externa. Isso devia nos ensinar algumas coisas, como por exemplo, deixarmos de condenar a concessão de subsídios à nossa agricultura e às exportações – que a maioria dos países desenvolvidos pratica – alvo de escandalizada objeção de muitos economistas e de tantos de nossos "analistas" e "comentaristas" midiáticos. Em lugar de aceitar as regras de "bom comportamento" que os formuladores de políticas do primeiro mundo recomendam, vamos tentar entender os nossos reais interesses como Nação.

E_mail:
dep.delfimnetto@uol.com.br

Interessa-nos observar o texto como veiculador de valores e, levar o leitor a crer neles, a aceitá-los. Estrategicamente construído, o destaque em caixa alta para o nome do enunciador evidencia o efeito de sentido de credibilidade, que o jornal a ele atribui. Maior do que o próprio título da matéria, a citação do nome parece corroborar a sintonia do veículo com o ponto de vista do enunciador.

Se assumir um dizer em primeira pessoa cria um efeito de sentido de subjetividade, o enunciador trata logo de trazer o leitor para junto de seu dizer, incluindo-se no enunciado ("Devemos colher"). Mas, esse uso, se associa principalmente à competência do enunciador, economista respeitado pela elite agrária, tendo não só o saber como também o poder para falar por todo um sujeito coletivo. O que diz não vem de um "eu", mas de uma

autoridade competente para afirmar que “Não é o resultado imaginado (...) mas a agricultura voltou a responder positivamente”.

Querendo evocar a verdade sobre o que é dito, espalha a tese principal de forma tão racionalizada como se fosse assumida por toda a coletividade brasileira: “Devemos colher uma excelente safra”, “ Poderíamos contabilizar”, “Nós estamos assistindo agora”, “vamos tentar entender”.

É perceptível o uso de dados estatísticos (“safra de grãos da ordem de 98 milhões e 500 toneladas de acordo com o IBGE”) que funcionam como argumentos cujos efeitos de sentido de veracidade não deixam nenhuma suspeita sobre as informações. De um lado a informação: “a agricultura voltou a responder positivamente este ano [...] o objetivo de alcançar a produção de 100 milhões de tonelada [...] ultrapassar o marco dos 100 milhões”. De outro, a partir de análises e interpretações, opiniões sustentadas em números conduzem a crença numa agricultura brasileira que a qualquer custo deve se tornar competitiva em relação aos mercados estrangeiros. Constrói-se, dessa maneira, o reconhecimento de que a saída é “investir em novas técnicas de cultura”, visando à produção para exportação.

Pensamos neste artigo, inserindo-o no diálogo com todos os outros textos que compõem a malha textual jornalística. Ele só importa na medida em que pode ser articulado com o discurso sobre a defesa das questões agrárias instaurado em todo o jornal. É um texto coerente com os efeitos de sentido de verdade, criados para levar o leitor de *O Imparcial* a crer em uma visão ideológica reiterada no enunciado “*Prestigiar a agricultura”* que fortalece o ponto de vista da enunciação sobre as políticas agrárias que se reitera nos diversos gêneros textuais.

O Imparcial parece disposto a insistir na construção do discurso da terra como espaço para empreendimentos. Os editoriais garantem a instauração da voz que propaga esse ponto de vista, mas busca reforço em outros veículos de comunicação. Na perfeita sintonia com o dizer de Delfim Neto, o artigo funciona no espaço do jornal como sustentação para a tese defendida de que o leitor deve reconhecer os valores sobre a defesa das novas políticas fundiárias. A inclusão do artigo implica a exploração do jogo de imagens que a instância enunciativa do jornal constrói de si mesma como instituição jornalística empenhada em privilegiar fatos e opiniões capazes de convencer o leitor, levando-o a crer no universo axiológico que defende.

3.3.1.4. O texto de opinião



PRESIDENTE PRUDENTE, TERÇA-FEIRA, 23 DE JULHO DE 2002 opinião O IMPARCIAL 3-A

EDITORIAL

Sumiço de José Rainha ou apelo do PT devolveram tranqüilidade para o Pontal

O Pontal do Paranapanema está vivendo um momento de grande tranqüilidade, desde que foi instalado o processo eleitoral no Pais com vista às eleições de outubro próximo.

A calmaria está causando surpresa, mas são dadas duas explicações para isso. Uma delas diz que o líder do MST, José Rainha Filho encontra-se foragido, com pendências a acertar com a Justiça. Já se admite que ele não retorne mais ao comando do movimento e nem mesmo será seu militante. Outra interpretação dada é que o MST decidiu acolher o apelo do PT, que entendeu ser prejudicial ao seu candidato Luiz Inácio Lula da Silva, as invasões às propriedades rurais, dadas as ligações do partido com aquele movimento.

Esta segunda versão parece ser a verdadeira, porque é fácil verificar na leitura diária dos jornais e dos noticiários da mídia eletrônica, que não ha nenhuma movimentação dos Sem/Terra por todo o País.

Mas essa tranqüilidade, segundo os empresários rurais não é causa de despreocupação, porque eles indagam: o que acontecerá após a eleição na hipótese de eleger-se um candidato mais radical entre os quatro pretendentes principais, todos da esquerda ?

O que se teme é que o problema fundiário não seja nunca equacionado para evitar os prejuízos que vem ocasionando a toda nossa região. Já há quem sugira uma iniciativa por parte do governo estadual no sentido buscar solução que não impeça o prosseguimento da reforma agrária mas não deixe nossa região em permanente convulsão. A sugestão é no sentido de o governador Geraldo Alckmin ou quem seja na sua sucessão, reexamine o decreto 42.041, possibilitando negociações em melhores bases, com os proprietários rurais para aumentar os estoques de terras para assentamentos. Argumenta-se que não havendo uma iniciativa como essa, o problema fundiário se arrastará por mais 20 ou 30 anos, por conta de uma batalha jurídica, que, como se sabe, nunca tem resultados imediatos.

PLANTÃO

A região precisa eleger os candidatos que conheçam bem nossos problemas

Na verdade precisamos de representantes políticos que não apenas tenham intimidade com os problemas de nossa região, mas que estejam lealmente interessados em encontrar soluções, principalmente no campo da economia.

Nossas dificuldades nasceram com o esvaziamento da atividade rural há algumas décadas passadas. E este é o momento de termos porta-vozes de nossas reivindicações que atuem com eficiência, dedicação e empenho exclusivo na defesa do interesse público, sem estar agindo unicamente no interesse pessoal.

A região poderá retomar o quadro de meio século atrás, quando a economia rural impulsionava o desenvolvimento de Presidente Prudente e de todas as cidades que nos cercam, se for viabilizado o projeto Bolsa de Parcerias e Arrendamento de Terras, para a produção intensiva de soja.

Tudo leva a indicar que se trata se um projeto factível, tanto que vem despertando o interesse de tradicionais produtores rurais de outros Estados.

Implantado, ele movimentará toda a cadeia produtiva, do plantio à industrialização, com reflexos importantes na absorção de mão-de-obra especializada, no comércio de equipamentos e insumos. Quer dizer, haverá circulação de dinheiro e com ele o aumento de nossa participação na massa tributária, seja no âmbito estadual como no federal, de que participarão todos os municípios produtores.

Nessas condições, a região necessitará do apoio de políticos realmente interessados com o desenvolvimento da economia deste oeste do Estado. Caberá ao eleitor a missão de saber escolher bem, verificando o comportamento de candidatos que buscarão votos para sua eleição.

Evidencia-se, no texto acima, a defesa do agronegócio pelo enunciado jornalístico, que se revela como porta-voz do sujeito de estado (elite agrária), por sua vez, dependente de um destinador ("representantes políticos") que crie as possibilidades para a ação de impulsionar "o desenvolvimento". A voz do jornal pressupõe a inclusão dos atributos modais de "saber escolher bem" e poder ser competente para dar os "votos para" eleger o candidato que responda ao andamento das expectativas para viabilizar "o projeto Bolsa de Parcerias e Arrendamento de Terras, para a produção intensiva de soja".

Observem-se os fragmentos a seguir: "Na verdade precisamos de representantes políticos que não apenas tenham intimidade com os problemas de nossa região, mas [...] encontrar soluções , principalmente no campo da economia". Vemos aí um enunciador que se mostra preocupado e se mobiliza para acelerar o processo de convencimento do leitor para que reconheça a urgência da realização do ponto de vista de eleger representantes políticos

competentes, pois “este é o momento de termos porta-vozes de nossas reivindicações que atuem com eficiência”.

Esse quadro tensivo que prevê a transformação do sentimento da espera do contexto político por meio da aquisição de uma competência: “saber escolher bem” dará ao leitor a possibilidade para estabelecer a oposição ao passado, quando, segundo afirma: “Nossas dificuldades nasceram com o esvaziamento da atividade rural há algumas décadas”. O enunciado “movimentará toda a cadeia produtiva”, aplicado à noção de defesa do progresso e da modernização, conjuga-se à isotopia do agronegócio, valorizado euforicamente. Vincula-se, assim, ao projeto geral dos discursos que veiculam o tema da terra, valorizando-o como espaço para “circulação do dinheiro e com ele o aumento de nossa participação na massa tributária [...]”.

A figura de “candidatos que conheçam bem” os problemas do Pontal, ou seja, dotados de uma competência modal (saber) que prima pela eficiência reitera a imagem de um ator, construído pela enunciação, como representante da elite agrária. Na reiteração temática da exploração da terra para os grandes negócios, conforme se pode constatar nos editoriais, há a recorrência léxica, em que se nota a insistência em figuras associadas à grandiosidade, à competitividade, ao prestígio, aos altos lucros: “prestigiar”, “alcançar a produção de 100 milhões de toneladas”, “ultrapassar o marco”, “salto de produtividade”, “ingressar no mercado americano”, etc.

3.3.1.5. Notícia



Sexta-feira, 2 de agosto de 2002 REGIONAL OESTE NOTICIAS 1.5

Região busca incentivos à produção de soja

Georgiane Costa

Para Lorival Carmo Mônaco, 50% das pastagens podem ser substituídas por alguma cultura

Empresários, produtores rurais, sindicalistas e prefeitos de toda a região se reuniram para tratar da implantação do projeto Bolsa de Parceria de Arrendamento de Terras. A reunião aconteceu na sede da Fiesp/Ciesp, na manhã de ontem.

Para ouvir as propostas e viabilidade deste projeto esteve presente o secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, Lorival Carmo Mônaco. Ele afirmou que a Secretaria é parceira deste projeto. "A nossa intenção é que pelo menos 50% das pastagens sejam substituídas por algum tipo de cultura", disse.

À convite da Ciesp, Sindicato Rural, Unipontal (União dos Municípios do Pontal do Paranapanema) e Conselho Regional de Desenvolvimento Rural do Pontal do Paranapanema, esteve presente o engenheiro agrônomo, José Humberto Guimarães.

Idealizador e responsável pelo projeto em Uberaba (MG), Guimarães disse que as terras na região de Prudente têm condições climáticas e de solo, para o cultivo de soja, milho e outros grãos. Ele conta que na cidade de Uberaba (MG) o projeto deu certo. Em cinco anos, a produção de soja em 300 hectares rendeu cerca de R$ 2 milhões – tendo em vista 45 sacas por hectare, vendidos por nove dólares cada. "É uma viabilidade do cultivo de grãos em curto prazo e retorno satisfatório", conta.

O engenheiro agrônomo explicou que o projeto funcionaria com pecuaristas que possuem terras estariam arrendando uma determinada área para produtores que tenham prática e implementos agrícolas para o cultivo da soja.

Jorge Santos

Consideremos o texto acima para observar a construção de um enunciado resultante das estratégias de um enunciador que almeja levar o leitor a saber sobre um projeto e crer nele: "Bolsa de Parcerias de Arrendamento de Terras".

De acordo com o gênero "notícia", o sujeito que organiza os dizeres não se manifesta diretamente no enunciado. Nesse distanciamento do dito, cria-se o efeito de sentido de objetividade. Por meio da projeção de atores que se tornam interlocutores do assunto, instaura-se o diálogo entre eles. A fala em discurso direto permite configurar um ambiente locutivo que constrói uma presentificação da cena da reunião entre "empresários, produtores rurais, sincalistas e prefeitos de toda a região para tratar da implantação de um projeto sobre questões agrárias: "Bolsa de Parcerias de Arrendamento de Terras".

As projeções das falas das autoridades ("secretário da Agricultura do Estado de São Paulo", "O engenheiro agrônomo, idealizador e responsável pelo projeto") levam a um efeito de sentido de realidade, ou seja, a notícia é um simulacro da verdade que ressalta a importância da monocultura da soja para a região. Nesse contexto, o discurso da defesa da terra é dirigido àqueles sujeitos competentes, ou seja, que "tenham prática e implementos agrícolas para o cultivo da soja", enfim, dotados de um papel temático associado não só à prática, mas à riqueza. Assim, o discurso constrói-se de modo a parecer verdadeira a viabilidade do trabalho com a terra sustentada pelo agronegócio, em especial para o cultivo da

soja, persuadindo seu leitor a crer nessa imagem como saída para os problemas agrários regionais.

O efeito de sentido de realidade que torna o ponto de vista sobre o tema passível de ser aceito ancora-se em recursos lingüísticos usados com a finalidade de convencer o leitor. Assim, o enunciador comunica as informações apoiando-se em argumentos referendados em dados apresentados por meio de figuras ("50% das pastagens"; "a produção de soja em 300 hectares rendeu cerca de R$2 milhões"), que representa a visão do setor agrícola.

O ponto de vista da instância enunciativa, por meio do recurso da impessoalidade não dissimula, no entanto, que a perspectiva assumida é a da classe dos produtores rurais em condições da defesa da terra como espaço para os grandes investimentos. Está aí reforçada a tematização da terra como o objeto-valor vinculado àquele que pode mantê-la de acordo com o modelo econômico da modernidade.

Assim, a terra como espaço para abrigar a família, lugar para o trabalho, estaria dentro de moldes ultrapassados. Estão aptos para gerenciar a terra só os que têm recursos para fazê-la produzir, aqueles que têm capital, "insumos, equipamentos e profissionalismo" Essas são figuras que se associam a um ator empreendedor que afirma "O problema do Brasil não é terra. A proposta para a região de Prudente é revitalizar a economia através da agricultura tecnificada" (*O Imparcial,* 14 de setembro, 2002).

Ligadas aos sistemas de poder, disseminadas como consensos sociais, de acordo com um modo de produção capitalista, podemos considerar três matrizes geradoras de uma ordem que regula as relações entre o homem e a terra, que a mídia jornalística faz repercutir em seus textos. Vistos como um lugar-comum, observamos a associação do tema ao do emprego e da oportunidade. E, quanto à terceira, a associação de terra ao tema do trabalho, a não ser no discurso de algumas autoridades, quase não a encontramos. Obviamente que, ao ser silenciada, deve ser tomada também como construtora de significações.

Essa distinção parece bastante proveitosa, não só para um panorama geral sobre os valores ideológicos associados à temática da terra construída em *Oeste* e *O Imparcial* como também para a discussão sobre o tema do Agronegócio.

3.3.1.6. Entrevista

O texto (ANEXO, p.360) aborda o tema "terra e trabalho" num diálogo com o candidato à presidência, Lula. O repórter de *O Imparcial* faz a pergunta: "Qual sua visão sobre a realidade do País e as diversidades regionais? Da resposta, transcrevemos um fragmento que compreende a questão observada:

> A agricultura tem que ter particularidades. [...] com produtos agrícolas tivemos um superávit de quase US$18,5 bilhões. O potencial é extraordinário no Brasil [...] 20% da população morando no campo e é bom que more no campo e que se leva para lá infra-estrutura para que eles tenham condições de viver e trabalhar. [...] Não faço diferenciação entre a chamada agricultura empresarial com produção em escala e a chamada agricultura familiar. [...] Sou defensor da agricultura familiar. (*O Imparcial*, 15/5/02).

Outro texto com a mesma temática "terra e trabalho", também do jornal *O Imparcial*, Caderno *Cidades,* tem o título LUTA PELA TERRA e se manifesta em um espaço sempre reservado para os textos governamentais, de diversos órgãos públicos, especialmente estaduais.

Tendo o momento político como contexto, uma das questões para debates, especialmente com os candidatos a deputado federal, eram sempre os problemas fundiários da região. O campo era fértil para discussões, mas bastante polêmico, se fossem levadas em conta as reivindicações das duas classes antagônicas, os proprietários rurais e os sem-terra. Como se posicionar diante de interesses que se chocam?

Lemos todos os discursos dos candidatos, publicados pelo *O Imparcial* no espaço denominado *O Xadrez das Eleições 2002,* numa das páginas do primeiro caderno "política". Elegemos duas dessas entrevistas para focalizarmos as perguntas e respectivas respostas sobre a temática da terra. (ANEXO p. 361)

O primeiro entrevistado:

> OI - Quais são as principais propostas que o sr. apresenta para a população da região de Prudente?
> Kenji Koto – [...] Uma das coisas mais importantes é buscar uma política agrícola bem definida voltada para a agroindústria , por ser essa a vocação da nossa região e do nosso País. [...] é necessário ter a produção agrícola voltada para exportação com um mínimo de valor agregado, para proporcionar o desenvolvimento.

> OI – [...] quais são os principais problemas que afetam o desenvolvimento do oeste paulista atualmente?
> Kenji Koto – [...] os grandes empresários que investem na agricultura ficam temerosos em investir na região e depois ter invasões, ter esses movimentos que possam truncar ou até dificultar o trabalho deles aqui. [...] A partir do momento em que se implanta um projeto agrícola voltado para a agroindústria, nesse mesmo tempo é necessário que se implemente também as reformas dessas rodovias para que ela possa funcionar com eficácia e tornar realidade a hidrovia, que hoje já é navegável. [...] no mesmo ritmo da implantação do projeto de agroindústria na região (*O Imparcial,* 11/8/02).

O segundo:

> OI – Como conhecedor profundo dos problemas agrários brasileiros, como o sr. fundamentará seu programa de trabalho como deputado federal?
> Xico Graziano: Meu grande objetivo será a aprovação do Novo Estatuto da Terra, cujo projeto de lei apresentei na Câmara dos Deputados [...]. É necessário consolidar e modernizar a legislação agrária do país para se definir, uma vez por todas, uma verdadeira política agropecuária, capaz de manter a renda e o emprego no campo. Esse é meu sonho, como agricultor, agrônomo e Deputado.
> OI – Nossa próxima safra de grãos baterá um grande recorde, quase encostando nos 100 milhões de toneladas. Como se explica isso? É o apoio que chegou na hora ou a agricultura se desenvolve pelo esforço dos que produzem?
> Xico Graziano: [...] nossa agricultura cresce incorporando tecnologia e aumentando a produtividade [...] e os mercados de milho e soja estão mais favoráveis. Nada disso aconteceria sem o suor dos agricultores.
> OI – [...] O que deve ser feito para que a reforma agrária não seja prejudicada, mas paralelamente se busque a consolidação das terras, sobretudo no Pontal do Paranapanema?
> Xico Graziano: Errado foi considerar os sem-terra mais importantes que os trabalhadores com terra. Nós temos que oferecer condições dignas de vida aos miseráveis, mas a terra não pode ser considerada como passaporte para a felicidade [...] regularizar as terras para devolver a tranqüilidade aos produtores. Qualquer solução será melhor que essa insegurança coletiva, que facilita a vida dos invasores de terra onde mistura gente de bem com bandidos e desqualificados.
> OI – [...] o projeto em curso da Bolsa de Parcerias e Arrendamento de Terras poderá representar a redenção dos nossos municípios?
> Xico Graziano: Redenção não, mas com certeza um caminho de futuro para a região. [...] arrendamos 6 fazendas e geramos 3000 empregos durante 4 meses. Foi o começo de uma virada regional, que precisa se diversificar para gerar mais empregos. (*O Imparcial,* 8/8/02)

No encadeamento de figuras próprias do universo do espaço agrário, o que se evoca são as isotopias de leitura de "terra para negócio" ("buscar uma política agrícola bem definida voltada para a agroindústria", "a produção agrícola voltada para exportação", "arrendamos 6 fazendas e geramos 3000 empregos durante 4 meses") e não "terra para

trabalho". No primeiro texto o que se põe é o tema da terra associado à figura do capital, espaço de exclusão dos seres. No segundo aí, sim, estaria incluído o homem.

Há múltiplas possibilidades de figurativizar a temática de "terra para negócio". Ela se representa em tecidos isotópicos que desenham a imagem do espaço rural que se dispõe em seqüências espaço-temporais que incluem a figura "emprego" como objeto-valor, diferentemente da figura "trabalho". E é aquela que tem repercussão no discurso sobre a terra. Podemos contemplar a circulação social desse valor, isto é, de um lugar e função exercida pelo binômio terra/emprego como cenário para o espetáculo que abriga os discursos políticos no Pontal. Ora, nessa convocação não caberiam os sem-terra, ("invasores de terra onde mistura gente de bem com bandidos e desqualificados" (*O Imparcial,* 11/8/02), por exemplo. Na estereotipia do papel temático, associado à disforia, parece não haver lugar para a inscrição do sujeito "sem-terra" na sociedade.

O texto relativo ao tema da terra, transforma a terra*,* espaço das relações entre os seres, em lugar para negócio, acumulação de capital, do poder e de riquezas. Desse texto está expulso o homem, impossibilitado de realizar qualquer programa narrativo, que não seja o de ordem prática da ordem do interesse financeiro.

O eixo temático "emprego e oportunidade" sustenta uma diversidade de discursos que insistem categoricamente na ideologia matriz que regula as relações do homem com a terra.

É uma atitude oportunista defender o fim da agricultura familiar, a terra não como espaço para fixação do homem, ao invés de defender uma mudança no modo de produção capitalista. O capitalismo impõe a "verdadeira política agropecuária, capaz de manter a renda e o emprego no campo" (ANEXO, p. 40). O enunciador, Xico Graziano, tenta dissimular essa visão, numa tentativa de apagamento da ambigüidade: "Errado foi considerar os sem-terra mais importantes que os trabalhadores com terra", para tentar fixar apenas a visão economicista sobre a Reforma Agrária em que as terras, ao serem distribuídas no sistema de assentamento, estariam sendo desperdiçadas, ou poderiam ser melhor aproveitadas: "[...] é necessário ter a produção agrícola voltada para exportação com um mínimo de valor agregado, para proporcionar o desenvolvimento".

Assim, falar em terras a serem distribuídas, seria defender a agricultura familiar. Isso representaria uma ruptura com o discurso das políticas desenvolvimentistas, uma ruptura com o futuro, em que se delinearia o desenvolvimento, um entrave para a modernização, para políticas econômicas de produção para exportação. Ou seja, a prática discursiva jornalística

permite a institucionalização social de certos valores ideológicos quanto as questões agrárias. Um deles é o de mostrar que o caminho para o Brasil sair do terceiro mundo é o de adotar a produção agrícola para a exportação.

No caso da seqüência do discurso de Xico Graziano: "Redenção não, mas com certeza um caminho de futuro para a região. [...] arrendamos 6 fazendas e geramos 3000 empregos durante 4 meses. Foi o começo de uma virada regional, que precisa se diversificar para gerar mais empregos" o enunciador instaura uma ambigüidade, quanto à utilização da terra como espaço para a fixação do homem, mas não apresenta aí um sentido resistente ao que quer fixar no seu texto. Ele deixa um espaço aberto de pluralidade de significações que tanto remete à estabilidade quanto à instabilidade do emprego no campo, quando se refere à terra como oportunidade de emprego, que se trata de uma atividade sazonal: "3000 empregos durante 4 meses". Projeta-se nesse discurso o sentido já fixado socialmente e mobilizado no interdiscurso das atividades dos trabalhadores rurais da cana, por exemplo, que perambulam de norte a sul, à procura da produção agrícola para a oportunidade de se empregar.

Nos discursos dos dois candidatos, vê-se o esforço de cada enunciador para tentar fixar um sentido, criando a ilusão de que ele é único. O que se confirma é a preocupação com a garantia para os proprietários rurais: "É necessário consolidar e modernizar a legislação agrária do país para se definir, uma vez por todas, uma verdadeira política agropecuária, capaz de manter a renda e o emprego no campo"(Xico Graziano, *O Imparcial,* 8/8/02).

O discurso jornalístico requer um trabalho de reconstrução do destinatário, em que a terra passa a ser vista como objeto cultural e, ao se debruçar sobre textos dissonantes percebe a resistência do jornal em dar voz aos contrários à ideologia que defende a dos proprietários rurais: "os grandes empresários que investem na agricultura ficam temerosos em investir na região e depois ter invasões, ter esses movimentos que possam truncar ou até dificultar o trabalho deles aqui." (KENJI KOTO, ANEXO, p. 361).

Nesse sentido, compreende-se que não se pode fazer uma leitura pautada na monofonia, que leve a reflexões unilaterais sobre o cenário rural. Insistimos em repetir que, pela discursivização de alguns representantes (os donos da terra), vão-se traduzindo a representação de outros (os sem-terra). O imaginário rural vai-se traduzindo, movimentando-se por interstícios, por fissuras do discurso da terra, sobredeterminando seus sentidos, mesmo quando a tentativa é a de encobrir algumas leituras.

3.3.2. Questões Ambientais

Relacionadas às políticas agrárias podemos nos referir às questões tematizadas pelos discursos que desenvolvem o percurso narrativo da busca da terra como espaço ecológico. Poucos foram os textos sobre o assunto. No entanto, mesmo assim, elegemos dois deles para leitura por assegurarem a coerência semântica, temática e figurativa do discurso sobre a terra, relacionada ao modo de ver e pensar dos proprietários rurais, o que garante o caráter ideológico dos discursos dos jornais do Pontal.

3.3.2.1. Primeira página



OESTE NOTÍCIAS

www.oestenoticias.com.br | ANO VII - Nº 2408 | QUINTA-FEIRA 18 JULHO — 2002 | R$ 0,70 | Presidente Prudente – SP

Casa de carnes é assaltada no Planaltina

Ladrões armados prendem cinco vítimas no banheiro, levam dinheiro e documentos da proprietária

■ *Página 1-6*

Estação ecológica do Pontal gera otimismo

Pesquisadores e ecologistas aprovam iniciativa do governo em proteger o que resta da Mata Altântica

Jorge Santos

Furlan, da Padaria São Paulo

Furlan recebe homenagem esta noite em Prudente

Jorge Santos

Micro-Leão-Preto: espécie que só existe no Pontal do Paranapanema, na área da nova estação ecológica

A notícia da criação da Estação Ecológica do Mico-Leão Preto, no Pontal do Paranapanema, é recebida com aprovação por pesquisadores e ecologistas, conforme o apurado pela reportagem do *Oeste Notícias*. Além da proteção ambiental garantida por lei, através de decreto do presidente Fernando Henrique, a iniciativa pode resultar em investimentos – até do exterior – no segmento do turismo ecológico; bem como promover geração de empregos pelo próprio governo, para melhor cuidar da área.

■ *Página 1-4*

Prudente recebe mais de 200 apartamentos

Com previsão para início da construção em agosto, Prudente terá 220 apartamentos populares no Parque Alvorada. As prestações irão variar de R$ 37 a R$ 124, conforme o presidente da Associação Habitar Vida Nova, Edson Menezes. Cada apartamento terá 43 metros quadrados, com previsão de entrega aos mutuários em um ano e meio.

■ *Página 1-3*

Eleito pela Associação Comercial e Sindicato do Comércio Varejista de Prudente como Comerciante Símbolo 2002, José Furlan – dono da Padaria São Paulo – recebe hoje à noite o diploma de mérito Visconde de Caiuru.

■ *Página 1-3*

Jorge Santos

Lisete: ajuda aos municípios

Congresso dá ajuda para os municípios

O VI Congresso de Educação proporciona aos 37 municípios participantes uma importante ajuda, com a orientação da professora Liste Aleraro sobre o Plano Municipal da Educação.

■ *Página 3-4*

46º Jogos Regionais têm 66 cidades confirmadas

Cine Foto

Prefeito Walter Martins recepciona os dirigentes no Congresso

Os 46º Jogos Regionais, com abertura amanhã em Osvaldo Cruz, teve ontem à tarde o Congresso Técnico. Estiveram presentes cerca de 200 dirigentes, representantes das 66 cidades que confirmaram participação na competição que vai de 19 a 27 deste mês. A reportagem do *Oeste Notícias*, em cobertura especial, traz detalhes do congresso, com ampla ilustração fotográfica.

■ *Esportes*

Georgiane Costa

Vista geral dos participantes do Congresso, ontem à tarde no Clube das Bandeiras

Objetos apreendidos pela polícia em Prudente

Suspeitos de assaltos são presos em Assis

A polícia investiga três ladrões presos em Assis, após frustrada tentativa de assalto. Eles são suspeitos da prática de assaltos em Presidente Prudente. Um deles foi reconhecido por uma vítima. Num local onde ficavam, foram apreendidos produtos, possivelmente objetos de furto ou roubo.

■ *Página 1-6*

O que é legitimado, na produção textual acima, sobre questões ambientais é destaque na primeira página, atraindo a atenção do leitor para aspectos particulares da região. A manchete (“Estação ecológica do Pontal gera otimismo”) e a imagem fotográfica do animal

ganham a cena, conduzindo a atenção para um dos dados do narrado: “Mico-Leão-Preto”. No sincretismo das duas linguagens, verbal e imagética projeta-se a voz de um sujeito de enunciação que, afirmando a opinião sobre o enunciado (“gera otimismo”), leva o leitor a querer saber informações sobre a “Mata Atlântica”.

3.3.2.2. Reportagem



O IMPARCIAL

cidades

PRESIDENTE PRUDENTE, QUARTA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 2002

CADERNO B

PRESIDENTE EPITÁCIO

Município comemora potencial turístico

Cidade completa 53 anos e moradores se unem para conservar as belezas naturais que atraem visitantes

DJALMA WEFFORT
PRESIDENTE EPITÁCIO

Presidente Epitácio completa hoje 53 anos. Elevada à condição de Estância Turística, em 1990, a cidade orgulha-se de ter no rio Paraná e nas belezas naturais o grande diferencial que a projetou em todo o oeste paulista, Paraná e sul do Mato Grosso do Sul. Para comemorar a generosidade da natureza os moradores já perceberam que a preservação ambiental é o melhor caminho para o desenvolvimento econômico do município, que vê no turismo o seu desenvolvimento.

O mais recente exemplo da preocupação dos moradores com a preservação dos recursos naturais foi a mobilização contra a pesca predatória, em fevereiro deste ano, que levou o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) a baixar uma inédita portaria proibindo, pela primeira vez, a pesca com petrechos de emalhar em um reservatório fora do período da piracema (reprodução das espécies). Revoltados com a desencos pesqueiros, poderia levar ao comprometimento do estoque de peixes, com conseqüências imprevisíveis sobre a economia local.

“A pesca esportiva é o nosso principal produto turístico”, lembra José Antonio Furlan, presidente da Associação Comercial e Industrial de Presidente Epitácio, Acipe. “Sem os peixes” – ele deduz – “vamos perder turistas e grande parte da movimentação do comércio local.” Para os moradores de Presidente Epitácio, a preservação das espécies significa a manutenção da atividade comercial e, mais do que isso, a garantia de emprego e renda aos seus habitantes.

Já os ambientalistas atribuem o sucesso do movimento à defesa de uma causa difusa (coletiva) em que o interesse do meio ambiente sobrepujou o interesse de uns poucos (minoria de pescadores que tem na atividade apenas o lucro imediato, não se importando com a preservação do bem para o futuro).

De acordo com um dirigente da entidade, o sucesso do movimento conno calor dos debates, partiu do pescador esportivo José da Silva, que propôs uma grande campanha pelo reflorestamento da mata ciliar do lago da usina hidrelétrica Engº Sérgio Motta.

Segundo ele, depois da pesca predatória, a destruição da mata ciliar é a segunda causa do desaparecimento dos peixes. “Espécies como o pacu, jaú e piapara dependem da alimentação produzida pelas árvores das margens dos rios”, explica. De acordo com o pescador, “há espécies que se alimentam dos insetos que vivem na mata ciliar, formando uma cadeia que, quanto preservada, contribui para o aumento da diversidade e quantidade de peixes.”

Segundo ele, as árvores podem ser plantadas pela Cesp em conjunto com proprietários rurais, prefeituras e Ongs, como já vem fazendo a Apoena (leia matéria nesta página).

“O reflorestamento deve ser feito nas áreas de preservação permanente dos sítios e fazendas, nas reservas legais e sobretudo na faixa de 50 metros que

MEIO AMBIENTE

Lagoa Preta pode virar um refúgio de fauna

Cedida

Proposta de preservação das várzeas da Lagoa Preta, que escaparam da inundação de Porto Primavera

Precursora na luta em defesa do meio ambiente, a Apoena – Associação em Defesa do rio Paraná, Afluentes e Mata Ciliar foi a primeira entidade a denunciar, em 1988, os impactos ambientais causados pela formação do lago da usina hidrelétrica de Porto Primavera, hoje denominada UHE Engº Sérgio Motta.

“Começamos a atuar a

nidade de peixes que encontravam nas lagoas as condições ideais de reprodução, alimentação e abrigo.

Das cerca de 15 lagoas existentes na reserva só restou a Lagoa Preta que os ambientalistas da Apoena querem ver transformada em Refúgio de Vida Silvestre, uma categoria de unidade de conservação, prevista na lei

das usinas no Estado.” Segundo ele, para seguir adiante “a proposta precisa da aprovação do plenário do Consema onde tem assento representantes do governo, das universidades e institutos de pesquisa e da sociedade civil.” Outra proposta apresentada pela entidade foi o reflorestamento de 371 hectares em outro remanescente que hoje faz parte

Ainda focalizando a temática da defesa de valores ambientais na região do Pontal, destacamos a página do caderno “Cidades” de *O Imparcial* de 27 /3/2002.

Os títulos “Município comemora potencial turístico”; “Lagoa Preta pode virar um refúgio de fauna” e os subtítulos “Cidade completa 53 anos e moradores se unem para conservar as belezas naturais que atraem visitantes”; “Proposta de preservação das várzeas da

Lagoa Preta, que escaparam da inundação de Porto Primavera" levam à compreensão das interações discursivas que sustentam a manifestação das informações a permear a ilusão de verdade sobre o dito. O detalhamento na referencialização do conteúdo dos títulos e da foto do ponto turístico a ser preservado ("Lagoa Preta") com dizeres de autoridades ("presidente da associação Comercial e Industrial ao afirmar que sem os peixes iriam perder turistas, ambientalistas, pescador esportivo, reforça-se a aproximação entre enunciador e leitor.

O mapeamento das figuras nos dois textos sobre a valorização do meio ambiente indica a inscrição ideológica que aponta para a rede de sentidos vista em tantos outros em que percursos figurativos e isotopias se associam à defesa da terra no Pontal. Se a concentração nos valores econômicos desvia a ênfase dos determinantes sociais, que culminaria em reflexões sobre o homem e a terra, e inevitavelmente cairia no "nó górdio" da reforma agrária, por exemplo, conduz à reação a esse estado de coisas, voltando-se para outras imagens. Em vez de registrar apenas o peso do conflito agrário, do agronegócio, busca-se a discussão do momento: a defesa da terra segundo valores econômicos e ecológicos.

Arriscamos dizer que a figura espacial "terra para reserva ecológica" funciona como espaço-suporte ou plataforma que possibilita ou impede a atividade de sujeitos humanos como actantes. Nesse sentido, a terra idílica requer um actante competente para a "preservação das várzeas", em que haveria "refúgio de fauna". Esse actante, "além da proteção ambiental" promoveria "geração de empregos". Essa terra não pode ser, portanto, "terra de trabalho". Essa tematização manifesta-se em textos contemplados e que saem em defesa da ecologia, predispostos a inviabilizar qualquer ação daqueles que almejam conquistar um pedaço de chão no Pontal do Paranapanema. Esses valores estão na base de alguns discursos cujo propósito é de confinar algumas áreas rurais ao universo de valores ecológicos, tendo como propósito apartar o homem da luta pela terra. A temática "terra ecológica" faz, então, prevalecer limites que vão sendo impostos. O discurso da exploração de determinadas reservas constrói a supremacia dos interesses daqueles a quem não interessa que o espaço rural sirva para a fixação do ser humano. No lugar de "terra de assentamento", constrói-se o discurso da "terra para preservação ambiental".

De acordo com o que constatamos na grande totalidade de nossas leituras, ao assumirem o jogo da lógica da construção narrativa para defesa de interesses dos proprietários rurais do Pontal, *Oeste Notícias* e *O Imparcial* colocam nesse mesmo jogo as questões relativas ao meio ambiente. O tema da preservação ambiental constrói-se por meio de figuras

que alinhavam a visão de mundo convergente ao universo axiológico da elite agrária da região.

Passemos à leitura da notícia a seguir, retirada de *Oeste Notícias* de 19/6/2002.

3.3.2.3. Notícia



Quarta-feira, 19 de junho de 2002 GERAL OESTE NOTICIAS 1.3

UDR critica decisão do governo federal

A decisão do governo de limitar em 20% a área para a agricultura e a pecuária, em sítios e fazendas da Amazônia, foi criticada de forma severa pelo presidente da UDR, Luiz Antônio Nabhan Garcia – o governo quer que os proprietários preservem 80% das matas das propriedades, segundo estabelece a Medida Provisória, que modifica o Código Florestal.

"É um confisco branco, é um escândalo", ataca o presidente da entidade, deixando claro que a preservação de 80% é exagerada. Isso significa que os proprietários só podem plantar e criar gado numa área de 20% da propriedade. O porcentual de 80%, no entanto, pode cair para 50%, se a Câmara dos Deputados aprovar o projeto substitutivo do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), relator do novo Código Florestal.

Nabhan Garcia lembra que quem comprou terras na região tem direito adquirido. "Ele pagou por esse direito", diz. A restrição atinge os Estados da Amazônia, Pará, áreas do Tocantis e Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amapá e Roraima. "O Mato Grosso é um celeiro, é o Estado que mais produz grãos no Brasil", finaliza o presidente da UDR.

Arquivo

Nabhan Garcia: críticas ao governo

Considerando a manchete da primeira página "Estação ecológica do Pontal gera otimismo" e a reportagem "Município comemora potencial turístico", supracitados, estabelece-se uma relação entre esses textos, no que se refere à política ambiental. Essa relação intertextual, que serve de recurso da configuração discursiva da preservação da terra, pode ser observada no registro de figuras lexemáticas que compõem sua base. Ancorado em lugar específico ("Mata Atlântica", "preservação das várzeas da Lagoa Preta", "o refúgio da fauna"), figurativiza-se o espaço englobante das terras do Pontal.

Podemos cotejar o tratamento desse mesmo tema com a notícia acima "UDR critica decisão do governo federal".

Numa relação analógica entre o plano de conteúdo dos três textos supracitados (a primeira página, a reportagem e a notícia) articula-se um paradigma ideológico com algumas nuances trabalhadas historicamente pelo imaginário cultural do povo brasileiro quanto ao espaço rural. Nesse e em outros momentos, o que se observa é a focalização da terra como

lugar da morada dos animais (“Mico-Leão-Preto”), espaço bucólico, idílico da paisagem idealizada (“Orgulha-se de ter nas belezas naturais”, “refúgio da vida silvestre”).

As figuras relacionadas ao tema da preservação ambiental opõem dois actantes: os defensores do meio ambiente (“A notícia da criação da Estação ecológica [...] recebida com aprovação por pesquisadores e ecologistas”- *Oeste Notícias,* 18/7/02) e a UDR por meio de seu presidente (“a preservação de 80% é exagerada”), reativando uma dimensão polêmica sobre o tema da terra. A conotação econômica é a tônica do texto “UDR critica decisão do governo federal”, que destoa da ênfase dos dois textos. Sob essa perspectiva, numa relação entre os três textos, podemos afirmar que a construção jornalística que poderia ser empregada como estratégia persuasiva para levar o leitor da região do Pontal a práticas reivindicatórias contra a devastação ambiental, parece afastá-lo disso.

Sobressai da leitura dos três textos a visão ideológica da terra para produzir, para gerar lucro (“quem comprou terras tem direito adquirido [...] pagou por esse direito”), o que nos leva a abandonar qualquer avaliação inocente sobre a temática da preservação ambiental, construída por *Oeste Notícias* e *O Imparcial.*

Queremos chamar atenção para o diálogo de vozes divergentes. Obviamente, o fio do discurso da defesa ambiental não poderia correr solto na pauta jornalística de órgãos da imprensa que sustenta a imagem da terra do ponto de vista dos valores capitalistas. Se nos primeiros textos vimos confirmada a avaliação positiva das ações da defesa do espaço rural, ela não é condizente com os pressupostos econômico-financeiros veiculados nos outros textos que constituem o *corpus* dessas leituras. Não se pode dizer que o discurso da defesa da terra no Pontal salvaguarde o espaço rural das especulações financeiras do agronegócio. Sob essa perspectiva, arriscamos concluir que esparsos dizeres em um gênero jornalístico ou outro, mesmo quando na supremacia dos editoriais (ANEXO p. 363): “São cada vez mais alarmantes as notícias que chegam sobre a destruição ambiental”- *O Imparcial* -16/8/02), funcionam como suporte dos interesses financeiros que cirze o imaginário cultural. Essa constatação decorre da verificação da exigüidade de textos sobre políticas ambientais num espaço jornalístico de uma sociedade que se sustenta pelos valores agrários.

Em relação à notícia sobre a UDR, mesmo reconhecendo que a justificativa é para a exploração do espaço geográfico da “Amazônia, Pará, Rondônia, Acre, etc.”, o fato relevante é a conotação econômica que parece justificar todos os procedimentos para a abordagem de assuntos ligados à terra. Tudo se dá em busca da manutenção do simulacro do ator que quer obter lucros advindos da especulação financeira com o espaço agrário. Basta

observarmos os dizeres: “Além da proteção ambiental [...] a iniciativa pode resultar em investimentos - até do exterior - [...] bem como promover geração de empregos” (*Oeste Notícias, 18/7/02*).

Evidentemente que a questão abordada pela UDR não se refere à região do Pontal, conforme afirmamos. No entanto, homologa-se aí, do lugar de onde fala a instância enunciativa, um discurso que transcende a defesa do meio ambiente, configurando as questões relacionadas à terra nas esferas políticas, administrativas e econômicas. Não é um dizer para a defesa da terra, mas sim dos interesses de seus proprietários. Esse lugar chega ao leitor por meio da instância enunciativa da empresa jornalística que mesmo utilizando estratégias que criam efeitos de sentido de objetividade, em que se mostra o enunciador, não podemos dizer que as figuras estejam isentas de impregnações ideológicas. Constrói-se uma proximidade da imprensa com as forças político-partidárias que subordinam os discursos ao poder, ainda que apareça bem marcado o lugar do enunciador como sujeito delegado da elite agrária. Melhor explicando, quem fala é o presidente da UDR, cujos dizeres aparecem bem delimitados em discurso direto: “É um confisco branco, é um escândalo”.

3.3.2.4. Editorial

As discussões sobre a preservação do meio ambiente dão-se pela ótica da política de defesa dos donos da terra, em detrimento da ótica social, ambientalista. Quando se trata dos recursos hídricos, fica bem marcada a construção dos valores defendidos sobre a necessidade de preservação ambiental. Um tema tão generalizante e abstrato como o da defesa do meio ambiente é concretizado pela rede de figuras da água como o bem maior da região do Pontal, conforme se lê no editorial referido acima (Anexo p. 363): “São cada vez mais alarmantes as notícias que chegam sobre a destruição ambiental”-(*O Imparcial* - 16/8/02).

Firma-se nesse texto o discurso para a defesa de valores ecológicos, numa tentativa de convencimento do leitor, manipulado por intimidação (“Trata-se da ameaça de que já é vítima a recém-criada [...] estação ecológica do Pontal do Paranapanema.”) sobre a iminente falta de água no planeta. **N**a figura “notícias alarmantes”, a enunciação se mostra marcada pontualmente logo no título da matéria, deixando apreender um sujeito que avalia a tese defendida no enunciado: “Preservar o meio ambiental tornou-se uma luta que extrapola os limites do Estado.” Nessa apreciação moralizante, desencadeia-se o tema da preservação ambiental no destaque para a valorização da “Mata Atlântica do interior”. O tema respaldado

por espaço tímico contrário, reproduziria a maneira de ações de sujeitos que não legitimariam o mesmo discurso e desrespeitariam o espaço a ser preservado, onde, segundo o enunciador há: “Presença de gado, armadilhas para caça e ocupação de áreas de preservação”.

Esses elementos repercutem nas abordagens que se dão sempre pela ótica da políticas de defesa de determinadas áreas de terra, desde que não entrem em choque com os interesses dos donos de terra. A defesa do espaço rural como área para gerar lucros se estende a todos os gêneros jornalísticos, não só na produção de reportagens e notícias, como também incide, de forma mais aguda, sobre as notas de coluna, por se tratar de um gênero que usufrui de maior liberdade do enunciador.

No esforço de compreensão e explicação das relações entre o homem e a terra, construídas por *Oeste Notícias* e *O Imparcial*, poderíamos continuar o percurso de leitura, dado o volume e a riqueza de material que temos em mãos. Mas é momento para encerrarmos nosso trabalho. Passemos, então, às considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No começo da pesquisa, selecionamos todos os textos que abordavam as relações entre o homem e a terra, nas edições de 2002, em *O Estado de São Paulo, Folha de S. Paulo, O Imparcial* e *Oeste Notícias,* a fim de ler tudo, não importando o quê. No entanto, para a constituição do *corpus*, optamos apenas pelos dois últimos veículos da comunicação impressa, tendo como material para as análises os textos sobre o tema do conflito e das políticas agrárias.

Desenvolvemos nossas leituras para refletir sobre os discursos relacionados ao tema da terra, construídos na mídia impressa do Pontal do Paranapanema, concebendo o funcionamento das operações do texto jornalístico, a partir dos dispositivos da enunciação, na perspectiva teórica da semiótica discursiva de linha francesa. Buscamos os agentes dos processos de produção dos textos, ou seja, os sujeitos da enunciação, visando a situar as relações de um texto ou de um conjunto de textos, o sentido investido e as condições desse investimento.

A propósito do jornalismo, enquanto prática social, observamos que se trata de um discurso de produção de textos os quais se (entre)tecem em (inter)ações complexas. Assim, procuramos reconhecer que cada enunciação está sob o filtro e a regulagem próprias do sujeito destinador que dissemina valores sociais.

Investigamos o ponto de vista aplicado à percepção do enunciado jornalístico. A circulação do saber no nível da narrativa sobre as questões agrárias e o saber que se tem sobre o enunciado está relacionado com a percepção que se tem deste último como objeto, cabendo ao sujeito a condução da atividade perceptiva do enunciado construído no jornal. Na medida em que ocupa determinadas posições, o saber das ações que se desenvolvem no enunciado será maior ou menor. Vimos que o enunciador é a instância perceptiva que pode garantir a assunção de um ponto de vista a que o leitor tem acesso, a partir das estratégias de percepção.

Quanto à figuratividade relacionada ao tema da terra, relaciona-se aos atos enunciativos, responsáveis pelo uso de figuras semânticas, a partir das quais se inserem os valores ideológicos. Tarefa de um sujeito, podemos firmar que a figuratividade é lugar de convergência do inteligível e também do sensível.

Acreditando na autonomia relativa dos objetos de análise, que não podem prescindir do contexto sócio-histórico e da inserção do sujeito da enunciação neste contexto, optamos por privilegiar a instância enunciativa. Deixamo-nos conduzir pelo enunciador e

leitor, no reconhecimento de que a enunciação enquadra e rege as outras dimensões do discurso (a figurativa, a narrativa e a passional). Nessa perspectiva, não como instância abstrata, simplesmente pressuposta pelo enunciado, acompanhamos o percurso do enunciador e do leitor como "'centro do discurso' que constrói, interpreta, avalia, aprecia, compartilha ou rejeita as significações" (BERTRAND, 2003, p. 24).

Organizada nos enunciados jornalísticos, a temática da terra, como construção de sujeitos - resultado da interação entre enunciador e leitor - implicou a noção de multiplicidade de valores, às vezes contraditórios. Assim, um modelo de espaço rural defendido em alguns textos de maneira implícita não correspondia ao modelo construído em outros, numa contradição entre discursos. Quanto a isso, assistimos à defesa da terra como espaço que, segundo os discursos de preservação ambiental, deveria ser preservado.

O que as leituras revelam é que não se pode falar em neutralidade da enunciação jornalística. No limiar entre um sujeito responsável por uma determinada fala e outros sujeitos convocados para a cena enunciativa, assiste-se ao discurso da empresa jornalística entremear-se com o sensível, sob forma de avaliações, hipóteses e previsões. Foi importante considerar a dimensão passional, enquanto efeito de sentido inscrito e codificado na linguagem. Arriscamos dizer que a abordagem das condições básicas do fazer-sentido inerente ao nosso estar-no-mundo - um mundo feito de qualidades sensíveis - contribui, pelas configurações culturais que se inscrevem no discurso, para moldar o imaginário sobre a terra.

Pelo olhar crítico procuramos não nos afastar de uma condução que nos tornasse cônscios de que o texto-jornalístico é objeto de linguagem, construtor da "tela do parecer". Apoiamo-nos na metáfora "olhos" como "janelas", mas sem querer negar que, por trás delas, move-se um sujeito que comanda o gesto do olhar, no movimento irreprimível de **emoções**. Assim sendo, a figurativização das relações entre o homem e a terra foi considerada, na medida em que rege, não apenas a significação dos acontecimentos trazidos para a página, mas, também os diferentes modos de participação e adesão na leitura, lugar de convergência do inteligível mas também do sensível.

Percebemos que, na materialidade jornalística, o que se assiste é ao desafio incessante para a manipulação do leitor pela enunciação que, modelando discursos, projeta geralmente valores ideológicos dos proprietários de terras.

Ocorreu-nos, então, a pergunta: De que maneira se concebe o espaço rural na atualidade no jornalismo impresso da região do Pontal? Reconhecemos que refletir sobre o tema era também refletir sobre o veículo de comunicação. Compreendemos então que, a cada

enunciação, assiste-se à estruturação de percursos figurativos antigos e incorporação de novos, numa tarefa intermitente da construção do espaço agrário, que se torna produto cultural. E, de acordo com a dinâmica da produção jornalística, fomos aprendendo a olhar a esfera jornalística de dois veículos da região como um espaço onde predomina o imaginário cultural da elite agrária. Por outras palavras, passamos a observar o estoque de figuras e temas como recortes de estereótipos de valores rurais e de ideologias sobre a terra, a se incrustarem na morfologia dos jornais, configurada em percepções, pontos de vista pertinentes na escala social dos valores de uma determinada região brasileira e que poderiam se estender a uma dimensão mais abrangente. Fomos percebendo, então, a terra - não só como tema mas também como figura espacial - entretecer-se em formas de construção, manifestação e recepção, levando-nos a valores que parecem fazer parte da natureza significante de um espaço tópico, heterotópico e utópico.

Lançamos mão desses termos para concluir nossas leituras. Esclarecemos que não se trata de conceitos empregados por outros estudiosos e nem queremos que o peso de conceitos recaia sobre o uso dessas palavras, pois é nessa dimensão que reconhecemos situar-se um conceito, antes de tudo. Ele é essencialmente o meio para levar a reflexões.

Valendo-nos do embasamento figurativo ou temático que permeia os vários percursos traçados pela definição de "espaço tópico", os textos jornalísticos sobre a terra permitem sugestões que vão além da referência a um lugar geograficamente delimitado em que as cercas possuem a nitidez dos limites entre o que é "terra" pertencente ao domínio e poder de um proprietário e de outro. Em face de uma temática tão ampla como a que se descortina nos dois jornais do Pontal, ainda que restrinjamos a noção de terra à de "espaço rural", ela não cabe dentro da noção de mero espaço tópico, geográfico, no sentido de "chão", por exemplo. Acreditamos que a espacialidade geográfica de um "aqui" ou um "lá", compreendidos nessa noção "espaço tópico" permite, de fato, pensar a "terra" como lugar ocupado espacialmente. Mas, quando se trata de pensar sentidos para abarcar o cenário rural e os sujeitos aí compreendidos, precisamos ir além de uma significação restrita ao espaço geográfico.

Observamos sugestões não apenas de ordem figurativa, mas também temática: o lugar é, de algum modo, um mais além. É preciso encontrar uma figura que remeta a uma imagem a fim de compreender um universo de efeitos de sentido para englobar a multiplicidade significativa além de um "aqui" e um "lá". Podemos afirmar que a idéia de "dentro", "fora" ou "mais além" do lugar ocupado pelo sujeito, de "inclusão" ou "exclusão"

no contexto social, não cabe na noção de espaço tópico. Tudo pode ser lido sob uma isotopia do "poder", do mercado por exemplo. Foi por isso que, para recobrir essa abrangência de sentidos, buscamos a noção de "espaço heterotópico". A terra como espaço rural nos enunciados jornalísticos supõe operar com uma trama de significados.

Considerando a heterogeneidade de efeitos de sentidos dos discursos sobre as questões agrárias, vimo-nos diante da necessidade de encontrar um termo para abarcar também uma base cognitiva para a terra como espaço imaginário, um lugar sonhado, quimérico. Acreditamos que a noção "espaço utópico" possa servir a isso. Com esse conceito vemos a possibilidade de sinalizar sobre indagações em relação ao tema da terra, por sua complexidade, em se tratando da relação entre homem, linguagem, mundo e mito. Mesmo sem entrar na discussão sobre mito, sabemos que ele faz com que o leitor do jornal leia o texto sobre a terra não de uma "maneira objetiva, inerte, neutra, como um sujeito em grau zero" (SILVA, 1995, p. 28). Quando se está diante de um sujeito de afetividade, invadido pelo imaginário, que se nutre de ilusões e sonhos, o que se leva em conta é a (des)construção dessa temática a atravessar os diferentes gêneros jornalísticos.

Ora, tratar a "terra" apenas como um espaço geográfico seria um tratamento bastante redutor, enclausurando-a numa forma de sentido que não compreende a variedade de isotopias figurativas que emergem da materialidade jornalística. Os dois jornais, objeto de nossas leituras, são difusores de uma grande variedade de gêneros textuais sobre a referida temática, a disseminar discursos de acordo com uma multiplicidade de valores ideológicos, sustentando-os, reproduzindo-os e, obviamente, tentando exercer controle sobre tais valores. O que não podem mesmo é impedir o deslizamento de efeitos de sentidos em que a terra aparece ora como espaço tópico, heterotópico e utópico, especialmente quando se consideram efeitos de sentido de que a enunciação se utiliza : " a objetivação e a subjetivação de uma grandeza semântica entram [...] no campo modal", que é segundo a hipótese com que trabalha o projeto de Semiótica das Paixões. (SILVA, 1995, p. 78). Daí a convocação de um modo de conhecer, de termos dos quais se possa valer para dizer a relação sobre o homem e a terra.

Em se tratando de uma estrutura social, a temática da terra construída nos discursos de *O Imparcial* e *Oeste Notícias* sustenta universos ideológicos bastante diferentes, sendo veiculada a partir também de valores negados e/ou rechaçados.

Nas construções figurativas do percurso narrativo dos sem-terra, falamos em "terra-texto". Ela chega ao leitor sempre como lugar gerador de conflitos recorrentes, espaço de indivíduos depauperados, construído como anárquico. Mas, enquanto espaço dos

detentores do poder, a "terra-texto" é apresentada como lugar daqueles que se constroem como controladores de ideais de ordem e de progresso, quer se trate da ordem da natureza ou da ordem do capital. Dessa maneira, nesse contraste entre dois simulacros, o leitor tem diante de si a construção da terra como um espaço heterotópico.

De um lado, discursos veiculam a temática da terra, figurativizada no sonho de consumo dos virtuais compradores do desejo do êxito financeiro, construindo um valor prático, por trás do qual se esconde o valor mítico da posse, do anseio de ser "proprietário rural", "dono de terras", "invernista". Na sociedade do Pontal, cujos valores estão centrados na terra, a projeção social dá-se a partir da aquisição desse bem, levando o homem não só a raciocinar a partir do interesse em adquirir a terra, mas a almejá-la para o lucro.

De outro lado, mesmo impedidas de se constituírem, implicitam-se imagens outras que também ganham sentido, apesar da tentativa de silenciamento. Da terra, espaço do investimento financeiro e do lucro, segundo os valores capitalistas, emerge também o discurso de um outro sonho, o da terra como lugar para o trabalho e para a subsistência. Em síntese, nessa duplicidade, projeta-se o sonho da terra prometida, que pode ser pensado segundo a noção de "espaço utópico" a recobrir percursos narrativos, colocando em oposição duas classes de sujeitos na sociedade: os proprietários rurais e os sem-terra.

Na seqüência desse raciocínio, o olho do analista deve, então, estar atento para apreender, selecionar e relacionar tudo o que diz respeito ao tema da terra. Em se tratando de mitos, pensar, por exemplo, que o mito da terra prometida converte subversivamente qualquer racionalidade do discurso jornalístico do Pontal (conflito agrário, agronegócio) em seu contrário. De forma coerente como espaço idealizado, constatamos que a sua defesa só se dá, na medida em que serve aos interesses econômicos dos donos de terra, mesmo quando se trata da defesa dos valores ecológicos.

No que diz respeito ao imaginário sobre a terra, o conceito de "memória" é visto aqui como representação de uma visão de mundo, uma ideologia: "o que fica do passado no vivido dos grupos ou o que os grupos fazem do passado" (LE GOFF, 1996, p. 472). Nesse sentido pensamos os efeitos silenciadores sobre a conquista da terra no Pontal, ou seja, o apagamento de determinados acontecimentos históricos. Referimo-nos a alguns fatos que não foram convocados em nenhum dos dois jornais do Pontal e, no entanto, foram tratados em outros veículos de comunicação como a questão da "grilagem de terras", ação naturalizada na região, mas que se constitui num problema a ser evitado. Transcende o poder de muitos que dominam proprietários de grandes extensões que por se considerarem donos, não lhes convém

discutir o que, no âmbito das leis os levaria à perda das terras. Ora, sobre a grilagem, dissemos que nenhum texto pôde ser lido, em todo o *corpus,* no *Oeste Notícias* ou em *O Imparcial.* Só obtivemos informações sobre o assunto em pesquisas na Internet, em trabalhos científicos ou em outros jornais.

A cada página, cada texto, deixamos nosso olhar percorrer as regularidades de dizeres sobre os temas, acompanhando sempre a instância enunciativa de *Oeste Notícias* e *O Imparcial* para apreender o investimento semântico da temática dos conflitos fundiários e das políticas agrárias, na busca de uma leitura. E é sob esse aspecto, na relação entre o texto e sua leitura, por meio da diversidade dos modos de crença propostos pela leitura dos diferentes gêneros jornalísticos, que partilhamos a práxis enunciativa na experiência sensível de cada discurso e na especificidade do universo cultural de valores sobre a terra.

Diante de nossos olhos, mostraram-se não apenas fatos jornalísticos - relatos de acontecimentos -, mas também sujeitos afetados pelos fatos, a espalhar efeitos passionais motivadores de efeitos de sentido da insegurança, do medo. Na constância da intensidade de estados passionais vividos por enunciadores, operam as temáticas agrárias, no trânsito por um espaço tensivo de instabilidades, cuja modulação vem determinada pela expressão fórica da instância enunciativa.

Diante do desejo de sujeitos modalizados por possuir o objeto almejado, a terra, compreendemos o investimento nesse valor que resultou na construção da infinidade de textos em circulação na mídia impressa de *Oeste Notícias* e *O Imparcial* ao longo de 2002. Entendemos a dimensão polêmica de toda narrativa: a um sujeito corresponde um anti-sujeito; a uma apropriação, um desapossamento (BARROS, 1995, p. 83).

Tendo em vista a tradicional divisão de textos de informação e opinião, como lugar de convocação da própria história, os discursos jornalísticos, muito mais do que a apresentação de fatos sobre as questões agrárias, levaram-nos às reflexões sobre a temática proposta, no reconhecimento da importância disso para a sociedade.

Diante dos valores revestidos com os julgamentos resultantes das crenças entre sujeitos envolvidos no processo discursivo do saber, querer, dever e poder de *Oeste Notícias* e *O Imparcial* na construção da narrativa das questões agrárias, vimos emergir uma sociedade cujas raízes estão fincadas de forma firme na terra. O discurso tem sempre como sustentação um conhecimento de mundo focalizado na defesa da terra para os seus detentores, na obediência a valores que estejam em consonância com os dos proprietários rurais.

A marca na história do Pontal para a conquista da terra sempre foi a da violência: "as disputas pela posse da terra eram resolvidas à bala". Essas são palavras de um cidadão de 85 anos, ao dar uma entrevista para *Oeste Notícias* (10/7/2002), quando conta que assistiu a inúmeras lutas pela defesa da propriedade. Em uma entrevista concedida ao jornal, ele sustenta com naturalidade que as terras herdadas de seu velho pai, um dos desbravadores da região, foram obtidas pela lei do mais valente.

Considerando as mudanças contínuas no cenário rural, em que a paisagem não abriga o elemento humano, desprovido do valor "terra", observamos na manifestação dos papéis temáticos homologados pelos textos jornalísticos, o campo se esvaziar de sentido como lugar para a vida do homem de classes desprivilegiadas socialmente.

Já as propostas desenvolvimentistas, construídas em discursos de uma voz que "grita" mais alto, sobrepondo-se às demais (é sempre a que direciona a instância enunciativa em artigos, reportagens e, sobretudo, editoriais), trazendo em seu bojo a fratura social. Facilmente identificável, não há como negar os "ecos" de outras vozes, que resultam em/de certa dissonância na tentativa da orquestração de um único tom regido pela empresa jornalística. Não há como negar que o desconforto das relações na sociedade do Pontal vem pelo estigma de conflito fundiário, tema recorrente em *Oeste Notícias* e *O Imparcial.* Dezenas de textos ancoraram-se nesse assunto. A abordagem da polêmica com o MST, tendo no líder José Rainha como seu fio condutor, coloca a organização dos sem-terra como responsáveis por todo tipo de problemas da região especialmente os fundiários:

> A região mais duramente atingida pela reforma agrária desenvolvida pelo Incra, muitas vezes a reboque do MST e de outras entidades montadas pelos partidos de esquerda, foi a do Pontal do Paranapanema [...] Não se trata agora de questionar a forma como o Estado realizou as discriminatórias para dar lugar aos assentamentos de agricultores que os movimentos trataram de trazer para a região, montando acampamentos à margem das estradas, invadindo as propriedades, incendiando-as, matando um sem número de reses e levando esses agricultores (nem sempre verdadeiramente agricultores) de um lado para outro [...] O que foi feito está feito, com prejuízos elevados para a imagem de nossa região, onde as terras chegaram aos preços mais baixos em todo o país. Tão baixos que muitos proprietários, embora ocupando legitimamente suas áreas, não vacilaram em negociá-las com o Incra, para instalar-se em outras regiões do país *(O Imparcial* de 16/01/02).

Por se tratar de uma instância de comunicação, a tarefa enunciativa no jornal não poderia ser reduzida a mero ato de comunicação. Nesse aspecto, procuramos não reduzir o jornal a mero veículo da convocação de atores para atos de fala visando à informação. Nosso

empenho de seguir o processo da enunciação possibilitou-nos a leitura e interpretação de uma trama de significações apresentadas por meio de figuras e temas relacionados à cultura agrária de uma região brasileira.

Considerando-se a figuratividade da terra, ela implica, em última instância, a substituição da concepção de um espaço vivido ou percebido, pela noção de terra-texto contida nos discursos dos dois jornais que têm nessa temática a sustentação de sua existência enquanto objeto semiótico. Nessa dimensão textual, postula-se ao sujeito da enunciação a produção da terra-enunciada, tematizada em suas múltiplas formas possíveis. É no enfoque da construção do sentido de terra, vivida na relação do sujeito da enunciação com os objetos e qualidades do espaço rural, na articulação do sentido sobre esse tema, que se vão amalgamando valores e, assim, produzindo as ideologias sobre as questões agrárias.

Contemplar as questões fundiárias, enfrentando dramaticamente temáticas opostas e contraditórias quanto ao que podemos chamar de "vida rural" brasileira, na visualização de situações como, por exemplo, de coações - as promovidas pelos donos de grandes extensões de terra, que tentam impedir a entrada de sujeitos, tornou bastante visível a posição dos que têm a propriedade rural. Apoiados nos pilares da economia mundial, sustentam-se por projetos que, na defesa do agronegócio, desconsideram o elemento humano, numa imposição de modelos sócio-econômicos. Acima da heterogeneidade de textos, o discurso do agronegócio impõe-se unívoco, reduzindo a heterogeneidade espessa de homens, mulheres e crianças à fome incontrolável de altos lucros.

Independentemente da polêmica que alimentam, pelos diferentes pontos de vista da elite local, os jornais deveriam, sim, cumprir a missão de estabelecer bases para o debate social. E isso o leitor que consome o jornal poderia ter diante de seus olhos. No entanto, uma variável praticamente anulada do trabalho jornalístico foi a criação de debates sobre as questões agrárias. Lideranças, pesquisadores que compõem as faces de interação entre o senso comum e visão crítica sobre o problema agrário brasileiro, não se constituíram em nenhuma fonte para os jornais destas leituras. O analista atesta que o silêncio e a omissão constroem sentido. Resta, assim afirmar que também comunicam da mesma forma que uma palavra proferida. Ora, por ocasião do conflito com o prefeito de Presidente Prudente, ao adotar a conduta de não dar voz aos diferentes sujeitos, o jornal deixou de promover um possível debate, ampliando a visão do leitor sobre inúmeros dizeres sobre as questões agrárias, não apenas no Pontal, mas possibilitando estendê-lo para o âmbito nacional.

A estratégia do silenciamento dos dizeres do grupo dos que reivindicam a terra contou com a conivência dos jornais. Nessa cumplicidade foi apresentada e representada tão somente a classe daqueles que defendem a propriedade rural nos moldes capitalistas. Nas leituras relativas à passeata do MST, em janeiro de 2002, geradora da avalanche textual jornalística, qual o sentido de terra para aqueles que promoviam a passeata? O leitor assiste ao cenário da luta como núcleo dramático que privilegia a ação, a processualidade e a relação de tensividade entre sujeitos e o objeto (terra). No entanto, não pode partilhar da voz de anônimos a que a imprensa não deu espaço para falar.

No silenciamento, sentidos coletivos tecem-se no cotidiano daquela sociedade que vive da terra. Impossível deixar de dizer que histórias deixaram de ser construídas, desnudadas em textualidades que se perderam no íntimo de cada sujeito, a que não se deu espaço para representar seu papel como ator na encenação do discurso jornalístico da terra, no cenário brasileiro do Pontal.

Diante dos olhos do leitor, imagens parecem querer falar. Atores e cenários emergem do processo dialético da história, cujo cenário é imposto pela mídia impressa a organizar o percurso de sujeitos e espaços no texto do tema da terra. Comparecem sujeitos mudos, a que não é dado o direito à voz, mas que podem ser visualizados como atores no sincretismo temático, actancial, modal e passional da profusão dos gêneros midiáticos. Ao leitor caberia interrogar sobre esses sujeitos e seus discursos. Onde estariam essas vozes? Como uma espécie de nebulosa semântica, é preciso articular seu sentido, a fim de ressoe na superfície do texto. Vistos como multidão (na negatividade como "bando") a sociedade não poderia ouvir seus dizeres? Por que desprezar essas potencialidades? São atores rurais de programas que se chocam, mas que não se confundem. Mesmo diante da força temática orientada para o actante coletivo (proprietário rural) podemos compreender a força do programa narrativo daqueles cujos valores são tão diferentes e que não se confundem, sendo possível compreender o texto jornalístico da terra como fases narrativas dentro dos cânones de contratos, perfórmances e sanções. Nas estratégias de ganhar o leitor para a verdade de determinados dizeres, também aí se constroem efeitos de sentido de verdade sobre a terra. Como espaço que intimida, seduz, obriga, o jornal tenta orientá-los para o cumprimento de atos cognitivos de adesão dos leitores, instaurando uma instância clara de interlocução com os proprietários rurais. Trata-se de aspectos da maior presença e proximidade com o leitor, o peso que as informações sobre as questões fundiárias representam no funcionamento da vida na sociedade do Pontal, bem como o reforço da identidade local e o sentido de pertencer e

reconhecer-se. Não há como negar a interferência do "ator" mercado no processo de produção de notícias e mesmo no modo como se articula uma sociedade da comunicação: ele, definitivamente, é parte constitutiva do processo comunicacional.

Debruçamo-nos sobre a produção de efeitos de sentido para destacar o papel dos discursos sobre a terra em *Oeste Notícias* e *O Imparcial.* Assim fomos levados a deslizar continuamente entre valores eufóricos e disfóricos, na tentativa de detectar nas grandezas expressas em cada texto, valores de ordem actancial, modal, aspectual, espacial, temporal, enfim, valores de ordem tensiva, que oscilaram entre sujeitos na disputa pelo principal valor em jogo, a terra.

Sabemos que o tema da terra também está ligada a imaginários que se referem à busca de um espaço ideal, para perseguir o sonho por uma vida diferente da que se propõe nas metrópoles. Entraria aí, então, como um todo de significação onírica, um sistema de expectativas profundas, arraigadas na cultura, desde a formação da sociedade brasileira pensada como um espaço paradisíaco. Se entendemos por imaginários de terra um sistema de significações que se incrusta como um valor, poderíamos pensar todo o sistema de expectativas profundamente arraigadas na sociedade desde os primeiros contatos com esse objeto, desde os tempos dos primeiros habitantes, da formação e transformação da vida agrária brasileira até os dias atuais.

O imaginário da terra, então, como discurso social, materializado em *Oeste Notícias* e *O Imparcial,* não tem como fugir a esse imaginário. Remete a ele e implica os discursos que parafraseiam uma vida rural, ao longo de nossa história. Assim, aparece a terra como lugar para o trabalho e sobrevivência, lugar para investimento e negócios, saída para a política econômica do país, espaço para o convívio com a natureza, lugar da tranqüilidade e sossego, lugar da simplicidade de vida.

A região do Pontal, com grandes extensões de terra, se recusa a fixar no campo um contingente populacional, impondo um forte imaginário por meio da mídia impressa, "entretecendo" um poder da terra para negócios e não para o trabalho e sobrevivência do homem. Marcadamente no âmbito atual, existe uma instância superior, o Mercado, que a pensa como objeto. Construída por esta instância, a terra é, assim, o lugar de enunciação variável historicamente em sua configuração actorial, desde a aparição das primeiras habitações no Pontal, conforme focalizamos nos dados obtidos extradiscursivamente, ou seja, nos diversos textos pesquisados. Tivemos acesso a referências sobre os índios como primeiros habitantes do Pontal, mas não colocamos o foco sobre tais sujeitos. Uma visão sincrônica

nesta reflexão sobre as questões agrárias regionais leva-nos a considerar como primeiros habitantes aqueles que vieram de outras regiões e ali se instalaram em fins do século XIX. Movidos pela vontade de explorar o espaço, delimitaram-no com cercas, esticadas sempre com a finalidade para a posse e aumento da propriedade. Ora, dessa organização social emerge a produção dos discursos sobre a terra cujos universos figurativos conduzem programas narrativos, a que poderíamos denominar programas de uso da terra. Podemos ver, então, o espaço rural do Pontal do Paranapanema da perspectiva dos que defendem os grandes investimentos agrários e a manutenção das grandes extensões de terra. A isso se agrega o conjunto de temas da atualidade capitalista cuja função parece ser a de sobredeterminar o tema da terra baseado no sistema de agricultura, da pecuária, da organização rural como lugar específico para a plantação, para os animais e para os seres humanos. A maneira da leitura da terra nos textos jornalísticos parece assim querer resistir à possibilidade para percursos narrativos que não coincidam com o que é estabelecido pelo mercado. No entanto é inegável a mobilidade social promovida pelas relações centradas nas questões da terra: sua aquisição ou perda. Comprovemos esses dizeres pelas palavras de um dos estudiosos das questões agrárias do Pontal:

> Não é raro encontrar um fazendeiro que, alguns anos atrás, ainda era um simples colono [...]. Chegaram a adquirir fazendas grande número de imigrantes e seus descendentes [...]. O negociante de terras, agrimensor enriquecido por sorte, torna-se fazendeiro. O pequeno proprietário está preste a vender a parcela de terra, que penosamente explorara para tornar-se arrendatário ou meeiro (MONBEIG, 1998, p.162).

Sabemos que os detentores da propriedade rural sempre ditaram as regras a serem seguidas, estabelecendo o programa narrativo da terra na sociedade brasileira. No entanto, não se podem excluir momentos de ruptura na linearidade das relações entre patrão/empregado, senhor/escravo como se o fio da história se desenrolasse apenas pelo fazer dos donos das terras. Dizeres para sustentar a inversão das posições de inferioridade e de superioridade que caracterizam as relações agrárias entre os indivíduos no Pontal são silenciados na produção dos discursos sobre a terra em *Oeste Notícias* e em *O Imparcial*, mas isso não quer dizer que não estejam circulando.

Não tivemos aqui o objetivo de participar das discussões sobre os inúmeros momentos de tensão que colocaram a "terra" como objeto de disputa, movimentando narrativas da história da disputa pela terra no Pontal do Paranapanema. Em primeiro lugar por nos faltar competência para assumir posições no terreno das ciências sociais, em segundo

lugar porque, mesmo que preenchêssemos as condições exigidas, este trabalho não se destina a debates sociológicos.

No percurso das nossas leituras da temática da terra construída na mídia impressa do Pontal do Paranapanema, deixamos como observações finais que a construção da significação dos textos jornalísticos passam da ilusão referencial da realidade de dizeres sobre acontecimentos para a ilusão interpretativa de sujeitos movidos não só por valores racionais ou intelectuais, mas também por valores afetivos. Imprescindíveis, esses valores põem em cena o sujeito, desmistificando qualquer mito da objetividade jornalística, que defende a idéia da imparcialidade, da neutralidade. A nossa tentativa foi a de mostrar que, na experiência sensível do processo enunciativo, emergem os discursos da terra. A visão de mundo manipuladora da defesa da propriedade rural leva a "escolhas" que determinam valores para recriar dizeres que reportem à realidade a ser mantida, segundo uma determinada ideologia que visa a interesses precisos.

Resulta daí o discurso sobre a Terra em que ela se manifesta como objeto de cisão da sociedade, a contrapor duas margens: de um lado os que têm a terra; do outro os que a almejam. Um mesmo objeto e dois percursos narrativos. Excludentes como margens que se opõem, assim é a terra-texto dos discursos jornalísticos do Pontal, construída para levar a efeitos de sentido de aceitação ou rejeição do programa narrativo do proprietário rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ABREU, D.S. **Formação Histórica de uma Cidade Pioneira Paulista: Presidente Prudente.** Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1972.

ALSINA, M. R. **La construcción de la notícia.** Barcelona: Ed. Paidós, 1996.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983.

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras Incertas – as não-coincidências do dizer**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLAV.* **Revue de linguistique**. Paris: 1982 , v. 26, p. 91-151.

BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética**. São Paulo: UNESP, 1998.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BAKHTIN, M. Tipos de discurso na prosa. In:_____. **Problemas da poética de Dostoiéwski.** Rio de Janeiro: Forense, 1981, p.157-263.

BARROS, L. M. Comunicação: uma abordagem plural. In: **Cummunicare Revista de Pesquisa Faculdade de Comunicação Casper Líbero.** Volume 2, II semestre de 2002.

BARROS, Diana L. P. de . Sintaxe narrativa. In: Oliveira, A.C.,Landowski, E. **Do inteligível ao sensível. Em torno da obra de Algirdas Greimas**. São Paulo: Educ, 1995. p.81-97.

BARROS & FIORIN, J.L. (Orgs.). **Dialogismo, polifonia e intertextualidade.** São Paulo: Edusp, 1994.

BARROS, D. L. P. de. **Teoria semiótica do texto.** São Paulo: Ática, 1990.

BARROS, D. L. P. de. **Teoria do discurso:** fundamentos semióticos. São Paulo: Atual, 1988.

BARTHES, R. **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BARTHES, R. **Crítica e Verdade**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BAUDRILLARD, J.**Para uma crítica da economia política do signo.** Lisboa: Ed.70, São Paulo: Martins Fontes, s/d.

BENVENISTE, É. **Problemas de lingüística geral I.** Campinas: Pontes, 1995.

BENVENISTE, É. **Problemas de lingüística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.

BERGER, P. & LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERTRAND, D. **Caminhos da Semiótica literária.** Bauru: EDUSC, 2003.

BERTRAND,D**.** ***Figurativité: l´avant-scène du sens.*** **VS 73,74. Quaderni di studi semiotici. Bompiani, gennaio-agosto, 1996.**

BORDIEU, P. Cultura e Política**.** In: _____ **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOSI, E. Revista Contexto,(2) : 97-104, São Paulo, Hucitec, mar. 1977.

BRAIT, B.(Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas: UNICAMP, 1997.

BRAIT, B. **Ironia em perspectiva polifônica.** Campinas: UNICAMP, 1996.

BRAIT, B. A construção do sentido: um exemplo fotográfico persuasivo. **Língua e Literatura.** São Paulo: n.21,p.19-27,1994/1995.

BUITONI, D H. S. Jornalismo: o tecido e o acontecido. In: **Revista da USP**. São Paulo: USP, n. 6, 1990: p. 175-182.

COMPARATO, F. K. **Cadernos de jornalismo e editoração da ECA**. 1990.

CÁDIMA, F. R. Ficções em série: fragmentos do dispositivo logotécnico da televisão. In: MONTEIRO, P. F (Org.). **Revista de Comunicação e Linguagens: Dramas**. Lisboa: Ed. Cosmos, 1997.

CALLADO, A. (Org). **Comunicação e Cultura Contemporâneas.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CAPELATO, M. H. Imprensa: fábrica de notícia. In: **Cadernos de jornalismo e editoração.** São Paulo. ECA/USP, 11, n.25, jun-1990.

CARVALHO FILHO, J. J. Reforma Agrária de eleição a eleição. **Estudos Avançados.** Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados . Vol. 31, p. 99 – 109, 1997.

CEBRIÁN, J. L. **Cartas a um jovem jornalista**. Lisboa: Bizâncio, 1998, Coleção Documentos, n.º 2.

CHAPARRO, M. **Sotaques d'aquém e d'além mar - percursos e géneros do jornalismo português e brasileiro**. Santarém: Jortejo Edições, 1998, p. 97 - 100.

CHAPARRO, M. **Pragmática do jornalismo**. São Paulo: Summus, 1994.

COSTA, C. T. **O relógio de Pascal - a experiência do primeiro ombudsman da imprensa brasileira**. São Paulo: Siciliano, 1991.

COURTÉS, J. **Introdução à semiótica narrativa e discursiva.** Coimbra: Almedina, 1979.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE,G. Controle e devir. In:____ **Conversações.** Rio de janeiro: Ed. 34, 2000.

DISCINI, N. **O estilo nos textos: quadrinhos, mídia, literatura.** São Paulo: Contexto, 2003.

DUCROT, O. **Estruturalismo e lingüística**. 2ª. ed. São Paulo: Cultrix, 1968.

ECO, H. **Os limites da interpretação.** São Paulo: Perspectiva, 2000.

FERNANDES, B. M. **MST formação e territorialização.** São Paulo: Hucitec, 1996.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio Básico de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FIORIN, J. L. (org.) **Introdução à Lingüística.** São Paulo: Contexto, 2002, volume I.

FIORIN, J. L. Modalização: da língua ao discurso. **Alfa Revista de Língüística**. São Paulo: Unesp, v. 44, p. 171 – 192, 2000.

FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação**. 2ª. ed., São Paulo: Ática, 1999.

FIORIN, José Luiz.**Linguagem e Ideologia.** 5 ª. ed. São Paulo: Ática, 1997

FIORIN, J. L. O corpo na Semiotica francesa. In: SILVA, A. I. et alii (Orgs.) **Corpo e sentido**. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.
FIORIN, J. L. **Regime de 64: discurso e ideologia.** São Paulo: Atual, 1988.

FOLHA DE S. PAULO. **Projeto editorial 97**, 17/8/97.

FONTANILLE, J. Retóricas Polissensoriais. In: **I Congresso Internacional de Semiótica**. Araraquara: 10 de outubro, 2003, mimeo.

FONTANILLE, J. e ZILBERBERG, C**.** *"La peur, la crainte, la terreur, etc."*, 2003, mimeo

FONTANILLE, J. & ZILBERBERG, C. **Tensão e significação.** São Paulo: Discurso Editorial: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

FONTANILLE, J. **Sémiotique du discours.** Paris: Pulim. Collection Nouveaux Actes Sémiotiques, 1998.

FONTANILLE, J. e ZILBERBERG, C**.** ***"Praxis" – Troisieme partie: De l'existence a l'enonciation.*** **e "*Fiducie" – Quatrieme partie: Les raisons du pathemique* , in Tension et Signification, elements de semiotique tensive. ,** mimeo

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** Rio de Janeiro: Loyola, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Ed. graal, 1993.
FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber.** Petrópolis : Vozes, 1971.

GARCIA, L. (Org). **O Globo - Manual de Redação e Estilo**. São Paulo: Globo, 2000.

GENRO, A. F. **O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987, p. 80.

GREIMAS, A. J. **Da Imperfeição**. São Paulo: Hacker Editores, 2002.
GREIMAS, A. J. **Du Sens II**. Paris: Seuil, 1983.

GREIMAS, A. J. **Semântica estrutural.** São Paulo: Cultrix, 1976 (a).
GREIMAS, A. J. **Ensaios de semiótica poética.** São Paulo: Cultrix, 1976 (b).

GREIMAS, A. J. **Sobre o sentido: ensaios semióticos**. Petrópolis: Vozes, 1975.

GREIMAS, A. J. **L'Enonciation", Significação.** Ribeirão Preto: Centro de Estudos Semióticos, n. 1, 1974. p.9-25.

GREIMAS, A. J. & COURTÉS, J. **Sémiotique, dictionnaire raisonné de la théorie du langage.** Paris: Hachette, 1986. t. 2.

GREIMAS, A. J. & COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica.** São Paulo: Cultrix, s/d.

GREIMAS A. J. & FONTANILLE, J. **Semiótica das paixões**. São Paulo: Ática, 1993.

GREIMAS, A. J. & FONTANILLE, J. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. **Actes Sémiotiques: Documents.** Paris: INLF, v.4, n.34, 1982, p. 3-23.

GUERRA, J. L. O contrato fiduciário entre o jornal e o público. Paradoxos da crítica à objetividade. In: **Comunicação & Política**, n.s., v.5, n.1, p.197-214. Rio de Janeiro: Cebela, janeiro-abril, 1998.

GUILHAUMOU, J. & MALDIDIER, D. Da Enunciação ao Acontecimento em Análise do Discurso. In: GUIMARÃES, E. (Org). **História e sentido na linguagem.** Campinas: Pontes, 1989.

HACKETT, R. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos media noticiosos. In: TRAQUINA, N. (Org.) **Jornalismo: questões, teorias e "estórias".** Lisboa: Vega, 1993, p. 101-132.

HENRY, P. A história não existe? In: ORLANDI, E. **Gestos de leitura**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994**.**

HJELMSLEV, L. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem.** São Paulo: Perspectiva, 1975.
HOLANDA, S. B. **Raízes do BrasiL**. 5ª. ed, Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. 5ª. edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasleira, 1999.

JAMESON, F. A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio. In:_____ **Pós-modernismo. A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio.** São Paulo: Ática, 1999.

KUCINSKI, B. **A síndrome da antena parabólica - ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

LAGE, N. **Ideologia e técnica da notícia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LE GOFF, J. **História e memória**. 4ª ed. Campinas: Ed. da UNICAMP,1996.

LEFÈBVRE, H. **A linguagem e a sociedade**. Lisboa: Ed. Ulisséia, 1966.

LEITE NETO, A. Admirável novo jornalismo. **Folha de S. Paulo**.Sao Paulo, 27 jul. 1998.

LIPPMANN, W. A natureza da notícia. In: STEINBERG, C. S. (Org.). **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1972.

LONARDONI, M. "Aconteceu, virou manchete" - um estudo dos vetores de manchetes jornalísticas. In: VASCONCELOS, S. I. (Org.). **Os discursos jornalísticos: manchete, reportagem, classificados e artigos.** Maringá: Eduem, 1999.

LOPES, E. **A Identidade e a Diferença**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

LUCKMANN, T. & BERGER, P. **A construção social da realidade. Tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MAINGUENEAU, D. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG,1998.

MAINGUENEAU, D. **O contexto da obra literária.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso.** Campinas: Pontes, 1993.

MAINGUENEAU, D. **Genèse du discours.** Bruxelas: Pierre Mardaga, 1984.

MOUILLAUD, M. O sistema das citações. In: PORTO, S. D. (Org.). **O jornal: da forma ao sentido.** Brasília: Paralelo 15, 1997.

MALDIDIER, D. Elementos para uma história da Análise do Discurso na França. In: ORLANDI, E. et alii. **Gestos de Leitura**.Campinas: Unicamp, 2003.

MANUAL DE REDAÇÃO DA FOLHA DE S. PAULO. São Paulo: Publifolha, 2001.

MARCONDES FILHO, C.**O capital da noticia**. São Paulo: Ática, 1986.

MARCUSCHI, L. A. A ação dos verbos introdutores de opinião. In: INTERCOM REVISTA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. São Paulo: ano XIV, nº 64, 1991.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às Mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia,** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ,1997.

MARTINS, E. **Manual de Redação e Estilo de O Estado de São Paulo.** São Paulo: O Estado de São Paulo, 1997.

MARTINS, J. S. **O Cativeiro da Terra**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MEDINA, C. ; LEANDRO, P. R. **A arte de tecer o presente**. São Paulo: Mídia, 1973.

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros.** São Paulo: Hucitec, 1998.

MOTTER, M.L. **Ficção e História. Imprensa e Construção da Realidade.** São Paulo: Arte & Ciência-Vilipress, 2001.

MOUILLAUD, M. **Grammaire et idéologie du titre de journal.** Lyon: Mots, 1982.
MOUILLAUD, M. & PORTO, S.(Orgs.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

NEGRI, A. ; HARDT M. Império. In: ____ **Produção biopolítica.** São Paulo: Record, 2001.

NEUMANN, E. N. O acontecimento. In: TRAQUINA, N.(org.) **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1993,p.27-33.

PAIVA, A. C. Novos Cenários sociais, nova cena subjetiva. In: _____ **Sujeito e laço social.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p. 23-71.

PÊCHEUX, M. **Papel da memória** In: ACHARD, P. et alii. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 2ª ed., Campinas: Pontes, 1997

PÊCHEUX, M. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: _____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, M.; & FUCHS,C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. IN:GADET, F. & HAK, T. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia/ São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000, (Grandes nomes do pensamento brasileiro).
QUEIROZ, E. **A cidade e as serras.** Porto: Lello & Irmão, 1950.

I CENSO da Reforma Agrária no Brasil. **USP Estudos Avançados**. São Paulo, vol. 11, n. 31, p. 7 – 37, setembro/dezembro, 1997.

RICCEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tradução de Constança Marcondes César. Campinas: Papirus,1994.

RODRIGUES, A. O Acontecimento. In: TRAQUINA, N (Org.) **Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"**. Lisboa: Vega, 1996.

SAUSSURE, F. de. **Curso de lingüística geral.** São Paulo: Cultrix, 1995.

SCHAFF, A. **Linguagem e conhecimento.** Coimbra: Almedina, 1974.

SILVA, I. A. **Figurativização e metamorfose: o mito de Narciso.** São Paulo: Editora Unesp, 1995.

SILVA, M. **Da luta pela terra à luta com a terra. (Re)constituição da fala do assentado**. Araraquara: UNESP, 1999, Dissertação de mestrado.

SOUSA, M. W. – **O lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SOUSA, W. M.(Org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

TATIT, L. **Análise semiótica através das letras**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

TATIT, L. **Semiótica da Canção: Melodia e Letra**. São Paulo: Escuta, 1994.

TUCHMAN, G. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, N. **Jornalismo: questões, teorias e "estórias".** Lisboa: Vega, 1993, p. 85.

WOLF, M. **Teorias da comunicação.** 2ª ed., Lisboa: Editorial Presença, 1992.

ZIZEK, S.(org.) **Um mapa da ideologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

ANEXOS